

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR**



**Tese de Doutorado**

**Redes Agroalimentares Agroecológicas: Um Estudo de Caso da Dinâmica da  
OCS EcoBorborema-PB**

**Rayana Vanessa Alves Silva**

**Pelotas, 2021**

**Rayana Vanessa Alves Silva**

**Redes Agroalimentares Agroecológicas: Um Estudo de Caso da Dinâmica da  
OCS EcoBorborema-PB**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Agronomia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádia Velleda Caldas

Coorientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S586r Silva, Rayana Vanessa Alves

Redes Agroalimentares Agroecológicas : Um Estudo de Caso da Dinâmica da OCS EcoBorborema-PB / Rayana Vanessa Alves Silva ; Nádia Velleda Caldas, orientadora ; Flávio Sacco dos Anjos, coorientador. — Pelotas, 2021.

262 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Agroecologia . 2. Organização de Controle Social . 3. Rede Agroalimentar Alternativa. 4. Agricultura familiar . 5. Sindicalismo. I. Caldas, Nádia Velleda, orient. II. Anjos, Flávio Sacco dos, coorient. III. Título.

CDD : 630.2745

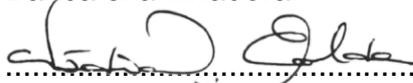
**Rayana Vanessa Alves Silva**

Redes Agroalimentares Agroecológicas: Um Estudo de Caso da Dinâmica da OCS  
EcoBorborema-PB

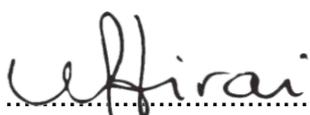
Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 17 de setembro de 2021

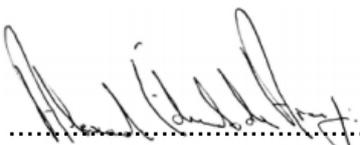
Banca examinadora:



.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nádya Velleda Caldas (Orientadora)  
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas



.....  
Wanda Griep Hirai (UFAL)  
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



.....  
Prof. Dr. Alexandre Eduardo de Araújo (UFPB)  
Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande



.....  
Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes (UFPel)  
PhD em Development Policy and Management no mesmo instituto da Universidade de Manchester, Inglaterra

## **Agradecimentos**

Primeiramente, exalto minha eterna gratidão ao Pai Celestial, que em toda minha caminhada me resguardou e abençoou. A minha família, ao meu esposo Rafanele e sua família.

A todos meus amigos (as) por tornar minha caminhada mais agradável e feliz.

Agradeço a todos os professores contribuíram na minha trajetória acadêmica, em especial ao Professor Alexandre Eduardo por todo apoio, orientação e amizade.

Aos principais autores deste trabalho, os(as) agricultores(as) da EcoBorborema, os coordenadores do Pólo Sindical da Borborema, aos assessores técnicos da AS-PTA.

A minha Orientadora Nádya Caldas e o Professo Flávio Sacco por todo apoio, ensinamentos e compreensão.

Ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, a todos os professores e a turma 2017.1.

## Resumo

SILVA, Rayana Vanessa Alves. **Redes Agroalimentares Agroecológicas: Um Estudo de Caso da Dinâmica da OCS EcoBorborema-PB**. Orientadora: Nádia Velleda Caldas. 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

No Brasil, as dinâmicas de criação e fortalecimento das Redes Agroalimentares Alternativas de base ecológica derivam de intensivos processos de luta, resistência e diálogo dos grupos sociais e ONGs com o poder público. Atreladas a expansão da agricultura orgânica, garantiram o alicerce para a firmação do novo marco legal sobre a produção e certificação de produtos orgânicos. Logo, a modalidade de avaliação da conformidade orgânica composta pelas OCSs é primordial para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica e, conseqüentemente, das redes agroalimentares alternativas, pois representam uma forma de garantia da qualidade fundamentada nas especificidades regionais, nas relações de confiança e de solidariedade. No âmbito da diversidade de OCSs que foram criadas no Brasil, na região Semiárida do estado da Paraíba está a OCS EcoBorborema, que é uma organização da agricultura familiar que atua em rede com o Pólo Sindical e a AS-PTA no Território da Borborema, trabalhando o fortalecimento da agricultura familiar fundamentada nos princípios da agroecologia e na construção social de novos mercados. Desta forma, é fundamental visibilizar, conhecer e analisar a importância destas redes para o fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar nos territórios onde emergem. Sendo assim, torna-se primordial a realização de processos investigativos que venham a fortalecer tais dinâmicas, para então, garantir informações sobre como estão ocorrendo tais processos, de modo a permitir o aperfeiçoamento de estratégias de ações locais de acordo com a real demanda dos agricultores e, conseqüentemente, dos consumidores. Para tanto, objetivo desta pesquisa foi analisar e compreender as dinâmicas inerentes à rede agroalimentar agroecológica EcoBorborema-PB, a partir do processo da Organização de Controle Social e comercialização. Optou-se por uma abordagem qualitativa com enfoque sistêmico, a partir da lógica da pesquisa participante, o método de investigação empírica adotado foi o estudo de caso da experiência da EcoBorborema. Portanto, a OCS EcoBorborema é uma rede agroalimentar fruto da junção do movimento agroecológico e de renovação sindical, a partir do trabalho em rede realizado no território da Borborema, desde 1993, pela AS-PTA e Pólo Sindical da Borborema. Esse processo está imbuído de inovações sócio-organizativas, tecnológicas e construção de novos mercados. Atualmente, a Eco-Borborema vem demonstrando um grande potencial organizativo, visto que, é uma das OCSs do estado da Paraíba que abrange o maior número de municípios (10) e agricultores (114) inseridos no CNPO, conta com uma rede de 12 feiras agroecológicas e mais uma série de atividades que englobam a produção, beneficiamento dos produtos e a comercialização.

Palavras-chave: Agroecologia. Semiárido brasileiro. Renovação sindical. Construção de novos mercados.

## Abstrat

SILVA, Rayana Vanessa Alves. **Agroecological Agrifood Networks: A Case Study of the Dynamics of OCS EcoBorborema-PB**. Advisor: Nádia Velleda Caldas. 2021. 262 f. Thesis (Doctorate in Agronomy) – Faculty of Agronomy Eliseu Maciel, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

In Brazil, the dynamics of creation and strengthening of ecologically-based Alternative Agrifood Networks derive from intensive processes of struggle, resistance and dialogue between social groups and NGOs with the government. Linked to the expansion of organic agriculture, they ensured the foundation for the establishment of the new legal framework on the production and certification of organic products. Therefore, the organic conformity assessment modality composed by the CSOs is essential for the strengthening of ecologically-based family farming and, consequently, of alternative agrifood networks, as they represent a form of quality assurance based on regional specificities, on trusting relationships and of solidarity. Within the scope of the diversity of OCSs that were created in Brazil, in the semi-arid region of the state of Paraíba, there is the OCS EcoBorborema, which is a family farming organization that works in a network with the Pólo Sindical and the AS-PTA in the Territory of Borborema, working to strengthen family farming based on the principles of agroecology and the social construction of new markets. Thus, it is essential to make visible, understand and analyze the importance of these networks for the strengthening of agroecology and family farming in the territories where they emerge. Therefore, it is essential to carry out investigative processes that will strengthen such dynamics, in order to guarantee information on how such processes are taking place, in order to allow the improvement of local action strategies according to the real demand of farmers and, consequently, of consumers. Therefore, the objective of this research was to analyze and understand the dynamics inherent to the agroecological agro-food network EcoBorborema-PB, from the process of the Organization of Social Control and commercialization. We opted for a qualitative approach with a systemic focus, from the logic of participant research, the empirical investigation method adopted was the case study of the experience of EcoBorborema. Therefore, OCS EcoBorborema is an agrifood network resulting from the junction of the agro-ecological movement and union renewal, based on the network work carried out in the territory of Borborema, since 1993, by AS-PTA and Pólo Sindical da Borborema. This process is imbued with socio-organizational and technological innovations and the construction of new markets. Currently, Eco-Borborema has shown great organizational potential, as it is one of the CSOs in the state of Paraíba that covers the largest number of municipalities (10) and farmers (114) included in the CNPO, has a network of 12 fairs agroecological and a series of activities that encompass the production, processing of products and commercialization.

Keywords: Agroecology. Brazilian semiarid. Union renewal. Building new markets.

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Propriedades de ecossistemas naturais, agroecossistemas sustentáveis e agroecossistemas convencionais.....	58
Tabela 2 - Relação do grupo de sujeitos entrevistados da EcoBorborema-PB.....	72
Tabela 3 - Índice Pluviométrico do Território da Borborema .....	90

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Caracterização dos três grupos de segmentação da agricultura .....	27
Quadro 2 - Argumentos constituintes das Redes Alimentares Alternativas .....	43
Quadro 3 - Caracterização Fisiográfica e Hidroclimática do Estado da Paraíba .....	83
Quadro 4 - Eixos de trabalhos da AS-PTA para o plano trienal (1999-2001).....	125
Quadro 5 - Balanço dos avanços do trienal 1999-2001 .....	131
Quadro 6 - Objetivo, linhas de ação e programas do trabalho da AS-PTA no triênio (2002-2004).....	135
Quadro 7 - Subprogramas e Comissões Temáticas do Polo sindical.....	137
Quadro 8 - Balanço dos avanços do trienal 2002-2004. ....	143
Quadro 9 - Planos para o Trienal (2005-2007).....	145
Quadro 10 - Balanço dos avanços do trienal 2005-2007. ....	148
Quadro 11 - Planos para o Trienal (2008-2010).....	149
Quadro 12 - Balanço dos avanços do trienal 2008-2010. ....	153
Quadro 13 - Balanço dos avanços do trienal 2014-2016 .....	156
Quadro 14 - Balanço dos avanços do trienal 2017-2019. ....	158
Quadro 15 - Distribuição da Rede de Feiras Agroecológicas no território da Borborema.....	164
Quadro 16 - Caracterização das Quatro Regiões Ecológicas .....	202
Quadro 17 - Divisão geoeconômica e agropecuária entre os municípios e as zonas de dinâmicas territoriais da região do Pólo Sindical .....	209
Quadro 18 - Princípios de manejo universalmente utilizado nos agroecossistemas tradicionais .....	211
Quadro 19 - Produtos comercializados por tipos de mercados.....	223
Quadro 20 - Diversidade Comercializada nas feiras agroecológicas no Território da Borborema.....	224

## Lista de Figuras

Figura 1 - Fotografia A) Entrevista com a Assessoria Técnica da AS-PTA-2019; B) Visita a feira agroecológica de Remígio-2019; C) Participação na reunião mensal da Feira agroecológica em Esperança -2019; D) Participação da visita de intercâmbio dos agricultores do município de Nova Cruz-RN para conhecer a experiência da EcoBorborema- 2018; E) Visita a propriedade dos agricultores da EcoBorborema em Solânea- 2019; F) Visita a propriedade dos agricultores da EcoBorborema em Areial-2019. ....	74
Figura 2 - Mapa de delimitação do Semiárido Brasileiro. ....	76
Figura 3 – Gráfico da Linha de tempo das secas no Nordeste: as secas ao longo da história no Nordeste. ....	79
Figura 4 - Mapa das Mesorregiões do Estado da Paraíba. ....	83
Figura 5 - Mapa das Microrregiões da Mesorregião Agreste.....	84
Figura 6 – Mapa dos Municípios inseridos ao Território da Borborema. ....	89
Figura 7 - Mapa das Três regiões ecológicas do Território da Borborema.....	90
Figura 8- A) Primeiro Centro do Produtor (1993); B) Produtores em assembleia no pátio da Empasa protestam contra a colocação das cercas; C) Novo Centro do Produtor (1996). ....	121
Figura 9 - Fotografia A) No STR de Remígio, os agricultores fazem o balanço do banco de sementes; B) Capacitação sobre a gestão, controle de qualidade e conservação de sementes; C) Discursão sobre a identificação e a localização das plantas.....	123
Figura 10- Fluxograma da Relação dos Diagnósticos realizados de 1993-1999.....	125
Figura 11- Fotografia A) Agricultores sendo treinados para construir cisternas de placa, Solânea-1999; B) Agricultor mostrando produção ecológica, Lagoa Seca-2000; C) Agricultores experimentadores discutindo sobre as variedades locais de milho-2001. ....	130
Figura 12 - Fotografia A) Agricultores participando do Diagnóstico sobre Frutas Nativas da Região-2002; B) Curso sobre criação de abelha jandaíra em Queimadas-2003; C) Agricultoras participam do curso sobre beneficiamento de frutas-2004. ..	141
Figura 13 - Fotografia A) Encontro Paraibano de Agroecologia - 2002; B) Oficina de monitoramento econômico e gênero - 2007; C) Visita de intercâmbio – Produção alimentar e plantas medicinais, município de Solânea - 2007.....	146
Figura 14 - Fotografia A) Cultivo do algodão agroecológico em Salgado do Souza. - 2008; B) Mobilização Banco de Sementes Mãe - 2009; C) Fogões ecológicos: economia de lenha e trabalho menos penoso para as mulheres - 2010. ....	150
Figura 15 - Fotografia A) Oficina de produção de mudas em Massaranduba-2011; B) Seminário de Pesquisa e Política de Sementes do Semiárido no Banco Mãe, Lagoa Seca-2012; C) Infraestrutura hídrica para estocagem de água para uso agrícola-2013. ....	154
Figura 16 - Fotografia A) Oficina territorial com agricultores familiares sobre seleção, produção e multiplicação de sementes -2015 2011; B) VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - Areia - 2016; C) Oficina de fenação -2016.....	154
Figura 17 - Fotografia A) Produção de alimentos a partir da cisterna calçadão -2017; B) VIII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - 2017; C) Reunião da Comissão Ampliada de Jovens Agricultores/as do Pólo da Borborema- 2017.....	157

Figura 18 - Fluxograma das áreas de atuação do Pólo e AS-PTA.....	159
Figura 19 – Fotografia da I Feira Agroecológica e Cultural da Juventude Camponesa do Pólo da Borborema em Massaranduba-PB, 2016. ....	163
Figura 20- Fotografia A) Feira orgânica regional em Lagoa Seca -2002; B) Feira agroecológica em Lagoa Seca- 2003; C) Feira agroecológica regional em Campina Grande – 2004; D) Feira agroecológica em Remígio – 2013. ....	165
Figura 21 - Mapa das Feiras Agroecológicas da EcoBorborema. ....	166
Figura 22 - Fluxograma da organização interna da EcoBorborema. ....	169
Figura 23 – Fotografia da participação na Assembleia Geral da EcoBorborema – 2019. ....	170
Figura 24 - Declaração de cadastro de OCS da EcoBorborema.....	171
Figura 25 - Organograma das Instituições intervenientes na EcoBorborema. ....	175
Figura 26 - Gráfico da Quantidade de Agricultores Familiares por Organismos de Controle Social na Paraíba.....	176
Figura 27 - Organograma dos principais desafios da EcoBorborema. ....	178
Figura 28 - Gráfico dos déficits de precipitação registrados no Estado da Paraíba, no período de 2012 a 2016. ....	180
Figura 29 – Organograma dos principais avanços da EcoBorborema. ....	186
Figura 30 - Proposta de Modelo do Sistema Agroindustrial do Milho Crioulo Livre de Transgênicos.....	188
Figura 31 – Fotografia A) Participação na reunião itinerante da feira agroecológica de Campina Grande-PB-2019; B) Participação na reunião itinerante da feira agroecológica de Esperança - 2019.....	189
Figura 32 - Fotografia A) Inauguração do Banco Mãe de Sementes - 2011; B) Inauguração Popular do Banco Mãe de Sementes - 2017.....	192
Figura 33 – Organograma das principais Perspectivas da EcoBorborema. ....	193
Figura 34 – Organograma dos Significados/representações da EcoBorborema para os agricultores. ....	196
Figura 35 – Mapa da divisão do Território em regiões ecológicas e as zonas de dinâmicas territoriais. ....	201
Figura 36 - Fluxograma das principais atividades agropecuárias do Agreste paraibano (1889-2010).....	204
Figura 37- Mapa do território produzido a partir de zoneamento participativo .....	205
Figura 38 - Organograma dos principais desafios dos agroecossistemas familiares. ....	212
Figura 39 - Organograma dos principais avanços dos agroecossistemas familiares. ....	214
Figura 40 - Fotografia das estratégias utilizadas para a captação e armazenamento da água (cisternas calçadão, enxurrada e de placa) nos agroecossistemas da EcoBorborema. ....	215
Figura 41 - Fotografia da produção de hortaliças nos agroecossistemas da EcoBorborema. ....	217
Figura 42 - Fotografia da produção de frutas nos agroecossistemas da EcoBorborema. ....	217
Figura 43 - Fotografia da produção inhame, mandioca e palma forrageira nos agroecossistemas da EcoBorborema.....	218

Figura 44- Fotografia da criação animal nos agroecossistemas da EcoBorborema. .....	218
Figura 45 – Fotografia A) Casa de farinha e banco de sementes na propriedade de Dona Maricê, em Alagoa Nova -2019; B) Banco de Sementes na propriedade do Sr. José Nivaldo, em Areial – 2019.....	219
Figura 46 - Fotografia do beneficiamento dos produtos dos agricultores da EcoBorborema. ....	219
Figura 47 - Fotografia da cozinha de beneficiamento individual da agricultora Cida no município de Remígio. Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo. ....	220
Figura 48 - Organograma dos principais desafios do mercado na EcoBorborema.	225
Figura 49 - Organograma dos principais avanços do mercado na EcoBorborema.	228
Figura 50 – Fotografia A) Feira agroecológica em Esperança-PB -2019; B) Feira agroecológica em Areial - 2019.....	228
Figura 51 - Fotografia do munguzá, xerém e fubá, embalados e comercializados na EcoBorborema. ....	229
Figura 52 - Fotografia da Marca "Produtos do Roçado".....	230
Figura 53 – Fotografia da goma de mandioca comercializada na rede de feiras agroecológicas. ....	232
Figura 54 - Organograma das principais perspectivas do mercado na EcoBorborema. .....	233

## Lista de abreviaturas e siglas

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AO	Agricultura Orgânica
AP	Ação Popular
APTA	Associação de Programas em Tecnologia Alternativa
ASA-Brasil	Articulação do Semiárido Brasileiro
ASA-Paraíba	Articulação do Semiárido Paraibano
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BSC	Banco de Sementes Comunitários
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais
CAPA	Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CENTRAC	Centro de Ação Cultural
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CIRAD	Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento
CLADES	Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA	Centro de Tecnologia Alternativa
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DETRs	Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
DR	Desenvolvimento Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPASA	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAG	Federação de Trabalhadores na Agricultura
FETAG-PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FRS	Fundos Rotativos Solidários
IFOAM	Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAC	Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica
OCS	Organização de Controle Social
ONGs	Organizações não governamentais
OPAC	Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PATAC	Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA	Projeto de Tecnologia Alternativa
RAA	Redes Alimentares Alternativas
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologia Alternativa
SAB	Semiárido Brasileiro
SASOP	Assessoria a Organizações Populares
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG	Sistemas Participativos de Garantia
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>26</b>
<b>2.1 Impérios Agroalimentares</b> .....	<b>26</b>
<b>2.2 Redes Agroalimentares Alternativas</b> .....	<b>33</b>
<b>2.3 Construção de novos mercados aninhados</b> .....	<b>44</b>
<b>2.4 Agroecologia como base dos sistemas agroalimentares</b> .....	<b>51</b>
<b>2.5 Agricultura Familiar Camponesa</b> .....	<b>64</b>
<b>3 OBJETIVOS DA PESQUISA</b> .....	<b>69</b>
3.1 Objetivo geral .....	<b>69</b>
3.2 Objetivos específicos .....	<b>69</b>
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>70</b>
<b>4.1 Caracterização do Território de pesquisa</b> .....	<b>75</b>
4.1.1 Semiárido Nordeste Brasileiro .....	<b>75</b>
4.1.2 Semiárido Paraibano .....	<b>81</b>
4.1.3 Território da Borborema.....	<b>85</b>
<b>5 AS DUAS MÃES DA ECOBORBOREMA</b> .....	<b>92</b>
<b>5.1 Movimento de Renovação Sindical</b> .....	<b>92</b>
<b>5.2 AS-PTA “Movimento Agroecológico” no Agreste Paraibano</b> .....	<b>107</b>
<b>5.3 Início da Caminhada AS-PTA e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Agreste Paraibano</b> .....	<b>115</b>
<b>5.4 Pólo Sindical da Borborema: quebrando o isolamento dos sindicatos</b> .....	<b>120</b>
<b>5.5 A Rede de Feiras Agroecológicas no Território da Borborema</b> .....	<b>160</b>
<b>6 O CASO DA OCS ECOBORBOREMA-PB</b> .....	<b>167</b>
<b>6.1 Desafios, avanços e perspectivas da EcoBorborema</b> .....	<b>177</b>
6.1.1 Desafios da EcoBorborema .....	<b>177</b>
6.1.2 Avanços da EcoBorborema .....	<b>185</b>
6.1.3 Perspectivas da EcoBorborema .....	<b>193</b>
<b>6.2 Significados da EcoBorborema para o Território da Borborema</b> .....	<b>195</b>
<b>6.3 Unidade de produção dos Agricultores da EcoBorborema</b> .....	<b>200</b>
6.3.1 Caracterização da heterogeneidade climática das unidades de produção .....	<b>200</b>
6.3.2 Agricultura Familiar no Território da Borborema .....	<b>203</b>
6.3.3 Desafios e avanços dos Agroecossistemas familiares.....	<b>211</b>
<b>6.4 Comercialização na EcoBorborema</b> .....	<b>220</b>

6.4.1 Canais de comercialização .....	220
6.4.2 Produtos comercializados .....	223
6.4.3 Desafios, avanços, e perspectivas do mercado na EcoBorborema .....	224
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>235</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>239</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>255</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>257</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa consiste em um processo de compreensão da dinâmica da rede agroalimentar alternativa existente no contexto do estado da Paraíba. Há diversas formas de compreender esse tipo de organização. Uma delas é, no entendimento que as redes que seguem esta perspectiva representam um símbolo de resistência e de contestação à lógica de padronização agroalimentar que impera no “mundo moderno” desde o surgimento das grandes cadeias de distribuição de alimentos. Outra forma é reconhecer que elas tendem a reproduzir novas relações de organização, produção, comercialização e consumo no âmbito de territórios que se constroem e reconstroem a partir de novas bases espaciais.

O tema de pesquisa está diretamente ligado à linha de pesquisa Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF), a qual se debruça não somente sobre os mercados da agricultura familiar, mas sobre os processos subjacentes dentro e fora dos limites das propriedades rurais.

A economia de mercado é produto da sociedade industrial, que segue um padrão societal de integração mercantil-capitalista, tal projeto político está fundado no processo de mercantilização da terra, trabalho e do dinheiro (SCHNEIDER e ESCHE, 2011).

Em meio a este processo de mercantilização da terra, trabalho e dinheiro, a agricultura passou a ser mais um setor subordinado a indústria, servindo como mera fornecedora de matéria-prima e de alimentos para a população. Assim, a chamada modernização da agricultura, traduzida na vulgarização dos insumos modernos, aprofunda o grau de subordinação ao setor industrial. Esse processo ocorreu em nível mundial durante os anos 1960 e 1970, passando a denominar-se “revolução verde”. No Brasil a expansão dos mercados agrícolas foi induzida a partir da intervenção do Estado (SCHNEIDER e ESCHE, 2011). Ainda segundo estes autores tal paradigma agrícola acarretou uma série de impactos sociais e econômicos, onde:

[...] muitas regiões e grande parte dos agricultores, sobretudo os familiares, foram aliados do processo de modernização tecnológica. Apesar do relativo sucesso nos quesitos produção e produtividade, este modelo reproduziu as desigualdades distributivas na propriedade e na renda, gerou êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, e desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico (SCHNEIDER e ESCHE, 2011, p. 204).

A modernização da agricultura se dá em meio à consolidação do que Ploeg (2008) denomina de grandes impérios alimentares como Carrefour, Wall Mart, Unilever, dentre outros exemplos, os quais constroem cadeias globais de suprimento.

Desta forma, os impérios alimentares hodiernos configuram-se como um regime agroalimentar corporativo, que tem monopolizado e simplificado toda a cadeia produtiva, desde a produção à comercialização. Neste sistema, a cultura e os hábitos alimentares são homogeneizados (MATIAS, 2016). Um dos seus impactos reside no fato de que,

Não conhecemos mais quem produz os alimentos, como são elaborados, que matérias primas foram utilizadas. Ao final, temos apenas um produto de boa aparência na prateleira do supermercado, sendo esta apenas uma faceta visível do processo de homogeneização (ALTEMBURG, CALDAS e GRISA, 2014, p. 175).

Tal regime tem produzido uma série de externalidades negativas do ponto de vista social, ambiental, cultural e econômico. Além de grandes escândalos alimentares contabilizados nas últimas décadas (óleo de colza, clenbuterol, dioxinas, vaca louca, febre aftosa, gripe aviária), como recorda Hernández (2009). Destarte, atrelada a outras ações antrópicas deletérias, esse sistema tem sido um dos grandes responsáveis pela crise social e ambiental. Nos chamados “países em desenvolvimento” o êxodo rural, os danos à saúde dos agricultores, consumidores e a destruição dos recursos naturais são a face visível de um processo que não se interrompe desde a segunda metade dos anos 1960 até os dias atuais. Igualmente tais fatores contribuíram para a “geração de uma verdadeira «falha metabólica» na relação sociedade-natureza, jamais vista em tamanha proporção na história da humanidade” (SCHNEIDER e ESCHE, 2011, p. 204).

Desta forma, Polanyi (2000) já denotara as consequências acarretadas pela sociedade de mercado, observadas já no período da Revolução Industrial (iniciada no final do século XVIII e início do século XIX), onde constatou um intensivo processo de

desarticulação social, entre outros aspectos. No entanto, de forma simultânea, tal dinâmica foi governada por um duplo movimento, fundamentado em dois princípios organizadores da sociedade: um movimento de expansão dos mercados (Princípio do liberalismo econômico) e de outro lado, um movimento de autoproteção da sociedade, o contramovimento (Princípio da proteção social). Logo, os contramovimentos surgiram com intuito de contrapor as ações do mercado sobre os dois elementos da produção: trabalho e terra.

A relação homem-natureza foi também objeto da análise de Polanyi em sua abordagem sobre as vicissitudes trazidas pela economia de mercado. Segundo suas próprias palavras:

O pressuposto é tão utópico em relação à terra quanto em relação ao trabalho. A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, são as paisagens e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E, no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado (POLANYI, 2000, p. 214).

Há várias formas através das quais se expressam lutas de resistência e ações que poderiam ser definidas como “contramovimentos”, seguindo o ideário de Polanyi. Coincidimos com Schneider e Escher (2011, p. 210) quando asseveram que tais contramovimentos “estão imersos nas práticas diversas e heterogêneas dos agricultores familiares e camponeses, os quais buscam defender e criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais”.

Por conseguinte, na economia pós-moderna, assistimos à implantação de duas dinâmicas contraditórias: uma é a globalização dos mercados e a outra é a recriação de mercados locais, denotando a capacidade adaptativa da agricultura familiar (JEAN, 1994), mesmo sob condições adversas. Nesse sentido, existe “[...] também os que argumentam que, através de «boas instituições», as organizações da sociedade civil podem exercer um papel propositivo e regulador na correção das falhas de mercado, via geração de confiança e de capital social” (SCHNEIDER e ESCHE, 2011, p. 183). Criar ou recriar mercados locais e territorializados supõe reconstruir espaços de autonomia para a agricultura familiar e para a produção agroecológica.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural (DR)<sup>1</sup> surge como uma resposta as falhas de mercado, fato este constatado na análise comparativa entre os processos de DR no Brasil, Europa e China, onde o pesquisador Jan Douwe Van Der Ploeg (2011, p. 136-137) conclui que:

Este método possibilita a determinação dos denominadores comuns. Sendo assim, ajuda a compreender os processos de desenvolvimento rural como respostas multifacetadas e de múltiplos níveis às falhas de mercado associadas às dinâmicas dos mercados globais de commodities para a produção agrícola e de alimentos. [...] Portanto, a abordagem comparativa contribui significativamente para a compreensão dos atuais processos de desenvolvimento rural como fenômenos disseminados, persistentes e resilientes, que podem alterar parcelas consideráveis das realidades rurais – onde quer que estas estejam localizadas. Como sugere a análise comparativa, esta persistência, resiliência e ampla distribuição espacial do desenvolvimento rural (em constelações espaciais tão diversas como Europa, China e Brasil) se deve ao fato do desenvolvimento rural estar radicado tanto em problemas globais (falhas de mercado) como em respostas locais (novas práticas de desenvolvimento rural que se articulam através de novos mercados aninhados) altamente diferenciadas.

Desta forma, a construção de novos mercados aninhados (*Nested markets*), aqui referidos como mercados socialmente construídos, está articulada às novas práticas de DR.

No Brasil, o recente fortalecimento do processo endógeno na construção de novos mercados, deve-se, principalmente, a consolidação e reorganização de grupos sociais, que ao longo da história, tentam reinventar-se e resistir aos intensivos movimentos de “desmantelamento” das estruturas sociais e formas explícitas e implícitas de exclusão social.

Tal resistência, preponderantemente, é representada pela agricultura familiar, a qual é considerada como setor “central para o DR” (PLOEG, 2011, p. 120) brasileiro. Dentre os exemplos de mercados aninhados, no Brasil, temos os mercados institucionais: PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). E outros exemplos de mercados sem a direta intervenção do Estado (PLOEG, 2011).

---

<sup>1</sup> Schneider e Esche (2011, p.186) percebem o “desenvolvimento rural enquanto um ‘processo instituído’ por meio de ‘contramovimentos’ dos atores sociais no contexto das contradições características do capitalismo contemporâneo”. Representando um projeto político que deve ser dirigido por uma ação coletiva, a partir da atuação dos grupos sociais, Estado e de toda a sociedade (destaques no original).

É dentro deste contexto que emergem as chamadas redes agroalimentares alternativas (*Alternative food networks- AFNs*), insurgindo também como resposta aos “escândalos agroalimentares e à busca dos indivíduos pela garantia da qualidade e procedência daquilo que consomem” (ANJOS, CALDAS e SILVINI, 2016, p. 131). Tais redes preconizam “novos princípios de troca, realocização dos alimentos, retomam valores, tradições e novos tipos de relações entre produtores e consumidores” (DAROLT *et al*, 2016 p. 2).

As AFNs estão imbuídas em novas dinâmicas de DR, onde prevalecem novos e renovados estilos de agricultura, os quais “auxiliam os agricultores a enfrentar em melhores condições as falhas de mercados vigentes” (PLOEG, 2011, p. 133). Neste sentido, de forma a superar as externalidades negativas proporcionadas pelo paradigma agrícola dominante, emergem, em vários países, as chamadas agriculturas alternativas, as quais de acordo com Caporal e Costabeber (2004a, p. 7) possuem “diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, segundo as correntes a que estão aderidas”.

Entretanto, estes estilos de agriculturas alternativas, sozinhos, não foram suficientes para responder aos nocivos acontecimentos sociais, ambientais, econômicos e culturais procedentes do sistema agrícola convencional (CAPORAL e COSTABEBER, 2004a). Ainda, segundo os mesmos autores, a

[...] busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2004a, p. 8).

Desta forma, a agroecologia emerge como o novo enfoque científico e metodológico com capacidade para orientar o processo de desenvolvimento rural sustentável, reproduzindo, assim, os fundamentos para a construção de estilos de agricultura de base ecológica ou sustentável, como explicitado por Caporal e Costabeber. Neste sentido, “as orientações a estilos de agricultura de base ecológica constituem respostas importantes dos agricultores familiares para evitar a exclusão

econômica e social e, ao mesmo tempo, contribuir para a extensão de modelos agrícolas sustentáveis” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004b, p. 48).

Logo, a agricultura familiar se sobressai como um espaço com grande potencial para abarcar tais estilos de agricultura de base ecológica, que de acordo com Finatto e Salamoni (2008 p. 206), dado que os agroecossistemas apresentam: “traços compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável. A identificação e a sistematização destas características permitem o redesenho dos agroecossistemas, adaptando-os aos princípios de uma nova proposta de desenvolvimento”.

No Brasil, as dinâmicas de criação e fortalecimento das AFNs de base ecológica, derivadas de intensivos processos de luta, resistência e diálogo dos grupos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) com o poder público, atrelada a expansão da agricultura orgânica<sup>2</sup> garantiram o alicerce para a firmação do novo marco legal sobre a produção e certificação de produtos orgânicos<sup>3</sup>. Considerada por Anjos, Caldas e Silvini (2016) como uma iniciativa de inovação com uma significativa relevância social e política, que tem servido como exemplo a nível mundial.

Trata-se da criação do marco legal que instituiu instrumentos jurídicos para a produção e certificação de produtos orgânicos através da aprovação da Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, a qual é regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Para tanto Caldas (2011, p. 77-78) faz uma descrição minuciosa do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SisOrg)<sup>4</sup>,

O Brasil conta atualmente com um conjunto de instrumentos jurídicos que dispõem sobre os processos de certificação de produtos orgânicos. Nesse sentido, o principal marco regulador corresponde ao Decreto nº 6.323 de 27/12/2007, o qual regulamenta a Lei 10.831 de 23/12/2003 e estabelece uma série de aspectos e normativas que merecem ser aqui destacados. Essa legislação se estrutura em torno à criação do chamado “Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica” (SisOrg), gerido pelo Ministério da

---

<sup>2</sup> Considera-se como um estilo de agricultura, praticamente, voltado a substituição de insumos agroquímicos, fundamentado exclusivamente, em aspectos tecnológicos ou agrônômicos da produção “ecológica”. Fato este, que a difere dos estilos de agricultura que estão orientados pelos princípios da agroecologia, ou seja, a agricultura de base ecológica considerada neste trabalho.

<sup>3</sup> Neste sentido, no parágrafo § 2º da Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003: “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei. Desta forma, para fins da legislação brasileira, o termo orgânico pode representar a agricultura de base ecológica.

<sup>4</sup> Indo de encontro a afirmação de Anjos, Caldas e Silvini (2016, p. 129) é importante ressaltar, que dentre as duas grandes modalidades de certificação impostas no SISORG, considera-se que: “a produção orgânica estaria mais próxima da certificação por terceira parte, enquanto a produção agroecológica se identifica mais fortemente com a natureza dos sistemas participativos de garantia”.

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação de conformidade, prevendo duas grandes modalidades de certificação, quais sejam, a certificação por auditoria e os Sistemas Participativos de Garantia [SPG]. Existe ainda a modalidade de venda direta.

O Art. 25 do Título III do Decreto nº 6.323, dispõe sobre os Mecanismos de Controle, onde: “As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes” (BRASIL, 2007, p. 7). Para tanto, no Art. 26 do Capítulo I, consta que a regularização deverá: “atender aos requisitos estabelecidos para os agricultores familiares na venda direta sem certificação” (BRASIL, 2007, p. 7). Diante desse cenário surge a necessidade de existência do que se veio a chamar de Organização de Controle Social, tal como consta no Art. 28 do Capítulo II:

Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado. § 1º - No caso previsto no caput, os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento (BRASIL, 2007, p. 8).

Dessarte, as Organizações de Controle Social (OCSs) são primordiais para o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica e, conseqüentemente, das redes agroalimentares alternativas, pois representam uma forma de garantia da qualidade fundada nas especificidades regionais, nas relações de confiança e de solidariedade. Este fato é constatado na pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares da “Associação dos produtores e produtoras orgânicas de Ceará Mirim-RN”, onde Oliveira (2015) concluiu que:

[...] a declaração como OCS apresenta duas grandes vantagens: abertura de mercado e aumento da credibilidade, além de, agregação de valor no preço final do produto orgânico, especialmente nos mercados institucionais (PAA) e nas feiras agroecológicas em Natal (OLIVEIRA, 2015, p. 77).

No entanto, apesar dos avanços alcançados até aqui, ainda é fundamental o aperfeiçoamento do processo e das normativas de adequação, dado que as

realidades se modificam constantemente ao longo do tempo, pois, conforme afirma Scofano (2014, p. 15) que é importante reconhecer “os gargalos de pesquisa, tecnologia, assistência técnica, formação, organização, informação, políticas, infraestrutura e logística, que produtores e comerciantes estão enfrentando no cumprimento da regulamentação da AO [agricultura orgânica]”. Contudo, os processos atinentes às redes agroalimentares alternativas ocorrem de forma similar, mas não necessariamente idêntica, nos quatro quadrantes do país.

No Brasil existe uma diversidade de experiências consolidadas de transição agroecológica na agricultura familiar, a exemplo da região Semiárida, as experiências dessa abrangência regional criticam a agricultura convencional com seu viés produtivista e a lógica de “combate à seca”, estando no “contramovimento” desse segmento, essas experiências estão no processo de desenvolvimento agroecológico baseado na “convivência com o semiárido” (PIRAUX *et al.*, 2012).

No âmbito da diversidade de OCSs que foram criadas no Brasil, no estado da Paraíba, está a Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicas do Território da Borborema – EcoBorborema.

A EcoBorborema-PB foi criada em 2005 e reúne um total de 120 famílias agricultoras agroecológicas de 16 municípios do Agreste da Borborema (PRA *et al.*, 2016, p. 11).

Frente a este contexto, a proposta deste trabalho de pesquisa é de prospectar respostas a questões que consideramos pertinentes, relativas à dinâmica da experiência da Rede Agroalimentar Alternativa, com enfoque agroecológico mencionado anteriormente. Nesse sentido, indagamos:

- Qual o papel social e político exercido pela EcoBorborema no território onde emerge?
- Quais os significados e implicações desta organização para afirmar o enfoque agroecológico e o fortalecimento da agricultura familiar no território em que tal organização opera?

Considera-se que os sistemas de produção dos agricultores familiares vinculados às OCSs devem seguir os preceitos da agroecologia, reflexionada como uma ciência que propugna um processo de transição em direção ao desenho de agroecossistemas sustentáveis, para assim superar a crise socioambiental

(CAPORAL, 2009). Na perspectiva da agroecologia, a agricultura sustentável está alicerçada na percepção holística dos agroecossistemas, a partir da integração das dimensões sociais, econômicas, ecológicas e culturais. Nesse sentido, os agroecossistemas são desenhados e redesenhados respeitando e valorizando as especificidades socioambientais locais, com vista a manter a capacidade produtiva a longo prazo (GLIESSMAN, 1990). Nesta perspectiva, torna-se relevante apreender ainda: como a EcoBorborema–PB está influenciando as dinâmicas organizativas de manejo dos sistemas de produção dos agricultores familiares a ela vinculados?

As unidades de produção de base agroecológica que estão articuladas às OCSs podem comercializar seus produtos por meio da venda direta, a qual é definida no capítulo I, artigo segundo, inciso dezenove do Decreto nº 6.323, como: “relação comercial direta entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários ou preposto, desde que seja o produtor ou membro da sua família inserido no processo de produção e que faça parte da sua própria estrutura organizacional” (BRASIL, 2007, p. 1). Ou seja, trata-se da relação direta do produtor com o consumidor dentro do que se veio a chamar de circuitos curtos de comercialização. Esse é o caso dos mercados institucionais como o PAA e PNAE, bem como das feiras ecológicas, agroecológicas ou da entrega em domicílio (*box schemes*).

Configurados como importantes circuitos curtos de comercialização utilizado pelas OCSs, os mercados institucionais podem ser considerados “como uma forma particular de AFN, tratando-se de uma rede institucional sustentada através de uma política pública impulsionada de forma descentralizada pelo Estado brasileiro no âmbito dos estados e municípios” (ANJOS, CALDAS E SIVINI (2016, p. 127). Deste modo, o PAA e o PNAE representam um relevante mecanismo de comercialização para os agricultores, já que as feiras não garantem o escoamento de toda a produção (MATIAS, 2016). Logo, tal mercado possibilita uma segurança financeira “regular” e complementar as feiras agroecológicas, garantindo formas diversificadas de mercados. O estudo desenvolvido por Darolt e colegas, apoiado pelo convênio CAPES/COFECUB detalham o funcionamento do mercado institucional:

O mercado institucional atende o consumidor coletivo (instituições de assistência social, hospitais, creches, escolas) dentro de um circuito curto de comercialização, considerado como venda direta pelo governo brasileiro. Assim, por meio de programas de governo os alimentos da agricultura familiar são comprados diretamente dos agricultores ou das associações e cooperativas de produtores e chegam até a população via entidades de

assistência social do governo e escolas públicas. São programas que se inserem nas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Nos últimos anos, no Brasil, dois programas se destacaram na compra de produtos de base ecológica: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (DAROLT *et al.*, 2016, p. 10).

Já as feiras livres representam um circuito curto de comercialização historicamente utilizado pelos agricultores familiares, por meio do qual, se estabelecem laços diretos entre agricultores e consumidores (SANTOS, 2016). De acordo com Darolt (2012, p. 91): “A feira é um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento de relações, [...] traz diversidade, resgata valores, crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida”.

A comercialização representa um relevante processo para a afirmação destas redes, visto que, é também nessa etapa que os vínculos com os consumidores são fortalecidos e onde os agricultores encontram a autonomia econômica. Nesse contexto, os “Mercados podem se constituir em mecanismos de inserção social e econômica e resultar no fortalecimento da autonomia frente às vulnerabilidades enfrentadas” (CONTERATO *et al.*, 2011, p. 75).

Portanto, diante do exposto é pertinente compreender:

- Como estão estruturadas as dinâmicas de comercialização da EcoBorborema–PB, em um contexto de processo endógeno de construção de novos mercados?

Deste modo, é crucial a realização de processos investigativos que se proponham a analisar as dinâmicas sociais, econômicas, ecológicas e culturais que envolvam os sistemas de produção de base ecológica dos agricultores familiares atuantes nas OCSs. Principalmente, quando observadas do ponto de vista para fortalecer as possibilidades dessa forma de agricultura.

Esta pesquisa possui relevância científica e social, à medida que estas redes agroalimentares alternativas com enfoque agroecológico representam um símbolo de resistência e contestação à padronização agroalimentar, as quais reproduzem novas relações de produção, comercialização e consumo. Tais redes estão no bojo dos processos endógeno de (re) construção de mercados mais territorializados.

Nesse sentido, Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012, p. 153-154) afirmam a necessidade de pesquisas voltados para estes temas nos estudos sobre o campesinato contemporâneo, pois:

A análise dos novos mercados emergentes move a fronteira rumo a um novo campo de interesse: explorar como as relações e os processos de circulação (isto é, os mercados) estão sendo ativamente reorganizados [...] O mercado enquanto tal (ou seja, a organização social da circulação) foi dado como certo. O que está ocorrendo atualmente vai muito além da mera negociação - embora possa muito bem resultar em uma melhoria dos termos de troca. Novos papéis e posições estão sendo criados, assim como novas relações e novos circuitos estão sendo desenvolvidos e novas e comuns definições estão sendo elaboradas (destacado no original).

Logo, é fundamental visibilizar, conhecer e analisar a importância destas redes para o fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar nos territórios onde emergem. Sendo assim, torna-se primordial a realização de processos investigativos que venham a fortalecer tais dinâmicas, para então, garantir informações sobre como estão ocorrendo tais processos, de modo a permitir o aperfeiçoamento de estratégias de ações locais de acordo com a real demanda dos agricultores e, conseqüentemente, dos consumidores.

O presente trabalho está organizado em sete seções principais. Além dessa primeira seção, com uma breve Introdução, a problemática e justificativa da pesquisa; a segunda apresenta a fundamentação teórica, onde será tratado o conceito de Impérios Alimentares, Redes Agroalimentares Alternativa, Construção de novos mercados aninhados, Agroecologia como base dos sistemas agroalimentares e a Agricultura Familiar Camponesa; a terceira contempla os objetivos (geral e específicos); a quarta seção é dedicada a apresentação da metodologia junto a caracterização regional do território de pesquisa; na quinta seção é tratado todos os antecedentes que deram origem a EcoBorborema, a partir da atuação e união do movimento agroecológico (AS-PTA) e o movimento de renovação sindical (Pólo Sindical da Borborema); a sexta seção é voltada exclusivamente para o estudo de caso da EcoBorborema; a sétima seção apresenta as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Impérios Agroalimentares**

Tendo o mercado como ordenador da economia, deu-se início ao processo de mercantilização da agricultura, a partir da modernização agrícola, onde houve o avanço sobre “culturas e identidades milenares; terra, sementes, pessoas, hábitos, ciclos de produção e, até códigos genéticos de algumas espécies” (BOGO, 2010, p. 17).

Desde então, muitas dinâmicas dos espaços rurais foram sendo modificadas, principalmente com o advir da Revolução Verde no final da década de 60 e início da década de 70. No Brasil, o período de 1970 foi marcado com a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a extinta Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), com o objetivo de criar e difundir os novos “pacotes tecnológicos”, e pela introdução do uso de agrotóxicos (MARTIL, 2016).

Já na segunda metade da década de 60, os impactos da ‘revolução verde’ são externalizados, a partir das intensas mudanças ocasionadas no mundo rural (MARTIL, 2016). Logo, a euforia das “grandes safras” proporcionadas pela Revolução Verde, cedeu lugar a uma série de preocupações relacionadas tanto aos impactos socioambientais quanto a viabilidade energética. Dentre as principais consequências deste modelo destaca-se a erosão, perda da fertilidade do solo, destruição das florestas, dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade, contaminação do solo, água, animais silvestres, alimentos, entre outros (EHLERS 1996). O que é corroborado por Caporal (2009, p.11) afirmando que “as práticas e tecnologias da chamada Revolução Verde, têm sido responsáveis por um conjunto de externalidades que levaram a uma crise sócio-ambiental sem precedentes na história da humanidade”.

De acordo com Scarabelot e Schneide (2012, p. 125) tais acontecimentos “marcaram profundamente aspectos da vida social, econômica e ambiental das famílias rurais e urbanas. Este processo também é responsável pela deslocalização

do sistema agroalimentar e a desconexão entre produtores e consumidores de alimentos”. Além das profundas mudanças ideológicas que afetaram a cultura e os valores éticos e morais também das classes exploradas (BOGO, 2010, p. 11).

O ciclo de apropriação pelo capital da rede agroalimentar é completado com a dominação dos mercados de alimentos por diferentes Impérios alimentares, que monopolizam todas as conexões entre produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos (PLOEG, JINGZHONG e SCHNEIDER, 2012).

Nesse sentido, as três trajetórias de desenvolvimento básicas e mutuamente contrastantes que caracterizam a agricultura mundial e afetam a natureza dos processos agrícolas, consistem em: uma forte tendência para uma *industrialização* multifacetada e de longo alcance; um processo generalizado, embora frequentemente camuflado de *recampanização*; e um processo emergente de desativação<sup>5</sup>, principalmente na África, mas também em outras regiões do mundo. Imediatamente, essas trajetórias interagem com três grupos díspares de segmentos da agricultura que se inter-relacionam: a agricultura camponesa, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista ou corporativa de grande escala (quadro 1) (PLOEG, 2008).

<b>Caracterização dos três grupos de segmentação da agricultura</b>		
<b>Agricultura camponesa</b>	<b>Agricultura do tipo empresarial</b>	<b>Agricultura capitalista ou corporativa de grande escala</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundamentada no uso sustentado do capital ecológico;</li> <li>- Multifuncionalidade;</li> <li>- Mão de obra fundamentalmente familiar;</li> <li>- Produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família;</li> <li>- Baseada em circuitos curtos e descentralizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É essencialmente baseado em capital financeiro e industrial;</li> <li>- Produção altamente especializada;</li> <li>- Completamente orientada para o mercado;</li> <li>- Os agricultores tornam-se ativamente dependentes dos mercados;</li> <li>- Está ligada ao consumo mundial, através de empresas de processamento e comercialização de alimentos de grande escala.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo agroexportador;</li> <li>- Engloba uma rede bastante extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade;</li> <li>- Utiliza mão de obra essencialmente, ou quase exclusivamente, baseada em trabalhadores assalariados;</li> <li>- A produção é voltada para a maximização do lucro;</li> <li>- Está ligada ao consumo mundial, através de empresas de processamento e comercialização de alimentos de grande escala.</li> </ul>

Quadro 1 - Caracterização dos três grupos de segmentação da agricultura  
Fonte: Elaboração própria com dados de PLOEG (2008, p. 17-18).

<sup>5</sup> A desativação tem muitas causas, mecanismos e resultados específicos, em sua maioria, ela está configurada em um subprocesso associado, onde os recursos necessários para a agricultura são convertidos em capital financeiro, a partir da contenção ou redução progressiva dos móveis de produção, com intuito de empregar esse capital em outros setores e atividades econômicas (PLOEG, 2008).

Segundo o mesmo autor, as diferenças entre esses três grupos são variadas e, geralmente, bastante articuladas, onde as linhas de limite são ultrapassadas através de movimentos complexos. Logo, as principais discrepâncias consistem nas diferentes formas de estruturar o social e o material e o modo de produção, os quais “afetam profundamente a magnitude do valor agregado, sua redistribuição, bem como a natureza, qualidade e sustentabilidade dos processos de produção e os alimentos que resultam desses processos” (PLOEG, 2008, p. 18).

Esse processo de interligação entre esses três grupos e a sociedade resulta na estruturação de dois modelos dominantes: o primeiro centra-se na construção e reprodução de *circuitos curtos e descentralizados* que ligam a produção e o consumo de alimento e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. Já o segundo é denominado de *Impérios alimentares*, são fortemente centralizados, constituídos por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais operam em escala mundial (PLOEG, 2008).

Desta forma, a trajetória da recampesinização é caracterizada por Ploeg como um processo que:

Em essência, a recampesinização é **uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência**. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a recampesinização. **A recampesinização implica um movimento duplo**. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados (PLOEG, 2008, p. 23, grifo nosso).

É importante destacar, que outros dois regimes alimentares antecederam o regime alimentar imperial, a definição de regime alimentar (*food regimes*) foi estabelecida por Harriet Friedmann (1980, 1993 e 2006), assim, historicizando o sistema alimentar global (PLOEG, 2008; MCMICHAEL, 2009). Para tanto, o conceito de “regime alimentar” pode ser considerado um dispositivo analítico que proporciona

uma compreensão historicizada da evolução dos modelos de desenvolvimento da base agrária das hegemonias mundiais (MCMICHAEL, 2009). Ainda segundo o mesmo autor:

O regime alimentar está ancorado na "fenda metabólica", termo de Marx para a separação da produção social de sua base biológica natural. A "fenda metabólica" expressa a subordinação da agricultura às relações de produção capitalistas, ou seja, a transformação progressiva dos insumos agrícolas (recursos orgânicos para commodities inorgânicas), a redução da reciclagem de nutrientes dentro e através do solo e da água, e a introdução de novos métodos agronômicos dependentes de produtos químicos e sementes bioengenhariadas e materiais genéticos produzidos em condições industriais (MCMICHAEL, 2009, p. 161).

Logo, "à noção de regime alimentar permite apreender a existência de uma lógica política e econômica global na dinâmica da agricultura e da alimentação na evolução do capitalismo" (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016, p. 4).

Genealogicamente os regimes alimentares estão divididos em três momentos históricos, de acordo com McMichael (2009) e Ploeg (2008): de 1870-1939 ocorreu o primeiro regime alimentar, o "regime alimentar colonial", assinalado pela hegemonia do Império Britânico, com o provisionamento das emergentes classes industriais europeias a partir da combinação das importações de grãos tropicais coloniais e de gado de colônias de colonos para a Europa. Era centrado no princípio do comércio livre.

De 1945-1990 ocorreu o segundo regime alimentar, o "regime alimentar mercantil e industrial" era baseado no princípio da regulação (PLOEG, 2008), onde:

[...] redirecionou fluxos de (excedentes) alimentos dos Estados Unidos para seu império informal de estados pós-coloniais em perímetros estratégicos da Guerra Fria. Os "Estados de desenvolvimento" internalizaram o modelo de agroindustrialização nacional, adotando tecnologias da Revolução Verde e instituindo a reforma agrária para amortecer a agitação camponesa e ampliar as relações de mercado para o campo. Enquanto isso, o agronegócio elaborou ligações transnacionais entre os setores agrícolas nacionais, que foram subdivididas em uma série de agriculturas especializadas ligadas às cadeias globais de suprimentos (por exemplo, o complexo transnacional de proteína animal que liga grãos/carboidratos, soja/proteína e muita alimentação) (MCMICHAEL, 2009, p. 141).

Ploeg aborda que o terceiro regime alimentar foi iniciado desde a década de 1990, a partir do desenvolvimento de um novo regime, denominado de "regime

alimentar imperial” com a incorporação da combinação complexa e confusa entre o comércio livre e a regulação. Segundo McMichael (2009, 142):

Parte dessa conjuntura inclui um complexo agrícola global emergente de alimentos/combustíveis, agora em tensão com várias formas de localismo. À medida que as "milhas de alimentos" aumentam os custos alimentares, e a produção em massa padroniza e processa alimentos, movimentos como Soberania Alimentar, Alimentos Lentos, Agricultura Apoiada pela Comunidade e pequenos produtores orgânicos expandem sua base social com base na democracia, ecologia e qualidade.

Os principais diferenciais entre os regimes alimentares anteriores para o atual estão na mudança de hegemonia, onde o primeiro regime era caracterizado pela hegemonia do Reino Unido, o segundo era os Estados Unidos, já o regime imperial não tem um centro político concreto. Diferença na dieta alimentar, passando de uma dieta rica e altamente diversificada para à centralidade da carne e do pão, já no segundo regime ocorreu a introdução progressiva de gorduras e adoçantes aos alimentos, com a suplementação por amido, espessante, proteínas e sabores artificiais. Já no regime imperial está centrado na artificialização dos alimentos (PLOEG, 2008).

Ploeg ainda utiliza os padrões imperiais (identificadas por Colás, 2007) para caracterizar os Impérios alimentares atuais, a partir de três características estruturais comuns: expansão, hierarquia e a ordem, que determinam a natureza e a dinâmica das redes imperiais. Desta forma, Silva e Silva (2015, p. 37) explana sobre essas três características estruturais, sendo:

a) **expansão**, na qual os impérios alimentares de hoje provocam alterações permanentes e múltiplas de fronteiras, até mesmo na redefinição da noção de alimentos. Esta conquista afeta igualmente padrões de consumo, a saúde e a identidade dos consumidores; b) **hierarquia**, na qual o império governa de forma hierárquica, através de esquemas reguladores abrangentes e em rápida expansão que especificam os códigos de conduta necessários e definem a (re)alocação e uso dos recursos. Exemplo disto são os critérios de higiene para os alimentos; c) **ordem**, que se dá pela imposição de matrizes aos processos, os quais implicam sua reformulação (ou remontagem) para ajustá-los a seus interesses, dinâmicas e requisitos (Grifos nosso).

O Império alimentar configura-se como um modo de ordenamento que é personificado por um conjunto de expressões específicas, como: grupos de agronegócio, grandes varejistas, modelos tecnológicos, científico, leis, entre outras expressões (PLOEG, 2008).

Nesse sentido, a trajetória de desenvolvimento direcionada a industrialização é conduzida, principalmente, pela agricultura capitalista e o Império. Primeiramente, esse processo age sobre o signo de uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo dos alimentos e as particularidades do tempo e espaço. Onde ocorre a desvalorização das inter-relações entre os espaços de produção e consumo. Em segundo lugar, é concebido um movimento contínuo na direção oposta à “integridade”, consistindo no “distanciamento” entre os sistemas agrícolas e os ecossistemas locais. Em terceiro lugar, a industrialização está alicerçada no controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e consumo de alimentos (PLOEG, 2008).

Mundialmente, tem emergido um novo e poderoso modo de ordenamento, com sua forma de governança específica, denominado de “Império” por Ploeg, que tem demandado uma reestruturação generalizada do mundo social e natural, o qual tem forte influência sobre o aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o mundo. Para tanto, às formas de governança do Império estão focadas no controle e na apropriação, a partir da introdução de um conjunto de normas e parâmetros generalizados. O Império possui múltiplas origens, emergindo em domínios muito diversos (Universidades, saúde pública, aparelhos estatais, empresas privadas, ONGs, agricultura, processamento de alimentos e conservação da natureza), o que dificulta o estabelecimento de uma definição mais abrangente (PLOEG, 2008). “Em parte, ele tem origem nas grandes corporações multinacionais e em suas redes de transporte, comunicação, montagem e controle, e é parcialmente fundado na possibilidade de transferir enormes quantias de capital de uma parte do globo para outra em poucos segundos” (PLOEG, 2008, p. 256). Entretanto:

Os impérios alimentares não precisam da propriedade direta de uma base de recursos, nem representam necessariamente valor acumulado. Suas redes simplesmente estruturam o mundo social e o mundo natural através da reunião de recursos, processos, territórios, pessoas e imagens em constelações específicas que simultaneamente canalizam a riqueza em direção ao centro (PLOEG, 2008, p. 258).

Com intuito de monopolizar os mercados, o Império também utiliza do seu “poder extraeconômico” para atuar de forma coordenada no controle dos “pontos de entrada” e os “pontos de venda” a partir da monopolização da *rota* desses fluxos e a subjugação das transações associadas as condições impostas pelo Império (PLOEG, 2008).

O atual regime alimentar tem os grandes supermercados no centro do sistema, assim provocando profundas mudanças nos padrões técnicos de produção, beneficiamento, logística e de consumo (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016), ainda segundo os mesmos autores:

A pressão que esses grandes supermercados exercem, estende-se muito além do setor agroalimentar, muitas vezes gerando forte influência na organização da produção e no próprio modelo de produção, transformando-o em uma correia de rápida transmissão das tendências de consumo para o chão das fábricas ou campos agrícolas (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016, p. 11).

Os Impérios alimentares têm muitos condutores, fontes diferentes e toma várias formas, ou seja, é multi-centrado, conseqüentemente essa expressão do Império impacta o campesinato, principalmente, a partir de três tendências extremamente destrutivas que o campesinato está enfrentando atualmente: A primeira tendência consiste em processos de distorção, desintegração e desconstrução da base de recursos em que os modos camponeses de fazer agricultura se fundamentam, a partir da interrupção de algumas de suas ligações estratégicas, com a utilização de diferentes mecanismos, a exemplo desses processos estão: o bloqueio do acesso à linha de crédito, usurpação da água, a eliminação abrupta de saídas de mercado, entre outros processos, objetivando a dissipação da base de recursos dos camponeses. A segunda tendência está estruturada em torno da drenagem de recursos, onde o Império introduz uma precariedade generalizada no setor agrícola. A terceira tendência consiste na apropriação dos recursos (terras, material genético, água, saídas de mercado, entre outros recursos), onde os produtores camponeses e outros produtores ligados as redes locais são condenados a redundância (PLOEG, 2008).

Desta forma, o Império muda progressivamente o contexto em que o campesinato está imerso, a partir da negação radical da sua própria existência, entretanto, as contradições e confrontos entre o Império e o campesinato acabam provocando novas formas de resistência, de luta e resposta, a partir do fortalecimento e alargamento do "princípio camponês"<sup>6</sup>. A resistência do campesinato está

---

<sup>6</sup> O princípio camponês é uma noção emancipatória. Ele representa os potenciais implícitos no campesinato — potenciais que estão atualmente sendo bloqueados pelo Império, mas que, ao mesmo

embasada em uma *multiplicidade de respostas* continuadas e/ou criadas, que ocorrem em níveis diferentes e envolvendo uma grande variedade de diferentes atores, em sua relação e confronto com o Império como principal modo de ordenamento. Essa resistência se materializa em um campo de ação muito vasto, ela se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas, na criação de novas unidades de produção e de consumo, entre outros (PLOEG, 2008).

## 2.2 Redes Agroalimentares Alternativas

A resistência dos novos campesinatos atua a partir de um espectro rico de técnicas de *reestruturação*, de modo que, o que foi desconstruído pelo Império passa a ser ativamente ligado de novo e reestruturado pelos camponeses. Para tanto, quando o Império deturpa as ligações com os consumidores, a resistência camponesa responde com a construção de novas ligações através de vendas diretas, mercado de agricultores, de novas cadeias agroalimentares alternativas e de esquemas públicos de abastecimento. Vale destacar que, a maioria das respostas almejam e conseguem a construção de novas formas de criar e proteger níveis novos e mais aprimorados de valor agregado, aumentar a autonomia, reavaliar a visibilidade (em contraposição a invisibilidade criada pelo Império) e uso de *mecanismos de conversão* alternativos não mercantis. Esse processo ocorre a partir da construção de novas atividades, práticas e trajetórias de desenvolvimento (PLOEG, 2008). Segundo o mesmo autor:

[...] o campesinato pode emergir como um adversário forte, se não mesmo como uma antítese, do Império — particularmente porque o princípio camponês é radicalmente oposto ao Império como princípio orientador e, também, porque a nova forma de resistência personificada no campesinato torna o último inatingível. É claro que o campesinato está longe de ser a única antítese do Império. Existem muitos poderes de contraposição bem como bolsas de resistência onde está se articulando uma crítica e a partir dos quais surgiram tendências contrárias ao Império. Contudo, acredito que é possível defender a afirmação de que particularmente o campesinato representa uma negação continua, múltipla, massiva, inevitável, inatingível e, provavelmente, convincente das muitas expressões do Império. Os campesinatos do terceiro milênio representam a insubordinação: eles são como insetos irritantes (como "bugs"). Essas características podem até provocar uma viagem renovada do princípio camponês que atravesse as fronteiras da própria agricultura: o princípio camponês pode inspirar muitos movimentos na sociedade de hoje — tal como aconteceu no passado (PLOEG, 2008, p. 303).

---

tempo, são (re)ativados por ele. Assim, o princípio camponês se refere igualmente ao poder de contraposição subjacente ao campesinato (PLOEG, 2008, p. 286).

O campesinato sempre se reconstitui, visto que, ele se desenvolve de forma dinâmica e heterogênea, estando constantemente se readaptando e contornando as dificuldades e desafios que surgem. Todavia, com o cenário atual marcado por dois processos que se contrapõem, de um lado está o de alinhamento das populações agrícolas com o Império como modo de ordenamento, e do outro a resistência camponesa como resposta. Logo, essa conjuntura configura-se como uma forma completamente nova de resistência, focada na construção de soluções locais para problemas globais, é uma resistência difícil de capturar, múltipla, que atrai e mobiliza, que liga novamente as pessoas, atividades e expectativas (PLOEG, 2008).

Por isso, a antropologia de Karl Polanyi se mantém atual, onde Lisboa (2008, p. 23) afirma que,

A atualidade de KP [Karl Polanyi] é que ele pensou o mercado, apostando na viabilidade e urgência de subordinar a economia à política. O triunfo contemporâneo da economia de mercado contrasta com a indigência da reflexão sobre o próprio mercado, especialmente nas suas dimensões morais e sociopolíticas, pois este é assumido inconscientemente como um postulado, uma obviedade, não sendo objeto de análise intelectual, especialmente por parte dos economistas.

Porém, neste sistema de mercado, Polanyi observa uma contradição interna, expressa no surgimento de um “duplo movimento”, um movimento voltado para a expansão da sociabilidade capitalista e o outro formado por contramovimento contestatório (SCHNEIDER E ESCHE, 2011). Ocorrendo assim, a “coexistência e simultaneidade destas diferentes variedades de desenvolvimento, sendo até o momento inexequível apontar uma tendência exclusiva ou universalizante” (NIEDERLE, 2009, p. 7). Assim, é impossível preconizar a predominância de um único sistema agroalimentar, além de existir uma complexa hibridização entre eles, pois “verifica-se que as fronteiras entre ambos os modelos não são tão rigorosas e claramente delimitadas” (CASSOL e SCHNEIDER, 2015, p. 153).

Os movimentos contestatórios com outra racionalidade e práticas inovadoras, focadas no desenvolvimento mais endógeno e territorializado, surgem diante as contradições do paradigma agrícola produtivista, diretamente expressas no aumento das vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais (NIEDERLE, 2009). Sendo

assim, o contramovimento surge também como resposta às “Falhas de mercado”, expressas nas crises geradas pelo modelo agroalimentar convencional.

À medida que, o processo de centralização e controle do poder aumentou, alavancou a necessidade de rompimento com a ordem estabelecida, a partir da formação de ordens opostas, expressas em práticas políticas de resistência e a busca de alternativas (BOGO, 2010). Nesse sentido, Niederle (2008, p. 323) afirma que:

A emergência de movimentos “contra-imperiais” em escala global, como é o caso da via camponesa e de um conjunto crescente de movimentos em que os consumidores têm assumido um papel de destaque (*slow food, fair trade*) revelam algumas formas de resistência. Nos mercados agroalimentares, o apelo por alimentos locais, com qualidades específicas relacionadas à origem e a modos tradicionais de produção, revaloriza as localidades e a agricultura camponesa.

Tal processo, foi efetivado a partir da criação e recriação de espaços de manobra para a garantia da autoproteção do tecido social, a partir da relação dialética entre os atores e as estruturas em uma interação complexa, pois de acordo com Schneider e Esche (2011, p. 209-210) é justamente do,

[...] complexo e contínuo processo de interação entre os atores e as estruturas em que estão imersos, resulta, portanto, uma diversidade de inovações sociotécnicas e institucionais; ou seja, de práticas locais de trabalho e produção e de arranjos sociopolíticos territorialmente institucionalizados, adaptados pelos agricultores às suas possibilidades de reprodução socioeconômica. De acordo com as experiências dos atores envolvidos, suas perspectivas, valores, interesses e procedimentos, eles podem resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida.

Deste modo, o princípio camponês, expresso nos processos empíricos de recampanização, representa uma poderosa saída para a crise agrária, visto que, é uma agricultura cada vez mais centrada na reconstrução substancial do capital ecológico, social e cultural. Logo, o princípio camponês tem potencial para fomentar três grandes reviravoltas capazes de reduzir de forma múltipla a dependência do Estado, do capital financeiro e industrial, sendo: a primeira reviravolta está relacionada a contra tendência fundamentada na estratégia da “agricultura de baixos insumos externos”, ainda mais reforçado na agricultura orgânica, onde o capital ecológico é redescoberto e desenvolvido, assim, colocando a coprodução<sup>7</sup> novamente no centro,

---

<sup>7</sup> A coprodução, um dos elementos definidores do campesinato mais importantes, diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva (PLOEG, 2008, p. 40).

onde a agroecologia passou a atuar como nova abordagem científica. A segunda reviravolta está estabelecida em torno do desenvolvimento da auto-regulação local e regional, a qual está fortemente enraizada no capital social e implícita nos campesinatos do terceiro milênio, como uma alternativa aos esquemas regulatórios atualmente dominantes. A terceira reviravolta está estruturada em torno das inter-relação entre produtores e consumidores de alimentos, a partir da criação e uso do capital cultural (PLOEG, 2008), onde:

A origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos e dos modos de produção, processamento e comercialização associados são claramente articulados para atrair consumidores e para transmitir a distinção implícita nos alimentos — uma distinção que "passa" para os próprios consumidores (e para o ato de consumo). Os últimos enriquecem suas vidas através da aquisição, preparação, consumo e partilha de produtos alimentícios distintos (PLOEG, 2008, p. 305).

Segundo Marsden e Arce, o mundo rural contemporâneo tem testemunhado dois processos sociais e econômicos separados e muitas vezes opostos: “a globalização da produção, fornecimento e distribuição de alimentos; e a realocização de atividades e práticas sociais de base rural” (MARSDEN e ARCE, 1995, p. 1261). A partir de uma “nova onda” de ativismo social que inclui a emergência do movimento de alimentos alternativos com suas muitas e diversas formas (GOODMAN, DUPUIS e GOODMAN, 2012).

A trajetória de artificialização dos alimentos com uma expressiva simplificação do sistema agroalimentar e a sua descontextualização, sem qualquer referência as suas raízes geográficas e sociais, tem desconectado produtores e consumidos e gerado sucessivas crises de segurança alimentar nas últimas décadas. Logo, despertando um sentimento de desconfiança nos consumidores, com relação aos alimentos padronizados (HERNÁNDEZ, 2009). Essa contestação quanto a qualidade dos alimentos padronizados também vem sendo fortalecida devido a importantes transições nas percepções dos consumidores sobre a alimentação e a agricultura, a partir do aumento da preocupação com questões ambientais, saúde, bem-estar animal, entre outras questões (RENTING, MARSDEN e BANKS, 2003). Nesse sentido, Goodman, Dupuis e Goodman (2012, p. 4) corroboram, afirmando que:

[...] as redes de alimentos alternativos e o movimento de comércio justo surgiram em resposta às contradições flagrantes e multifacetadas do sistema alimentar industrial insustentável e às relações comerciais de exploração embutidas nas cadeias de abastecimento globais que apoiam seu

crescimento e reprodução (expandida). Essas contradições são reveladas pela insegurança alimentar e desnutrição de mais de um bilhão de pessoas, crises ecológicas e de subsistência inter-relacionadas, evidências convincentes de restrições de recursos globais na agricultura convencional intensiva dependente de combustíveis fósseis e as proporções de crise de doenças associadas aos estilos de vida ocidentais e dietas ricas em gorduras animais e alimentos industrialmente processados.

É nesse contexto que emergem as Redes Agroalimentares Alternativas (RAA), uma expressão consagrada na literatura anglo-americana e europeia (ANJOS, CALDAS e SIVINI, 2016). Por ser “uma categoria genérica de análise acadêmica para o estudo de alternativas ao modelo agroalimentar industrial [...] são muito diversas e privilegiam os circuitos curtos (CC) de comercialização” (DAROLT *et al.*, 2016 p. 1-2). Haja vista que a “crítica à atual ordem alimentar industrial e corporativa materializa-se na constituição gradual de redes alternativas de alimentos de natureza diversa e âmbito econômico, político e social desiguais” (HERNÁNDEZ, 2009, p. 204). Nesse processo, os ativistas estão:

mapeando diferentes maneiras de avançar, criando novos espaços econômicos e culturais para o comércio, produção e consumo de alimentos - orgânicos, comércio justo, local, qualidade, “lento” - cuja ética e estética “qualificações” alternativas os distinguem dos produtos convencionalmente fornecidos pelo comércio internacional, principais fabricantes de alimentos e cadeias de supermercados (GOODMAN, DUPUIS e GOODMAN, 2012, p. 4).

Desta forma, esta nova abordagem interpreta e analisa novas formas de produção e consumo, fundamentas na (re)conexão entre produtores e consumidores, com o desenvolvimento de novas formas de governança e construção de significados em torno dos alimentos (CASSOL, 2013).

O termo AFNs é descrito como prática e um corpo acadêmico voltado para o surgimento de práticas alimentares alternativas, com o propósito de diversificar e transformar o abastecimento alimentar moderno, a partir do reestabelecimento da conexão entre produtores e consumidores, fundamentados em princípios éticos de sustentabilidade ambiental, justiça social e bem-estar animal (EDWARDS, 2016). De acordo com a mesma autora, foi:

Desde a década de 1990, um movimento de alimentos evoluiu para tratar de questões de justiça social e ambiental, além de questões econômicas. *Alternative Food Networks* representam um termo abrangente e um corpo de literatura acadêmica que descreve uma ampla gama de atividades que vinculam o consumo e a produção de alimentos de novas maneiras para apoiar os valores de justiça social e ambiental. Ao reconectar produtores e

consumidores de maneiras mais locais e diretas, as economias alimentares alternativas implicam conexões de confiança e transparência para garantir caminhos de compra mais éticos (EDWARDS, 2016, p. 6-7).

De acordo com Queiroz, Grandi e Plein (2021) as RAAs podem ser definidas de quatro formas principais:

As AFNs são definidas em quatro maneiras principais: (1) por distâncias mais curtas entre produtores e consumidores; (2) pelo tamanho pequeno e métodos de agricultura biológica ou integradora, o que é contrastante com a produção em grande escala e agronegócio industrial; (3) pela existência de locais de compra de alimentos, tais como cooperativas de alimentos, mercados de agricultores, feiras livres e comunidades agrícolas apoiadas (CSAs); (4) por um compromisso com as dimensões sociais, econômicas e ambientais da produção sustentável de alimentos, distribuição e consumo (QUEIROZ, GRANDI e PLEIN 2021, p. 119).

As redes agroalimentares alternativas suscitam uma miríade de relações sociais e culturais, em que a representação do alimento vai para além do valor nutritivo e da manutenção do mínimo calórico. Assim, estão elas imbuídas de diversos significados e valores (CASSOL e SCHNEIDER, 2015), com o qual a compra e o consumo dos alimentos, em muitos casos, tem se tornado uma experiência sociocultural. Pressupõem aspectos que vão desde a gastronomia ao lazer, como também a origem dos alimentos, a integridade física, química e biológica, e a forma de produção sustentável (HERNÁNDEZ, 2009).

Goodman Dupuis e Goodman (2012, p. 7) conceitualizam as RAAs “em termos relacionais como a expressão organizacional de material recursivo e interações simbólicas entre produtores e consumidores”, pois:

Olhando para essas redes de produtores e consumidores como relacionais e mutuamente constituída na prática material e discursiva, podemos explorar suas inovadoras formas organizacionais e potencial para reconfigurar os valores, relações espaço-tempo e estruturas de governança do abastecimento diário de alimentos e o global sistema de negociação (GOODMAN, DUPUIS e GOODMAN, p. 7).

No centro do desenvolvimento das RAAs estão três processos principais, que estão interligados e presentes na maioria dos territórios: a reconexão, realocação (a produção e o consumo ficam ligados aos valores culturais e sociais dos territórios onde emergem) e revalorização (está ligado à perspectiva antropológica desenvolvida

sobre a manutenção de conhecimentos e práticas tradicionais de produção e consumo) (CASSOL, 2013).

O produto, lugar e o processo são as três dimensões que caracterizam o processo de *quality turn* (que é expresso a partir de um conjunto de relações e valores que se baseiam nestas dimensões) (CASSOL, 2013). Deste modo, fazemos nossas as palavras de Cassol e Schneider, quando reiteram que:

O desenvolvimento de novas formas de produção e consumo alimentar está vinculado ao processo mais geral denominado de “virada da qualidade” (*quality turn*), em que a questão agroalimentar passa por um movimento em direção à qualidade alicerçada na confiança, na tradição local e em novas formas de organização econômica (CASSOL e SCHNEIDER, 2015, p.152).

Logo, essas dimensões são apropriadas e utilizadas pelos atores sociais em seus territórios, as quais podem ser agrupadas em duas grandes e interligadas formas de racionalidades (CASSOL, 2013):

a) Desenvolvimento territorial racional: em que as dimensões relativas aos produtos e lugares são consideradas o foco principal, com o objetivo de desenvolver mercados para produtos de origens específicas, embasados nas identidades territoriais e nos contextos históricos e culturais (este seria o caso dos produtos com selos geográficos e de origem); b) Racionalidade crítica: em que as dimensões relativas aos produtos e processos são consideradas principais, sendo que a distinção dos primeiros é feita através do apelo a formas tradicionais de produção, à preservação ambiental e a valores morais e sociais (caso de produtos tradicionais/coloniais e daqueles comercializados de forma justa) (CASSOL, 2013, p. 32-33).

Nesse sentido, os princípios organizativos das RAAs estão fundamentados na confiança, *embeddedness*<sup>8</sup> e local (*place*).

Em seu tralho sobre as RAAs, Hernández chega a três conclusões relevantes sobre as características destas redes:

Em primeiro lugar, que existe uma ampla gama de fórmulas que procuram construir circuitos alimentares autônomos em relação à ordem convencional estabelecida, fenômeno que merece atenção por si só. Em segundo lugar, que o grau de autonomia, desafio ou a alternatividade desses circuitos varia dependendo da hibridização ou combinação específica de seus argumentos constitutivos (produto, processo e lugar), variação que se traduz em uma avaliação altamente contrastada, com tendência à crítica sistemática, pela literatura dominante que, por outro lado, é altamente condicionada pelo seu

---

<sup>8</sup> Não há um termo correlato em português que traduza de forma eficiente este conceito. Na literatura corrente, quando traduzido, este termo recebe a denominação de “imersão”, “enraizamento” ou “incorporação”. Neste sentido, ao usarmos esse termo, utilizaremos tanto sua denominação original em língua inglesa, quanto sua tradução “imersão/enraizamento”.

próprio contexto sociocultural e acadêmico. E, terceiro, que tais circuitos têm uma base geográfica inequívoca por três razões: (i) sua territorialidade passiva (são alimentados por recursos territoriais) e ativos (eles criam novas formas e relações territoriais); (ii) a presença recorrente do local em seu discurso e prática; (iii) sua natureza reticular, que confere aos alimentos uma identidade espaço-temporal específica, formada por meio da interação dentro de uma rede de produtores e consumidores ligados por proximidade geográfica (sentido de lugar) ou institucional (conexão remota por meio de logotipos e marcas reconhecidas ou valores compartilhados e princípios) (HERNÁNDEZ, 2009, p. 198).

A literatura anglo-americana sobre as RAA (com os textos de Parrott *et al.* 2002, Inverno de 2003a e 2003b, Goodman 2004, Ilbery *et al.* 2005, Watts *et al.* 2005, Morgan *et al.* 2006, Sonnino e Marsden 2006, Venn *et al.* 2006, Feagan 2007, Holloway *et al.* 2007, Holt 2007, Maye *et al.* 2007 ou Eden *et al.* 2008) estabelece treze modalidades de redes alimentares alternativas, que compartilham ou possuem alguns dos três argumentos constitutivos principais: Produto, processo e lugar (quadro 2) (Hernández, 2009). Essas dimensões que representam o tripé da produção e consumo (CASSOL e SCHNEIDER, 2015).

A princípio apresentam fraquezas (a exemplo da certificação privada e o comércio justo). Entretanto, essa hibridização tem o processo e o local como princípios constituintes básicos, porque o processo cumpre priori os requisitos ideais para a construção de alternativas saudáveis, sustentáveis, diretas e democráticas, já o produto aparece com menor relevância, em razão de apresentar contradições e limitações, assim facultando a sua absorção pelo sistema convencional, pois:

[...] o produto tem má reputação como alternativa por vários motivos. Primeiro, como já foi apontado, porque o relativismo pós-estruturalista rejeita o essencialismo, isto é, a validade universal de conceitos e valores; traduzido para o mundo dos alimentos, significa que o gosto é uma construção social e textual e uma qualidade gastronômica superior não pode ser atribuída a determinados alimentos. Em segundo lugar, porque a cadeia de valor dos alimentos considerados melhores não exclui a participação de grandes empresas agroalimentares e de distribuição. Terceiro, pelo suposto caráter fetichista e elitista destes produtos, devido ao seu preço (por vezes bastante elevado) e à necessidade de uma certa educação gastronômica para valorização das suas qualidades distintas (HERNÁNDEZ, 2009, p. 195-196).

<b>Argumentos constituintes das Redes Alimentares Alternativas</b>				
<b>Modalidades das RAA</b>	<b>Produto</b>	<b>Processo</b>		<b>Lugar</b>
		Elaboração	Distribuição	
<b>1. Menções ou cifras geográficas de qualidade</b> Com Denominações de Origem como um estandarte, e embora não façam parte da tradição alimentar anglo-americana, essas figuras, sempre apoiadas por órgãos públicos, têm sido incorporados a esta				

<p>linha de pensamento porque a Política Agrícola Comunitária a estimula como instrumento de desenvolvimento rural e para o litígio entre os EUA e a União Europeia sobre os direitos coletivos de propriedade intelectual que auxiliam os produtores por eles atendidos. Até a década de 1990, alimentos diferenciados sob o DO têm sido a principal, senão a única alternativa à oferta industrial convencional. Não apenas sua qualidade organoléptica, mas também a sua localização rural, o seu apego à tradição, a sua imagem natural e a sua composição e a gestão dominada por pequenos produtores indígenas justificam sua inclusão neste mundo alternativo.</p>				
<p><b>2. Certificação privada de alimentos</b>  A certificação por entidades privadas visa reproduzir e ampliar a capacidade dos DOs para consolidar um nicho de mercado que gera maior valor agregado. Esta certificação oferece, assim, uma garantia de <i>rastreabilidade</i>, ou seja, informa ao comprador sobre o <i>histórico</i> do produto e, muitas vezes, também a sua geografia. A rastreabilidade converte a certificação em uma alternativa acessível para as estratégias corporativas individuais e para um conjunto de produtores, não necessariamente próximos ou contíguos, que eles querem agregar informação e valor aos seus alimentos.</p>				
<p><b>3. Alimentos orgânicos</b>  Ecológico, orgânico, biológico... são os adjetivos mais comuns para qualificar a produção agrícola que rejeita o uso de substâncias químicas, respeita tanto quanto possível o ciclo biológico natural das espécies e aplica práticas culturais de acordo com as condições do ecossistema local. Por seu sucesso comercial nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha ou países escandinavos, representa um dos pilares de todo o movimento alternativo, graças a sua concepção radicalmente diferente do processo de produção (muitas vezes apoiada para uma certificação) e também da natureza do produto, que incorpora valores de sustentabilidade e saúde e cujo consumo não só favorece o indivíduo, mas também adquire implicações locais e global.</p>				
<p><b>4. Agricultura apoiada pela comunidade</b>  Essas experiências nasceram nos Estados Unidos na década de 1960. Eles consistem em uma aliança de consumidores conscienciosos e pequenos agricultores do ambiente circundante, em virtude de que os primeiros se comprometem em adquirir os produtos sazonais que estes últimos estão fornecendo, normalmente em casa e com periodicidade estável. Para garantir a estabilidade financeira da rede, é frequente que os preços são acordados previamente, para a satisfação das partes, ou que os clientes ajam como parceiros dos camponeses, dividindo com eles algumas despesas agrícolas. Essas iniciativas têm como objetivo substituir a transação impessoal em um estabelecimento comercial por um contato pessoal e direto entre o agricultor e o cliente, reforçando a economia local, laços comunitários e laços comunidade.</p>				
<p><b>5. Os esquemas de caixa (Box schemes)</b>  É uma variante do caso anterior, formado por cooperativas e grupos de consumidores constituídos localmente para garantir o abastecimento comida sazonal regular, cultivada por fazendeiros locais usando procedimentos ecológicos.</p>				
<p><b>6. Mercados de camponeses</b>  Bem conhecido na Europa Mediterrânea, os mercados itinerantes periódicos onde os agricultores vendem seus produtos para clientes urbanos proliferaram no Reino Unido nos últimos anos. Além do incentivo econômico representado pelo sobre-preço desses alimentos em relação aos oferecidos nos canais usuais, os mercados criam um espaço material, um quadro experiencial para</p>				

<p>a maximização da confiança entre vendedor e comprador graças ao tratamento frequente. Preocupações ambientais também não estão ausentes e coincidem com os dos <i>esquemas de caixa</i>.</p>				
<p><b>7. Venda direta</b> A venda de alimentos, frescos ou transformados, no local de sua coleta ou preparo é cada vez mais frequente e mais relevante como canal de venda. Neste caso, que partilha a lógica social dos mercados regulares, é o comprador que se desloca ao meio rural para adquirir alimentos no seu contexto geográfico, económico e cultural de origem; não é incomum que esta fórmula venha acompanhada da possibilidade de visitar a fazenda, ficar nela ou participar de suas tarefas, gerando renda adicional para os processadores.</p>				
<p><b>8. Fornecimento local a instituições públicas</b> O abastecimento de cantinas em escolas, hospitais, universidades, presídios, quartéis ou quaisquer outros órgãos públicos onde são servidas refeições constituem um poderoso instrumento de promoção do setor agroalimentar local, conscientização da comunidade e ampliação do consumo de alimentos orgânicos, por exemplo.</p>				
<p><b>9. Compre comida local</b> Promoção direta da comida local. Como no caso anterior, essas iniciativas reúnem atores públicos e privados em torno do propósito de desenvolver a economia local a partir de sua base, a cadeia de abastecimento alimentar. Para o efeito, são concebidas campanhas publicitárias, promoções comerciais e eventos (feiras, degustações) que visam convencer os consumidores das vantagens económicas, ambientais e sociais da compra preferencial de alimentos confeccionados em ambiente geográfico próximo. A distância de 50 km entre os pontos de origem e de venda foi estabelecida como um limite para se considerar um determinado local alimentar.</p>				
<p><b>10. Projetos de alimentação comunitária</b> Fazem parte de políticas urbanas de combate à exclusão social. As autoridades locais promovem o estabelecimento de cooperativas de consumidores em bairros carentes com uma oferta comercial precária (as chamadas sobremesas alimentares) para adquirir e distribuir alimentos frescos e de qualidade a um preço acessível (Maye et al. 2007). Além de melhorar a qualidade de vida e gerar empregos em locais carentes, todos esses projetos reposicionam a alimentação como alicerce da sociedade.</p>				
<p><b>11. Jardins urbanos</b> Com uma longa história nos Estados Unidos (Pudup 2008), são pequenos campos cultivados pelos moradores de um bairro em seus jardins, em terrenos públicos ou em lotes abandonados pelos seus proprietários. Os alimentos colhidos são utilizados para autoabastecimento, comércio local, hotelaria alternativa ... Também podem ser doados para projetos de alimentação comunitária, especialmente no caso de pomares cultivados sob controle de instituições públicas, no caso de centros de ensino ou penitenciárias.</p>				
<p><b>12. Comércio justo</b> Precisamente a rebelião contra a desigualdade e o reconhecimento da comida como um campo de batalha crucial para erradicá-la encorajam o movimento do comércio justo. A proximidade geográfica é substituída pela proximidade cívica com os menos favorecidos como beneficiários dessas cadeias de distribuição (de alimentos, mas também de roupas, calçados ou artesanato) que garantam ao comprador que o produtor, localizado em país em desenvolvimento, receba uma proporção do valor pago entendida como justa, ou seja, proporcional ao trabalho realizado e suficiente para manter um padrão de vida decente.</p>				

<p><b>13. Dietas ligadas ao estilo de vida</b>  Certos grupos de pessoas professam crenças ou têm convicções que resultam em dietas diferentes das que prevalecem em seu ambiente social. Vegetarianos, macrobióticos, minorias étnicas e grupos religiosos, com seus estilos particulares de consumo, criam seus próprios circuitos e espaços de produção, distribuição e encontro.  Nos demais casos, o conteúdo e o processo alimentar recebem atenção preferencial segundo crenças e lógicas mais ou menos alheias à ordem alimentar comum, quando não contestam abertamente os princípios capitalistas que a modelam.</p>				
--	--	--	--	--

Quadro 2 - Argumentos constituintes das Redes Alimentares Alternativas  
Fonte: Elaboração própria com dados de Hernández (2009, p. 191-195).

Essas treze modalidades de RAAs foram selecionadas de acordo com a sua capacidade de introduzir novos valores nos circuitos alimentares, a partir dos seus conteúdos alternativos dos três argumentos constitutivos principais (produto, processo e lugar). Nesse sentido, parece que as RAAs são construções híbridas que combinam esses três princípios em proporções diferentes, esse processo de hibridização também ocorre entre as próprias RAAs, que combinam essas estratégias para acumular recursos e valores complementares, já as modalidades que aderem a um único princípio apresentam fraquezas.

É justamente essa facilidade de apropriação de algumas modalidades das RAAs pelo sistema convencional<sup>9</sup> que é utilizado como prova de vulnerabilidade do processo das RAAs, com intuito de superar essas limitações e salvaguardar essas redes, que é dada a preferência pelos:

[...] curtos-circuitos à escala local como enquadramento ideal para o desenvolvimento do mais sólido RAA. O lugar e a comunidade são representados como espaços apropriados para a religação entre produção e consumo, para o desligamento de grandes corporações e cadeias globais de alimentos, e para a construção de um modelo socioeconômico autocentrado, localizado e sustentável onde o campo não é entendido como algo subordinado à cidade, mas como um componente essencial dela. Os estudos de caso coincidem em justificar a força dos RAA que combinam os canais de venda local e curto pela facilidade com que os cidadãos se incorporam aos seus hábitos de compra os valores de proximidade geográfica, confiança pessoal e compromisso com a comunidade. A distribuição híbrida do lugar adota várias formas, promovidas pelas autoridades (alimentação e agricultura comunitária, abastecimento a instituições, hortas urbanas) ou pela iniciativa privada (vendas diretas, mercados), sempre a salvo do eco político e da atratividade comercial do local. Ele ainda oferece variantes (Compre local,

<sup>9</sup> Os valores éticos e estéticos mercantilizáveis ou "qualidades" estão abertos para a captura dominante que ameaça neutralizar os projetos sociais e ambição dos movimentos de alimentos alternativos e comércio justo. Grandes varejistas, como Wal-Mart, Carrefour e Tesco, agora fornecem espaço de prateleira para produtos "alternativos", muitas vezes produzidos e adquiridos sob suas próprias marcas. Esses encontros revelam que a interface entre "alternativa" e "convencional" está se tornando altamente permeável e confuso, à medida que os atores competem para controlar esses novos fluxos de receita (GOODMAN, DUPUIS e GOODMAN, p. 5).

esquemas de caixa) que, nesta base altamente eficaz e versátil, incorporem valores mais universais como a sustentabilidade derivada da agricultura orgânica ou a redução da *food miles* [milhas dos alimentos] (HERNÁNDEZ, 2009, p.196).

A fragilidade alternativa das duas modalidades de RAAs, agricultura orgânica ou ecológica e as redes ligadas à dieta alimentar, ocorrem devido à ausência de valores específicos vinculados ao local e de controle sobre a fase da distribuição, assim, possibilitando o processo de convencionalização da agricultura orgânica. Contudo, essas fragilidades podem ser resolvidas de duas formas principais: a partir da constituição de nichos socioculturais mais fechados e formado por indivíduos ou grupos que compartilham certos princípios; e o processo de hibridização com outros RAA, principalmente os de base local (HERNÁNDEZ, 2009).

Como sublinhado anteriormente, para o desenvolvimento mais sólido da RAA é dada a preferência pelos circuitos curtos e escala local, os quais estão inseridos nas estratégias de construção de novos mercados aninhados.

### 2.3 Construção de novos mercados aninhados

Para Ploeg (2011) tais mercados (*Nested markets*<sup>10</sup>) são diferenciados devido as suas características particulares de especificidade, dentre as quais estão: o fato de possuírem fronteiras permeáveis; poder se expandir, contrair ou diferenciar-se internamente; ser integrado ao mercado amplo, mas com seguimento específico; possuir diferentes inter-relações, distintas dinâmicas e impactos diferenciados; e serem governado de modos diversos. Logo, “esta especificidade socialmente construída define e reproduz o mercado aninhado. Juntas, as diversas e interconectadas linhas de especificidade criam o ‘ninho’: o ‘invólucro’ que protege o que acontece e cresce em seu interior” (PLOEG, 2011, p. 124).

---

<sup>10</sup> Segundo Ploeg (2011, p. 123), não existe em nosso idioma uma tradução de expressar adequadamente seu real sentido, ou seja, de acordo com suas próprias palavras “[...] mercados que estão inseridos um dentro do outro, ao modo das *Matryoshkas*, as populares bonecas russas, ou de tigelas ou caixas, de diferentes tamanhos, que se acomodam umas dentro de outras. Sendo o termo aninhado o mais próximo desta ideia” (Itálico nosso).

De acordo com Silva e Silva (2015, p. 57) entre a União Europeia e o Brasil existe uma diferença de processos na construção dos mercados aninhados,

Pesquisas comprovam que na União Europeia a construção dos mercados aninhados é principalmente um processo endógeno e os mercados que mais se desenvolvem são os de produtos diferenciados (de alta qualidade, especialidades regionais, produtos de alimentação orgânicos e formas específicas de bioenergia) e de serviços (agroturismo, entre outros). Estes têm como características comuns a ativa participação dos atores locais e as especificidades das redes criadas (organizações, empresas). Criaram-se novas estruturas de governança com novas formas de autorregulação que têm reduzido os custos de transação e têm disseminado cada vez mais novas relações entre cidade e campo. Também tem destaque o papel cada vez mais atuante do exigente consumidor europeu. No Brasil, este processo é ainda fundamentalmente exógeno, dependente da atuação do Estado, e estas formas de mercados ainda são muito incipientes. Todavia, nesta última década, há uma crescente participação das organizações da sociedade civil na operação de programas e políticas de desenvolvimento rural, fazendo com que haja um forte crescimento deste mercado de produtos diferenciados [...].

Dentre as estratégias de renovação e adaptação utilizada pelos atores sociais, como espaços de manobra, está a construção social dos mercados imersos ou “aninhados” consubstanciados em uma racionalidade econômica mais substantiva. A partir de uma visão mais holística e crítica dos processos de produção, processamento, comercialização e consumo nas redes agroalimentares.

Igualmente, pode-se assegurar que todas as estruturas de mercado emergem das interações sociais, “como regras, normas e convenções mobilizadas e compartilhadas coletivamente – não se pode dizer que todos os mercados são socialmente construídos” (CASSOL, SALVATE e SCHNEIDER, 2016, p. 315), à medida que, os mercados convencionais são coordenados pelos mecanismos de valores monetários.

A construção social dos mercados é resultado da “interação social entre os agentes, não havendo uma convenção, regra ou norma prévia que defina o caminho ou o ritual a ser seguido pelos que participam no processo de sua construção”, sendo assim, “um processo dinâmico” (CASSOL, SALVATE e SCHNEIDER, 2016, p. 315).

A diferença substancial entre estes mercados está nos modos de governança, pois à medida que os grandes mercados têm sua governança, gradativamente, mais centralizada por impérios agroalimentares, os mercados aninhados são, em grande parte, governados por novas redes sociotécnicas com intuito de garantir a autoproteção destes espaços contra a monopolização dos impérios alimentares

(PLOEG, 2011). Esta diferenciação entre os mercados é justificada na distinção e valorização dos produtos e processos que emanam dos *Nested markets*, pois:

Uma vez que se tenham novos produtos distintos, estes precisam ser distribuídos e comercializados em mercados que os valorizem. Inserir estes produtos diferenciados em canais de comercialização convencionais resultaria na redução no preço pago aos produtores, no aumento do preço para o consumidor final e no distanciamento entre eles, de forma que as relações sociais, que permitem a troca de informações, experiências, expectativas e feedbacks; e as trocas simbólicas associadas, seriam anuladas. Deriva deste contexto, portanto, a construção de novos mercados imersos (CASSOL, SALVATE e SCHNEIDER, 2016, p. 323-324).

Entretanto, os mercados imersos conseguem coexistir com os mercados convencionais. Neste sentido, o surgimento dos mercados aninhados representa o aparecimento de uma crescente dualidade com o mercado de commodities, para tanto, Ploeg (2011, p. 122-123) observa este processo na China, União Europeia e no Brasil, onde afirma que:

Por um lado, existem mercados de produtos básicos (commodities) globalizados e liberalizados para produtos agrícolas e os alimentos. Estes são os mercados que, cada vez mais, geram as já mencionadas falhas de mercado: desigualdades sociais e espaciais agudas (Brasil), a ameaça da marginalização do campesinato (China) e a destruição das paisagens, da biodiversidade e da qualidade de vida no campo (União Europeia). Por outro lado, há novos mercados emergindo. Estes são mercados particularmente diferentes dos mercados de commodities. Os novos mercados emergentes centram-se, muitas vezes, na demanda por e distribuição de produtos e serviços que portam um diferencial. Eles diferem dos demais que circulam nos mercados de commodities: a qualidade é superior; a origem é conhecida (se comparada aos produtos anônimos dos mercados de commodities); sua produção é diferente e incorpora características específicas no produto; incorporam relações diferentes entre produtores e consumidores; representam diversos graus de acessibilidade; etc. Além disso, em sua maior parte, os mercados emergentes implicam novos circuitos, novas (e muitas vezes radicalmente diferentes) infraestruturas físicas e arranjos sociais. Eles são governados de modos que contrastam radicalmente com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares.

Todavia, os mercados aninhados não são um fenômeno novo, mas, são modelados e remodelados pela sociedade moderna. Tais mercados, possuem vários recursos específicos e relativamente novos, sendo: 1- São incorporados (aninhados), possuindo um foco particular; 2- Estão frequentemente relacionados; 3- São frequentemente apoiados por agências estatais. Deste modo, as dinâmicas destas redes estão enraizadas em iniciativas baseadas na sociedade civil, onde o alimento possui um significado imaterial (RENTING, SCHERMER e ROSSI, 2012; PLOEG, JINGZHONG e SCHNEIDER, 2012), além de estarem fundamentados em novas formas

de conexão entre os cidadãos-consumidores, em colaboração com cidadãos-produtores (RENTING, SCHERMER e ROSSI, 2012).

Deste modo, Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012) afirma que os mercados aninhados que foram construídos no Brasil, China e União Europeia possuem características de especificidade, conectividade e enraizamento em graus variáveis. Sendo assim, “o funcionamento desse mercado depende muito mais de “ativos imateriais” – como a confiança e a reputação – do que de “ativos materiais” – tecnologia, maquinário, embalagens” (CASSOL e SCHNEIDER, 2015, p.160).

De acordo com Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012, p. 139) estes espaços firmam “As possibilidades concretas de combater a distância com proximidade, artificialidade com frescor, anonimato com identidade e genuinidade, padronização com diversidade e desigualdade com justiça”.

Tais processos implicam novos circuitos curtos de comercialização, onde a ênfase está na construção e manutenção da relação/conexão entre produtor-consumidor. Assim tendo a qualidade fundamentada na “construção de valor e significado” (MARSDEN, BANKS e BRISTOW, 2000, p. 425) do alimento, para além de um simples produto alimentício. Destarte, as dinâmicas de construção da qualidade destes alimentos estão “embasadas no enraizamento social (*embeddedness*), hábitos e cultura alimentar locais e regionais em que tais relações estão imersas e através das quais esses novos mercados são socialmente construídos” (CASSOL e SCHNEIDER, 2015, p.151).

Portanto, as RAA são capazes de construir práticas materiais e imaginárias embasadas na racionalidade de uma economia mais substantiva. Desta forma, estão assentadas em valores territoriais, pois estão organizadas no âmbito local e seguem a lógica das cadeias curtas com capacidade de ressocializar e reespecializar os alimentos (CONTERATO *et al.*, 2011; CASSOL e SCHNEIDER, 2015).

Desta forma, Schneider e Gazolla (2017 p. 12) afirmam que tais cadeias são compreendidas como uma:

[...] expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. Neste sentido, a definição de cadeias curtas resgata uma dimensão central das economias de

proximidade e de escopo que refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica.

De acordo com Scarabelot e Schneider (2012, p. 103) estes processos de comercialização representam a “proximidade entre produtores e consumidores, não única e necessariamente no aspecto espacial, mas a uma espécie de conexão que permita provocar interatividade, facilitando que ambos conheçam os propósitos um do outro”.

Desta forma, as Cadeias Alimentares de Abastecimento (*Food Supply Chain*) utilizadas pela maioria das RAAs seguem a lógica dos circuitos curtos (*short-circuit*) de extensão entre os produtores primários e consumidores, onde tais relações são estabelecidas a partir das Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar (*Short food supply chain- sfsc*) (CASSOL, 2013), as quais referem-se aos:

[...] atores que estão diretamente envolvidos na produção, processamento, distribuição e consumo dos produtos alimentares. Como principais características, estes tipos de cadeias agroalimentares engendram diferentes relações com consumidores e podem envolver diversas convenções e construções de qualidade, embasadas no enraizamento social (*embeddedness*), hábitos e cultura alimentar locais e regionais onde estas relações estão imersas e através das quais estes novos mercados são socialmente construídos (CASSOL, 2013, p. 43).

Nesse sentido, essas cadeias de abastecimento curtas possuem a capacidade de ressocializar ou reespecializar os alimentos e buscam redefinir a relação produtor-consumidor, é justamente esse relacionamento que contribui na construção de valor e significado do alimento para além do tipo do produto em si. Nesse processo, o ponto, necessariamente, mais crítico é que o produto atinja o consumidor incorporado com informações e não o número de vezes que o produto é manuseado ou a distância que é transportado. Essas cadeias possibilitam que o valor agregado total na produção de alimentos seja capturado pelos produtores primários (MARSDEN, BANKS e BRISTOW, 2000).

Marsden, Banks e Bristow identificaram três tipos de *sfsc*, as quais possuem a capacidade de conceber alguma forma de conexão entre o produtor e o consumidor, sendo:

**1. Face a face:** o consumidor compra um produto diretamente do produtor/processador em uma base face a face. Autenticidade e confiança são

mediadas por meio da interação pessoal. A Internet agora também apresenta oportunidades para uma variante do contato face a face por meio de comércio on-line e páginas da web.

**2. Proximidade espacial:** os produtos são produzidos e vendidos no varejo na região específica (ou local) de produção, e os consumidores são informados sobre a natureza "local" do produto no ponto de venda.

**3. Espacialmente estendido:** onde informações carregadas de valor e significado sobre o local de produção e aqueles que produzem os alimentos são traduzidas para consumidores que estão fora da própria região de produção e que podem não ter experiência pessoal dessa região (MARSDEN, BANKS e BRISTOW, 2000, p. 425-426, grifo nosso).

As *sfsc* resultam no estabelecimento de dois princípios fundamentais, onde ocorre o encurtamento das distâncias físicas e a proximidade social entre os produtores e consumidores, nesse processo, as características sociais (sociológica) e geográficas são mais significativas na definição das cadeias curtas do que as características econômicas (CASSOL, 2013). Ainda de acordo com Cassol, para a sociologia econômica “estes mercados locais – as cadeias curtas – assentam-se claramente sobre valores sociais e culturais dos territórios em que são encontrados, quer dizer, nestes mercados, a economia está enraizada (*embeddedness*) no social” (CASSOL, 2013, p. 47).

Frente a este contexto, Ploeg (2011) observa que nas últimas décadas ocorreu o desenvolvimento de vários novos mercados na Europa, que vão desde mercados para produtos regionais, orgânicos e de alta qualidade até energia limpa e agroturismo, entre outros mercados. Já no Brasil “O Estado, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desempenhou um importante papel na construção deste novo mercado aninhado” (PLOEG, p. 125, 2011). Resultando na criação dos mercados institucionais<sup>11</sup>, principalmente, o PNAE e PAA. Havendo também, e não menos importante, a existência de novos mercados sem a direta intervenção estatal, há exemplo da Rede ECOVIDA.

---

<sup>11</sup> Conforme Schneider e Escher (2011, p. 210): Para além das políticas agrícolas tradicionais (crédito, preços, seguros, etc.), temos no Brasil exemplos de uma nova geração de políticas relacionadas ao desenvolvimento rural, como a criação de “mercados institucionais” para a agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.959, de 15 de setembro de 2009. O PNAE foi criado em 1955 pelo decreto n.37.106, e em 2009, através da Lei 11.947/2009, ficou instituído que pelo menos 30% dos alimentos devem ser adquiridos da agricultura familiar organizada em associações, cooperativas, ou grupos informais.

Na conjuntura dos mercados institucionais, Grisa e Schneider (2014) apontam que as três últimas décadas, no país, estão marcadas por mudanças no panorama político institucional e social, onde novas relações entre Estado e sociedade civil foram configuradas. Resultando em um processo que perpassou três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar: 1º Construção de um referencial agrícola e agrário, especialmente com a criação do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar); 2º Construção de um referencial social e assistencial; 3º Construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

É no âmbito da terceira geração de políticas públicas<sup>12</sup> para a agricultura familiar que nasce os mercados institucionais, os quais emergem em um cenário com evidências “de uma mudança de paradigma na elaboração das políticas públicas, as quais passam a assumir um caráter transversal, fornecendo uma base material mais ampla para a efetivação dos pressupostos da sustentabilidade no âmbito agroalimentar” (BECKER e ANJOS, 2014, p. 149). Neste sentido, Anjos e Caldas (2017, p. 225) afirmam que:

De forma pragmática poderíamos dizer que a criação dos mercados deve ser atribuída à confluência de três importantes vetores. Em primeiro lugar, ao esforço estatal, no afã de consolidar o espaço da pequena produção desde a aludida criação do PRONAF, durante a segunda metade dos anos noventa. Em segundo lugar, ao protagonismo das forças que militam no campo da agricultura familiar. Com efeito, há a construção de uma nova agenda pública que emerge da criação destes mercados, qualificando um debate que até então estava centrado na simples demanda de crédito para financiar a atividade agropecuária.

Os mercados institucionais surgem na perspectiva de fortalecer estes processos de construção de novos mercados, garantindo outras formas acesso ao mercado para a agricultura familiar. Uma vez que, “o espaço das feiras não é suficiente para escoar a produção dos agricultores/feirantes, necessitando de outros canais de comercialização” (MATIAS, 2016, p. 216). Em virtude deste cenário, estes mercados representam um incentivo a construção de “novas tipologias de produção, distribuição

---

<sup>12</sup> Vale sublinhar que, esta terceira geração de políticas públicas contou com a participação proeminente de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional (Consea), assim como organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. A participação destes “novos” atores e ideias nas arenas públicas, provocou certo redirecionamento das políticas para a construção de mercados vinculados à segurança alimentar e à sustentabilidade.

e consumo”, com intuito de diminuir a distância entre a produção e o consumo (MATIAS, 2016, p. 63).

Segundo Grisa e Schneider (2014, p. 139) o PAA e o PNAE<sup>13</sup> também têm “contribuído para a valorização da produção local/ regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos”.

Cabe ressaltar que apesar dos mercados institucionais representarem uma importante iniciativa de inovação para o fortalecimento da agricultura familiar e da produção de base ecológica, ainda existem contradições<sup>14</sup> a serem superadas. Visto que, a burocracia representa um problema operacional considerável, sendo mister um processo de aperfeiçoamento deste programa (MATIAS, 2016; ANJOS e CALDAS, 2017).

É nesse processo de construção social dos mercados imersos ou “aninhados pelas RAAs e, especialmente, o seu compromisso com a dimensão ambiental da produção sustentável de alimentos, que a agroecologia passa a atuar como a nova abordagem científica que orienta a construção e coordenação de alguns seguimentos de RAAs e seus mercados.

## **2.4 Agroecologia como base dos sistemas agroalimentares**

No decorrer das décadas do século passado, surgiram novos tipos específicos de Redes Agroalimentares Alternativas, especialmente, fundamentadas nas agriculturas alternativas, que é um termo utilizado a partir da década de 70, para

---

<sup>13</sup> É importante acentuar que os produtos da agricultura familiar que apresentam certificação orgânica, comercializados pelo PAA e PNAE, recebem um prêmio de 30% em relação ao similar da agricultura convencional, valorizando a qualidade nutricional e os demais aspectos socioambientais envolvidos. A garantia de compra dos produtos pelo governo estimula a transição agroecológica. Ademais, esses programas têm uma dimensão social importante, pois atingem um grande público (escolas) e trabalham com uma diversidade de produtos seguindo a sazonalidade e as realidades locais (DAROLT et al, 2016, p. 11).

<sup>14</sup> Neste sentido, Anjos e Caldas (2017, p. 228) afirmam que: São grandes os desafios para consolidar tais programas diante das enormes desigualdades regionais do país em termos de problemas estruturais, como é o caso das regiões setentrionais onde a pobreza e a exclusão social se reforçam mutuamente. A continuidade e vitalidade da estratégia brasileira depende dos avatares da economia, dos rumos da política, mas, sobretudo, da capacidade de articulação das forças progressistas, entre as quais figuram em destaque as organizações da agricultura familiar no afã de consolidar um espaço que, a duras penas, foi conquistado nas duas últimas décadas.

denominar os movimentos de agricultura que começaram a surgir na década de 1920. Dessarte, os movimentos de agriculturas alternativas surgiram na década de 1920, quase que simultaneamente, sob distintas denominações, filosofias e princípios básicos, estando assim articulada em um conjunto amplo de orientações e vertentes mais direcionadas em readequar a produção para sistemas mais sustentáveis (EHLERS,1996).

Neste sentido, tal conjunto é composto por redes com enfoque na agricultura: biodinâmica (início na década 1920 - Alemanha/Áustria), biológica (década de 1930 - Suíça), natural (1930 – Japão), regeneradora (final dos anos 70 e início dos anos 70 – Estados Unidos), permacultura (anos 70 e 80 – Austrália), orgânica (anos 30 e 40 – Grã-Bretanha/EUA), ecológica (final dos anos 70 e início dos 80 – Alemanha/Holanda), sustentável (final dos anos 80 e início dos anos 90) e, mais recentemente, a agroecologia (anos 80 – América Latina/EUA) (EHLERS,1996; PAULUS, 1999; CALDAS, 2011).

Caldas (2011, p. 71) compreende que:

[...] estas distintas orientações se inserem no contexto mais amplo do que podemos denominar de “processos de ecologização”, e que abarcam não somente o âmbito estrito das atividades agropecuárias, em que uma nova forma de produzir e de relacionar-se com os agroecossistemas busca se impor, mas no contexto das diversas dimensões de vida humana (simbólica, material, espiritual, etc.).

No Brasil os movimentos da agricultura de base ecológica surgiram no final da década de 70, de acordo com Darolt *et al.* (2016, p. 5) tais movimentos ganharam força porque,

[...] foram apoiados por organizações religiosas e da sociedade civil. Movimentos mais recentes surgiram no Brasil com a institucionalização da agricultura orgânica e agroecologia e são formados por iniciativas de grupos de agricultores familiares e consumidores organizados com o apoio de organizações não governamentais (ONGs) e instituições públicas (Ministério do Desenvolvimento Agrário, instituições de pesquisa, extensão rural, entre outras).

É importante destacar que, os estilos de agricultura alternativa não necessariamente precisam está seguindo os preceitos da agroecologia, da mesma forma, quando ocorre a simples substituição por insumos “ecológicos” ou “orgânicos” não personificará uma agricultura ecológica em seu sentido mais amplo (CAPORAL e

COSTABEBER, 2004a). Uma vez que, “a agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia” (ALTIERE, 2012, p. 105).

Nesse sentido, a Agroecologia “apresenta a potencialidade para fazer florescer novos estilos de agricultura e processos de desenvolvimento rural sustentáveis que garantam a máxima preservação ambiental, respeitando princípios éticos de solidariedade sincrônica e diacrônica”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004a, p. 19).

Nessa perspectiva, o DR pode substituir e difere do desenvolvimento liderado pelo mercado, pois o DR representa um “contra-desenvolvimento”, à medida que é moldado pelos muitos atores, movimentos sociais e/ou aparatos de estado envolvidos, os quais também podem ser moldados pelo próprio DR, já a substituição ocorre a partir de um processo de transição complexo e contraditório. Nesse sentido, o DR, surge como um *conjunto de respostas às falhas de mercado*, as quais são materializadas a partir da produção de novos bens e serviços atrelados aos novos valores sociais, que também geram novas formas de produção, distribuição e consumo que são canalizados através da construção de novos mercados (PLOEG, YE e SCHNEIDER, 2015).

Todavia, existem grandes diferenças temporárias e espaciais na forma como os processos de DR são socialmente construídos na Europa, China e Brasil, onde o DR da Europa, geralmente, é mais impulsionado pela busca dos agricultores (motivados principalmente pelo orgulho, rebeldia e paixão), na China é o estado que desempenha o papel principal (motivados pela tradição e renovação), já o Brasil é marcado pela atuação dos movimentos sociais (motivados pela resistência). Já como ponto em comum, está a agência, que é a capacidade de fazer a diferença e intervir ativamente, que é traduzida em novas realidades materiais que são co-construídas pelos atores envolvidos, sem as quais as novas realidades não emergiriam (PLOEG, YE e SCHNEIDER, 2015). Logo, o DR “não acontece "automaticamente". Tanto menos porque ocorre por meio de, e como, um conjunto em evolução de respostas mais ou menos coerentes às falhas do mercado e à pobreza, marginalidade e falta de perspectivas que elas geram (PLOEG, YE e SCHNEIDER, 2015, p. 24).

Os autores ainda atribuem dois aspectos principais as práticas de DR, onde as práticas têm certas características em comum e que existem relações importantes e intrínsecas entre os atores e as práticas. Nesse sentido, essas novas práticas que são

construídas nos processos de DR e como parte deles têm diversos traços distintivos: o primeiro é a *autonomia* (estratégia para recuperar e/ou aumentar a autonomia, sendo traduzidas na busca por endogeneidade); o segundo é a construção ativa de *sinergia*; o terceiro é a interligação das práticas por meio de *redes horizontais* (onde a reciprocidade desempenha um importante papel); o quarto traço está relacionado ao fato da maioria das práticas de desenvolvimento rural carregarem explicitamente a marca do *rural* (as pessoas nas áreas rurais são mais capazes de desenhar em memórias coletivas, conhecimentos locais disponíveis e redes sociais, além da confiança, credibilidade, reputação e interações personalizadas). Geralmente, a maioria das práticas de DR adotam a perspectiva de longo prazo e parecem contribuir de forma significativa com a qualidade de vida, portanto, as práticas de DR vão muito além de *reações* dos atores, representam *novas e criativas condições estruturantes* que objetivam mudanças mais amplas (PLOEG, YE e SCHNEIDER, 2015).

Contudo, foi a partir da década de 1990 que ocorreu uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o DR, passando a ganhar espaço no Brasil, onde tema foi revitalizado e gerou novas abordagens, pois até então o DR era associado ao conjunto de ações de intervenção do Estado e dos organismos internacionais, especialmente, voltadas para as regiões rurais pobres que não se integraram a modernização. A revitalização teórica do DR foi fortemente influenciada pelo contexto histórico de transformações socioeconômicas e políticas que o país passou, da sociedade civil e dos enfoques analíticos dos próprios estudiosos, tal mudança de abordagem resultou em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, agricultura familiar, apoio aos territórios rurais, entre outras (SCHNEIDER, 2010).

Desta forma, foram quatro principais fatores decisivos que proporcionaram a emergência do debate sobre o DR e o seu ganho de projeção, escala e legitimidade no país: o primeiro e mais importante está relacionado com a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e a sua afirmação enquanto categoria política; o segundo foi a crescente influência e ação do Estado no meio rural, é quando o Estado passa a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais e a promover ações inéditas no espaço rural; o terceiro está relacionado a mudança no âmbito político e ideológico (com a ideia de que existe uma oposição e polarização entre a forma familiar e patronal-empresarial); o quarto está relacionado ao modo como as questões ambientais e aquelas relacionadas com a sustentabilidade foram incorporadas ao tema mais geral do desenvolvimento (SCHNEIDER, 2010).

Nesse sentido, a Agroecologia propõe um paradigma alternativo para o desenvolvimento rural, visto que, a agroecologia é uma “ciência que, ao contrário dos esquemas cartesianos, procura ser integradora, holística e, por isso mesmo, mais apropriada como orientação teórica e prática para estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006).

Portanto, o estilo de agricultura que segue os preceitos da agroecologia, desponta com um importante papel no desenvolvimento de novos modelos de agricultura (GLIESSMAN, 2000). Entretanto, para se alcançar uma agricultura que seja ao mesmo tempo sustentável e altamente produtiva é imprescindível seguir uma nova abordagem da agricultura, que atrele a conservação de recursos da agricultura tradicional<sup>15</sup> local a exploração dos conhecimentos e métodos ecológicos modernos (GLIESSMAN, 2005).

Contudo, foi apenas no final da década de 1920 que ocorreram as primeiras ocasiões de cruzamento fértil entre a ecologia e a agronomia, as duas ciências das quais a agroecologia deriva, a partir do desenvolvimento do campo da ecologia de cultivos. É na década de 1930 que surge a primeira menção ao termo agroecologia, para designar a ecologia aplicada à agricultura, porém, foi apenas ao longo das décadas de 1960 e 1970 que gradualmente o interesse em aplicar a ecologia à agricultura ganhou força, principalmente, a partir da intensificação da pesquisa de ecologia de populações e comunidades. A partir de 1970 a os sistemas agrícolas como áreas de estudo passam a ganhar mais legitimidade pelos ecologistas, e os agrônomos passam a valorizar a perspectiva ecológica. Por conseguinte, a agroecologia emergiu como uma metodologia e uma estrutura básica para o estudo dos agroecossistemas, já no início de 1980, assim também contribuindo para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade agrícola (GLIESSMAN, 2005).

Na década de 1970, a agroecologia já vinha sendo definida como uma disciplina científica, já a partir da década de 1980 a agroecologia gradualmente

---

<sup>15</sup> Talvez o maior desafio para compreender como os agricultores tradicionais mantêm, preservam e manejam a biodiversidade seja reconhecer a complexidade de seus sistemas de produção. Nesse sentido, os recursos genéticos são mais do que simplesmente um conjunto de alelos e genótipos de sementes crioulas e parentes silvestres. Seus sistemas incluem interações ecológicas, tais como o fluxo gênico via polinização cruzada entre populações e espécies cultivadas, bem como a seleção e o manejo orientados por um sistema de conhecimentos e práticas associadas à diversidade genética, especialmente etnotaxonomia e critérios de seleção para adaptação a ambientes heterogêneos. Hoje, é amplamente aceito que o conhecimento tradicional é um recurso poderoso e complementar ao conhecimento produzido e disponibilizado pelas fontes científicas ocidentais (ALTIERE, 2012, p. 29).

emergiu como movimento e prática. A aplicação das definições de agroecologia como ciência, movimento e prática dependem fortemente da evolução histórica e da epistemologia, que fornecem a base, âmbito e uso do termo nos diferentes países. Nesse sentido, o Brasil apresenta um quadro de estabelecimento da base agroecológica com diferentes tipos de movimentos que surgiram a partir da década de 1970 como diferentes formas de alternativas com a promoção da agricultura familiar, soberania alimentar e autonomia (WEZEL *et al.*, 2009). Wezel ainda afirma que:

A agroecologia no Brasil foi primeiro um movimento para o desenvolvimento rural e os aspectos ambientais na agricultura. Isso estimulou a busca por práticas alternativas, hoje mais chamadas de práticas agroecológicas, que também estavam relacionadas à dinâmica da agricultura orgânica. Nos últimos anos, a agroecologia também foi considerada uma disciplina científica, com base em uma adaptação dos EUA interpretação científica da agroecologia com integração das dimensões sociais (WEZEL *et al.*, 2009, p. 6).

De acordo com Petersen (2012), em 2002:

[...] a Agroecologia se firmava na sociedade assumindo três acepções: 1) como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; 2) como uma prática social adotada explícita e implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; 3) como um movimento social que mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente no desenvolvimento da agroecologia, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados em defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações equilibradas entre o mundo rural e as cidades (PETERSEN, 2012, p. 7-8).

Enquanto ciência, a agroecologia já evoluiu significativamente e suas definições estão articuladas, porém, em diferentes regiões do mundo ainda é encontrada uma ampla gama de abordagens e definições (WEZEL *et al.*, 2009), entretanto, a definição de Francis *et al.* (2003) foi a que melhor integralizou o significado da agroecologia:

**Definimos agroecologia como o estudo integrativo da ecologia de todo o sistema alimentar, abrangendo as dimensões ecológica, econômica e social.** Esta definição levará a uma abordagem prática que incentiva o pesquisador, educador e aluno a abraçar a integridade e conectividade dos sistemas e estimulará o foco na singularidade de cada lugar e nas soluções adequadas aos seus recursos e restrições. A definição expande nosso pensamento para além das práticas de produção e dos impactos ambientais imediatos no campo e na fazenda (FRANCIS *et al.*, 2003, p. 100, grifo nosso).

A agroecologia representa um novo paradigma científico que traz um embasamento conceitual, concepção holística, uma abordagem científica e metodológica que articula diversos ramos do conhecimento, sem descartar os conhecimentos tradicionais, de forma transdisciplinar, para orientar, desenhar e fundamentar estilos de agricultura de alta renovabilidade e estratégias endógenas de desenvolvimento rural de forma multidimensional (PETERSEN, 2006; EMBRAPA, 2006). Desta forma, a agroecologia pode ser concretizada quando:

[...] cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais) (EMBRAPA, 2006 p. 23).

A agroecologia apresenta o conhecimento e metodologia necessários para a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho, redesenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2005, p. 54). Nesse sentido, como ciência a agroecologia “baseia-se na *aplicação da Ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis*” (ALTIERE, 2012, p. 15).

Os agroecossistemas são ecossistemas modificados a partir da ação antrópica com intuito de estabelecer uma produção agrícola, tal processo acarreta a diferenciação ecológica, estrutural e funcional entre os agroecossistemas e ecossistemas naturais<sup>16</sup> em diversos aspectos-chave: fluxo de energia; ciclagem de nutrientes; mecanismos reguladores de população; estabilidade, entre outros. À medida que, os agroecossistemas são descritos em termos de como eles se comparam, estrutural (fatores bióticos e abióticos) e funcionalmente (processos dinâmicos- fluxo de energia entre suas partes e a ciclagem de nutrientes) com os ecossistemas naturais. A partir dessa abordagem de ecossistema, a sustentabilidade pode ser considerada uma qualidade emergente do sistema de produção (GLIESSMAN, 2005).

---

<sup>16</sup> Um ecossistema pode ser definido como um sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, delimitado por fronteiras escolhidas arbitrariamente, as quais, no espaço e no tempo, parecem manter um equilíbrio dinâmico, porém estável. Assim, um ecossistema tem partes físicas com relações particulares – a *estrutura* do sistema - que juntas participam de processos dinâmicos – a *função* do sistema (GLIESSMAN, 2005, p. 61).

Apesar dos agroecossistemas serem dependentes do controle humano e de insumos, esse nível de interferência pode variar bastante, à medida que, os conceitos da agroecologia são aplicados no desenho dos agroecossistemas para se aproximarem dos ecossistemas naturais. Portanto, o objetivo é em direção a desenhar e manejar os agroecossistemas a partir da aplicação do conceito de ecossistema, para que o agroecossistema alcancem a manutenção do equilíbrio dinâmico com a incorporação das qualidades dos ecossistemas (resiliência, estabilidade, produtividade e equilíbrio), para assim firma uma base ecológica de sustentabilidade. Nesse processo, o fluxo de energia é desenhado para diminuir a dependência de recursos não renováveis, a ciclagem de nutrientes é desenvolvida e manejada para ser o mais próximo possível de um sistema fechado, diminuindo a sua abertura, entre outros aspectos (GLIESSMAN, 2005). Para tanto, Gliessman descreve um agroecossistema sustentável como:

[...] o que mantém a base de recursos da qual depende, conta com um uso mínimo de insumos artificiais vindo de fora do sistema de produção agrícola, maneja pragas e doenças através de mecanismos reguladores internos e é capaz de se recuperar de perturbações causadas pelo manejo e colheita [...] A sustentabilidade é, em última instância, um teste de tempo: um agroecossistema que continua produtivo por um longo período de tempo sem degradar a sua base de recursos – quer localmente, quer em outros lugares – pode ser dito sustentável (GLIESSMAN, 2005, p. 565).

Nesse sentido, os sistemas sustentáveis existentes que fornecem a base epistemológica para o processo de identificação dos elementos da sustentabilidade são os ecossistemas naturais (ponto de referência para entender os fundamentos ecológicos da sustentabilidade) e agroecossistemas tradicionais (exemplos abundantes de práticas agrícolas sustentáveis, e de como sistemas sociais, cultural, político e econômico se encaixam na sustentabilidade). É justamente esta base epistemológica que vai instituir os princípios, práticas e desenhos aplicáveis no processo de conversão dos agroecossistemas convencionais insustentáveis em sustentáveis (GLIESSMAN, 2005) (tabela 1).

Tabela 1 - Propriedades de ecossistemas naturais, agroecossistemas sustentáveis e agroecossistemas convencionais

	<b>Ecossistemas</b>	<b>Agroecossistemas</b>	<b>Agroecossistemas convencionais</b>
<b>Produtividade (processo)</b>	Média	Média/alta	Baixa/média
<b>Diversidade</b>	Alta	Média	Baixa

<b>Resiliência</b>	Alta	Média	Baixa
<b>Estabilidade de saída</b>	Média	Baixa/média	Alta
<b>Flexibilidade</b>	Alta	Média	Baixa
<b>Deslocamento de processos ecológicos pela ação humana</b>	Baixo	Médio	Alto
<b>Dependência de insumos humano externos</b>	Baixa	Média	Alta
<b>Autonomia</b>	Alta	Alta	Baixa
<b>Sustentabilidade</b>	Alta	Alta	Baixa

\*As propriedades atribuídas a esses sistemas são mais aplicáveis ao nível das unidades produtivas e para um período curto ou médio de tempo.

Fonte: GLIESSMAN (2005, p. 567).

Vale salientar que, na abordagem agroecológica existe uma visão holística dos agroecossistemas para compreender a coevolução dos seus níveis ecológicos e sociais, sua estrutura e funcionamento, com intuito de integrar os seus diferentes componentes para aumentar sua eficiência biológica geral, assim como a capacidade produtiva e a autossuficiência (ALTIERE, 2012).

Enquanto movimento social, a agroecologia é tida como parte relevante de uma estratégia de mobilização social e política, onde as organizações da sociedade civil organizada, geralmente, concebem a agroecologia como princípios/conceitos a serem aplicados na constituição de um desenvolvimento rural sustentável (NORDER *et al.*, 2016). Na América Latina e no Brasil, as ONGs têm promovido centenas de projetos fundamentados na agroecologia, desde o início dos anos de 1980, no Brasil, as organizações da sociedade civil articulam-se em redes estaduais e regionais usando a bandeira da agroecologia como alternativa aos Impérios agroalimentares e a promovem junto as comunidades rurais (ALTIERE, 2012; PETERSEN, 2012). Logo, “No Brasil há relevantes iniciativas voltadas para a criação de redes de organizações agroecológicas, notadamente por meio da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) (NORDER *et al.*, 2016 p. 7).

A agroecologia enquanto prática, consiste na utilização de diferentes práticas agroecológicas (para a fertilidade do solo, manejo da matéria orgânica, manejo biológico de insetos, entre outras práticas), modificadas ou adaptadas aos respectivos

objetivos, definições e certificações, para serem aplicada em uma agricultura mais ecológica (WEZEL *et al.*, 2009).

Logo, o uso combinado das três definições da agroecologia, enquanto ciência, movimento social e prática, ocorre em muitos países, como no caso do Brasil (WEZEL *et al.*, 2009). De acordo com Norder *et al.* (2016) no cenário atual do Brasil:

A Agroecologia constitui-se como ciência, prática e movimento social, mas também, mais recentemente, como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia. Nesse contexto, há uma combinação/alternância entre discursos científicos, programáticos e normativos, bem como a existência de diferentes proposições, nos campos científico e educacional, sobre o objeto de estudo da Agroecologia, que é definido de diferentes formas por vertentes aqui identificadas como etnoecológica, eclética e universalista (NORDER *et al.*, p. 13-14).

Nesse contexto de fortalecimento, crescimento e consolidação da agroecologia no Brasil, como também da agricultura orgânica, atrelado aos cenários de crise das redes agroalimentares dominantes, principalmente, a partir dos episódios de contaminação dos alimentos no processo de produção agropecuário. Tais escândalos alimentares têm abalado, respectivamente, a confiança dos consumidores na garantia da qualidade destes alimentos, oriundos destes sistemas de produção. Deste modo, a descrença na qualidade destes alimentos, assim como, as externalidades negativas provocadas ao meio ambiente, exaltaram nos consumidores uma demanda constante por alimentos mais saudáveis e que tenham sua qualidade garantida (CALDAS, 2011).

Logo, esse processo de fortalecimento dos movimentos ecológicos, da agricultura familiar enquanto uma categoria social e da possibilidade de diálogo entre as organizações da sociedade civil e o Estado brasileiro, determinaram o estabelecimento do marco legal sobre a produção orgânica. Iniciado com a promulgação da Lei nº 10.831, em 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Elucidando, assim, sobre as características da produção agropecuária orgânica, suas finalidades e a comercialização dos produtos orgânicos, onde o sistema orgânico de produção agropecuária é considerado no Art. 1º como:

[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios

sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, p. 1).

Entretanto, a construção desse marco legal contou com um processo de luta e reivindicações dos atores sociais por espaço, visto que, em 1994 quando o MAPA decidiu incluir a certificação orgânica de produtos agroalimentares em suas atuações, excluiu os diversos atores sociais interessados no tema, inclusive, os produtores familiares do processo de normalização necessário para a criação do selo de qualidade e outros fatores determinantes. Devido à forte pressão exercida pelos movimentos sociais, ocorreu a abertura para que as organizações pudessem também participar desse processo. Todavia, o espaço de debate foi marcado pela participação de grupos específicos de interesse, onde: um grupo era voltado para a certificação por terceira parte (orientados pelo modelo proposto pela IFOAM<sup>17</sup>), no extremo oposto estava os que consideravam o selo desnecessário e ainda os que argumentaram que se a certificação fosse algo realmente necessário, então, que ela incorporasse os pequenos agricultores (reunidos em grupos ou associações ou mesmo por intermédio da ação de empresas sem ânimo de lucro) (SANTOS, 2005; CALDAS e ANJOS, 2017). O aprofundamento desses debates, as reivindicações e outros acontecimentos resultaram na inserção da certificação participativa na legislação (SANTOS, 2005).

Desta forma, ocorre a criação do SPG (Sistemas Participativos de Garantia) a partir da ação das organizações fundamentadas no desenvolvimento sustentável, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>18</sup> (CALDAS e ANJOS, 2017).

---

<sup>17</sup> A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) foi fundada em 1972, com o passar dos anos a IFOAM desenvolveu, após uma intensa participação de seus membros, o seu Sistema de Garantia Orgânica (OGS), baseado em normas privadas e voluntárias, num programa de acreditação de organismos de certificação e da certificação propriamente dita (SANTOS, 2005, p. 9).

<sup>18</sup> A Rede Ecovida surgiu em novembro de 1998, reunindo em torno de si várias estruturas de mediação da agricultura familiar dos estados do Sul do Brasil, incluindo cooperativas e organizações de consumidores, processadores, pesquisadores e agentes de extensão rural (oficiais e privados) (CALDAS e ANJOS, 2017, p. 171). Uma das iniciativas pioneiras na prática de SPG no Brasil é a Rede Ecovida de Agroecologia. Organizada em núcleos regionais, a Rede desenvolve uma série de atividades em prol do fortalecimento da agroecologia, entre elas a certificação participativa – uma forma de SPG (SANTOS, 2005, p. 9).

Entretanto a regulamentação da Lei 10.831 ocorreu, apenas, em 27 de dezembro de 2007 a partir da aprovação do Decreto N ° 6.323, o qual considera a certificação orgânica no inciso III do Art. 2º como um “ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes” (BRASIL, 2007, p. 1).

Este decreto está estruturado em torno da criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), em acordo com o parágrafo § 2º do Capítulo III e Seção I “integrado pelos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica e pela Certificação por Auditoria. Prevendo assim, duas modalidades de certificação (BRASIL, 2007, p. 8-9).

O decreto, ainda, define a certificação por auditoria e o SPG no Art. 2º dos incisos XV e XVI, sendo,

XV - **Sistema de certificação:** conjunto de regras e procedimentos adotados por uma entidade certificadora, que, por meio de auditoria, avalia a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação;

XVI - **Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica:** conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (BRASIL, 2007, p. 2, grifo nosso).

Portanto, a criação do marco legal brasileiro sobre a produção orgânica é considerada uma iniciativa de inovação, com um grande avanço ao admitir dois modelos ou padrões no processo de certificação orgânica: o primeiro é o SisOrg, que prevê a certificação por auditoria e o SPG, que é composto pelos OPACs (Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica). Já no segundo modelo está a modalidade de venda direta aos consumidores, onde os produtores devem estar vinculados a um OCS e devidamente cadastrados no MAPA, nessa modalidade não é necessária a certificação e a etiquetagem do produto (CALDAS e ANJOS, 2017).

O SPG é uma modalidade de certificação, onde o estabelecimento dos mecanismos de controle e regulação estão focados na capacidade dos próprios produtores de caráter familiar em colaboração e sintonia com os consumidores e outros atores sociais intervenientes no processo para garantirem a qualidade da

conformidade orgânica (CALDAS e ANJOS, 2017). Caldas e Anjos ainda trazem uma caracterização e diferenciação das lógicas de operação das duas modalidades de certificação:

[...] a certificação por terceira parte tem uma conotação claramente identificada com objetivos mercadológicos, enquanto que no caso do SPG há uma índole marcadamente social e simbólica, dado que se assenta sobre outros princípios, como a inclusão social; a cooperação; confiança; e reciprocidade, valores estes cultivados tanto entre os produtores que, solidariamente constroem uma reputação, quanto em relação aos consumidores e à sociedade em geral (CALDAS e ANJOS, 2017, p. 169).

A partir deste instrumento jurídico começa a entrar em vigor o processo de certificação da produção orgânica para a comercialização como produto orgânico, neste sentido, de acordo com o Art. 3º: “Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento” (BRASIL, 2003, p. 1). Todavia, no § 1º da mesma lei, observa-se a abertura de uma exceção, sobre a certificação, para a comercialização direta, constando que:

§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento (BRASIL, 2003, p. 2).

A abertura de tais espaços na legislação brasileira é vital, uma vez que, as “vendas diretas, no Brasil, representam uma das mais importantes formas de escoamento da produção agroecológica. A maioria dos agricultores no Brasil se vale de dois canais de venda – as feiras e os programas do governo” (MARTIL, 2016, p. 66).

Contudo, o alcance deste marco legal é considerado uma importante conquista para os grupos sociais, em particular para a agricultura familiar de base agroecológica, como também para os grupos de produção orgânica, estritamente voltados para o mercado. Neste sentido, Caldas (2011, p. 72) ressalta que:

A criação desta lei e de outros dispositivos ulteriores que regulamentam a matéria, não podem ser analisados de forma a desarticular a militância exercida, na última década, pelas organizações ligadas à agricultura orgânica

e, sobretudo, pela atuação dos movimentos sociais identificados tanto com os princípios do desenvolvimento sustentável quanto da defesa da agricultura familiar. Mas também é certo que sua aparição responde também aos anseios de outros setores movidos por objetivos puramente comerciais e pragmáticos diante do interesse no ingente mercado mundial de orgânicos e de produtos diferenciados, tal como comentamos na seção precedente.

Vale salientar que, que no Brasil a expressão agroecológica está relacionada aos processos ligados à dinâmica da agricultura familiar, já o orgânico está mais associado a uma lógica que predomina a agricultura empresarial (CALDAS e ANJOS, 2017).

## 2.5 Agricultura Familiar Camponesa

No Brasil, a falta de compromisso do Estado com a agricultura familiar, principalmente, no período da modernização da agricultura, a forçou assumir inúmeras estratégias de reprodução. Assim mantendo a diversidade de características que a configura como locus para o desenvolvimento da agroecologia (FINATTO e CORRÊA, 2011). Todavia os pressupostos da agricultura familiar de base agroecológica foram fortalecidos a partir de lutas sociais e algumas conquistas, tal como descreve Niederle, (2013, p.5) em seu trabalho:

Em oposição aos processos de desterritorialização, artificialização, padronização e oligopolização da produção e do consumo alimentar, uma série de movimentos sociais se constituiu nos últimos anos. Apesar dos diversos matizes políticos, esses movimentos compartilham a reivindicação por mudanças mais ou menos radicais nos sistemas de provisão alimentar. A construção de redes alternativas passou a ser o foco privilegiado da atenção de grupos sociais propondo que as pessoas, as famílias, as comunidades, os territórios e o próprio Estado reassumam a responsabilidade pelas práticas de produção e distribuição. Atualmente, o crescimento de um conjunto de novos mercados é a expressão das estratégias que permitem a esses grupos retomar o direito de decisão soberana sobre o tipo de alimentação e de vida que valorizam. É isso, afinal, que diferentes movimentos têm proposto sob o signo de distintos e consumo.

Neste sentido, observa-se que a agricultura familiar está integrada entre dois modelos de desenvolvimento (NIEDERLE, 2009), para tanto, Silva e Silva (2015, p. 37) traz estes dois exemplos de desenvolvimento, onde afirma que,

É quase consensual que a “herança” da modernização agrícola no Brasil, entre outras consequências, gerou queda de ocupação e renda no meio rural,

além de acentuada degradação ambiental em muitos municípios e regiões do nosso país. Além disso, induziu-se a uma profunda especialização produtiva. Todavia, um elevado contingente de agricultores familiares, essencialmente na região sul do país, conseguiu se inserir nos mercados dominados pelas commodities, como soja, milho, arroz, entre outros, assegurando-se de sua reprodução, bem como se integrando às novas tecnologias, de forma a contribuir para o crescimento do chamado agronegócio no Brasil. Contudo, mais recentemente, pesquisas apontam o crescimento de novos mercados através da produção agroecológica, das agroindústrias familiares, do turismo rural, entre outros.

Nesta perspectiva, a agricultura familiar<sup>19</sup> foi umas das principais categorias sociais que demonstraram resistência a este processo. Mesmo diante, das consequências proporcionadas pelo conjunto de modificações estruturais no mundo rural, demonstradas na marginalização de parte substancial das localidades rurais que sofrem processos complexos de esvaziamento populacional, envelhecimento e desmantelamento das estruturas e dos sistemas tradicionais.

Os fenômenos de resistência, os “contamovimentos” estão diretamente presentes nas práticas da agricultura familiar e camponesa<sup>20</sup>, que para muitos, estavam “fadadas” ao desaparecimento. Essa era a posição assumida pelo que se convencionou chamar de “marxismo agrário ortodoxo”. Entretanto, estas proposições refletiam questões específicas no quadro de lutas políticas que os autores

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que a agricultura familiar representa uma categoria genérica, apresentando-se, no tempo e no espaço, dentro de um amplo e heterogêneo espectro de situações que guardam entre si um sentido comum e recorrente, que seja o de ser portadora de uma lógica de funcionamento centrada no esforço por assegurar a reprodução social de seus membros, em lugar de perseguir uma taxa de lucro. Neste sentido, o marco fundamental da institucionalização da agricultura familiar corresponde à criação do PRONAF (em 1995) e de legislação complementar (Lei nº 11.326 de 24/7/2006), que estabelecem as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. São considerados estabelecimentos familiares aqueles que atendem simultânea, e essencialmente, a quatro requisitos: i) possuir uma área que seja inferior a quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento familiar; c) que a renda familiar seja originada predominantemente do próprio estabelecimento; d) que o produtor dirija o estabelecimento com a ajuda da própria família. Vale salientar que tanto a criação do PRONAF quanto a Lei 11.326 devem ser vistos como a consagração da luta empreendida pelas forças que atuam no campo da agricultura familiar (ANJOS, CALDAS e SIVINI, 2016, p. 122-123).

<sup>20</sup> O uso corrente da expressão agricultura camponesa por amplas parcelas das próprias famílias camponesas no processo de construção da sua identidade social, pelos movimentos e organizações populares no campo, por organismos governamentais, pela intelectualidade acadêmica e por parcela dos meios de comunicação de massa tem sido crescente nas últimas décadas. Isso decorre, por um lado, da aceitação da concepção, no Brasil contemporâneo, de que a agricultura camponesa é expressão de um modo de se fazer agricultura distinto do modo de produção capitalista dominante, e, nesse sentido, o campesinato se apresenta na formação social brasileira com uma especificidade, uma lógica que lhe é própria na maneira de produzir e de viver, uma lógica distinta e contrária à dominante (CARVALHO e COSTA, p. 30-31).

vivenciaram. Contudo, mesmo diante do avanço desenfreado do capitalismo, o “campesinato” resistiu e vem reinventando-se.

Nas abordagens teóricas dos autores marxistas e neoclássicos sobre o campesinato, há uma incoerência, pois não analisaram, profundamente, as leis que operam o ambiente social camponês, não esclarecendo a influência das condições exteriores sobre a economia camponesa. Todavia, tais influências interferem na racionalidade econômica do mesmo, pois é uma racionalidade incompleta, já que “trabalho e vida não são duas dimensões cindidas” (ABRAMOVAY, 2007, p. 112).

A relação do camponês com o mundo exterior ocorre a partir de uma lógica extraeconômica, sendo permeada por “*códigos sociais específicos determinantes da conduta*” e através de vínculos econômicos atrelados a um conjunto de prestações pessoais. Desta forma, o processo de relação econômica do campesinato com o exterior é particular e decorre por meio do compartilhamento dos códigos, também, com os setores sociais antagônicos (ABRAMOVAY, 2007, p. 112).

Neste contexto, a distinção de qual o papel que a produção familiar desempenharia no capitalismo brasileiro, gerou uma grande polêmica nas últimas décadas, revalorizando os debates sobre tradicionais questões antropológicas. Nos anos 70 a produção familiar era visualizada como um elemento funcional para o processo de acumulação do capital, além de ser considerada um resíduo. Todavia, esta imagem demasiadamente passiva do modo de produção familiar, foi superada devido a utilização de uma lógica operacional própria e distinta da lógica capitalista, assim justificando a resistência desses sujeitos ao avanço do capitalismo (ALMEIDA, 1986).

No entanto, de acordo com Wanderley (1999) o desenvolvimento do campesinato no Brasil teve todo um diferencial estrutural dos demais países, devido as particularidades do patrimônio sociocultural que foi construído ao longo da história do país. Tal desenvolvimento foi alicerçado em um quadro colonial que foi perpetuado após a independência, o qual foi configurado na dominação econômica, social e política das grandes propriedades, a escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres. Desta forma, “a agricultura familiar sempre ocupou o lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira” (WANDERLEY, 1999, p.38) já as grandes propriedades sempre receberam o apoio e estímulo do Estado.

Sendo assim, a tese da eficiência produtiva da empresa agrícola é desmistificada, visto que, a sustentação do agronegócio depende de alguns fatores, como: 1- Do ponto de vista fundiário (flexibilidade das fronteiras e a concentração fundiária); 2- Mão de obra barata; 3- Acesso ao fundo público (créditos com juros altamente subsidiados, renúncia fiscal parcial e total) (PAULINO, 2008). Desse modo, através “[...] desse conjunto de estratégias envolvendo a apropriação da riqueza socialmente construída no Brasil que a agricultura exportadora se mantém competitiva nos mercados globais” (PAULINO 2008, p. 231).

A trajetória da agricultura familiar brasileira é fortemente marcada por bloqueios e impossibilidades de desenvolver suas potencialidades enquanto categoria social, sendo assim, representada por registros de lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. A precariedade estrutural onde o campesinato brasileiro se desenvolveu teve um caminho longo de dificuldades, onde as únicas opções consistiram em submeter-se a grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados dos trabalhos no sítio ou completar a renda trabalhando em propriedades alheias; e migrar temporária ou definitivamente. Por conseguinte, são processos complexos que construíram trajetórias diferenciadas, identificando-se dinâmicas de campenização-descampenização-recampenização<sup>21</sup> (WANDERLEY, 1999).

Portanto, o fato de o campesinato brasileiro possuir características particulares, deve-se, principalmente, aos condicionantes da trajetória histórica do país, a de dominação econômica e territorial das grandes propriedades, e aos demais fatores sociais, culturais e políticos. Entretanto, apesar destas históricas formas de exclusão social e política, o campesinato brasileiro vem resistindo e representando uma importante categoria para a agricultura e a sociedade brasileira (WANDERLEY, 1999).

A existência da agricultura familiar sempre será assegurada, independente dos contextos sociopolíticos, sociais e histórico, devido, principalmente, a capacidade

---

<sup>21</sup> Para Wanderley (1999, p. 41-42): a situação de campenização mais evidente registrada na literatura sobre o tema, é sem dúvida, a ocupação das serras gaúchas pelos colonos imigrantes da Europa. Outro exemplo é o processo de caipirização identificado no município de Capivari, no Rio de Janeiro. O principal exemplo de descampenização é o processo estudado por Palácios (1987) pelo qual o Estado e os latifundiários desestruturaram a economia e as formas sociais de cultivadores pobres livres no Nordeste oriental. Mas a busca de novas terras no Sertão reinstala em novas condições as comunidades de base familiar, num claro mecanismo de recampenização.

adaptativa de tais explorações familiares, que é constatada na diversidade de situações em que a família agrícola está submetida. Nesta conjuntura, a agricultura familiar não pode ser simplificada a um único modelo, pois existe uma diversidade de explorações familiares, as quais dependerão do contexto sociopolítico e histórico (LAMARCHE, 1993).

Desta forma, o desenvolvimento capitalista no mundo rural não compeliu necessariamente na,

[...] desagregação do campesinato” ou na “urbanização total”, mas numa série de transformações através de processos complexos de diferenciação e estratificação socioeconômica, as quais vão modificando suas características tradicionais. Isso se expressa na diversidade e na heterogeneidade das formas sociais rurais, bem como das relações de produção, circulação e consumo instituídas, enquanto processos imersos nas contradições das economias de mercado (SCHNEIDER e ESCHE, 2011, P. 207).

Visto que, a capacidade adaptativa e de renovação do campesinato, diante a utilização de estratégias para perpetuar a reprodução social destes sujeitos, garantiu a sua continuidade e transformação em agricultura familiar como uma categoria social genérica.

### **3 OBJETIVOS DA PESQUISA**

#### **3.1 Objetivo geral**

Analisar e compreender as dinâmicas inerentes à rede agroalimentar e alternativa EcoBorborema-PB, a partir do processo da Organização de Controle Social e comercialização.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- 1- Compreender o surgimento e organização da rede agroalimentar e alternativa EcoBorborema;
- 2- Descrever os significados e implicações destas organizações para a agroecologia e a agricultura familiar dos respectivos territórios;
- 3- Identificar e compreender como está ocorrendo o processo de construção de novos mercados na OCS.

## 4 METODOLOGIA

Tendo em vista a diversidade e importância dos Organismos de Controle Sociais existentes no Brasil, em especial, na mesorregião do Agreste da Paraíba. O itinerário da pesquisa elegeu o contexto de OCS que ocorre no estado da Paraíba para a realização de um processo analítico sobre a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema-PB (EcoBorborema).

Partindo do pressuposto de que a metodologia da pesquisa social deve resguardar uma lógica mais dialética e participativa, onde o ponto de partida seja a realidade e o conhecimento local, antagônica a lógica tecnocrática-academicista, onde Brandão destaca que (2006, p. 24) “a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, [...]”. Nesse sentido, opta-se por uma abordagem qualitativa e com enfoque sistêmico, denotada por Minayo (1994, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Junto a tais abordagens, foi utilizado como procedimento metodológico a pesquisa participante, que segundo Streck (2006, p. 269):

Deve ser compreendida como um repertório múltiplo de experiências de criação coletiva do conhecimento destinados a superar a oposição do sujeito/objeto no interior de processos que gerem saberes e na sequência das ações que aspiram gerar transformações a partir também desses conhecimentos. Experiências que sonham substituir o antigo monótono eixo: pesquisador/pesquisado, conhecedor/ conhecido, cientista/cientificado, pela aventura perigosa, mas historicamente urgente e inevitável, da criação de redes, teias e tramas formada por diferentes categorias entre iguais/diferentes sabedores solidários do que de fato importa saber. Uma múltipla teia de e entre pessoas que, ao invés de estabelecer hierarquias de

acordo com padrões consagrados de ideias preconcebidas sobre o conhecimento e seu valor, as envolva em um mesmo amplo exercício de construir saberes a partir da ideia tão simples e tão esquecida de que qualquer ser humano é, em si mesmo e por si mesmo, uma fonte original e insubstituível de saber.

A partir da lógica da pesquisa participante, o método de investigação empírica adotado nesse estudo foi o estudo de caso, visto que é uma estratégia de pesquisa abrangente no trabalho social, onde o cientista social Yin (2001, p. 32) corrobora com uma definição técnica do estudo de caso em duas partes: em primeiro lugar, é um método de investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. E em segundo lugar, a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única, em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, obtendo um resultado baseado em várias fontes de evidências. Concernentemente, Zainal (2007, p. 5) conclui em seu trabalho que: “Os estudos de caso são considerados úteis na investigação, pois permitem aos investigadores examinar os dados a nível micro. Como alternativa à pesquisa quantitativa ou qualitativa, estudos de caso podem ser uma solução prática quando uma grande população de amostra é difícil de obter”.

Para isto, os instrumentos utilizados para a realização da coleta dos dados consistiram na utilização dos métodos:

- Observação sistemática;
- Diário de campo;
- Entrevista semi-estruturada;
- Levantamento de dados primários e secundários.

A observação sistemática é “utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses. Nas pesquisas deste tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos” (GIL, 2008, p. 104).

As entrevistas semi-estruturadas “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o

faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (QUARESMA, 2005, p. 75)

Para análise dos dados qualitativos será empregado o método da análise de conteúdo, para tanto, segundo Morais (1999, p. 2):

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. [...] Como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação.

Os sujeitos da pesquisa foram compostos por cinco diferentes grupos de participantes que atuam direta e indiretamente na EcoBorborema (tabela 2), sendo:

1. Coordenação das OCSs;
2. Assessoria técnica - AS-PTA Paraíba (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa);
3. Instituição interveniente - Pólo Sindical da Borborema;
4. Agricultores associados a OCS EcoBorborema, com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos da Paraíba (CNPO);
5. Comissão de Produção Orgânica do Estado da Paraíba (CPOrg-PB).

Tabela 2 - Relação do grupo de sujeitos entrevistados da EcoBorborema-PB

<b>Grupos entrevistados</b>	<b>EcoBorborema</b>
Coordenação da OCS	3
Assessoria técnica (AS-PTA Paraíba)	4
Instituições Intervenientes	2
Agricultores associados a OCS (CNPO)	15
CPOrg-PB	2
Total	26

Fonte: Elaboração própria – Trabalho de Campo.

Para cada grupo de entrevistados foram elaborados roteiros de entrevistas específicos (Apêndice A, B, C, D e E). Para tanto, as entrevistas foram realizadas com o auxílio do gravador de voz, foram agendadas previamente e realizadas presencialmente nos locais de atuação dos entrevistados, com intuito de respeitar o anonimato dos entrevistados, eles são mencionados neste trabalho de forma codificada, representados pelas siglas de seus respectivos nomes e o seu grupo representativo. Neste trabalho, optou-se por colocar as narrativas dos entrevistados em itálico de forma a diferenciar das citações de outros autores.

Na EcoBorborema, cento e quatorze (114) agricultores estão inseridos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos de 2018, os quais estão distribuídos em dez (10) municípios na Mesorregião do Agreste Paraibano: Lagoa Seca, Queimadas e Massaranduba (Microrregião de Campina Grande), Esperança, Areial, Montadas e São Sebastião de Lagoa de Roça (Microrregião de Esperança), Alagoa Nova (Microrregião do Brejo), Remígio (Microrregião do Curimataú Ocidental) e Solânea (Microrregião do Curimataú Oriental).

Inicialmente foi realizada uma reunião com a equipe da AS-PTA e EcoBorborema para apresentar a pesquisa, buscar informações primárias, definir o público para as entrevistas e iniciar o acompanhamento das atividades.

O processo analítico de observação sistêmica ocorreu a partir do acompanhamento de atividades da EcoBorborema e a AS-PTA, como participação de reuniões, Assembleia da EcoBorborema, visita as feiras agroecológicas e as propriedades dos agricultores selecionados para as entrevistas e também ocorreu a participação em reuniões da CPOrg-PB (figura 1).



Figura 1 - Fotografia A) Entrevista com a Assessoria Técnica da AS-PTA-2019; B) Visita a feira agroecológica de Remígio-2019; C) Participação na reunião mensal da Feira agroecológica em Esperança -2019; D) Participação da visita de intercâmbio dos agricultores do município de Nova Cruz-RN para conhecer a experiência da EcoBorborema- 2018; E) Visita a propriedade dos agricultores da EcoBorborema em Solânea- 2019; F) Visita a propriedade dos agricultores da EcoBorborema em Areal- 2019.

Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

A participação em tais espaços foi importante para o processo investigativo, visto que, constitui um dos principais pontos de discussão sobre a agroecologia, produção orgânica e certificação participativa no Estado.

## 4.1 Caracterização do Território de pesquisa

### 4.1.1 Semiárido Nordestino Brasileiro

*O Brasil não é ecologicamente uniforme; é um tabuleiro de xadrez com microclimas especiais (DUQUE J. G. 2004, p. 34).*

A região do Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil, com uma área de 1,56 milhão de km<sup>2</sup> (18,2% do território nacional), é composta por nove estados: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Bahia, Sergipe e Alagoas. O Nordeste se destaca como a maior região do país quanto ao número de estados que o compõe, além de comportar a maior parte do Semiárido brasileiro, localizada na porção central dessa região (NUNES e SILVA, 2020; SILVA *et al.*, 2010).

A delimitação do Semiárido brasileiro (SAB) é definida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a partir das condições climáticas dominantes de semiaridez. Em 2017 foi redefinida uma nova delimitação do Semiárido, devido a inadequabilidade do critério anteriormente adotado, resultando no acréscimo de 127 novos municípios. Atualmente, os critérios utilizados são os seguintes: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e; o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (IBGE, 2018). A partir desta readequação, a dimensão territorial do Semiárido aumentou para 1.128.697 Km<sup>2</sup> de área e uma população estimada de 27.870.241 habitantes (2017), abarcando mais da metade do espaço territorial Nordestino 65,27% (1.171 municípios) e ainda 10,67% (91 municípios) do estado de Minas Gerais (figura 2), contemplando uma totalidade de 1.262 municípios, distribuídos nos seguintes estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (IBGE, 2018; CONDEL/SUDENE, 2017).

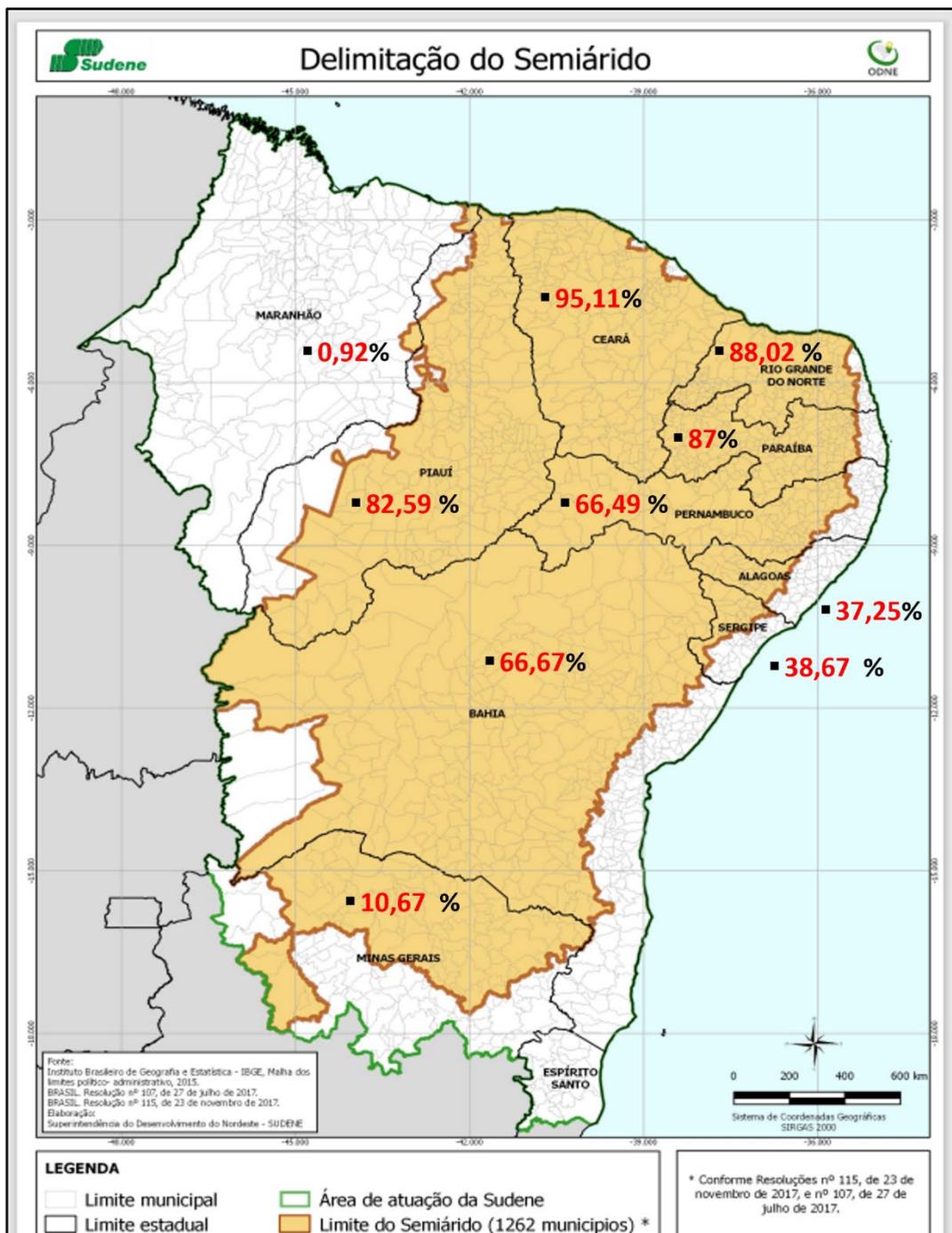


Figura 2 - Mapa de delimitação do Semiárido Brasileiro.

Fonte: SUDENE, 2017; adaptado (pela autora) com o percentual de abrangência por estado.

O Semiárido é uma divisão regional reconhecida pela legislação como um território susceptível a períodos críticos de prolongadas estiagens, essa condição ambiental pode resultar em quadros de vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais das populações que vivem nesse território. Devido as situações de risco proporcionadas por essa condição ambiental e o despreparo político e social para conviver com esse fenômeno natural, o governo federal destina políticas públicas

específicas para os municípios de abrangência do SAB, com objetivo de amenizar os quadros de vulnerabilidades e fortalecer o desenvolvimento da região. Desta forma, foi criado o bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), além disso, pelos menos 50% dos recursos desse Fundo devem ser aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semiárido (ANA, 2017).

Diante desse panorama, pode-se constatar que o Nordeste não é uniformemente semiárido, mas sim, possui “um mosaico de ambientes que variam com o clima, com os tipos de vegetação e com os fatores edáficos” (DUQUE, 2004, p. 51).

Segundo Duque as irregularidades nas chuvas ou secas sem ciclo definido na região ocorrem, também, devido a posição geográfica do Nordeste:

O Nordeste se encontra em posição geográfica muito afetada pela divisão dos ventos secos e úmidos, quentes e frios, resultantes da temperatura e da pressão atmosférica no Atlântico-Norte, na África do Sul, nas Ilhas do Pacífico e no Sul da América. A variação desses fatores, afastando ou aproximando as frentes tropicais frias e úmidas, combinada com outras causas, traz uma irregularidade nas chuvas ou secas sem ciclo definido. A proximidade do Equador lhe dá um clima quente, com sol abrasador no céu de poucas nuvens (DUQUE, 2004, p. 33).

Além destes aspectos, o clima da região Semiárida também é fortemente influenciado pelo fenômeno *El Niño* e pelas temperaturas da superfície do Oceano Atlântico. Os índices pluviométricos anuais são em média de 800 mm, porém concentrados em poucos meses do ano, representando uma variabilidade espaço-temporal. As temperaturas são elevadas durante todo o ano, forte insolação e os níveis de evapotranspiração ultrapassam os 2 mil milímetros por ano, superando os totais pluviométricos irregulares, determinando taxas negativas no balanço hídrico (MAGALHÃES, 2016; GODIM *et al.*, 2017).

Esse cenário climático marcado pela pluviometria baixa e com variabilidade espaço-temporal, altas temperaturas, forte insolação e altas taxas de evapotranspiração, atrelados as características geomorfológicas da região, onde grande parte dos solos são rasos sobre uma base cristalina, resultam em uma hidrografia com a predominância de rios intermitentes e de regime pluvial.

Geralmente, as maiores estiagens estão associadas ao fenômeno *El Niño*, o qual influencia a ocorrência dos períodos de veranicos e a variabilidade interanual da precipitação na região, resultando em grandes eventos de “seca” no SAB. Os eventos de grandes secas é um fenômeno que sempre ocorreu na região, porém, a falta de preparo social e político para lidar com essa realidade, culminam em grandes impactos negativos nas dimensões sociais, econômicas e ambientais do Semiárido, e limitam o desenvolvimento da região, como citado por Marengo *et al.* (2011, p. 2):

Devido à irregularidade das chuvas e aos baixos índices pluviométricos (abaixo de 800 mm por ano) grande parte da região enfrenta um problema, já crônico, de falta de água, motivo desses obstáculos ao desenvolvimento das atividades agrárias e agropecuárias. A ausência de sistemas eficientes para o armazenamento da água – recurso que está quase sempre concentrado nas mãos de poucos, intensifica ainda mais os efeitos sociais. Ciclos de fortes estiagens, secas e enchentes, costumam atingir a região em intervalos que vão de poucos anos até décadas, visto que colaboram para desarticular de vez as já frágeis condições de vida da população que vive no semiárido, em particular pequenos produtores e comunidades pobres.

O Nordeste sempre foi afetado por ciclos fortes de estiagem, com períodos de veranicos distribuídos em intervalos de poucos anos ou até décadas, com os primeiros registros denotados no século XVI, e desde então tem sido uma constante, cada século é marcado por vários períodos de grandes secas (figura 3). O século XXI já foi iniciado com o prolongamento do período de seca da década de 90, seguido das grandes secas de 2002-2003, 2005, 2007-2008, 2010 e 2012-2017. Esses períodos de secas com suas proximidades e prolongamentos plurianuais afetaram de forma significativa a agricultura da região (LIMA, J. R.; MAGALHÃES, 2018).

Mais recentemente, o quadro de seca iniciado no período de 2010 e prolongado até 2017 no Semiárido, tem proporcionado consequências negativas e severas para a disponibilidade e a segurança hídrica, afetando o abastecimento público, a irrigação, as indústrias e a geração de energia elétrica. Esse longo período de sucessivos anos de seca tem representado uma das estiagens mais severas já observadas no Nordeste (GODIM *et al.*, 2017).

Como denotado, o fenômeno da seca afeta, de forma severa, todos os setores da região, especialmente a agricultura familiar, pois as vulnerabilidades da produção agrícola se intensificam nesse período, colocando à prova as capacidades de resistência e adaptação das famílias agricultoras a continuidade do processo de

exaustão dos seus estoques (água, sementes, alimentação animal e humana etc.) (MATTOS e MAY, 2020).

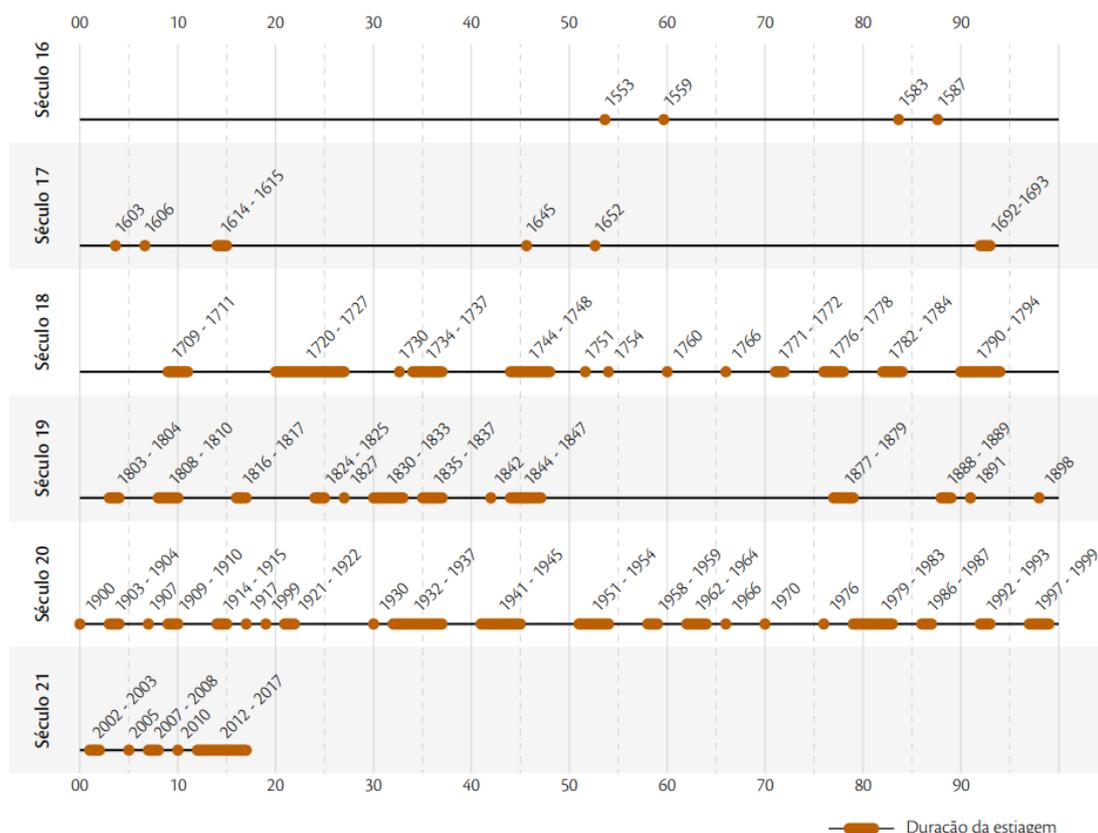


Figura 3 – Gráfico da Linha de tempo das secas no Nordeste: as secas ao longo da história no Nordeste.

Fonte: LIMA, J. R.; MAGALHÃES, 2018.

Magalhães descreve, resumidamente, no trecho a seguir, como esse processo assola, nos períodos mais severos de seca, a maioria das realidades da agricultura familiar nordestina:

Quando fica claro que o ano será seco, isto é, que as chuvas não serão suficientes para segurar a colheita nem para armazenar água, os agricultores decidem parar de plantar. Milhões de trabalhadores rurais e agricultores de pequeno porte podem ficar subitamente desempregados, sem oportunidade de trabalho. Instala-se uma calamidade social. Antes de emigrar, eles tentam de tudo. Em secas leves, eles conseguem muitas vezes encontrar alternativas de subsistência no próprio lugar onde vivem. No mais das vezes, quando as secas são mais severas e prolongadas, eles precisam migrar para as cidades ou para outras regiões do Brasil, como Amazônia, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. Isso ocorreu inúmeras vezes na história, em 1877, 1915, 1932, 1958 e 1983, por exemplo (MAGALHÃES, 2016, p. 24).

Nesse meio tempo, as ações do governo para mitigar as vulnerabilidades em ocorrência dos impactos da seca, estão estruturadas de duas formas: “com ações emergenciais, de caráter assistencialista, para reduzir o sofrimento das pessoas afetadas; a outra, de caráter mais permanente, com o objetivo de reduzir vulnerabilidade futura” (MAGALHÃES, 2016, p. 31).

Os cenários de calamidades sociais provocados pelas ocorrências de grandes eventos de seca são historicamente frequentes e estão imbuídos de contradições, visto que, a seca é um fenômeno climatológico que sempre existiu, então, por que desde o século XVI até o século atual a população da região ainda sofre com o mesmo problema? Historicamente a mentalidade política e social predominantemente utilizada para tratar essa condição ambiental estava engendrada na lógica de combate à seca e na utilização de medidas exclusivamente paliativas, além de outras questões.

Entretanto, a única forma de mudar esse cenário está centrada no fortalecimento dos processos de adaptação às condições do Semiárido, a partir da construção e utilização de um sistema eficiente fundamentado em estratégias de convivência com o Semiárido. Esse processo já vem sendo construído, trabalhado, testado e estimulado por alguns seguimentos da sociedade e tem-se mostrado excelentes resultados, fato constatado por Mattos e May (2020) ao afirmarem que:

A seca continua sendo recorrente e, sendo cada vez mais previsível e suas consequências por demais conhecidas, passou-se a uma nova fase na reação da sociedade. Cresceu a percepção na sociedade sobre a manipulação da seca como impulsionadora do capital político para dominação. Neste sentido, a mudança só poderia surgir por meio da mobilização política para busca de respostas. Um sem-número de alternativas começou a ser testado para permitir a convivência com o semiárido, com a descentralização da oferta de água, a captação e o armazenamento local, a constituição de estoques de água, sementes e forragem, e o uso racional dos recursos naturais (MATTOS e MAY, 2020, p. 42).

Dentre os Estados do SAB que vivenciaram esses processos e estão nesse caminho de construção e fortalecimento de estratégias inovadoras e eficientes para a convivência com o Semiárido está a Paraíba.

#### 4.1.2 Semiárido Paraibano

No sentido que grande parte do território do Nordeste brasileiro está inserido na área de abrangência do Semiárido brasileiro, igualmente, 87% (194 municípios) dos municípios do estado na Paraíba estão, oficialmente, inseridos no Semiárido. A Paraíba configura-se como o segundo estado com o maior número de municípios inseridos no Semiárido e o terceiro na relação de área, ocupando uma extensão de 51.306 Km<sup>2</sup> com população de 2.498.117 habitantes. Contudo, o estado do Ceará ocupa o primeiro lugar em porcentagem de área, com 95,11% (175 municípios) e o estado da Bahia o primeiro lugar em número de municípios (278) (66,67%) (CONDEL/SUDENE, 2017).

O Estado da Paraíba ocupa uma extensão territorial de 56.439.838 Km<sup>2</sup>, com população estimada de 4.039.277 pessoas em 2020. Está locado na porção oriental do Nordeste (representando 3,63 % de sua área) (IDEME, 2014; IBGE, 2020). No quadro 3 a seguir estão distribuídas as principais características fisiográficas e hidroclimáticas do Estado.

<b>Características Fisiográfica e Hidroclimática do Estado da Paraíba</b>	
<b>Hidroclimática</b>	<p><b>Climatologia:</b> O Estado da Paraíba, por sua localização dentro da faixa equatorial, é submetido à incidência de alta radiação solar com muitas horas de insolação. Tal condição determina um clima quente, temperatura média anual de 26°C, pouca variação intra-anual e uma distribuição espacial da temperatura altamente dependente do relevo.</p> <p>- Segundo a classificação climática de Köppen para as condições reinantes no Estado da Paraíba, observa-se a existência de uma</p> <p><b>a) região tropical úmida:</b> na faixa litorânea do Estado assim como na parte ocidental.</p> <p><b>b) clima seco de tipo estepe:</b> no setor central, abrangendo a região do planalto da Borborema e do Sertão, assim como na região localizada a noroeste do Estado. Nestas regiões, ocorrem manchas de clima seco de tipo desértico na região de Cabaceiras no Cariri, no Curimataú e no Seridó, nos arredores do município de Picuí.</p> <p><b>Temperaturas:</b> verifica-se uma variação espacial dependendo diretamente do relevo e das massas de ar.</p> <p>-<u>Áreas mais elevadas</u> apresentam temperaturas mais amenas;</p> <p>-<u>Áreas com depressões</u> são essencialmente quentes.</p> <p>Com relação à latitude equatorial, as temperaturas do Estado são consideradas elevadas durante o ano todo com pequenas variações regionais.</p> <p><b>Pluviometria:</b> Os processos climáticos geradores de precipitação sobre a região Nordeste do Brasil são excessivamente complexos, associados ao comportamento de variados sistemas de circulação atmosférica e aos fatores orográficos e de maritimidade e continentalidade. Seu principal efeito é a grande variabilidade espacial e temporal da precipitação na Região, que interfere também no seu regime hidrológico. A Paraíba é o estado nordestino que apresenta a maior variabilidade espacial da precipitação. Está situado dentro da faixa dos ventos de Sudeste ou Alíseos. Consequentemente, a distribuição e a quantidade de chuvas estão na dependência da posição das massas de ar, sistema de ventos e do relevo. Levando-se em consideração a influência do relevo e do vento, pode-se estabelecer três faixas de zonas:</p> <p><b>a) faixa úmida Oriental</b> com totais variando entre 1200 e 800 mm;</p>

	<p><b>b) faixa do Planalto da Borborema</b> com totais anuais entre 350 e 700 mm;  <b>c) faixa Ocidental</b> do Estado com totais anuais entre 700 e 1200 mm.</p>
<b>Fisiográfica</b>	<p><b>Geomorfologia:</b> O relevo do Estado da Paraíba apresenta-se, de uma forma geral, bastante diversificado, constituindo-se por formas de relevo diferentes, trabalhadas por diferentes processos atuando sob climas distintos e sobre rochas pouco ou muito diferenciadas. A topografia assume papel importante, com interferência de forma significativa no tocante ao clima, o que de certa forma tem atuado nas ocorrências de diversificações climáticas existentes no Estado.</p> <p>- A Paraíba é dividida em dois grupos compreendidos pelos tipos climáticos mais significativos do Estado: úmido, sub-úmido e semiárido. São estes:</p> <p><b>a) Setor Oriental Úmido e Subúmido:</b> áreas sedimentares marinhas e flúvio-marinhas.  <b>b) Setor Ocidental Sub-úmido e Semiárido:</b> tendo como linha divisória a Frente Oriental do Maciço da Borborema. Áreas Cristalinas que compreendem superfície Aplainada do Maciço da Borborema; Maciços Residuais: Serras e Inselbergs; Depressão Tectônica do Curimataú e Pediplano Sertanejo.</p>
	<p><b>Hidrografia:</b> o sistema hidrográfico da Paraíba é caracterizado pela predominância dos rios:</p> <p>a) <b>rios temporários ou intermitentes</b> que reduzem seu volume d'água ou secam completamente durante o período de longa estiagem;  b) <b>rios de regime pluvial</b>, cujas cheias ou secas dependem das estações chuvosas e secas, respectivamente.</p> <p>- A rede hidrográfica da Paraíba é composta por onze bacias, onde as principais são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. bacia do rio Piranhas</b> é a de maior potencial hídrico do Estado, drena toda a região sertaneja;</li> <li><b>2. bacia do rio Paraíba</b> está totalmente contida no Estado e recebe a drenagem de toda a porção sul do Planalto da Borborema;</li> <li><b>3. bacias do rio Curimataú;</b></li> <li><b>4. bacia do rio Mamanguape;</b></li> </ol> <p><b>Além, bacias dos rios Jacu, Camaratuba, Miriri, Gramame, Abiaí, Guaju e a do Trairi</b> que juntos formam a rede de drenagem do Estado.</p>
	<p><b>Ecossistemas Naturais Principais:</b> No estado da Paraíba, destacam-se quatro ecossistemas naturais, marcados pela diversificada presença da ação antrópica e por diferentes processos de alteração:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1- Planícies litorâneas</b></li> <li><b>2- Florestas</b></li> <li><b>3- Áreas de transição;</b></li> <li><b>4- Caatinga.</b></li> </ol> <p>- Os quatro ecossistemas naturais principais são analisados de forma associada às três zonas geoeconômicas do Estado:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1- Zona Litoral–Mata:</b> planícies litorâneas e as florestas;</li> <li><b>2- Zona do Agreste–Brejo:</b> as áreas de transição;</li> <li><b>3- Zona Semiárida:</b> a caatinga.</li> </ol> <p>Tais limites não são rígidos, podendo haver interpenetrações de um ou mais desses ecossistemas em uma ou mais das três zonas geoeconômicas do estado.</p> <p><b>Cobertura Vegetal:</b> O uso atual e a cobertura vegetal do Estado da Paraíba caracterizam-se por formações florestais definidas como:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>a) caatinga arbustiva arbórea aberta, caatinga arbustiva arbórea fechada e caatinga arbórea fechada;</b></li> <li><b>b) tabuleiros costeiros;</b></li> <li><b>c) mangues;</b></li> <li><b>d) mata úmida;</b></li> <li><b>d) mata semidecidual;</b></li> <li><b>e) mata atlântica;</b></li> <li><b>f) restinga.</b></li> </ol>
<b>Caracterização das regiões naturais</b>	<p>- No tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em 4 mesorregiões:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1- Mesorregião do Sertão Paraibano</b> (Composta por 83 municípios);</li> <li><b>2- Mesorregião da Borborema</b> (Composta por 44 municípios);</li> <li><b>3- Mesorregião da Mata Paraibana</b> (Composta por 83 municípios);</li> <li><b>4- Mesorregião do Agreste Paraibano</b> (Composta por 66 municípios).</li> </ol> <p>- Essas mesorregiões estão, por sua vez, desagregadas em 23 microrregiões geográficas.</p>

<p>- As Mesorregiões estão distribuídas nas seguintes zonas geoeconômicas:</p> <p><b>a) Litoral-Mata:</b> corresponde à Mesorregião Mata Paraibana.</p> <p><b>b) Agreste-Brejo:</b> abrange as Microrregiões constitutivas da Mesorregião do Agreste, tal como definida pelo IBGE: Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro.</p> <p><b>c) Semiárida:</b> é a mais extensa em área, de elevadas dificuldades enfrentadas pela população residente, dada à escassez relativa de recursos naturais que a caracteriza. Sua população está sujeita a condições de insustentabilidade, tanto econômica quanto social, bem mais difíceis de controlar do que as encontradas nas Zonas Litoral-Mata e Agreste-Brejo. Comparado aos demais espaços semiáridos do Nordeste, o da Paraíba é um dos mais afetados pela degradação ambiental. Abrangendo as seguintes Mesorregiões: Mesorregião do Sertão Paraibano, Mesorregião da Borborema e a Mesorregião do Agreste.</p>
--

Quadro 3 - Caracterização Fisiográfica e Hidroclimática do Estado da Paraíba

Fonte: Elaboração própria com dados do IDEME, 2014; IBGE, 2018; AESA, 2006.

No território da Paraíba são contemplados 223 municípios, os quais estão dispostos em 4 mesorregiões: Mesorregiões da Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano (figura 4). As mesorregiões estão desagregadas em 23 microrregiões geográficas (AESA, 2006). Vale salientar que apenas 13% dos municípios do estado estão fora da área de abrangência do Semiárido, estando os mesmos localizados na Mesorregião da Mata Paraibana, que está subdividida em 4 microrregiões (CONDEL/SUDENE, 2017).

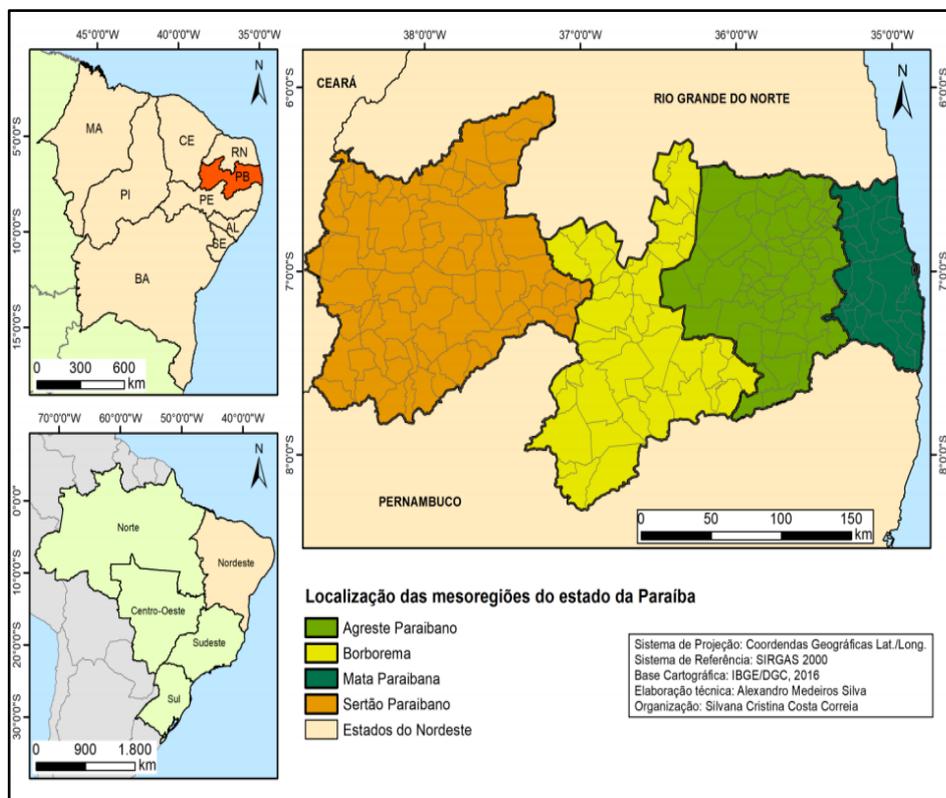


Figura 4 - Mapa das Mesorregiões do Estado da Paraíba.

Fonte: Correia, 2018.

Entre as mesorregiões paraibanas, a Mesorregião do Agreste Paraibano, nosso foco de estudo, é caracterizada por possuir uma alta heterogeneidade com relação aos seus aspectos naturais (solo, microclimas, relevo, vegetação etc.), uso da terra e as relações de trabalho e ao pertencimento econômico (BASTOS, 2010). Do ponto de vista do uso da terra, o agreste é a Mesorregião que mais se destaca quanto a importância econômica e social da agricultura familiar, visto que, é onde se tem as menores taxas de concentração fundiária do estado (SOBREIRA, 2019).

Essa Mesorregião, possui uma área de 13.432 km<sup>2</sup> (23,8% do estado) e engloba 66 municípios que estão agrupados em 8 Microrregiões (figura 5): Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental ou Cuité, Curimataú Oriental ou Araruna, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro (IBGE, 2010).

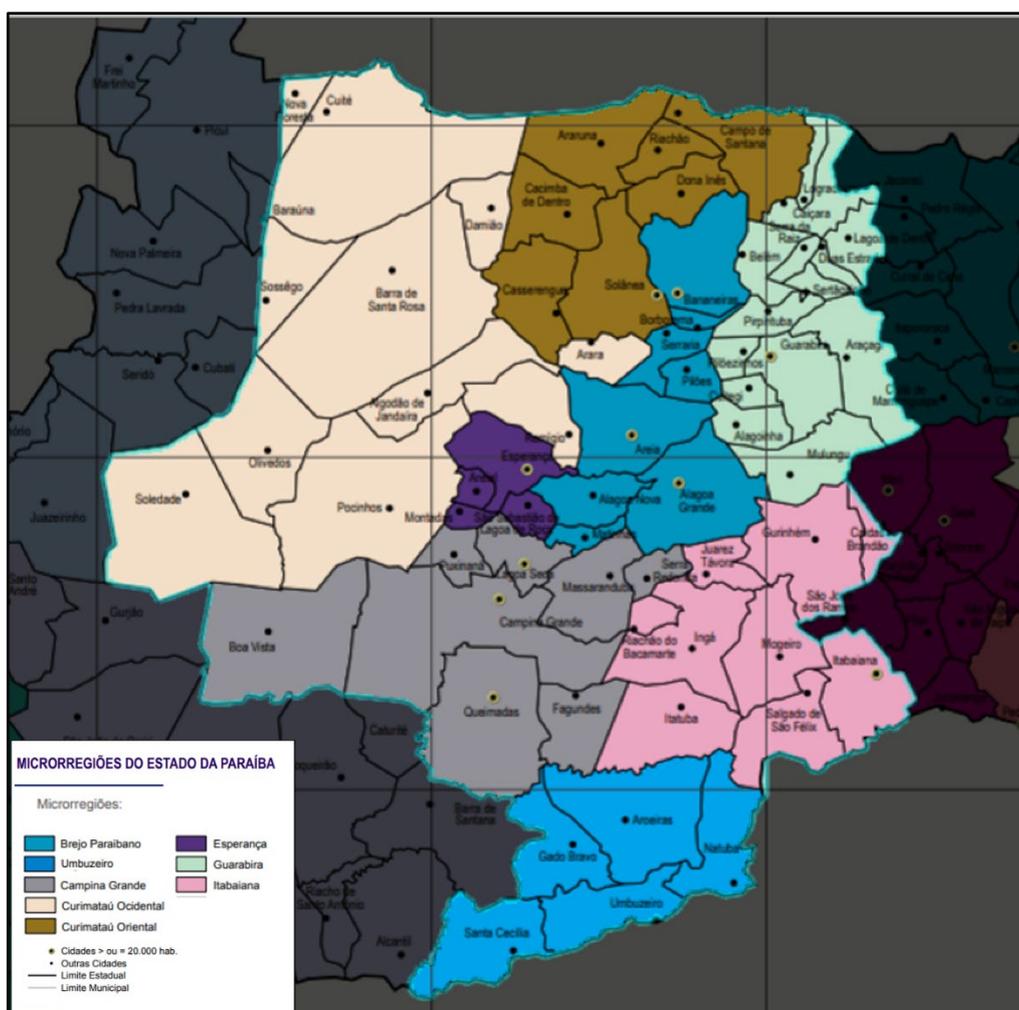


Figura 5 - Mapa das Microrregiões da Mesorregião Agreste.

Fonte: AESA, 2006; adaptado pela autora.

A área de abrangência das Microrregiões do Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental e Esperança, é marcada pela existência de um forte protagonismo da sociedade civil (atuação em rede do Pólo Sindical, AS-PTA, entre outros) iniciada na década de 90 nas microrregiões do Brejo e Curimataú Oriental e que depois se espalhou para as demais microrregiões. Em 2003, esse Território de atuação das redes do Pólo Sindical da Borborema passa também a ser denominado de Território Rural da Borborema.

#### 4.1.3 Território da Borborema

A construção do Território Rural da Borborema ocorreu a partir da mudança de enfoque de desenvolvimento rural do Governo Federal, resultando na implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) na região, colocando o Território no prisma da consolidação de uma nova institucionalidade espacial. Segundo Caniello (2010, p. 3):

No ano de 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com diversas organizações da sociedade civil e representantes dos governos estaduais e municipais, iniciaram o processo de identificação e seleção de “territórios rurais” em diversos Estados brasileiros.

Nesse sentido, o território é definido por Milton Santos como:

Lugar onde desemboca todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da existência (SANTOS, 1999, p. 7).

O território não está configurado em apenas um espaço físico delimitado, mas sim, estruturado em duas dimensões: a material e imaterial, pois a palavra *territorium* (terra) está relacionada a ideia de apropriação, onde o uso social do território representa o elemento definidor (DOURADOS, 2015). As duas dimensões que configuram o território, a material e imaterial, estão relacionadas aos seus elementos objetivos e subjetivos, as quais estão intrinsecamente ligadas.

Desta forma, para analisar um determinado território é fundamental compreender o conjunto território = elementos materiais e imateriais. Nesta

perspectiva surge o termo ‘território usado’, o qual, efetivamente, representa uma categoria de análise, visto que: “O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho” (SANTOS, 1999, p. 8, itálico no original).

O processo de formação dos territórios é permeado por aspectos históricos e relacionais, onde os territórios e territorialidades são produzidos de acordo com as características das sociedades. Tal dinâmica é alicerçada em fatores físicos, econômicos, simbólicos e sociopolíticos, deste modo, cada território é desenhado e redesenhado por forças internas e externas (DOURADOS, 2015).

O PDSTR, criado em 1997, em uma linha de ação do Pronaf, era focado no desenvolvimento municipal, e funcionou neste modelo até 2002. Contudo, em 2003, com a instituição de um novo formato de política no Governo Lula, ocorre a mudança de abordagem do MDA, a partir da construção de uma nova institucionalidade política, o território, direcionado para a representação dos interesses socioeconômicos da agricultura familiar. Essa mudança de enfoque de desenvolvimento rural do “localismo” para o território como *locus* para viabilizar os processos de desconcentração das dimensões administrativas e descentralização política, ocorreu também, devido as reflexões críticas sobre as políticas públicas de desenvolvimento que já haviam sido implementadas (DELGADO, BONNAL e LEITE, 2007). Para tanto, o objetivo geral desse Programa consistiu:

Na construção e no desenvolvimento das capacidades locais para a articulação das políticas públicas e dos atores sociais em torno das principais demandas e potencialidades percebidas nos territórios como obstáculo ou como contribuição para seu desenvolvimento, conjugando essas ações em um plano que conformaria um projeto coletivo e negociado de desenvolvimento (o PTDRS). Sua operacionalização se dá principalmente pela formação de arenas de participação e pela seleção e articulação de projetos (DELGADO, BONNAL e LEITE, 2007, p. 31).

Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) entende os territórios como:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam

identidade e coesão social, cultural e territorial. (DELGADO, BONNAL e LEITE, 2007, p. 31).

Ainda segundo os mesmos autores, a atuação da SDT a partir do PDSTR configura-se em um processo contínuo dividido em 3 fases: 1- sensibilização, mobilização e capacitação dos diversos atores sociais do território; 2- o processo de planificação do Território, onde é construído o PDSTR do território; 3- execução dos projetos.

Desta forma, os Territórios Rurais foram sendo constituídos em espaços que já havia um marco referencial, ou seja, a existência prévia de uma articulação regional (um 'território'), representado pela presença da sociedade civil e com capacidade de ação coletiva e de iniciativas (DELGADO, BONNAL e LEITE, 2007; DELGADO, 2010).

Para tanto, o Território do Pólo Sindical da Borborema<sup>22</sup> foi considerado um espaço estratégico para a consolidação de um território rural na região, devido a um notável e singular protagonismo institucional da sociedade civil da região, por três razões: Primeira - devido a capacidade das organizações atuarem em rede numa escala regional, possibilitando sua participação na dinâmica institucional da política territorial da SDT; Segunda - devido ao Pólo Sindical (como um unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar e com a construção de uma identidade agroecológica) representar um ator político regional com capacidade de articulação do movimento sindical com ONGs e habilidade para coordenar política e metodologicamente o processo de ampliação; Terceira - devido a capacidade e determinação do Pólo, enquanto um ator político, em articular-se com as políticas públicas existentes para influenciar e participar na formulação e na execução de novas políticas públicas (DELGADO, 2010).

---

<sup>22</sup> O Território Rural da Borborema (com 21 municípios) diferencia-se do "território" do Pólo Sindical da Borborema (com 16 municípios) principalmente por dois aspectos. Primeiro, o território SDT inclui o município urbano de Campina Grande e, segundo seu espaço geográfico é contínuo, seguindo as normas estabelecidas pela SDT. Os municípios do território da SDT que não participam do Pólo Sindical são os municípios de atuação do Fórum dos Assentados da Reforma Agrária (Borborema, Serraria, Pilões, Areia), localizados ao leste do território do Pólo Sindical, assim como alguns municípios isolados, localizados no Sudeste (Serra Redonda), no Oeste (Puxinanã) e no Noroeste (Algodão de Jandaíra). Os municípios localizados na parte ocidental do "território" do Pólo Sindical não foram incorporados no território SDT da Borborema mas sim no território SDT do Cariri (DELGADO, 2010, p. 46).

Segundo o mesmo autor, esses três elementos são componentes essenciais para a criação do Território da SDT, pois:

[...] dão uma qualidade diferenciada aos movimentos sociais da região e atribuem-lhes uma capacidade de iniciativa e de protagonismo indispensável para a implementação da abordagem territorial, tanto do ponto de vista da democratização da governança territorial, quanto da formulação de projetos estratégicos de desenvolvimento rural sustentável (DELGADO, 2010, p. 43).

Dos Territórios Rurais criados no Brasil, o estado da Paraíba teve sete territórios homologados, dentre estes está o Território de Identidade Rural da Borborema, que foi criado em 2003 (CANIELLO *et al.*, 2010).

Diante os resultados positivos apresentados pela gestão territorial, o Governo Federal optou pelo aprofundamento desta política inovadora, criando o “Programa Territórios da Cidadania” em 2008, transformando em Território da Cidadania da Borborema (CANIELLO *et al.*, 2010).

De acordo com Silveira, Freire e Diniz (2010, p. 17):

O espaço aberto pela política de desenvolvimento territorial possibilitou que o projeto em construção do Polo ganhasse maior visibilidade entre um conjunto mais amplo de atores e instituições públicas e privadas, fazendo do Território da Borborema uma arena privilegiada de expressão e disputa de projetos para o desenvolvimento rural. Em que pese a grande diversidade de interesses dos atores participando do Fórum de Desenvolvimento do Território, a força sociopolítica e propositiva construída na região tem sido capaz de promover níveis crescentes de convergência em torno a um projeto para o desenvolvimento territorial assentado no fortalecimento da agricultura familiar e da Agroecologia.

O Território da Borborema ocupa uma área de 3.233 km<sup>2</sup>, 23,1% da mesorregião do Agreste paraibano, onde abrange cinco microrregiões como o Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental e Esperança, englobando 21 municípios (figura 6): Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea (CANIELO *et al.*, 2011).

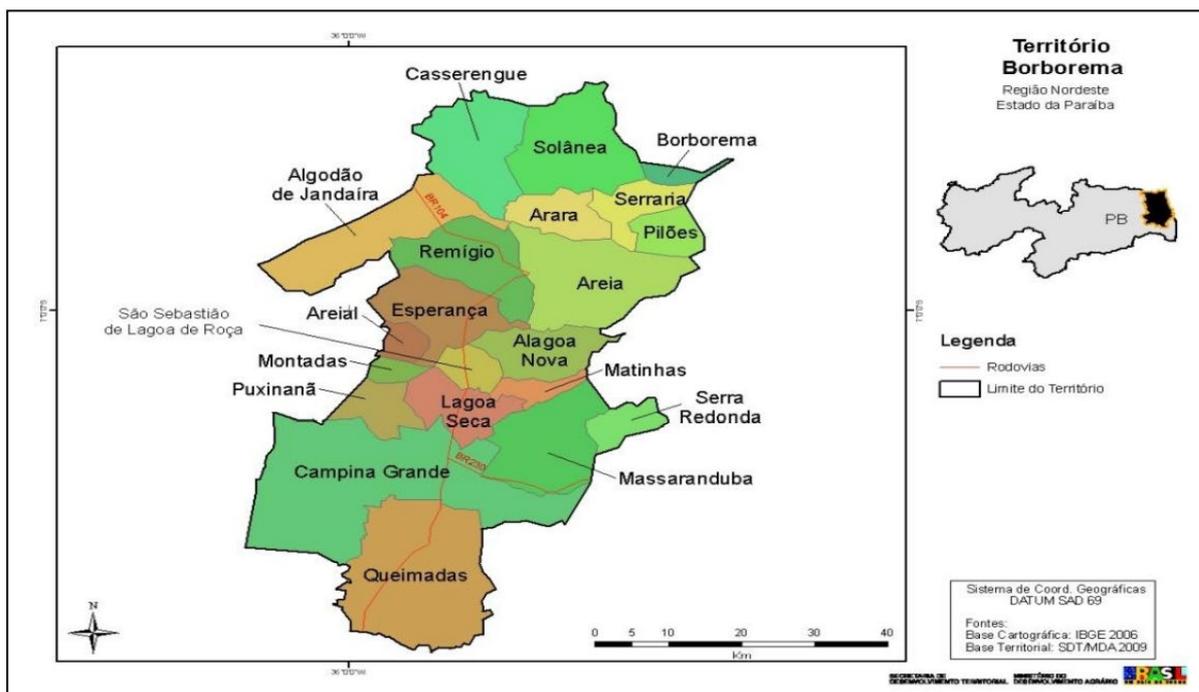


Figura 6 – Mapa dos Municípios inseridos ao Território da Borborema.  
Fonte: CANIELLO *et al.*, 2010.

Caniello *et al.* (2011) discorre sobre a caracterização edafoclimática do Território da Borborema (tabela 3), com descrições sobre: a) hidrografia - o território é banhado por três Bacias Hidrográficas, Rios Curimataú, Mamanguape e Paraíba e apresenta um relevo diversificado (com altitudes variando entre 300 e 713 metros). b) pluviometria - atinge médias anuais na faixa de 800 a 1000 mm (à medida que avança para o interior as precipitações decrescem) apresentando microrregiões com índices que podem atingir pouco mais de 300 mm anuais. O período chuvoso inicia-se em 10 de fevereiro a março prolongando-se até agosto, remanescendo o período de estiagem com 5 a 6 meses. c) temperaturas - variam entre 15 e 22°C.

É importante destacar uma condição peculiar da região, em relação a diversidade climática entre os municípios vizinhos, devido a predominância de três regiões ecológicas (Curimataú, Brejo e Agreste) (figura 7). Configurada em uma variação pluviométrica considerável entre municípios com relativa proximidade espacial, a exemplo dos municípios de Algodão de Jandaira e Areia, que estão separados por menos de 50 quilômetros e apresentam uma precipitação com uma variação média de mais de 1.000 mm anuais (CANIELLO *et al.*, 2011).

Tabela 3 - Índice Pluviométrico do Território da Borborema

Microrregião	Município	Altitude (m)	Pcp Anual (mm)
<b>Brejo Paraibano</b>	Areia	618	1.387,15
	Pilões	334	1.232,21
	Serraria	533	1.210,99
	Borborema	368	1.192,79
	Alagoa Nova	530	1.100,78
	Matinhas	300	977,15
<b>Campina Grande</b>	Lagoa Seca	634	1.034,17
	Massaranduba	541	1.020,97
	Serra Redonda	391	813,44
	Campina Grande	551	812,48
	Queimadas	450	653,95
	Puxinanã	657	642,10
<b>Esperança</b>	S. Sebastião de Lagoa de Roça	641	827,80
	Esperança	631	732,98
	Areial	695	634,23
	Montadas	713	479,47
<b>Curimataú Oriental</b>	Solânea	626	1.132,56
	Casserengue	510	404,74
<b>Curimataú Ocidental</b>	Remígio	593	912,61
	Arara	467	628,26
	Algodão de Jandaíra	470	311,18

Fonte: CANIELLO *et al.*, 2011.

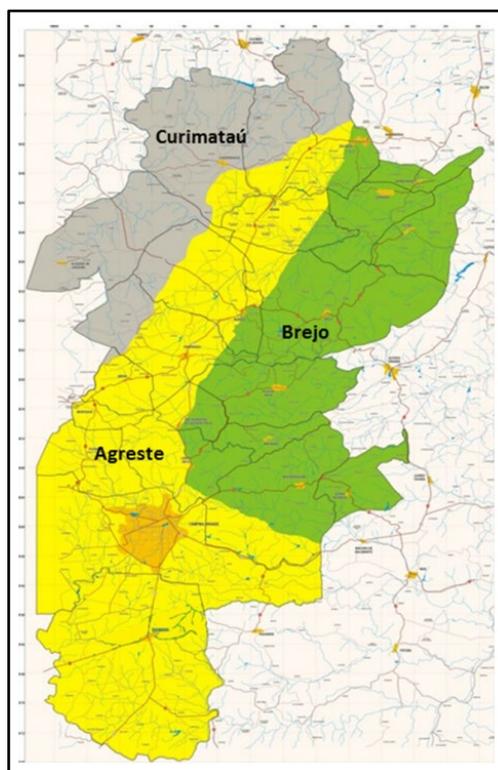


Figura 7 - Mapa das Três regiões ecológicas do Território da Borborema.  
Fonte: Caniello, Piraux e Bastos (2014)

Essa diversidade pluviométrica determinada pelas três regiões ecológicas, confere ao território agrestino ampla variação de clima, desde semiáridos rigorosos a climas mais favoráveis, associados aos “brejos de altitude”, resultando na diversidade das produções agropecuárias e o desigual risco agrícola entre os produtores da região (CANIELLO *et al.*, 2010).

## **5. AS DUAS MÃES DA ECOBORBOREMA**

A trajetória da OCS EcoBorborema é marcada pela chegada da ONG AS-PTA no território da Borborema e pela criação do Pólo Sindical da Borborema, logo, conhecer a história destes dois protagonistas é conhecer os fundamentos políticos, sociais e ambientais que fundaram a EcoBorborema.

A EcoBorborema é fruto direto da comunhão entre o movimento agroecológico, representado pela AS-PTA e o movimento de renovação sindical, Pólo Sindical, que se firmaram e fortaleceram, na década de 1990, no Agreste paraibano. Esta articulação subsidiou um processo de acolhimento e significativas transformações e ressignificações socioeconômicas, políticas e ambientais para a agricultura familiar do território.

### **5.1. Movimento de Renovação Sindical**

A trajetória do sindicalismo rural brasileiro é fortemente marcada por um quadro de continuidades-descontinuidades-continuidades, que foi desenhado e redesenhado diversas vezes em função das mudanças nas conjunturas políticas, principalmente, nos períodos que antecederam a ditadura militar brasileira, enquanto durou o respectivo regime e seu final com o processo de redemocratização do país. Neste sentido, podemos dizer que foi um itinerário assinalado por cenários de avanços e retrocessos, onde ocorreram processos de nascimento de movimentos sociais contestatórios, efervescências de lutas, mobilizações e reivindicações no campo, greves, organização social dos trabalhadores rurais, formação de lideranças, surgimento de protagonistas, conquistas legais, entre outros. Tais processos ocorreram em resposta as famigeradas repressões e silenciamentos, conflitos por terra e direitos, violências, injustiças, exploração e desvirtuação de papéis sociais, que ocorreram no campo e na cidade.

Destarte, o sindicalismo no Brasil só veio aflorar no início do século XX, a partir da luta das organizações operárias, que posteriormente configuraram-se nos primeiros sindicatos operários, os quais eram considerados autônomos e independentes. Entretanto, na década de 1930, a inserção dos sindicatos no Estado possibilitou um maior controle do mesmo sobre as organizações, esse processo foi promovido a partir da criação do Ministério do trabalho, e com a promulgação da “lei do sindicalismo” em 1931, dando início ao funcionamento da estrutura sindical oficial brasileira. Logo, vários outros decretos que foram promulgados da década de 30 e início da década de 40 resultaram, em 1943, na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde foi criado o sindicalismo oficial (COLETTI, 2019).

Todavia, os trabalhadores rurais foram excluídos do processo de sindicalização oficial, pois de acordo com Corrêa (2018, p. 40),

A estrutura sindical e a legislação trabalhista criadas por Vargas e compiladas na CLT incorporavam, com exceção de algumas normas, apenas os trabalhadores urbanos. Naquela conjuntura, o fomento estatal à industrialização aumentava progressivamente o poder político da burguesia industrial. Porém, nas áreas rurais, os grandes proprietários de terra mantinham um forte controle e influência sobre políticas relacionadas aos trabalhadores e sobre a estrutura fundiária.

Entretanto, no final da década de 1940 e início da década de 1950 emerge uma progressiva mobilização no campo, unificada em diferentes formas de conflitos para contestar transformações na estrutura fundiária e por direitos trabalhistas (LUZZI, 2007). Logo, neste período surgiram “as Ligas Camponesas<sup>23</sup>, no Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), na Região Sul, e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)” (FERREIRA, 2009, p. 70). E foi, segundo o mesmo autor, esta organização nascida no estado de Pernambuco em meados de 1950, considerada como a principal inimiga dos latifundiários. Medeiros (1989), registra em seu livro a dimensão que este movimento alcançou no país:

No mesmo momento em que conflitos de terra e salariais pipocavam em diversos pontos do país, surgiram, em Pernambuco, as organizações que passariam para a história como um símbolo das lutas dos trabalhadores rurais

---

<sup>23</sup> As primeiras ligas camponesas surgiram na década de 1940 com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (ALVES, 2014). Porém, é na década de 1950 que as ligas se “consolidaram em busca de benefícios sociais e no enfrentamento à entrada do capital no campo, que acelerou a expropriação do camponês para o aumento dos lucros dos latifundiários à custa de uma violência desenfreada” (ALVES, 2014, p. 15).

no período pré-64: as Ligas Camponesas. O primeiro desses conflitos que chegou a conhecimento público surgiu no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. Lá, em 1955, constituiu-se uma organização de caráter civil, aparentemente com fins assistenciais, mas que também visava a defesa de alguns foreiros ameaçados de despejo. [...] O reforço das Ligas com a vitória obtida provocou a ampliação de sua base de organização, expandindo-se não só para outros municípios de Pernambuco, como também para outros Estados. Em 1961 elas já tinham dez mil associados e cerca de quarenta sedes municipais. Fora de Pernambuco, sua base maior de atuação foi a Paraíba, embora suas lideranças tentassem difundi-las nacionalmente.

Segundo Tosi (1988) foi no estado da Paraíba, que se constituiu a maior do país, a liga do litoral da várzea, nos municípios de Sapé e Mari. Com a primeira liga camponesa surgida em 1958 no município de Sapé, fundada por João Pedro Teixeira<sup>24</sup>, que também foi influenciado pelo PCB<sup>25</sup>. A ligas do Litoral da Várzea e Galileia diferenciavam-se quanto ao modelo organizacional, sendo a primeira difundida para outros municípios (ALVES, 2014). Mas há que sublinhar que os motivos de criação foram os mesmos, quais sejam “melhoria na saúde, educação, reforma agrária, acabar com o cambão e aumento do foro” (ALVES, 2014, p. 59).

Já no início dos anos 60, as ligas camponesas, o PCB, a Igreja católica e os “católicos radicais” (representados pela Ação Popular-AP) se configuraram como as forças políticas que buscavam controlar o movimento camponês (COLETTI, 2019).

Deste modo, os trabalhadores rurais só foram ter o direito de constituir sindicatos oficiais, no início da década de 1960, com a aprovação de duas portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Estatuto do Trabalhador Rural (COLETTI, 2019). Nesse processo, o mesmo autor ainda explica que:

Três forças principais passaram a disputar a fundação do maior número possível de sindicatos e federações oficiais no campo: a Igreja Católica, o PCB e a AP. Tratou-se, acima de tudo, de um processo desenvolvido de fora para dentro e de cima para baixo, ou seja, a luta travada entre as diversas forças atuantes no campo pela hegemonia do movimento deixou para um segundo plano a participação efetiva dos trabalhadores no processo, a qual foi extremamente restrita (Coletti (2019, p. 138).

---

<sup>24</sup> João Pedro Teixeira - Além de fundador da liga de Sapé, assumiu o cargo de vice-presidente da Federação das Ligas Camponesas na Paraíba e se tornou um dos líderes de maior destaque no movimento camponês. Por seu trabalho nas ligas acabou entrando na mira dos latifundiários e sofrendo ameaças e perseguições, sendo assassinado, em 1962, em uma emboscada organizada pelos usineiros, porém os responsáveis não foram penalizados. Seu assassinato ecoou por todo país (ALVES, 2014).

<sup>25</sup> PCB - Vale ressaltar que foi o Comitê Estadual do PCB que comandou, em sua maioria, a liga do estado (ALVES, 2014).

Estas disputas entre as três principais forças políticas para barganhar o reconhecimento dos sindicatos/associações, que já funcionavam sem reconhecimento, foram demonstradas a partir de manifestações e organizações de congressos, entre outras ações. Logo, tais pressões dos setores de esquerda e direita sobre o Ministério resultaram na realização do Congresso Nacional para a criação da Confederação, assim, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) foi criada em dezembro de 1963 e reconhecida em janeiro de 1964 (MEDEIROS, 1989; CONTAG, 2004).

Em vista do cenário nebuloso, esse período pré-64 ficou demarcado pelo forte controle das oligarquias e burguesias rurais sobre as políticas para o campo, que garantiu a exclusão dos trabalhadores rurais da sindicalização oficial, na década de 1930. Entretanto, como destacado anteriormente, no final da década de 1940 e início da de 1950, emergiram lutas/mobilizações reivindicatórias no mundo rural promovendo a organização política dos trabalhadores rurais, com forte presença política das ligas camponesas, Igreja Católica, PCB e os “católicos radicais. Período finalizado com a criação da Contag em 1963.

No entanto, este ciclo marcado pela efervescência de manifestações, conquistas sociais e políticas é, abruptamente, encerrado com a chegada do golpe militar, em 1964, caracterizado pela intensa repressão aos movimentos, intensificando-se os conflitos e lutas de resistência, contudo, os sindicatos continuaram existindo, porém, orientados por outros rumos e com forte participação da igreja (MEDEIROS, 1989).

É importante destacar que o regime militar foi um grande incentivador da modernização agrícola conservadora<sup>26</sup> no Brasil, a qual foi fortemente fomentada, principalmente, pelas políticas de crédito rural, institucionalizadas através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que deram suporte e financiaram a modernização agrícola, a consolidação de complexos agroindustriais, fomentando inclusive o

---

<sup>26</sup> A agricultura brasileira passou por transformações profundas no padrão tecnológico e nas relações sociais a partir da década de 60. Estas transformações, conduzidas e patrocinadas pelo Estado, tiveram por objetivo modernizar o setor agrícola de forma a aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor urbano-industrial. Este processo, que se convencionou chamar de “modernização conservadora” (GRAZIANO NETO, 1982) ou “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1982), alterou a base tecnológica produtiva sem, contudo, mudar a estrutura agrária vigente, conservando e agravando o padrão injusto de distribuição da posse da terra. Por isso foi chamado apropriadamente de “modernização conservadora” (LUZZI, 2007, p. 7).

sistema cooperativo. Esse processo afetou diretamente os “pequenos agricultores”, pois causava exclusão social e econômica dos mesmos (BIANCHINI, 2015; PICOLOTTO, 2008). A destinação do crédito rural foi altamente seletiva, pois:

Apesar de a política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento, o crédito rural foi seletivo priorizando a Macrorregião Centro Sul, commodities e um seletivo grupo de agricultores. A exclusão se dava na prática por diferentes níveis de procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras. As concessões de crédito privilegiavam as commodities ligadas ao nascente complexo agroindustrial, e ao setor agroexportador, as transações de maior volume e de menor custo administrativo, com uma centralidade na moderna agricultura do Centro Sul. O crédito também privilegiou culturas de mercado interno como o trigo, a avicultura e o leite. Com isso, nesse período, aproximadamente 70% dos estabelecimentos agropecuários não tiveram acesso ao crédito subsidiado (BIANCHINI, 2015, p. 16).

Na Paraíba, neste período, deu-se a perseguição sobre os adversários políticos, e como assevera Alves (2014), a eliminação das lideranças das ligas camponesas tornaram-se prioridade, foram brutalmente perseguidas e aniquiladas, pois serem consideradas uma ameaça aos latifundiários e para as forças policiais conservadoras.

Entretanto, apesar da repressão sofrida,

[...] esse sindicalismo, no entanto, consolidou-se como porta-voz das bandeiras históricas dos trabalhadores rurais. Ao lado dele, também setores da Igreja tornaram-se canais de expressão dos anseios desse grupo social, denunciando a miséria e a opressão de que eram vítimas e também buscando colaborar na sua organização. (MEDEIROS, 1989, p. 15).

A Contag, única representante da estrutura sindical oficial, foi dividida em três instâncias: no nível nacional a própria Contag, a nível estadual a Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e a nível local o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), vigente até os dias atuais (CORRÊA, 2018).

Nesse processo, dá-se a unificação da representação de todas as formas de trabalhadores rurais, a partir da constituição da categoria “trabalhador rural”, pelo Ministério do Trabalho. A ordem do funcionamento de um único sindicato para todos os trabalhadores rurais gerou desigualdades na conformação dos poderes e disputas pelas representações (LUZZI, 2007). Medeiros (1989, p. 94) descreve esse processo:

Instituiu-se, assim, um único sindicato, agregando grupos diversos, com interesses imediatos distintos e, por vezes, até mesmo contraditórios, como

é o caso de pequenos produtores e assalariados temporários. Pela história anterior de conflitos em áreas específicas, pela origem social dos dirigentes, pela maior dinâmica de algumas lutas em relação a outras, é possível entender como determinadas categorias poderiam se sentir menos representadas que outras no sindicato e sequer dele participar.

Portanto, a lógica da ação contraofensiva do Estado, a partir do estabelecimento dos sindicatos oficiais, seguia o intuito de canalizar institucionalmente o movimento, de forma a enquadrar os movimentos sociais que emergiram na década de 1950 e 1960. Assim, proporcionando ao trabalhador rural o acesso a uma “cidadania controlada”, responsável por limitar e dificultar as demandas políticas deste coletivo (PICOLOTTO, 2008; COLETTI, 2019).

Na década de 1970 ocorreu um significativo crescimento de sindicatos, os quais eram burocráticos e desvinculados do movimento dos trabalhadores rurais, tal aumento deveu-se, principalmente, a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), executado pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL)<sup>27</sup>. Vale ressaltar que em vários municípios o sindicato acabou por se transformar em mera “[...] agência assistencial, espaço de arregimentação de votos e favores, numa reedição do clientelismo” (MEDEIROS, 1989, p. 96).

Até 1979 a Contag já havia realizado três Congressos Nacionais, onde foram estipuladas ações que iam desde a reivindicação da reforma agrária, críticas ao modelo sindical atrelado ao Estado, até a algumas críticas ao modelo de desenvolvimento, entre outras ações. Prontamente, a Contag se tornou uma importante referência nas lutas no meio rural, porém, em suas ações ainda persistiam muitas contradições e um distanciamento dos movimentos de luta, além da heterogeneidade de representações em seu interior (LUZZI, 2007).

Com a chegada da crise do regime do regime militar, no final da década de 1970 e início da de 1980, eclodiram lutas no campo e na cidade, o que trouxe novos atores à cena política. Logo, as críticas a estrutura sindical tomaram maior força e voz, e intensificam-se a luta pela terra e o surgimento de novas formas de luta (atingidos por barragens, os sem-terra, seringueiros, entre outros), trazendo transformações

---

<sup>27</sup> O objetivo do FUNRURAL era direcionar o foco dos sindicatos, enquanto uma organização de classe, para ações assistencialistas e previdenciárias (COLETTI, 2019).

para o sindicalismo rural (MEDEIROS, 1989). Para tanto, Medeiros (1989, p. 121 e 122) ainda ressalta que,

As razões para isso devem ser entendidas tanto a partir desse novo momento vivido pelo país, que abriu um novo espaço para sua expressão, como também devem ser buscadas em mudanças que se processaram no interior da dinâmica dos conflitos. Dois fenômenos contribuíram para isso. Um deles foi à entrada em cena de novos mediadores, como foi o caso da Comissão Pastoral da Terra, que acabaram por gerar uma disputa pela representação dos trabalhadores no interior dos movimentos. De alguma forma, esse fato forçou a explicitação de bandeiras e o desenvolvimento de novas formas de luta. Outro fator de impulso foi o esgotamento e o reconhecimento da pouca eficácia das formas até então dominantes de encaminhamento dos conflitos, que se expressavam nas ações de caráter “administrativo”, predominantes no sindicalismo.

Contudo, as mudanças nas políticas internacionais e a crise geral da economia brasileira nos anos 1980, não afetou apenas o sindicalismo rural, mas também o modelo de agricultura moderna conservadora implantado, onde foi reduzida a oferta de recursos para o financiamento das safras, com esta redução o crédito rural ficou ainda mais seletivo, priorizando produtores integrados ao mercado, intensificando o processo de exclusão dos pequenos agricultores, que já perdurara desde 64 (BIANCHINI, 2015).

O final do regime militar, a crise do modelo agrícola e a promulgação da Constituição Cidadã, são tidos como fatores que determinaram a criação de um novo arranjo institucional de representação dos agricultores empresariais e familiares, onde:

[...] as organizações de agricultores empresariais se rearticularam na Confederação Nacional de Agricultura (CNA), na União Democrática Ruralista (UDR) e na Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). As organizações de agricultores familiares se fortalecem na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criam-se novas organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR) que daria origem à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Surge um novo cenário, novos embates e estabelece-se um novo arranjo institucional. (BIANCHINI, 2015, p. 18 e 19).

Nesse período, a estrutura sindical Contaguiana, seguia rigorosamente as concepções legalistas, as quais não contemplavam a maioria das categorias sociais rurais (bóias-frias, posseiros e sem-terra), destarte as suas demandas nunca eram consideradas. No entanto, a sua limitação na representação político-social do meio

rural foi duramente contestada pelos movimentos, o que subsidiou a eclosão de uma estrutura organizativa paralela com um campo de dupla resistência política (contra a excludente ordem social e as organizações formais de representação social) (RICCI, 2009).

Neste sentido, “a emergência de novos agentes pleiteando a posição de porta vozes de segmentos específicos de trabalhadores rurais, dentro e fora do campo político sindical, abalou a hegemonia da Contag” (CORRÊA, 2018, p. 61). Picolotto (2008, p. 7 e 8) relata os principais motivos que embasaram esse processo de emergência de novos movimentos, no final dos anos 1970:

[...] os trabalhadores rurais, com suas demandas por terra e direitos reprimidos, não hesitariam em acompanhar a emergência de novos movimentos questionadores da ordem. Assim, numa conjuntura de crise econômica e de questionamento do governo autoritário ocorreu uma verdadeira implosão da categoria, de enquadramento rígido, “trabalhador rural” e, com ela, do sindicalismo rural oficial. Surgem desde “oposições sindicais” reivindicando um sindicalismo menos assistencial e mais combativo, até novas formas organizativas desvinculadas da legislação sindical, como os movimentos sociais de lula por terra, dos seringueiros, das mulheres trabalhadoras rurais, entre outros.

A eclosão de movimentos sociais e oposições sindicais foi fortemente influenciada pela Igreja Católica, atuando a partir da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>28</sup> das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>29</sup> e das pastorais fundamentadas na teologia da libertação<sup>30</sup> na organização dos produtores rurais (CORRÊA, 2018 e MEDEIROS, 1989). De acordo com Ricci (2009, p. 330),

Ao longo dos anos 80, as organizações parassindicais, que segmentos progressistas da Igreja Católica criaram ou apoiaram (oposições sindicais, organizações de sem-terra e ribeirinhos, seringueiros e outras organizações apoiadas diretamente pela Comissão Pastoral da Terra, criada por bispos e agentes pastorais que atuavam na Amazônia Legal, em meados dos anos 70) foram lentamente rompendo com a lógica Contaguiana.

---

<sup>28</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em 1975, foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Rapidamente sua ação se estendeu a todo o Brasil (CPT, 2010).

<sup>29</sup> CEBs — Pequenos grupos de trabalhadores, organizados em torno da capela. Esses grupos eram animados por “agentes pastorais”, leigos ou religiosos, que conduziam as reflexões sobre as condições de vida, organização de mutirões, de manifestações, etc. Tentando ligá-las às mensagens bíblicas, elas se constituíram no eixo de organização dos trabalhadores e expandiram-se rapidamente na zona rural. (MEDEIROS, 1989, p. 113).

<sup>30</sup> De modo mais amplo, a Teologia da Libertação, ala mais progressista da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs – vai se configurar num campo frutífero de desenvolvimento de lideranças (DINIS, 2007, p. 144).

Nesse processo de retomada das lutas populares contestadoras do campo político-sindical surgiu a corrente do novo sindicalismo (originada a partir da experiência dos metalúrgicos do ABC paulista) e as oposições sindicais, estimuladas pela Igreja (Corrêa, 2018). Segundo Medeiros (1989, p. 15), de forma a unificar a lutas,

[...] se verificou um encontro entre o novo sindicalismo, que surge nas cidades, e as organizações de trabalhadores rurais, especialmente através do processo de construção de uma central sindical. O debate que em torno dessa questão se verificou e que acabou por gerar duas centrais — CUT e CGT <sup>31</sup>—, foi rico de consequências para as entidades sindicais, trazendo a elas novos temas e novos questionamentos.

Neste percurso, surgem e se estabelecem novos protagonistas fora do campo sindical, os quais garantiram a “implosão” da categoria política “trabalhador rural” a partir da criação de várias identidades específicas de cada ator social, sejam eles os MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entre outros (PICOLOTTO, 2008).

Criada em 1983, com a ausência da Contag, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi embasada nos referenciais do socialismo e da democracia, sendo caracterizada pelo seu pluralismo político, pois é composta por trabalhadores de diversas categorias profissionais rurais e urbanas (Corrêa, 2018). A criação da CUT “foi resultado da retomada das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, pela maior participação das bases nas decisões dos sindicatos e pela redemocratização do sistema político (Corrêa, 2018, p. 325).

Os “rurais da CUT” representavam o setor rural, grupo organizado na Secretaria Rural da CUT, a qual foi transformada no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), oficializada em 1990 no I Congresso do DNTR, já nos estados foram criados os Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais (DETRs) (LUZZI, 2007). É importante destacar que durante seu percurso a CUT,

---

<sup>31</sup> No contexto da transição da ditadura militar para um regime político democrático, ressurgiu no movimento sindical brasileiro a aspiração de criar uma entidade que unificasse nacionalmente a luta de todos os trabalhadores, iniciativa que estava intimamente vinculada ao fortalecimento de novas tendências e correntes no campo político-sindical. Entre 1978 e 1983, surgem no Brasil duas tendências distintas de ação sindical que culminaram na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que mais tarde se tornou Central Geral dos Trabalhadores (CGT). O movimento de tendências e correntes que deram origem a estas duas centrais e a outras, nos anos 1990 (MEDEIROS, 1989, p. 71).

ora se opôs ora se alinhou aos antigos agentes do subcampo sindical rural. Apesar de uma trajetória permeada por ambiguidades, a Central, em particular a sua porção rural (conhecida como CUT-Rural), contribuiu para o surgimento de novos formatos organizativos, identidades políticas e projetos político-sindicais para os trabalhadores rurais. (Corrêa, 2018, p. 87 e 88).

Para tanto, a CUT figurou como uma estrutura sindical paralela e mais agressiva, visto que, buscava representar a heterogeneidade de situações produtivas e os movimentos sociais rurais. A partir de então, outros atores adentraram na zona de disputa por representação e bandeiras de lutas da Contag, disputando espaço com outras formas sindicais e não sindicais (RICCI, 2009; PICOLOTTO, 2008).

A crise do sindicalismo rural se acentua no final na década de 1980, devido a este contexto de surgimento de novos atores, com a disputa por representações e a conjuntura sociopolítica que o país atravessava, onde a CUT passou por avanços e crises, surgindo a ideia de construir um projeto alternativo de desenvolvimento<sup>32</sup>. Luzzi (2007, p. 91) ressalta que,

Esta conjuntura de crise no sindicalismo rural, que se expressava de forma diferenciada entre as regiões, colocou na ordem do dia vários questionamentos sobre a estrutura sindical e o papel dos sindicatos. O movimento sindical repensa suas estratégias, altera suas formas de luta e assume como prioridade a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, “através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar” (destaque no original).

De acordo com a mesma autora, na Plenária Nacional, em 1993, foram aprovadas propostas que deram origem ao 1º Grito da Terra Brasil, em 1994, sendo esta a primeira grande mobilização nacional rural, resultando na conquista do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAPE), futuro PRONAF em 1995. Para Luzzi (2007, p. 94), os “Gritos são considerados, também, um marco da opção pela agricultura familiar e na construção de sua identidade. A partir de então a terminologia agricultura familiar passa a ser utilizada em substituição à pequena

---

<sup>32</sup> Projeto alternativo de desenvolvimento - A crise do setor agrícola, com o progressivo endividamento dos agricultores e abandono da atividade agrícola, possibilitou uma avaliação crítica do modelo de desenvolvimento e abriu perspectivas para a discussão de alternativas ao mesmo. Esta crítica ao modelo tecnológico começou a aparecer de forma mais clara no 1º Congresso Nacional do DNTR/CUT (1990), que elegeu como principal questão a “construção da unidade na diversidade”, na qual a diferenciação da situação do trabalho no campo foi ponto de partida para refletir a organização do movimento sindical. Entretanto, a ideia de construir um projeto alternativo de desenvolvimento ganhou força somente a partir dos debates realizados no 2º Congresso DNTR/CUT e na Plenária Nacional (1993) (LUZZI, 2007, p. 91 e 92).

produção”. Picolotto (2008, p. 13), quanto ao PRONAF, destaca que a “criação desta política possibilitou o início do reconhecimento da nova categoria política – agricultura familiar – no meio rural”.

No início da década de 1990, a crise da Contag e CUT-Rural demandou um processo de reestruturação e atualização do sindicalismo rural, onde a fusão entre a capacidade de interlocução com o Estado da Contag e o reconhecimento social, capacidade de expressão atrelada as práticas renovadoras da CUT representaram uma significativa proposta com a capacidade de mitigar as limitações individuais e fortalecer as duas entidades. Logo, na tentativa de superação da crise, em 1995, a CUT se filia a Contag, inaugurando um novo ciclo do sindicalismo rural, embora, a CUT reconhecesse a estrutura sindical oficial, a sua intenção era de conquistar e transformar a Contag “por dentro”. Já a bandeira de luta principal passou a ser a construção de um projeto alternativo embasado na agricultura familiar (PICOLOTTO, 2008; FAVARETO, 2006).

Desta forma, a categoria generalista “trabalhador rural”, que indubitavelmente simplificava indevidamente a diversidade de segmentos do mundo rural, é substituída pela nova identidade política Agricultura Familiar Lei (englobando pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários, entre outros), que representa um sistema mais plural, pois respeita e considera as especificidades econômicas, sociais, culturais e políticas dos diferentes segmentos rurais. Tal categoria política passou a ser utilizada pelos sindicatos e movimentos sociais e se consolidou como categoria específica de criação e reivindicação de políticas públicas e políticas sindicais. Imediatamente essa nova conjuntura proporcionou o surgimento ou reconfiguração de novas ações e parceiros, e colocando-a como ator central (BASTOS, 2010; FAVARETO, 2006).

Picolotto menciona, de forma mais precisa, todo o longo processo de luta que foi necessário para alcançar o reconhecimento dos direitos do homem do campo:

O processo de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais foi um processo longo e complexo permeado de muitas lutas. Este reconhecimento, quando olhado com cuidado, teve seu início ainda nos anos de 1930 com a constituição da legislação trabalhista sindical, passou pelas lutas pela extensão dessa legislação para o campo até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural no início dos anos de 1960, pelas lutas pela redemocratização do País, pelas disputas travadas na elaboração da Constituição de 1988, pelas lutas contra as políticas de desobrigação estatal de inspiração neoliberal, por políticas diferenciadas para a agricultura familiar

e pelo reconhecimento deste segmento social como "categoria produtiva" PICOLOTTO (2008, p. 19).

Este 'novo' sindicalismo influenciou de forma significativa os sindicatos e federações formadas pelos organismos da Igreja Católica fundamentados na Teologia da Libertação, das regiões Norte e Nordeste (Corrêa, 2018). De acordo com Sabourin e Lazzaretti (2002, p. 76 e 77) os STRs do Nordeste possuem duas principais origens:

[...] as lutas trabalhistas e fundiárias dos assalariados, mas, sobretudo, dos parceiros (moradores, meeiros e arrendatários); e os programas de assistência social e médica promovidos pelo Estado. Outra influência ou tutela determinante, além do Estado ou dos delegados das federações, durante o período militar, foi a Igreja Católica.

No âmbito local, no estado da Paraíba, o sindicalismo rural se desenvolveu sob a forte influência da Igreja, que atuava de forma a disputar pelo domínio das bases rurais e contrapor os avanços das ligas camponesas, que em 1963 iniciaram o seu processo de sindicalização. Os primeiros sindicatos criados no estado ocorreram no início da década de 1960, a partir da participação ativa da Igreja<sup>33</sup>, a qual fundou o maior número de sindicatos. Logo, foram os primeiros cinco sindicatos (Areia, Serraria, Mari, Solânea e Alagoa Grande) que, em 1963, fundaram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (FETAG-PB). Após o golpe militar o Estado realiza uma grande campanha de sindicalização (BASTOS, 2010; FERREIRA, 2009). Tosi (1988, p. 111) detalha um pouco da atuação da igreja em objeção ao crescimento das ligas no estado,

Em oposição à penetração das Ligas, setores da Igreja Católica, apoiados pelo Governo e, em alguns casos pelos grandes proprietários da região, empreendem uma atividade intensa de fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Todos os sindicatos foram fundados pelos padres ou em municípios onde já atuava a Liga, com função de contraposição, ou em municípios onde a Liga ainda não estava constituída, com função preventiva.

Todavia, o sindicalismo rural pré-64, mesmo com suas contradições e ações tímidas e incipientes, apresentava-se como um novo mediador, com um caráter de defesa dos "direitos" dos trabalhadores e iniciando o seu papel reivindicativo. Já no

---

<sup>33</sup> Os "sindicatos cristãos" ou os "sindicatos dos padres", como eram definidos pelos próprios trabalhadores, procuravam defender os direitos, conforme à doutrina social da Igreja, numa visão de conciliação de classe, contraposta à ideologia "subversiva" e "comunista" representada pelas Ligas (TOSI 1988, p. 114).

sindicalismo posterior a 1964, esse processo toma outra forma. Como o período é marcado pelo fechamento institucional e político, o protagonismo fica distribuído entre a FETAG, o governo e os políticos locais, e uma nova geração de dirigentes é composta (trabalhadores rurais mais abastados, pequenos comerciantes etc.), pois o sindicalismo começa a ser utilizado como ferramenta para aumentar a clientela política (TOSI 1988).

Desta forma, o movimento sindical passa a não representar a luta de classe e atuar na defesa do trabalhador rural, mas sim servir como um elemento interno ao poder local, pois no período que se intensificou “de forma violenta a expulsão dos moradores e foreiros dos engenhos e fazendas, o movimento sindical não desempenhou um papel reivindicativo e de incentivo à resistência individual ou coletiva dos trabalhadores” (TOSI 1988, p. 129).

Já a Igreja Católica, com sua trajetória de ações contraditórias e ambíguas, ainda foi um grande apoio na primeira fase de mobilização sobre os conflitos de terra, no estado, entretanto, a FETAG-PB só veio a assumir seu papel de apoiar os conflitos, após a pressão dos trabalhadores de vários segmentos (Bastos, 2010).

Em 1983 a camponesa, líder dos trabalhadores rurais da Paraíba e Presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves<sup>34</sup>, foi assassinada em uma emboscada organizada pelos usineiros e latifundiários do Brejo paraibano. Margarida Maria lutava pela conquista dos direitos trabalhistas e pela participação organizada das mulheres camponesas. O seu assassinato foi amplamente divulgado a nível nacional e internacional, e causou grande indignação da população e a

---

<sup>34</sup> Durante vinte e três anos, esta liderança participou do Sindicato de Alagoa Grande e atuou na organização de outros sindicatos de trabalhadores rurais na região da lavoura canavieira da Paraíba, chegando a influenciar nas políticas da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Por doze anos, Margarida Alves dirigiu os trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Vale ressaltar que, Margarida Alves foi expulsa da terra em 1962, no mesmo ano em que foi assassinado João Pedro Teixeira, a mando, também, do chamado Grupo da Várzea, o grupo de coronéis que aterrorizou, durante décadas, os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brejo da Paraíba. Participou da construção e fundação do Centro de Educação do Trabalhador Rural –CENTRU –tendo como objetivo o desenvolvimento de ações pedagógicas que contribuíssem para a formação política dos (as) camponeses (as). Além disto, foi uma das fundadoras da primeira organização composta só por mulheres, da América Latina, o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB). Desde 1983, anualmente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais passaram a relembrar, no dia 12 de agosto, a figura de Margarida Alves, enquanto denunciam a impunidade dos seus assassinos e a renitente violência no campo, em meio aos discursos em defesa da Reforma Agrária. Desta forma, tornam atual a luta e o martírio dessa líder sindical, chegando a instituir o dia 12 de agosto como o Dia Nacional Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária (FERREIRA 2009, p. 21, 22, 23).

cobrança por justiça da sua morte resultou em uma enorme mobilização formada por uma grande rede de movimentos sociais em Alagoa Grande, entretanto, as ameaças a outros líderes sindicais continuaram (FERREIRA 2009).

Vale salientar, que a Paraíba possui um marcante histórico de protagonistas nas lutas no campo, denotado por Sobreira (2019, p. 1):

O estado apresenta-se como um celeiro de lutas de camponesas e camponeses críticos das opressões a quem estavam urdidos. É de praxe remetermos ao protagonismo de figuras como João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e episódios como as Ligas Camponesas e outros, que eternizaram a luta do campo no estado.

A repercussão do assassinato de Margarida Alves, atrelado ao novo panorama de lutas, mobilizações e reivindicações rurais e a evolução do nível de organização sindical (principalmente a partir da atuação da CUT e Igreja Católica-CEBs <sup>35</sup>desencadearam o processo de renovação sindical na região da Borborema (DINIS 2007). Neste sentido, o então denominado “Pólo de Renovação Sindical Rural da Borborema” “vai influenciar vários grupos de “oposição sindical” nos municípios, como por exemplo, Lagoa Seca” (DINIS 2007 p. 144).

O novo sindicalismo assume o seu papel reivindicativo e as bandeiras de lutas que foram das ligas, entretanto, surge como uma oposição interna a estrutura sindical presente, assim tendo que lidar com os desafios e limitações impostos por ela. Logo, mesmo diante esse quadro de desafios e limitações que levou até a divisão de algumas diretorias, grande parte dos sindicatos conseguiram manter uma postura mais combativa e uma porção expressiva deste movimento aderiu à CUT (TOSI, 1988).

Ainda de acordo com Tosi as novas lideranças sindicais tiveram várias influências e origens:

- a) Trajetória da Igreja - A grande maioria das novas lideranças surgem no trabalho da pastoral da Igreja, sobretudo das CEBs e dos movimentos de militantes cristãos;
- b) Trajetória de "luta" - O envolvimento numa luta local motivou e despertou para uma realidade mais ampla. O que não significa que, durante o processo de luta, em contato com uma pastoral mais engajada socialmente, não tenha havido mudanças na visão religiosa;

---

<sup>35</sup> As CEBs contribuíram para criar uma experiência de participação popular e de formação de lideranças, e foram, durante o período de repressão, o espaço privilegiado de autonomia popular. Várias lideranças de conflito de terra e de oposição sindical tiveram nas CEBs o seu aprendizado para a militância, e alguns continuam sendo animadores de comunidade (TOSI 1988, p. 158).

- c) Trajetória sindical – É representada por aquelas lideranças cujo engajamento nasce diretamente no movimento sindical;
- d) Trajetória familiar - Finalmente, existe uma trajetória de engajamento influenciada pela tradição familiar (TOSI, 1988, p. 186, 189, 190, 192).

O movimento do “Pólo de Renovação Sindical Rural da Borborema” foi fomentado pelo CENTRAC<sup>36</sup> (Centro de Ação Cultural), Centro de Formação Quilombola e pela assessoria sindical do Curso de Mestrado em Sociologia Rural da UFPB (1977-1999), e envolveu vários municípios da região, como Solânea, Lagoa Seca, Esperança, Alagoa Nova, Montadas, entre outros (BASTOS, 2010). Essa atuação em conjunto visava trabalhar a formação crítica das lideranças e construir propostas para enfrentar os desafios postos pela conjuntura local e nacional, para tanto, o mesmo autor ainda detalha que:

Neste Pólo de Oposição Sindical, as lideranças debatiam a construção e a preparação de quadros políticos capazes de gerar uma resposta à crise que o movimento sindical e a agricultura vinham passando, ou seja, o grande desafio era acabar o isolamento que vinha passando o movimento sindical. Ao participarem deste Pólo, as lideranças se mostraram mais autônomas frente às relações de dominação marcadas pelo coronelismo e pelo clientelismo local. As grandes bandeiras de luta encampadas nacionalmente foram absorvidas e incorporadas à agenda local, com destaque para a defesa dos direitos trabalhistas dos assalariados da cana, violência no campo e a luta por reforma agrária. Diferentemente das lutas nacionais da época, a numerosa e diversificada agricultura familiar do Agreste paraibano se apresenta como a base social dos STR's cujo objetivo era atender aos anseios particulares que exigiam outras formas de enfrentamento (BASTOS, 2010, p. 58 e 59).

Neste contexto, os STR's do Agreste paraibano definiram a agricultura familiar como sua base social, logo, com intuito de se aproximar, reconhecer e atuar de forma mais incisiva no fortalecimento destes sujeitos, visto que, ainda existia uma relativa

---

<sup>36</sup> O CENTRAC de acordo com as informações colhidas em seu site oficial, uma entidade da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1987, com sede no município de Campina Grande-PB. Surgiu e iniciou sua atuação no contexto da redemocratização do país, com a instauração da Constituição de 1988. Nesse período, o CENTRAC desenvolveu atividades de caráter político-educativo e organizativo, principalmente no âmbito da mobilização, estruturação e fortalecimento de sindicatos urbanos e rurais, associações de bairro e movimentos sociais diversos no município de Campina Grande, orientado pelos princípios da Educação Popular e do Estado Democrático de Direito. As suas ações estavam voltadas à difusão e popularização dos novos direitos de cidadania, especialmente no que diz respeito à participação popular no processo de elaboração e de fiscalização das Leis Orçamentárias, e à assessoria e formação de representantes da sociedade civil para a participação qualificada nos espaços de definição das políticas públicas (Conselhos e Conferências).

distância dos sindicatos junto as suas bases, além da influência negativa do momento de crise e desafios impostos pela conjuntura do período.

É importante destacar, que nesse meio tempo o desenvolvimento da agricultura familiar nordestina passou por profundas transformações que influenciaram a consolidação desses sujeitos na região, impostos pelo histórico agrário de ocupação e expansão do Nordeste, segundo Nunes e Silva (2020, p. 150):

Num rebuscar histórico e cultural encontramos, no Nordeste do Brasil, marcas reais de um processo complexo que envolve povoamento, colonização, latifúndio, coronelismo e preconceito. Os fenômenos climáticos naturais, a seca propriamente dita, provocou, no decorrer do tempo, uma série de limitações que vão além da sua própria abrangência. No entanto, o processo de ocupação e expansão do Nordeste, associado as questões socioeconômicas e políticas mostram detalhes que nos levam a compreender que a realidade social de desigualdade atraso econômico estão, por exemplo, para além da seca. Os fatores que comprometem o bem-estar social das populações que habitam o espaço do Nordeste brasileiro não se justificam tão somente pelo fato da semiaridez.

Então, em 1993, os STR's de Solânea e Remígio iniciam esse processo mais efetivo de aproximação com agricultura familiar local, a partir da firmação da parceria com a ASPTA. Neste sentido, nas próximas subseções buscamos apresentar o percurso traçado por estas instituições do agreste paraibano.

## **5.2 AS-PTA “Movimento Agroecológico” no Agreste Paraibano**

As ONGs começaram a surgir no Brasil a partir da década de 1970, assim como os movimentos populares, a multiplicação de associações e o nascimento do “novo sindicalismo”. O intuito, da maioria, destas ONGs era o de fortalecer as organizações populares, combater o regime político autoritário, a miséria e a pobreza. Assim, representaram uma novidade institucional na promoção do desenvolvimento (DIAS, 2004). Apesar de se tornarem populares na década de 1990, foi apenas nas últimas décadas que as ideias, propostas e ações das ONGs ganharam visibilidades e relevância.

Contudo, o termo ONG não é reconhecido juridicamente, sendo uma expressão socialmente construída, pois é carregado e adornado de um manto simbólico repleto de significados contraditórios, conquistando uma maior conotação a partir dos anos

1980 por meio das dinâmicas sociais e políticas da sociedade brasileira (LANDIM e COTRIM, 1996; ABONG, 2007). De acordo com a ABONG (2007, p.11):

Historicamente, as primeiras ONGs foram constituídas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, tendo como objetivo a defesa de direitos e a promoção do desenvolvimento sustentável, em uma perspectiva de redução das desigualdades. Parte do universo associativo e fundacional brasileiro, as ONGs de defesa de direitos e desenvolvimento construíram uma nova dimensão ou segmento na vida associativa brasileira, com organizações pautadas pela luta por direitos e pela constituição de novos direitos, especialmente os chamados direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais.

De forma a complementar a definição, no Art. 2º do Estatuto Social da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, as ONGs são consideradas:

entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (ABONG, 2019, p. 1).

A gênese da ONG AS-PTA envolveu muitos processos de reflexões e práticas políticas, sociais e ambientais. A trajetória da AS-PTA foi marcada por 4 momentos principais de reformulação, transição e crescimento distribuídos entre o período de 1980 a 1993.

A primeira fase, entre 1980-1983, foi marcada pelas primeiras indagações, diálogos, confirmação de parcerias, construção do primeiro projeto técnico de tecnologias alternativas, aprovação e início das atividades em 1983. Para tanto, esse processo foi iniciado em 1980, quando o economista Jean Marc von der Weid<sup>37</sup> se deparou com uma problemática que envolvia um grupo de agricultores assistidos pela CPT. Entretanto, não eram questões randômicas, pois afetavam, em grande parte, os pequenos produtores (linguagem da época) e colocava em xeque a sua capacidade de sobreviver e reproduzir-se enquanto classe no campo (WEID, 2013).

---

<sup>37</sup> Economista – Jean Marc von der Weid – que ao regressar do exílio imposto a eles pelo regime militar que se instalou no Brasil em abril de 1964, traz de suas experiências na Europa – especialmente na França – a ideia de apoiar as lutas do campo a partir de um viés de fortalecimento de suas atividades produtivas, ao lado de uma leitura crítica à agricultura de base industrial (FARIA, 2017, p. 141 e 142).

Diante deste contexto, surgiu o desafio da elaboração de um projeto para melhorar a produção naquela comunidade, onde o seu financiamento foi discutido com Jean Pierre<sup>38</sup> e à FASE<sup>39</sup> (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), porém os custos foram questionados, principalmente, porque seria difícil sem apoio público atingir mais do que uma pequena parcela do campesinato. Além disso, também surgiu o questionamento sobre a possibilidade de outra alternativa técnica mais barata e eficiente, então, a partir de um diálogo com um agrônomo, tomou-se conhecimento sobre a “agricultura alternativa”. Logo, seguido do aprofundamento da proposta e com a contribuição de Silvio Almeida, os mesmos tomaram a iniciativa de elaborar um projeto de dimensão nacional com o foco inicial na pesquisa voltada para identificar as soluções alternativas em todo o país (WEID, 2013).

Vale salientar, que a ONG FASE foi uma das primeiras ONGs a intervir na organização de iniciativas direcionadas ao desenvolvimento rural. Inicialmente, no final dos anos 60, a intervenção da FASE era mais voltada à formação política e organizacional de trabalhadores rurais, entretanto, no final da década de 70, apareceu uma demanda dos agricultores relacionada a intervenção nos processos produtivos. Assim, as ações da FASE foram direcionadas para a temática do desenvolvimento rural, que foi demonstrada na vinculação ao projeto de assessoria técnica, como uma forma de complementar a atuação da FASE (DIAS, 2004).

O projeto técnico foi encaminhado a diversas agências financiadoras europeias e depois de sucessivas negativas foi aprovado em 1983, com um pequeno orçamento, pelo departamento de cooperação técnica do então governo socialista francês – por intermédio da *Solidarités Agro-Alimentaires* (SOLAGRAL) e do *Service Oecuménic d’Entraide* (CIMADE). Antes deste período o projeto já havia sido abrigado como anexo da FASE. Nesse período as tecnologias alternativas já tinham vários precedentes em experiências que se espalhavam por diversos países. Prontamente,

---

<sup>38</sup> Jean Pierre, francês naturalizado brasileiro, era pesquisador, ambientalista e educador popular e coordenador nacional da FASE neste período.

<sup>39</sup> FASE – fundada em 1961. É uma ONG que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade (FASE).

o Projeto de Tecnologia Alternativa (PTA/FASE<sup>40</sup>) foi iniciado a partir da identificação e difusão de novas tecnologias como alternativa a falta de sustentabilidade do modelo tradicional e a inviabilidade dos preceitos da agricultura moderna (DIAS, 2004).

A partir da necessidade de novas abordagens e aprofundamento do conhecimento sobre as tecnologias alternativas, em 83, iniciaram as atividades com um processo de pesquisa, na busca e identificação de experiências, resultando em um Seminário em Campinas<sup>41</sup> (Encontro sobre Tecnologias Alternativas), que reuniu representantes de associações e entidades que trabalhavam com a pequena produção agrícola, onde ocorreu a criação de Redes de Intercâmbio<sup>42</sup>, entre outros encaminhamentos. Onde o PTA assumiu a coordenação nacional do movimento e ficou responsável por acompanhar e pesquisar cinco experiências já estabelecidas de agricultura alternativa no Brasil (CAPA, Projeto Vianei, ASSESOAR, MOC e PATAC<sup>43</sup>). Além disso, em 1984 o PTA conseguiu um financiamento com outra ONG francesa<sup>44</sup> que possibilitou a contratação de mais profissionais para o projeto (DIAS, 2004; LUZZI, 2007, p. 156).

O PTA tinha três objetivos principais que delinearão as estratégias de ação, sendo: “ (a) estudar, sistematizar e avaliar – a partir de suas características sociais, econômicas e agrônômicas – experiências de geração, adaptação e utilização de tecnologias apropriadas para pequenos produtores; (b) lançar as bases de uma rede

---

<sup>40</sup> Para aprofundamento ver DIAS, 2004 e LUZZI, 2007.

<sup>41</sup> Seminário realizado em 1983, por iniciativa do PTA, onde foram mais de noventa representantes de associações de produtores e de entidades (ONGs e similares) que desenvolviam projetos de apoio à pequena produção agrícola, com o objetivo de trocar experiências e discutir os rumos do PTA. A partir das apresentações e das trocas de experiência entre os presentes, os participantes do seminário concordaram em unificar esforços em torno da busca de respostas tecnológicas generalizáveis e da promoção das tecnologias alternativas em oposição ao modelo tecnológico dominante. Para que o movimento de afirmação das tecnologias alternativas ganhasse maior organização e poder político ficou decidido, no seminário, que o PTA, a partir daquele momento, assumiria a coordenação nacional do movimento, competindo-lhe, inicialmente, animar o debate, estendendo-o a um número maior de parceiros potenciais; organizar a circulação de informações e promover encontros regionais e locais para troca de experiências (DIAS, 2004, p. 122).

<sup>42</sup> Tinha o objetivo de criar uma rede de articulação para “troca de informação, intercâmbio e ajuda mútua”, envolvendo as diversas organizações de agricultores, entidades de apoio aos movimentos populares, além de técnicos e indivíduos interessados na construção de uma proposta tecnológica alternativa (LUZZI, 2007, p.42).

<sup>43</sup> CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor (Santa Rosa, Rio Grande do Sul), Instituto Vianei de Educação (Lages, Santa Catarina), ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Francisco Beltrão, Paraná), MOC – Movimento de Organização Comunitária (Feira de Santana, Bahia) e PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas (Campina Grande, Paraíba) (LUZZI, 2007, p. 40).

<sup>44</sup> Ong francesa da Fondation pour le Progrés de l’Homme

nacional de informação, intercâmbio e ajuda mútua, abrangendo movimentos de pequenos agricultores (associações, sindicatos etc.) e técnicos comprometidos com o fortalecimento do modelo alternativo de desenvolvimento agropecuário; e (c) prestar serviços de assessoria a organizações e comunidades de pequenos produtores, nas áreas de produção, comercialização e organização do trabalho” (DIAS, 2004, p. 123 apud PTA-FASE, 1986, p.5).

Vale sublinhar que dois acontecimentos importantes finalizaram este período, que foi a realização, pelo PTA, do Encontro sobre Tecnologias Alternativas, que marcou a “inauguração” do PTA/FASE e resultou na criação da Rede de Intercâmbio de experiências com as tecnologias alternativas.

Na segunda fase, os primeiros cinco anos (entre 1983 e 1988) do PTA foram marcados por um processo intensivo de mudanças e crescimento do Projeto, especialmente, com a criação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) em 1986 e a realização do Encontro Nacional do PTA em 1988, que demandou a reestruturação do PTA. Falaremos destes acontecimentos mais adiante.

De acordo com Dias (2004), no decorrer dos três anos de pesquisa com a Rede de Intercâmbio, o PTA chega à conclusão de que as experiências, geralmente, apresentavam soluções pontuais, pois possuíam a sua aplicação mais restrita a realidade local, o que inviabilizava a sua articulação a nível nacional. Para tanto, em 1986 foi criado os CTAs<sup>45</sup> para a experimentação e demonstração das tecnologias alternativas.

Em 1988 ocorreu o Encontro Nacional do PTA “o Encontro”, com intuito de avaliar os trabalhos conduzidos até então e definir novas estratégias de ação, pois era um momento de transição do projeto e da conjuntura política do país. Entretanto, o roteiro da pauta da reunião acabou culminando com um debate sobre a reestruturação da organização institucional do PTA. A proposta foi aprovada e o processo de reestruturação do projeto ocorreu ao longo de 1989, onde foi selado o rompimento

---

<sup>45</sup> Estes centros deveriam ter uma atuação complementar às Redes de Intercâmbio, buscando soluções aos problemas levantados com os pequenos produtores e desenvolvendo tecnologias mais voltadas à sua realidade. Os CTAs funcionavam como pequenos centros de pesquisa, imitando as condições da pequena propriedade, com áreas para experimentação e demonstração de tecnologias alternativas. O objetivo era desenvolver soluções para problemas de natureza mais complexa e sistêmica, integrando o conhecimento empírico dos agricultores com fontes científicas dos centros de ensino e pesquisa. (LUZZI, 2007, p. 46).

institucional com a FASE, ocorrendo o desligamento das equipes técnicas diretamente vinculadas a coordenação nacional e cada uma constituiu uma ONG autônoma, formando a Rede PTA (DIAS, 2004).

A terceira fase, entre 1989 e 1993, foi um período de profunda transformação institucional do PTA, acarretam na constituição de ONGs, inclusive da AS-PTA e da Rede PTA. Além de mudanças no discurso e metodologias de atuação da Rede, e a criação de programas de desenvolvimento local, afora outras ações.

Na rede interinstitucional PTA, as novas ONGs constituídas foram: “o Serviço de Assessoria a Organizações Populares (SASOP) 1989 na Bahia; o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais (CAATINGA) 1988 em Pernambuco; a Associação de Programas em Tecnologia Alternativa (APTA) 1990 no Espírito Santo; a Rede de Intercâmbio de Tecnologia Alternativa (REDE) 1989 em Minas Gerais e a AS-PTA, criada em 1989 e fundada em 1990 no Rio de Janeiro (LUZZI, 2007).

Portanto, a ASPTA é resultado das experiências acumuladas de busca por alternativas tecnológicas para a agricultura no âmbito do PTA/FASE (ABONG 2002).

Desta forma, no início da década de 190 a coordenação do PTA ficou estruturada na AS-PTA, com o propósito de atuar com a prestação de serviços e assessorias às ONGs da rede PTA e se dedicar à construção de métodos de intervenção, onde os serviços de comunicação e documentação do PTA/FASE também foram inseridos. Entretanto, em 1992, a AS-PTA prioriza e assume a execução do programa de desenvolvimento local e de programas nacionais de desenvolvimento metodológico e de políticas públicas (LUZZI, 2007).

Por conseguinte, ocorreram, especialmente, três mudanças profundas organizacionais e institucionais: conceituais - com a incorporação do referencial da agroecologia - metodológicas - com a aplicação de métodos de diagnóstico rural e análise de sistemas de produção e a atuação mais voltada para ações de promoção do desenvolvimento local (DIAS, 2004; LUZZI, 2007), visto que, o objetivo de longo prazo da AS-PTA era “contribuir para a implantação no Brasil de um modelo de desenvolvimento sustentável, fundado no paradigma técnico-científico da agroecologia e apoiado social e economicamente na agricultura familiar” (AS-PTA, 1998, p. 22).

A mudança no discurso de legitimação da proposta foi influenciada a partir de outras experiências próximas as do PTA em outros países, especialmente aquelas filiadas ao Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES), do qual a ASPTA passou a integrar e que tem o professor Miguel Altieri como principal referência. Logo, a incorporação do referencial da ciência agroecologia respondeu a uma crescente demanda por parte dos diversos atores envolvidos no processo, inclusive, de agências financiadoras, entidades e organizações, públicas e privadas, sobre a necessidade de práticas agrícolas mais sustentáveis. Deste modo, a ciência agroecologia serviu como base para a promoção do desenvolvimento rural e passou a orientar os objetivos e discursos da Rede de ONGs (DIAS, 2004).

Dentre as transformações que ocorreram no decorrer da trajetória da AS-PTA, está o processo de construção de métodos de intervenção na realidade, pois a disseminação de tecnologias alternativas esbarrava na ineficiência ou inadequação dos métodos de disseminação, devido às limitações apresentadas pela agricultura alternativa a partir da ausência de bases epistemológicas mais concretas e em relação aos métodos utilizados. Assim, gerada a necessidade de desenvolver novas abordagens e métodos que aprimorassem os que vinham sendo utilizados, optando pela utilização do método de diagnósticos participativos como principal instrumento metodológico (DIAS, 2004).

Para possibilitar a execução das ações no plano local e macro, em 1992 houve a estruturação dos programas institucionais com o estabelecimento das “unidades operacionais”, a partir da criação de três programas principais (Desenvolvimento local, metodológico e técnico) que acolhiam outros nove programas específicos. Contudo, os programas de desenvolvimento local foram implantados a partir de 1993, em três estados: Pernambuco (Município de Mirandiba), Paraíba (Municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca) e no Paraná (Em 15 municípios). Estes dois últimos, partiram da demanda das organizações dos movimentos sociais dos agricultores e de experiências de intervenção nas regiões da Rede PTA (DIAS, 2004).

Para tanto, a AS-PTA atuou na animação e orientação técnica no programa de desenvolvimento local dos três estados, tais experiências tiveram a vocação de espaços experimentais e demonstrativos de métodos, técnicas e políticas de promoção do desenvolvimento local participativo (AS-PTA, 1998).

Logo, o plano de ações da AS-PTA estava estabelecido em dois níveis:

Em primeiro lugar, é necessário atuar a nível local, intervindo e apoiando a modificação dos sistemas produtivos e do nível de vida dos pequenos agricultores. Por outro lado, é necessária uma ação a nível mais amplo, visando influir nas condições sociais, econômicas e políticas que condicionam as feições do modelo de desenvolvimento rural (AS-PTA, 1998, p. 3).

De acordo com o Estatuto da ASPTA de 1993, ela foi definida como uma “sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com atuação em todo território nacional, orienta suas atividades para desenvolvimento das parcelas carentes da população rural, constituída em 1989” (ASPTA, 1993, p. 1-2). Dentre os objetivos da AS-PTA estavam:

1. Promover, apoiar e estimular a formulação de conhecimentos e o desenvolvimento de ações práticas que favoreçam a emergência no País de padrões de organização social e técnica da produção agrícola orientadas, em particular, para o fortalecimento sócio-econômico dos pequenos produtores, para a satisfação das necessidades alimentares da população e para a preservação do meio ambiente.
2. Criar, aperfeiçoar e difundir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos.
3. Promover o acesso à informação e à assistência técnica na área da produção agropecuária e afins, de comunidades rurais e organizações voltadas a promoção e ao desenvolvimento das camadas pobres da população rural.
4. Promover, apoiar e estimular pesquisas e experimentações nas áreas das tecnologias alternativas, dos sistemas de produção e da realidade socioeconômica.
5. Promover e estimular o intercâmbio entre indivíduos e instituições, de caráter público ou privado, no País e no exterior, em torno de temas relacionados com os objetivos da entidade (ASPTA, 1993, p. 1-2).

A quarta fase, em 1993, foi marcada pela implantação dos programas de desenvolvimento local, precipuamente, o início do programa no estado da Paraíba, na região Nordeste, nosso objeto de estudo.

Petersen e Silveira (2007) dividem a evolução do programa de desenvolvimento local no Agreste paraibano em três momentos, a trajetória inicial está inserida no período de ‘difusão de tecnologias’, que vai de 1993 a 1999. Portanto, a atuação inicial da AS-PTA estava focada na difusão e experimentação de técnicas inovadoras. Além dos outros dois momentos: Difundindo a experimentação (2000 a 2001) e O aumento de escala geográfica e social do programa (desde 2002), detalharemos estes períodos no decorrer do trabalho.

O programa de desenvolvimento local da AS-PTA implantado no estado da Paraíba, iniciou a atuação na escala municipal, abrangendo nos dois primeiros anos os municípios de Solânea e Remígio. Dentre os objetivos do programa estava o de promover a “sustentabilidade dos agroecossistemas e o fortalecimento da capacidade de ação dos atores locais” (AS-PTA, 1998, p 29).

No período de 1993 a ASPTA chega na região da Borborema e em parceria com os sindicatos locais, associações comunitárias e a Paróquia de Solânea começa um trabalho de assistência técnica, mais focado no aspecto tecnológico, com as comunidades rurais dos dois municípios. Nesse mesmo ano, a grande seca que assolava a região do Nordeste, provocou um processo de reflexão entre os diversos setores da sociedade, sobre os efeitos sociais da seca. Logo, para tratar o desenvolvimento do semiárido paraibano é desencadeada a formação de uma rede estadual de organizações e pessoas integradas no estado da Paraíba, resultando na criação da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba<sup>46</sup>), esse processo também influenciou as dinâmicas da AS-PTA no território (PIRAUX *et al.*, 2012).

### **5.3. Início da Caminhada AS-PTA e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Agreste Paraibano**

O programa de desenvolvimento local da AS-PTA chega ao território com intuito de trabalhar com sindicatos que estivessem em processo de renovação sindical, então, em diálogo as instituições CENTRAC e CENTRU<sup>47</sup> optaram por estabelecer, inicialmente, a parceria com os sindicatos de Solânea e Remígio, em 1993 (BASTOS, 2010), desse modo, casando os dois movimentos em prol do objetivo de fortalecer a agricultura familiar local. Assim, dá-se início a gestação de um processo de muitas

---

<sup>46</sup>Fórum plural da sociedade civil com forte presença dos movimentos sociais, tem exercido um forte papel de valorização/divulgação das referências técnicas e metodológicas acumuladas pelo programa. Tem sido também uma expressão política dos grupos sociais participantes, capaz de propor e de negociar com órgãos públicos na esfera estadual e federal. Foi justamente a partir de sua ação política que se possibilitou a mobilização de recursos governamentais para a implementação de programas próprios voltados para o abastecimento de sementes e de água nas comunidades e famílias rurais (AS-PTA, 2001, P. 20).

<sup>47</sup> CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural: É uma organização não governamental, fundada em 1980, com vistas a promover um trabalho de formação política e organização de trabalhadores rurais vinculados ao PT (Partido dos Trabalhadores) (LIMA, 2003, p. 171).

transformações, conquistas e construção de grandes projetos para o território da Borborema.

A primeira ação da AS-PTA foi a realização de diagnósticos nos municípios para conhecer a realidade da agricultura local, o qual serviu como base para o início dos trabalhos. Como demonstrado na fala da Sra. R.V.:

Em 1993, a ASPTA chega aqui na região e começa uma ação com a agricultura familiar e sindicalismo no município de Remígio e Solânea, então, dois municípios a princípio e nós já começamos o processo de diagnósticos nesses dois municípios, para entender um pouco como era a agricultura nesses dois municípios, ao mesmo tempo as problemáticas e entender o que que os agricultores estavam fazendo para resistir, quais as alternativas que eles estavam utilizando para sobreviver e viver aqui em uma região que é semiárida também (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019).

Eram realizados diagnósticos participativos mais amplos e sobre diferentes temas direcionados aos agroecossistemas. O Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas (DRPA) é definido por Petersen e Silveira (2002, p. 132) como:

uma metodologia adaptada pela AS-PTA a partir de referenciais conceituais e metodológicos oriundos das escolas francesa e inglesa de desenvolvimento agrícola. O DRPA, empregado para a descrição e análise do funcionamento de agroecossistemas de uma dada região, tanto pode enfocar o conjunto dos agroecossistemas como orientar-se por recortes temáticos, vinculando aos subsistemas de produção (sistema pecuário, sistema de abastecimento hídrico, ocupação dos solos, por exemplo).

Nos períodos de 1993 a 1995 foram realizados quatro diagnósticos: 1. Em 1993, DRPA em Solânea; 2. DRPA em Remígio; 3 Em 1994, Diagnóstico ambiental; 4. Em 1995, DRP da criação animal (SILVEIRA, FREIRE e DINIZ, 2010). Logo, nesse período e nos anos subsequentes à AS-PTA realizou uma série de estudos focados nos:

ambientes agrícolas da região; a diversidade de feijões cultivados; os subsistemas pecuários; o uso social das frutas nativas; o emprego das plantas medicinais; a gestão dos arredores de casa; o manejo da biomassa nos sistemas; o impacto do uso dos agrotóxicos na agricultura familiar; o impacto das políticas públicas sobre a sustentabilidade da agricultura familiar em Lagoa Seca, entre outros. (PETERSEN E SILVEIRA, 2007, p. 106).

Neste percurso, já em 1995, o município de Lagoa Seca e São Sebastião de Lagoa de Roça, também estavam envolvidos no movimento de renovação sindical, e pelos relatos dos trabalhos já realizados em Solânea e Remígio, o STR de Lagoa Seca

se integrou nesse processo e estabeleceu parceria com a ASPTA, de acordo com a Sra. R.V. “*Lagoa Seca também se dispôs a fazer essas experiências na construção da agroecologia e sindicalismo*” (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019). E assim o âmbito de atuação da ASPTA foi se ampliando aos poucos, devido à realização de intercâmbios entre os municípios com os agricultores experimentadores e todo o processo de mobilização e formação junto as famílias. Segundo o Sr. N.F. (Coordenação do Pólo) “Quando começamos a parceria com a ASPTA ela nos ajudou a fazer o diagnóstico, estudou a realidade dos tipos de agricultura” (Depoimento N. F. em entrevista 2019).

Vale salientar, que os três municípios “são extremamente diversificados do ponto de vista ambiental: existem na parte mais oriental áreas mais úmidas, enquanto a porção ocidental é seca” (AS-PTA, 1998, p. 29).

Em 1996, é realizado o DRPA de Lagoa Seca e o DRP da diversidade de feijões (SILVEIRA, FREIRE e DINIZ, 2010).

Neste sentido, os diagnósticos e a organização de experimentos com os agricultores foram estratégicos, como o ‘ponta pé’ inicial do trabalho no agreste paraibano, onde Silveira, Petersen e Saboriun (2002, p. 15-16) afirmam que a ASPTA,

Vem desde 1993 estimulando o amplo processo de experimentação e inovações agroecológicas, despertando energias sociais latentes e revalorizando os conhecimentos tradicionais de manejo agrícola presentes nas comunidades de agricultores familiares do agreste paraibano.

A perspectiva de iniciar os trabalhos na região a partir da visualização compartilhada do cenário em que os agricultores se encontravam, com intuito de conhecer para depois atuar com uma intervenção mais assertiva de acordo com as reais demandas dos agricultores, marcou o início de um processo com um importante diferencial, mais enraizado na realidade local, participativo e potencial mitigador. Visto que, é “por meio de diagnósticos participativos de agroecossistemas é possível definir prioridades para pesquisas, sejam elas analíticas ou sistêmicas (PETERSEN, 2006, p. 18).

Inicialmente, a atuação da AS-PTA estava dispersa em cada município, pois seguiam a lógica dos STR’s, porém essa lógica evoluiu para duas modalidades que se complementam: concentração em áreas de maior densidade experimental (cerca

de 80 agricultores envolvidos) e a continuidade de ações geograficamente dispersas em alguns temas com ampla capacidade de irradiação (ex.: sementes e diversificação de cultivos, com aproximadamente 400 famílias envolvidas, e cisternas de placas), (AS-PTA, 1998). Segundo Silveira, Victor e Anacleto (2007, p. 11):

Coordenadas pelos próprios STRs e animadas pelos agricultores-experimentadores, uma grande multiplicidade de práticas agroecológicas se disseminaram nos sistemas produtivos da região. Ao mesmo tempo, vão se estruturando diversas expressões coletivas de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades. Inovações sócio-organizativas de gestão de recursos, como os Bancos de Sementes e os Fundos Rotativos Solidários, dão suporte aos processos comunitários de inovação, viabilizando o acesso a sementes, mudas, esterco, cercas de tela, cisternas de placa e outras infraestruturas hídricas. Agricultores e agricultoras passaram também a ter uma participação mais ativa na vida das comunidades, discutindo e refletindo sobre a realidade da agricultura familiar, as formas de superação de seus problemas, assim como participando da gestão de recursos coletivos.

Contudo, a renovação destes sindicatos a partir dos processos políticos-organizativos e o estímulo ao desenvolvimento logo vão mudando o caráter de ação dos três sindicatos, para tanto, Silveira, Victor e Anacleto (2007, p. 12) ressaltam que:

Com a dinamização dos espaços de interação e de organização comunitárias, a estrutura vertical e presidencialista dos sindicatos, bem como as tradicionais formas associativas de subordinação clientelista ao poder local, foi progressivamente dando lugar a processos político-organizativos autodeterminados pelas famílias nas comunidades. As ações de desenvolvimento estimuladas pelos STRs passaram a ser crescentemente compartilhadas e conduzidas em parceria com as associações locais, estreitando as relações em torno a objetivos comuns. No dizer de lideranças envolvidas, os sindicatos começaram a sair de trás do birô, onde se ocupavam essencialmente dos trâmites formais da previdência social, e passaram a se empenhar em iniciativas de desenvolvimento das comunidades de seus municípios.

E assim as ações foram se fortalecendo e tomando maior forma e dimensão, sempre focando no fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia e renovação sindical. Os quais foram consolidados, inicialmente, com o diagnóstico, seguidos dos experimentos com os agricultores e atrelados aos espaços de debate. Para tanto, a Sra. R.V., relata como foi um pouco desse processo,

É a partir desses três municípios que começa um debate aqui nessa região do Pólo, de como essas experiências e esse debate sobre a ação sindical inovadora poderiam ampliar para outros municípios, e aí também os relatos de muitos agricultores que viram a experiência de Remígio e acharam interessante porque valorizava o papel dos agricultores e agricultoras. Então, **os sindicatos que viviam antes só meio que na burocracia**, que não era o caso desses três, e esse debate que em 96 estava em três municípios, **ele**

**começa a Contagiar as direções sindicais** (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Desse modo, a leitura dos agroecossistemas regionais, foi possibilitada pelos diagnósticos e permitiu a identificação das técnicas inovadoras, para que fossem avaliadas localmente antes de serem difundidas, pois nesse período havia uma baixa oferta de tecnologias agroecológicas para esta região, pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, as visitas as comunidades e propriedades pelos técnicos da AS-PTA, tinham o propósito de avaliar e debater o efeito das técnicas de inovação. Entretanto, durante esse processo, a assessoria percebeu que estava dominando toda a iniciativa e acabara por não considerar e valorizar as iniciativas de inovação dos próprios agricultores que certamente existiam (PETERSEN E SILVEIRA, 2007).

Então, esse primeiro momento é assinalado pelo início do processo de reorientação da sua abordagem metodológica, pois ampliaram a sua percepção sobre o fato de que os sistemas de produção representam a expressão de estratégias técnicas e econômicas das famílias agricultoras. Visto que, a perspectiva de ação, da assessoria, estava centrada em uma lógica difusionista (inovações pontuais), contudo, o diagnóstico apontou a necessidade de mudança deste foco para uma perspectiva sistêmica de avaliação do funcionamento dos agroecossistemas. Todavia, a efetivação deste processo de reorientação se deparou com dificuldades metodológicas, pois requeria uma série de mudanças como a quebra de rotina da equipe técnica, reestruturação do programa operacional, reformulação de orçamentos institucionais e repactuação de papéis com os grupos e organizações dos agricultores parceiros (PETERSEN E SILVEIRA, 2007).

Essa mudança de enfoque metodológico da AS-PTA para uma perceptiva sistêmica de avaliação do funcionamento dos agroecossistemas é justificada pelo fato da “organização do conhecimento por meio do enfoque sistêmico favorece o estabelecimento de uma base comum de análise da realidade entre pesquisadores de diferentes ramos do saber e destes com grupos organizados de agricultores-experimentadores (PETERSEN, 2006, p. 18).

#### 5.4. Pólo Sindical da Borborema: quebrando o isolamento dos sindicatos

A partir deste cenário e do processo de renovação do movimento sindical, iniciado na década de 1980, em 1994 sete STR's deste território se mobilizam para lutar pela garantia do espaço do produtor rural na Empasa<sup>48</sup> (Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas), devido a privatização do mesmo (BASTOS, 2010), que representou a *“a primeira luta direta pra o agricultor como ação política do Pólo foi a luta pelo mercado do produtor em Campina Grande, a Empasa”* (Depoimento N. F. em entrevista 2019). A Empasa (figura 8 e anexo A) era um espaço em que os agricultores do território comercializavam os seus produtos. Entretanto, em 1995, houve um momento em que foi totalmente ocupado pelos atravessadores, dificultando a participação dos agricultores neste espaço. Para o Sr. N.F.:

Acontece exatamente que essa foi a primeira luta! E a gente vai trazendo os sindicatos e criando uma pauta para lutar por esse mercado do produtor, era a primeira vez que a gente olhava para um problema que os agricultores enfrentavam na área do comércio e aí era muito ruim, muito crucial pra o agricultor. [...] o agricultor chegava na entrada da Empasa e quando entravam já estava tudo ocupado pelos comerciantes, aí o agricultor era obrigado a vender ainda em cima do carro mesmo tendo direito né, mas lá quem estava era o atravessador, e aí o agricultor era encurralado a vender até mais barato. Então, desta forma começamos uma luta que envolveu a imprensa, governo do estado e o ministério público, e aí foi uma ação política muito organizada dos sindicatos, e os sindicatos se juntaram. E aí fomos vitoriosos porque com 9 meses o então governo da época, Luiz Antônio Maris, construiu um outro galpão para os produtores, e graças a Deus até hoje não tivemos mais esse problema né (Depoimento N. F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019).

---

<sup>48</sup> A CEASA de Campina Grande, hoje EMPASA, foi construída em 1977. Até então a comercialização da microrregião do Agreste da Borborema se realizava na feira central de Campina Grande. Devido a localização geográfica, Campina Grande é considerada um polo de comercialização, demandando desta forma a construção do respectivo mercado, já que para ela convergem hortifrutis de vários municípios do Estado da Paraíba e outros Estados. Qualquer produtor, desde que esteja cadastrado, pode levar suas mercadorias para comercializar na EMPASA ou entregá-las aos atacadistas ou mesmo a outros comerciantes. Em 1977, foi construído com recursos do BIRD (Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento), dentro da Central de Abastecimento, um mercado destinado ao pequeno produtor, que recebeu o nome de MEPRO (Mercado do Produtor), que foi o primeiro do interior do Nordeste (CAVALCANTI, 1997).



Figura 8- A) Primeiro Centro do Produtor (1993); B) Produtores em assembleia no pátio da Empresa protestam contra a colocação das cercas; C) Novo Centro do Produtor (1996).  
Fonte: CAVALCANTI, 1997.

Esse processo atrelado a prestação de assessoria jurídica e previdência social subsidiaram a criação do Pólo em 1996, o qual surgiu com intuito de “*quebrar o isolamento dos sindicatos*” (Depoimento N. F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019), pois a atuação dos sindicatos estava muito distante da realidade dos agricultores, não atendia as suas demandas, trabalhavam isolados e não possuíam uma ação política consolidada:

O Pólo foi exatamente uma iniciativa da gente quebrar o isolamento dos sindicatos, então assim, era exatamente a **dificuldade que se tinha em trabalhar a questão da agricultura familiar, nós tínhamos muita dificuldade em encontrar propostas e saídas para ajudar os agricultores na crise que os agricultores enfrentavam**, era uma crise bastante acentuada. Passado o tempo, notamos que a situação dos agricultores era situação de pobreza por conta da diminuição da produção, empobrecimento do solo e diminuição da renda (Depoimento N. F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Vis-à-vis, ao fortalecimento do movimento de renovação sindical a partir das ações dos três STR's em parceria com a AS-PTA, atrelado aos momentos de formação e debate realizados na região, foram aos poucos se irradiando e despertando o interesse e a mobilização dos STR's de outros municípios. Visto que, as experiências foram ganhando visibilidade, e as ações criaram condições políticas para a criação do Pólo Sindical da Borborema, em 1996 (SILVEIRA, FREIRE e DINIZ, 2010).

Entretanto, nesse mesmo ano o STR de Lagoa Seca havia feito uma tentativa de construir uma organização de agricultores com este propósito junto a Fetag-PB, porém, ela inviabilizou essa tentativa (PETERSEN E SILVEIRA, 2007).

Consecutivamente, o Pólo vai se articulando em rede, e nesse processo suas ações vão se ampliando. Paralelo ao debate de mercado, o Pólo inicia o debate sobre os direitos previdenciários, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e se aprofunda nos diagnósticos dos municípios, onde Sra. R.V., afirma que,

**O Pólo, foi se articulando enquanto uma rede em 1996, com esse debate da comercialização, por essa luta pelo espaço da EMPASA em Campina Grande, mas também começou a partir do debate do direito previdenciário, começa a se estabelecer a relação dos sindicatos com o INSS para garantir o direito dos trabalhadores, direitos conquistados pela constituição de 88, outros pela luta do movimento sindical. Então, o Pólo vai tomando o corpo de uma articulação, ao ponto que ao mesmo tempo a gente vai construindo essas lutas, a gente vai também sentindo a necessidade de aprofundar algumas coisas que o diagnóstico foi apontando em alguns municípios** (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Vale destacar, que a iniciativa de criação do Pólo focou na redefinição da postura dos sindicatos e não no rompimento, o que o distingue da experiência da Fetraf-Sul<sup>49</sup>, que se institui a partir do rompimento com a unicidade sindical (BASTOS, 2010, p. 61).

Desta forma, o Pólo é configurado partir da ação coletiva e com um caráter inovador, representando uma nova estrutura organizacional dos agricultores familiares, começando um processo de re-ordenamento das ações dos sindicatos fundamentadas no fortalecimento da agricultura familiar em base agroecológica e a atuação no campo das políticas públicas (proponente e executor) (BASTOS, 2010).

Nesse contexto, no período de 1998 (figura 9), o Programa Paraíba da AS-PTA estava subdividido em quatro sistemas programáticos:

I) Programa de Sistemas Agrícolas Sustentáveis que constitui a essência do trabalho, englobando as atividades de experimentação participativa e difusão de tecnologias em vários campos técnicos; II) Programa de Capacitação e Fortalecimento das Organizações, onde se reúnem as atividades que dão suporte às ações concretas de enfrentamento dos problemas dos agricultores familiares da região; III) Programa de Articulação Institucional e Difusão de Experiências que estrutura as ações que extrapolam a área de atuação, vinculando o Programa local ao entorno mais amplo; IV) Programa de Planejamento Permanente, onde estão inseridas atividades de diagnóstico, planejamento e monitoramento participativos do conjunto do trabalho (AS-PTA, 2000, p. 10 e 11).

---

<sup>49</sup> FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil.



Figura 9 - Fotografia A) No STR de Remígio, os agricultores fazem o balanço do banco de sementes; B) Capacitação sobre a gestão, controle de qualidade e conservação de sementes; C) Discursão sobre a identificação e a localização das plantas.

Fonte: AS-PTA, 2000.

Todavia, a evolução e continuidade das atividades que vinham ocorrendo desde 1993, foram seriamente comprometidas com a grande seca de 1998, que agravou o quadro de extrema dificuldade em que a agricultura familiar da região estava submetida, devido aos grandes impactos negativos causados. Foi a seca mais intensa que já atingiu a região do Agreste, fato não esperado pela população e pela AS-PTA, logo, não estavam preparados para passar por este cenário de desafios de forma mais resiliente. Assim, levando a reorientação dos Programas de ação da instituição, pois a questão dos recursos hídricos não estava destacada nas prioridades programáticas (AS-PTA, 1998; AS-PTA, 2000). Dentre os principais impactos negativos causados pela seca na região, foram o:

colapso geral no abastecimento de água para consumo humano e animal, sendo utilizados carros pipas vindos de longe e trazendo água de péssima qualidade; pouquíssima ou nenhuma produção agrícola colocando em risco a segurança alimentar das famílias; erosão genética de variedades agrícolas; diminuição sensível do rebanho bovino (calculamos em torno de 50%); descapitalização das famílias com consequente desestruturação de algumas propriedades (AS-PTA, 2000, p. 10).

Contudo, a temática de recursos hídricos foi beneficiada, nos eixos de trabalho da AS-PTA (quadro 4) para o triênio (1999-2001).

Eixos de trabalhos da AS-PTA para o plano trienal 1999-2001	
Áreas de atuação	Propostas
<b>1-Recursos Genéticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar um sistema de banco de sementes, principalmente de feijão;</li> <li>• Resgate e multiplicação de variedades locais ameaçadas;</li> <li>• Melhoria das condições de armazenamento;</li> <li>• Expandir o número de bancos de sementes;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar o resgate de variedades locais de outras espécies cultivadas (amendoim, fava etc.).</li> </ul>
<b>2-Diversificação e cultivos ecológicos</b>	<p>Houve na região diversas culturas de renda que foram desaparecendo. Atualmente existe um interesse grande na busca de alternativas neste campo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem-se promovido a experimentação de diversas alternativas, como o inhame e o amendoim;</li> <li>• Garantir uma maior sustentabilidade dos roçados;</li> <li>• Tem-se estimulado o consórcio do inhame e do amendoim com outros cultivos, mas também de outras culturas como a batatinha;</li> <li>• Experimentos que buscam aprimorar o manejo da fertilidade dos solos e o controle de pragas, sem recorrer aos insumos agroquímicos;</li> <li>• Difundir mais amplamente as culturas do inhame (nas áreas mais úmidas) e do amendoim (naquelas mais secas);</li> <li>• Desenvolvendo propostas para a produção orgânica de batatinha e ervadoce.</li> </ul>
<b>3-Agroflorestação</b>	<p>Dado o intenso desmatamento existente na região e também o interesse demonstrado pelos agricultores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar quantitativa e qualitativamente (se traduzir em renda), a componente arbórea nos diversos sistemas produtivos.</li> </ul>
<b>4-Criação animal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Buscar-se-á reforçar a componente animal por meio do desenvolvimento de propostas que aumentem e diversifiquem a produção forrageira.</li> <li>• Consolidar propostas que permitam beneficiar e estocar forragem;</li> <li>• Ampliação importante das atividades desta linha.</li> </ul>
<b>5-Recursos Hídricos</b>	<p>A água para consumo humano e animal, assim como o risco climático para a produção agrícola e forrageira, são problemas que ocuparam um lugar ainda mais destacado recentemente, devido às secas intensas que foram vividas na região.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a nossa atuação neste campo;</li> <li>• Merecerá destaque o trabalho com a construção de cisternas de placas para coleta e armazenamento de água de chuva para uso doméstico;</li> <li>• Também serão trabalhadas propostas de aprimoramento do manejo d'água para agricultura de sequeiro.</li> </ul>
<b>6-Gestão</b>	<p>Dada a situação de grande pobreza das famílias da região, o crédito aparece como o tema prioritário neste campo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A meta será desenvolver um sistema de crédito (provavelmente no formato de Fundos Rotativos) que, ao mesmo tempo, considere as características do público e garanta uma certa sustentabilidade;</li> <li>• Um segundo tema que poderá ser abordado é o da organização para beneficiar e/ou comercializar o produto.</li> </ul>
<b>7-Capacitação de Agricultores e Lideranças e Fortalecimento das Organizações Locais</b>	<p>Complementar o trabalho de geração e consolidação de inovações tanto técnicas quanto de organização social. Ele se organiza para atender a 3 tipos de público.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No caso dos agricultores-experimentadores, buscar-se-á o fortalecimento da capacidade inovadora, por meio de informação técnica pertinente e instrumentos metodológicos apropriados;</li> <li>• Para os/as agricultores/as em geral, a capacitação terá por meta a difusão de inovações técnicas e o fortalecimento das organizações comunitárias;</li> <li>• O público de lideranças da região: o processo de capacitação buscará ajudar esse público a entender melhor e se apropriar do conjunto do processo, com o intuito de desenvolver uma maior capacidade de formulação de propostas e de interlocução junto aos poderes públicos e junto à opinião pública local (ou seja, desenvolver uma maior capacidade de ação política).</li> </ul>
<b>8-Articulação e Irradiação da Experiência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar condições favoráveis para alimentar o trabalho nos 3 municípios;</li> <li>• Criar condições favoráveis para que os acúmulos deste trabalho possam ser difundidos para outros municípios ou regiões;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver e consolidar as relações já estabelecidas com diversas instituições de pesquisa da região;</li> <li>• Investir esforços na animação da Articulação do Semiárido Paraibano, que vemos como um instrumento valioso, tanto para alimentar como para difundir as experiências;</li> <li>• Sistematização das experiências, através de textos e meios audiovisuais.</li> </ul>
<b>9-Influência sobre políticas públicas</b>	<p>São dois os âmbitos a serem enfocados no próximo Trienal: o município e a região/estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No nível municipal buscaremos a construção de referenciais para o trabalho em áreas de assentamento rural e o desenvolvimento de propostas concretas para o debate ao nível dos Conselhos Municipais;</li> <li>• Num nível mais amplo existem três âmbitos onde esperamos poder influenciar: o programa (estadual) de sementes, o Programa Lumiar para assentamentos de Reforma Agrária e o Programa de Recursos Hídricos. Em todos os três já temos condições de participar e influenciar com a apresentação de ideias e propostas específicas.</li> </ul>
<b>10- Desenvolvimento Metodológico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematização dos diversos acúmulos gerados no processo.</li> </ul>

Quadro 4 - Eixos de trabalhos da AS-PTA para o plano trienal (1999-2001).

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 1998.

Do período de 1993 a até o final de 1999 foram realizados 11 diagnósticos com os agricultores conforme é observado na figura 10.

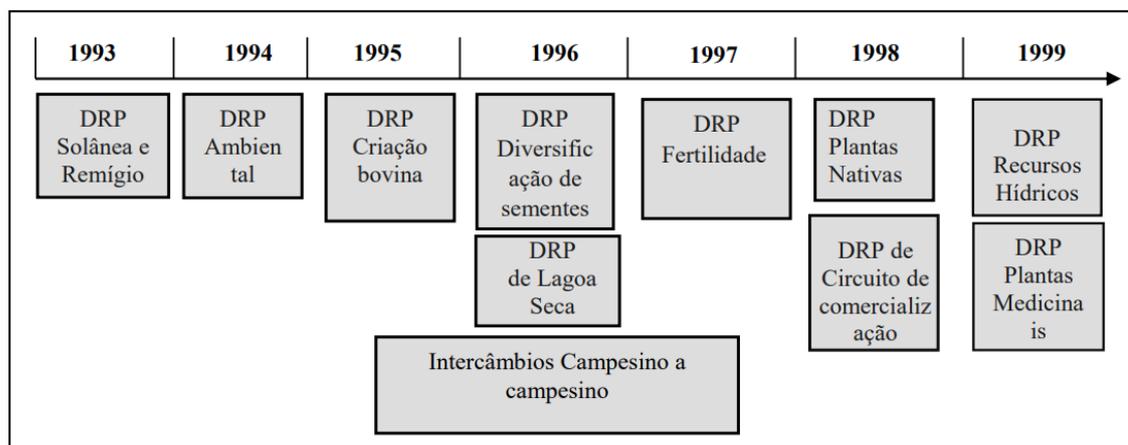


Figura 10- Fluxograma da Relação dos Diagnósticos realizados de 1993-1999.

Fonte: PIRAUX *et al.*, 2019.

Nesse meio tempo, em 1999, a AS-PTA implementa de forma mais efetiva, as modificações em suas abordagens metodológicas, decorrente de um processo de revisão crítica das abordagens metodológicas utilizadas, embasada nos diagnósticos e a partir da interação com equipe da AS-PTA do Paraná e com outras instituições. Iniciando assim, com a mudança de âmbito das inovações pontuais para uma abordagem descritivo-funcional, que resultou na construção de um quadro de

hipóteses<sup>50</sup> com a identificação dos problemas e hipóteses de soluções para os agroecossistemas, o que representou um divisor de águas no enfoque metodológico do programa (PETERSEN e SILVEIRA, 2007).

Para tanto, esse exercício possibilitou uma análise crítica da metodologia até então utilizada, onde despertaram para um importante aspecto estratégico metodológico:

mais importante do que difundir uma única inovação para muitas famílias agricultoras, como é próprio das estratégias difusionistas, é incentivar processos de experimentação capazes de mobilizar a criatividade dessas muitas famílias na busca de soluções adaptadas às suas condições específicas. Ou seja: em vez de difundirmos tecnologias deveríamos difundir a prática da experimentação (PETERSEN e SILVEIRA, 2007, p. 109).

Esse processo de incentivo e valorização da experimentação entre os agricultores representa um importante passo metodológico da AS-PTA, para o fortalecimento da construção do conhecimento agroecológico, pois segundo Altieri (2012):

A agroecologia se fomenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar, e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações horizontais entre atores (ALTIERE, 2012, p. 16).

O segundo momento de evolução do programa de desenvolvimento da AS-PTA (2000-2001) foi marcado pela difusão da experimentação, pois as análises críticas e reorientação metodológica iniciadas no período anterior, subsidiaram uma nova

---

<sup>50</sup> Esse exercício foi organizado em dois momentos: 1) a releitura da descrição e do funcionamento dos principais agroecossistemas da região, procurando identificar seus maiores problemas, bem como formular hipóteses para enfrentá-los; 2) relacionar as propostas técnicas inovadoras que vinham experimentando e/ou difundindo com as hipóteses formuladas. O produto desse exercício foi um conjunto de quadros de hipóteses (um por tipo de agroecossistema) que encadearam, numa ordem lógica, os problemas identificados com suas respectivas hipóteses e propostas de solução (problemas – hipóteses – propostas). Esses quadros revalorizaram os diagnósticos anteriormente realizados, procurando integrar e sintetizar as informações neles levantadas em modelos explicativos gerais que passaram a operar como instrumentos de explicitação das estratégias técnicas entre os membros da equipe técnica e entre ela e os grupos de agricultores experimentadores. Além disso, uma importante conclusão desse exercício tornou-se clara quando nos propusemos a inverter a ordem de estruturação dos quadros de hipóteses. Em vez de estruturá-los a partir dos problemas, o fizemos a partir das propostas (propostas – hipóteses – problemas). Essa inversão permitiu que visualizássemos o caráter multifuncional das inovações (PETERSEN e SILVEIRA, 2007, p.108).

compreensão estratégica e requalificaram as funções exercidas pela assessoria e agricultores.

Esse processo é marcado a partir da evolução conceitual e metodológica, logo, na evolução conceitual, ocorrem: a) Redefinição da noção de inovação – a partir de uma visão mais integradora, onde a inovação “pode brotar do terreno do cotidiano local” a partir da convivência dos agricultores e deverá ser sempre adaptada a situações específicas por meio da experimentação; b) Redefinição do conceito de agricultor-experimentador – todo e qualquer indivíduo que inova em suas práticas de manejo e que comunica os resultados de suas inovações a seus pares, o que passou a ser assumido como uma nova identidade social; d) Construção do próprio conceito de agroecologia nas redes de inovação locais – estando intimamente relacionado à noção de agricultor-experimentador, onde além do conceito já firmado de agroecologia, a mesma passa a ter uma associação direta com a convivência com o semiárido, em contraste com a ideia de combate às secas (PETERSEN e SILVEIRA, 2007).

Evolução metodológica: a) Mudança no enfoque metodológico da assessoria “desbloqueando o olhar sobre as capacidades latentes que estavam incubadas nas comunidades e organizações locais”, a partir da valorização dos conhecimentos associados as práticas preexistentes no local e compreensão das racionalidades e estratégias dos próprios agricultores na gestão dos sistemas produtivos. Para tanto, a experimentação passou a ser orientada pelo quadro de hipóteses; b) Incorporação da dimensão política nos debates realizados junto aos grupos de experimentadores - a partir da associação das iniciativas de inovação agroecológica em curso com a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento, assim, possibilitando o fortalecimento do papel político dos agricultores e suas organizações; c) a AS-PTA consolidou parcerias com as instituições de pesquisa científica (UFPB, UFPE, EMBRAPA – Algodão, Caprinos e Semiárido, e o CIRAD<sup>51</sup>; d) Estabelecimento dos métodos de monitoramento da transição agroecológica - capazes de estabelecer uma leitura sistêmica, ao apreender o impacto da integração de inovações relacionadas a diferentes áreas temáticas sobre os agroecossistemas; e) Passaram a identificar e

---

<sup>51</sup> O Centro de cooperação internacional em pesquisa agrônoma para o desenvolvimento (CIRAD) conduz pesquisas em parceria com cerca de cinquenta países tropicais; dentre eles, o Brasil se tornou o país de maior lotação de seus pesquisadores CIRAD residentes, em 2004 (BASTOS, 2010, p. 50).

sistematizar as experiências dos agricultores experimentadores – para a divulgação das experiências foram elaborados boletins informativo, vídeos, cartilhas, painéis fotográficos e banners, peças teatrais, poesia, música, etc. Resultando na multiplicação do número de agricultores-experimentadores interagindo ativamente nas redes locais de inovação agroecológica (PETERSEN e SILVEIRA, 2007).

Portanto, as parcerias com algumas ONGs, como a AS-PTA, foram fundamentais na dinamização das ações coletivas dos sindicatos em prol da agricultura familiar, como também a parceria com outras instituições. As contribuições dessas parcerias foram primordiais, principalmente, no tratamento de problemas de natureza agrônômica e ecológica da agricultura familiar, pois os sindicatos não usufruem de recursos e estruturas suficientes para a resolução de tais questões (BASTOS, 2010).

Contudo, o Pólo com assessoria da AS-PTA articularam suas ações fundamentadas na agroecologia e se aprofundaram nas demandas dos diagnósticos realizados, que resultaram na criação de alternativas como a formação de Bancos de Sementes Comunitários, estocagem de forragem, práticas de captação, armazenamento e uso da água de chuva, diversificação de espécies vegetais e animais, entre outras alternativas. Tais ações trabalhadas em parceria com as associações comunitárias, fortaleceram a consolidação de inovações sócio-organizativas de gestão coletiva de recursos (banco de sementes e fundos rotativos solidários). As inovações criadas e fortalecidas nesse momento subsidiaram a estabilidade e a capacidade de resistência dos agricultores no período de seca severa que ocorreu no Nordeste, em 1998-1999, essas experiências exitosas chamaram a atenção dos STR's e organizações de outros municípios (BASTOS, 2010).

Esse processo despertou no Pólo e AS-PTA a iniciativa de criar um ator regional para conduzir a coordenação política e pedagógica de um projeto para a agricultura familiar na região. Iniciando, assim, a construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia (BASTOS, 2010).

Diante disso, apostaram em um espaço já preexistente, o Pólo, para representar as organizações da agricultura familiar, assim, o Pólo se consolida como ator principal deste movimento, em 2001, no “Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema” que contou com a participação de dezesseis STR's

que se comprometem na construção de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura familiar com bases na agroecologia. A partir desse momento, o Pólo alcança a legitimidade para representar esse projeto no território, iniciando esse processo com a elaboração das estratégias de ação envolvendo os demais sindicatos, agora, integrados (DINIZ, 2007; PETERSEN e SILVEIRA, 2007). As ações foram divididas em dois programas de formação:

**1° Programa de “formação em desenvolvimento sustentável e políticas públicas”** que tinha por objetivos formar e articular lideranças sindicais e agricultores, buscando traduzir em políticas públicas os avanços técnicos e organizacionais. Além disso, procurava dar expressão pública ao trabalho organizando grandes mobilizações, feiras, debates e manifestações.

**2° Programa de “formação em agroecologia”** objetivava, por um lado, articular uma “rede de agricultores experimentadores”, estimulando a criatividade e promovendo intercâmbio de experiências entre eles. Assim os “agricultores-experimentadores” passariam a testar, experimentar e divulgar experiências de resgate e valorização das “sementes da paixão” (sementes crioulas), de manejo integrado da água, de rearboreção e do uso das árvores nativas em diferentes espaços, da produção ecológica de alimentos (abolindo de vez o uso de agrotóxicos e adubos químicos), de manejo sustentável da criação animal e experiências com saúde e alimentação alternativa. Por outro lado, o programa de formação em agroecologia buscava preparar técnica e metodologicamente agricultores para atuarem na formação de outros agricultores, aprofundando os conhecimentos técnicos envolvidos nos experimentos e qualificando suas capacidades de comunicação frente a outros agricultores: um processo “de agricultor para agricultor” (DINIZ, 2007, p. 152, grifos nosso).

Nesse Seminário foi estabelecido um acordo de que a AS-PTA ficaria com a responsabilidade de assessorar o Pólo (PETERSEN e SILVEIRA, 2007). Como também foram planejadas “diversas atividades de intercâmbio de experiências entre agricultores e eventos de formação. Muitas destas atividades [...] estão referenciadas nas experiências em curso nos 3 municípios pioneiros” (AS-PTA, 2001, p. 21). De acordo com Piraux *et al.* (2019, p 6), essa etapa também foi “pautada no debate de temas da agroecologia, suas possíveis formas de inovações baseadas em tecnologias sociais e a transformação das mesmas em políticas públicas”.

Desta forma, no triênio (1999-2001) (figura 11, anexo B) ocorreram importantes transformações socioeconômicas políticas e técnico-produtivas a nível regional, municipal e submunicipal do território (quadro 5), marcado, principalmente, pela construção de estratégias de convivência com o Semiárido, já que o biênio inicial foi caracterizado pelo período de seca, iniciado em 1993.



Figura 11- Fotografia A) Agricultores sendo treinados para construir cisternas de placa, Solânea-1999; B) Agricultor mostrando produção ecológica, Lagoa Seca-2000; C) Agricultores experimentadores discutindo sobre as variedades locais de milho-2001.

Fonte: ASPTA, 2000; 2001c.

<b>Balanco dos avanços do trienal 1999-2001</b>	
<b>Triênio mais focado nas temáticas:</b> Segurança alimentar; Saúde das famílias; e Gestão comunitária de sistemas alternativos de crédito.	
<b>Âmbitos</b>	<b>Avanços</b>
<b>Regional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importante evolução nas dinâmicas sociais com as quais o programa se relaciona. Essa evolução se manifesta tanto no aumento e diversificação das organizações de agricultores familiares que assumiram a promoção da agroecologia na região, quanto na maior capilaridade das ações do programa em meio às comunidades rurais e municípios em que atua.</li> <li>- Interação crescentemente com organizações de outros municípios através de articulações “amplas”, tanto a nível regional (Pólo) quanto estadual (ASA-PB).</li> <li>- Os STRs, por sua vez, passaram a assumir um papel mais efetivo na promoção da agroecologia.</li> <li>- No plano metodológico também foram verificados no período alguns avanços significativos. A partir de uma melhor incorporação das dimensões política e cultural nos processos de experimentação e formação técnica. Com avanços do programa no tratamento da problemática das relações sociais de gênero na agricultura familiar. A partir da valorização do papel das mulheres, tanto do ponto de vista da sua contribuição econômica no seio das famílias, como o seu papel em outras instâncias.</li> </ul>
<b>Municipal</b>	Rompimento com a quase exclusividade de relação com os STRs ao interagir com maior intensidade com outras organizações.
<b>Submunicipal</b>	Foram intensificadas as relações com as associações comunitárias que, entre outras atividades, passaram a assumir mais diretamente os processos locais de experimentação técnica e de gestão coletiva de recursos por meio de sistemas alternativos de crédito.
<b>Plano técnico (propriedades familiares e comunidades)</b>	<p style="text-align: center;"><b>Iniciativas realizadas na dimensão da segurança alimentar e da saúde das famílias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estímulo à diversificação de cultivos (inhame, amendoim, gergelim, fruteiras diversas e plantas medicinais) e a constituição/valorização de espaços propícios a seu estabelecimento (quintais, barragens subterrâneas, vazantes) tem se traduzido no enriquecimento da dieta alimentar e no aumento da oferta de alimentos e de fitoterápicos para o consumo familiar.</li> <li>- A construção de cisternas de placas permite enfrentar com sucesso a grave e crônica situação de insuficiência quantitativa e qualitativa da oferta d’água. Estas cisternas propiciam o armazenamento de água de qualidade, de forma descentralizada, em quantidade suficiente para o consumo familiar (beber e cozinhar) durante um ano.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deficiências de nutrição infantil, de mães gestantes e lactantes, têm seu efeito minorado a partir da produção e distribuição de “multimistura” (complemento alimentar) envolvendo as famílias beneficiárias.</li> </ul> <p><b>Inovações estimularam o fortalecimento/incremento das estratégias tradicionais de convivência com o ambiente semiárido:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estocagem e conservação de água para consumo humano, animal e agrícola (cisternas de placas, tanques de pedra, barragens subterrâneas, barramentos de pedra nos roçados, quintais etc.).</li> <li>- Estocagem e conservação de sementes (fortalecimento do estoque familiar, bancos de semente comunitários).</li> <li>- Estocagem de forragem para os rebanhos (silagem, fenação).</li> <li>- Constituição de reservas estratégicas de forragem com o cultivo de cactáceas e arbóreas nativas e exóticas.</li> <li>- Práticas de manejo ecológico de pastagens nativas, conservação das variedades de cultivos agrícola adaptados localmente (feijão, milho, batatinha, etc.).</li> <li>- A diversificação de cultivos.</li> </ul> <p><b>Conjunto de inovações que tem gerado reflexos positivos na renda familiar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O aumento da capacidade das unidades familiares de otimizarem o uso dos recursos existentes na propriedade, produzindo seus próprios insumos e diminuindo os custos com a compra de produtos externos - seja a provisão de alimentos, água, remédios e lenha para atender as demandas de consumo da família, seja a produção de insumos para atender as demandas de consumo do sistema produtivo (sementes, forragem, estacas, esterco, defensivos naturais, etc.).</li> <li>- Uma maior e mais diversificada oferta de produtos para o mercado, repercutindo em aumento da receita monetária. Esta melhor oferta é produto da maior estabilidade e aumento da produtividade dos sistemas anteriormente citada, pela diversificação de produtos com bom potencial de mercado e pela diversidade da oferta de produtos para o mercado, o que atenua os impactos das oscilações de preço dos produtos.</li> </ul>
--	--

Quadro 5 - Balanço dos avanços do trienal 1999-2001

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2001c.

Esse cenário de condição climática adversa, apesar de ter limitado a atuação do programa de experimentação, favoreceu a emergência de um significativo processo de mobilização sócio-política articulada das organizações dos agricultores familiares da região, o qual foi embasado nas experiências do programa de experimentação. Logo, esse processo de mobilização foi centrado em dois temas principais: o acesso às sementes de qualidade em momento oportuno, a partir dos programas estaduais de sementes; os fundos rotativos, constituídos com recursos do programa “Comunidade Solidária” e da Sudene, para financiamento da construção de cisternas de placas (AS-PTA, 2001c).

É importante destacar, que no I Seminário do Pólo também decorreu como demanda a realização sistemática de um conjunto de atividades embasadas na valorização das experiências existentes, logo essas ações foram transformadas em um programa de formação de agricultores familiares, de âmbito regional, fundamentado em dois eixos: Conversão Agroecológica dos Sistemas e Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. O eixo conversão agroecológica

era voltado para a dimensão técnica e foi dividido em 6 programas (Programa de Recursos Genéticos; Programa de Manejo Ecológico de Cultivos Anuais; Programa de Recursos Hídricos; Programa de Criação Animal; Programa de Sistemas Agroflorestais e Programa de Saúde e Alimentação) (AS-PTA, 2001b).

Contudo, o Programa de Manejo Ecológico de Cultivos Anuais possuía como um dos seus subprogramas: o Controle integrado de pragas e doenças, onde foi trabalhado a realização de um DRP, devido aos impactos negativos causados pelo uso de agrotóxico na agricultura familiar de Lagoa Seca. Os resultados do DRP foram apresentados e discutidos no Seminário Municipal, o qual propiciou um momento de tomada de consciência dos agricultores, pois se deram conta da relevância do problema. Essa apropriação dos resultados do diagnóstico possibilitou uma imediata valorização em debates públicos sobre a temática (na Curadoria do Meio Ambiente de Campina Grande e em palestra na UFPB, em João Pessoa e Areia) resultando na realização da Audiência Pública sobre Impacto do Uso de Agrotóxicos na Saúde do Trabalhador e do Meio Ambiente, promovida pela Comissão de Saúde. Nesse processo, os agricultores foram motivados para discutir a valorização da produção através da constituição de mercados para produtos agroecológicos, onde buscaram referências em outras regiões (viagem de intercâmbio à feira de produtos ecológicos no Recife e apresentação das experiências do Centro-Sul do Paraná) (AS-PTA, 2001 b).

Logo, essas sucessivas dinâmicas de debates e intercâmbios subsidiaram a criação da I Feira de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar de Lagoa Seca, a qual foi inaugurada na véspera do Natal sob o lema “Natal sem veneno”, contando com a participação de agricultores de outros municípios do Pólo e ocorrência semanal (AS-PTA, 2001b).

Esse meio tempo é marcado pelo terceiro momento de evolução do programa de desenvolvimento da AS-PTA: o aumento de escala geográfica e social do programa (desde 2002) (PETERSEN E SILVEIRA, 2007). Esse período também é assinalado pela articulação e movimentação política, onde as ações do Pólo se configuram “como movimento social voltado para a produção de inovações técnicas, sócio organizativas e políticas no semiárido. Estas inovações ultrapassam o território do estado da Paraíba, visto a intensa troca entre diferentes atores e organizações” (PIRAUX *et al.*,

2019, p 6). O triênio (2002-2004) teve seu eixo de proposições distribuído em cinco linhas de atuação operacionalizadas em cinco programas (quadro 6).

<b>Objetivo, linhas de ação e programas do trabalho da AS-PTA no triênio 2002-2004</b>	
<b>OBJETIVO GERAL PARA O TRIENAL:</b> Consolidar e intensificar o processo social de promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca e iniciar a sua irradiação para outros municípios do Agreste Paraibano.	
<b>LINHAS DE AÇÃO</b>	<p><b>a) Formação:</b> A formação dos agricultores se organizará em vários eixos temáticos que se articulam em torno à dimensão técnica (formação agroecológica) e à dimensão política (formação de lideranças).</p> <p><b>b) Comunicação:</b> Por intermédio de diferentes meios e canais de comunicação, se dará continuidade ao processo de divulgação das experiências sistematizadas na região de atuação da AS-PTA.</p> <p><b>c) Apoio à experimentação e fomento:</b> Face ao alto grau de descapitalização das famílias de agricultores na região, o apoio material à experimentação é uma condição necessária para que se ponha em marcha o processo em uma escala socialmente significativa.</p> <p><b>d) Conhecimento da realidade, pesquisa, monitoramento e sistematização:</b> Desde o início do programa local, a AS-PTA mantém essa linha de atuação visando uma permanente atualização das informações referentes ao avanço do trabalho nos planos técnico, metodológico e sócio-organizativo.</p> <p><b>e) Articulação em redes:</b> A ação articulada com outras organizações da sociedade civil voltadas para a promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentado da agricultura familiar faz parte das prioridades estratégicas da AS-PTA.</p>
<b>PROGRAMAS</b>	<b>METAS</b>
<b>Biodiversidade</b>	<p><b>1-Diversidade Agrícola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação e gestão de 50 Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) em 8 municípios;</li> <li>- Aumento da diversidade de cultivos nos roçados de 1.000 famílias com 12 espécies (sorgo, guandu, gergelim, inhame, amendoim, abóbora forrageira, girassol, algodão, crotalária, capim de pista, palma, coentro);</li> <li>- Implantação de um sistema de seguridade de sementes em 5 municípios do Agreste da Borborema para abastecimento de 900 famílias;</li> <li>- Resgate e conservação e/ou introdução de pelo menos 150 variedades de 6 espécies cultivadas: feijão de arranque, feijão macassa, fava, milho, mandioca, inhame, batata doce e batatinha;</li> <li>- Armazenamento, secagem e tratamento de pelo menos 50.000 kg de sementes por ano;</li> <li>- Fortalecimento de uma rede de 200 BSCs da Articulação do Semi-Árido Paraibano, beneficiando 6.000 famílias em todo o estado da Paraíba, através da formação técnica e política de 150 lideranças;</li> <li>- Participação de 4.000 agricultores e agricultoras no processo de formação em biodiversidade agrícola e gestão comunitária;</li> <li>- Formação de 100 agricultores formadores em manejo técnico, gestão organizativa de BSCs e políticas públicas relacionadas à biodiversidade agrícola.</li> </ul> <p><b>2- Sistema de Cultivos Ecológicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração aos agroecossistemas tradicionais de novos cultivos agrícolas por 1.000 famílias de 8 municípios do Compartimento da Borborema;</li> <li>- Estímulo à experimentação participativa por 1.000 famílias de consórcios variados que introduzem 9 espécies cultivadas de importância na diversificação das fontes de renda na agricultura familiar da região;</li> <li>- Inovação de técnicas em manejo ecológico dos solos e controle alternativo de pragas para produção ecológica por 350 famílias;</li> <li>- Fortalecimento e criação de 3 fundos rotativos de esterco para recomposição da fertilidade das terras de 70 famílias;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação de 100 agricultores formadores em biodiversidade agrícola, sanidade e fertilidade dos sistemas agrícolas.</li> </ul> <p><b>3- Programa Saúde e Alimentação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resgatar, sistematizar e difundir informações sobre identificação, manejo e uso de plantas medicinais e alimentícias para 1.000 famílias de 6 municípios do Compartimento da Borborema;</li> <li>- Complementação nutricional, principalmente com “multimistura”, de 530 crianças, gestantes e lactantes em 16 comunidades com ocorrência de risco de desnutrição;</li> <li>- Formação de 60 agricultoras e agricultores formadores em manejo da biodiversidade para melhoria da saúde e alimentação das famílias considerando valores sociais como partilha, comunhão e solidariedade.</li> </ul>
<b>Recursos Hídricos</b>	<p><b>1-Aumento da segurança hídrica para consumo humano e animal:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação e gestão de 81 fundos rotativos de cisternas de placas para captação e armazenamento de água de chuvas em 9 municípios do Compartimento da Borborema beneficiando diretamente 405 famílias;</li> <li>- Apoio a 80 famílias na construção e ampliação de reservatórios para captação e armazenamento de água, tais como tanques de pedra, barreiros e poços em 5 municípios do Agreste da Paraíba;</li> <li>- Realizar três eventos de formação por ano na área de captação e armazenamento da água de chuva e gestão de fundos rotativos de cisternas;</li> <li>- Capacitação de 180 pedreiros para a construção de cisternas de placas em 6 municípios;</li> <li>- Formação de 80 agricultores formadores e cerca de 2.000 famílias nas áreas de captação e armazenamento de água e gestão de fundos rotativos de cisternas.</li> </ul> <p><b>2-Manejo de solo e água na propriedade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação de 60 agricultores formadores e de 400 famílias na construção de cisternas de placas e de barragens subterrâneas; Construção de 27 barragens subterrâneas nos municípios do Compartimento da Borborema, beneficiando diretamente 27 famílias;</li> <li>- Formação de 300 agricultores em técnicas de manejo do solo e da água em sistemas agrícolas.</li> </ul> <p><b>3-Recursos hídricos e desenvolvimento local:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de 2 Diagnósticos Participativos de Recursos Hídricos na região do Compartimento das Borborema;</li> <li>- Fortalecimento de uma rede de grupos de famílias que atuam na gestão de fundos rotativos de cisternas de placas e técnicas de captação e armazenamento de água na ASA-PB. Por intermédio dessa rede serão formadas 100 lideranças comunitárias nas áreas de gestão de fundos de crédito rotativo, manejo e tratamento da água e políticas públicas voltadas para a área de recursos hídricos.</li> </ul>
<b>Criação Animal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento, diversificação e regularização da oferta de forragem para 270 famílias do Compartimento da Borborema;</li> <li>- Introdução do uso de sal mineral como prática de melhoria da nutrição e sanidade dos rebanhos de 45 agricultores familiares;</li> <li>- Uso e manejo conservacionista de plantas nativas forrageiras por 135 famílias do Compartimento da Borborema;</li> <li>- Melhoria dos sistemas de criação de aves e de suínos de 45 famílias;</li> <li>- Uso de remédios caseiros para prevenção e tratamento de doenças em animais por 45 famílias;</li> <li>- Introdução e valorização da apicultura e meliponicultura em 30 unidades familiares;</li> <li>- Formação de 90 agricultores formadores no Compartimento da Borborema em sistemas sustentáveis de criação para a agricultura familiar.</li> </ul>
<b>Agrofloresta</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de sistemas diversificados de essências frutíferas e florestais de múltiplo uso em 500 unidades produtivas do compartimento de Borborema;</li> <li>- Implantação de 45 viveiros familiares de mudas de espécies frutíferas e florestais de múltiplo uso, priorizando-se as essências nativas;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção e distribuição de 150 mil mudas de essências florestais de múltiplo uso e frutíferas para implantação e fortalecimento dos sistemas diversificados;</li> <li>- Produção e distribuição de 15.000 mudas de espécies florestais de uso fitossanitário e fitoterápico para agricultura e pecuária;</li> <li>- Recuperação de 10 áreas degradadas/marginais com espécies florestais nativas de múltiplo uso;</li> <li>- Formação de 100 agricultores em implantação e manejo sustentável de sistemas diversificados de essências florestais de múltiplo uso e frutíferas.</li> </ul>
<b>Gestão da Fertilidade dos Agroecossistemas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de um Zoneamento Agroecológico da Microrregião do Agreste da Agricultura Familiar envolvendo aproximadamente 15 municípios;</li> <li>- Monitoramento e avaliação do impacto sistêmico das inovações agroecológicas implementadas pelo projeto.</li> </ul>

Quadro 6 - Objetivo, linhas de ação e programas do trabalho da AS-PTA no triênio (2002-2004).

Fonte: Elaboração própria com dados do AS-PTA, 2001c.

A feira municipal de alimentos orgânicos iniciada no final de 2001, obteve continuidade em 2002, pois o STR de Lagoa Seca viabilizou recursos para a sua estruturação material e a expansão do número de participantes e produtos ofertados, onde em 2003 foi melhorado o planejamento da produção e aprofundado o debate sobre os mecanismos de certificação (AS-PTA, 2003).

Todavia, todo esse processo ocorreu em uma conjuntura excepcional, visto que, esse período também foi marcado pela ocorrência de dois eventos nacionais, mas que incidiram nos processos locais: o primeiro foi a posse do governo Lula em 2003 (possibilitou novas perspectivas para a efetivação das parcerias entre as organizações da sociedade civil e o estado e na implementação de programas e políticas voltadas para o desenvolvimento rural) e o segundo foi a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA<sup>52</sup>) e o fortalecimento da agroecologia na ASA-PB e na ASA-Brasil (Articulação do Semiárido Brasileiro). Essas emergências no contexto sociopolítico nacional possibilitaram a alocação de novas oportunidades e desafios (encontrar equilíbrio adequado entre os investimentos de tempo e recursos alocados nas atividades-meio e nas atividades-fim) para os avanços dos projetos das instituições locais (PETERSEN e SILVEIRA, 2007). Contudo, na relação das organizações com o estado, foram estabelecidas significativas parcerias, onde as principais foram:

Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), do Ministério do Desenvolvimento Social; aquisição de sementes agroecológicas de culturas alimentares e forrageiras para os bancos de sementes e aquisição de alimentos agroecológicos para a merenda escolar do Programa de Aquisição de Alimentos da Conab; Programa de Fortalecimento dos Fundos Rotativos Solidários do Banco do Nordeste e PRONAF Capacitação; e Pronat Território

<sup>52</sup> Um novo espaço de ação em rede responsável pela reconfiguração e requalificação do movimento agroecológico brasileiro (AS-PTA, 2004, p. 4).

com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (PETERSEN E SILVEIRA, 2007, p. 130).

É nesse cenário positivo para as políticas públicas, que as tecnologias desenvolvidas de convivência com o Semiárido são agregadas as políticas públicas (como o caso da construção do Programa Fome Zero<sup>53</sup>, o programa de cisternas para todos e vários outros). Essas políticas fortaleceram as ações já desenvolvidas no território, onde o Pólo foi um dos propositores na formulação das políticas públicas (como no caso das cisternas de placa) (PIRAUX *et al.*, 2019).

Nesse meio tempo, o Pólo assume a abordagem metodológica experimental da AS-PTA junto com as organizações locais, a partir da interligação entre os processos de experimentação, comunicação e formação agroecológica com intuito de dar continuidade ao trabalho de desenvolvimento realizado nos três municípios do território na época, Solânea, Remígio e Lagoa Seca (AS-PTA 2003).

Devido a amplitude que o projeto tomou, a diversidade de temas trabalhados e o crescimento da rede de inovações e intercâmbios, e com intuito de tornar a organização interna mais eficiente e melhorar a execução e gestão das atividades, o Pólo optou pela construção das comissões temáticas (sementes; recursos hídricos; saúde e alimentação; criação e alimentação animal; cultivos ecológicos e acesso ao mercado) (BASTOS, 2010). Desta forma, são nas comissões que “interagem lideranças sindicais, agricultores experimentadores, técnicos e, muitas vezes, pesquisadores – tem como principal função coordenar o trabalho em todas as suas dimensões – técnico, metodológico e de mobilização” (DINIZ, 2007, p. 140).

Contudo, as comissões guardam forte analogia com os temas do programa da AS-PTA, logo, o programa do Pólo está organizado em subprogramas e suas respectivas temáticas/comissões (quadro 7):

---

<sup>53</sup> Com a vitória eleitoral do Presidente Lula em 2003, o projeto Fome Zero transforma-se na principal estratégia governamental para orientar as políticas econômicas e sociais. Inicia-se uma inflexão com a superação da dicotomia entre política econômica e políticas sociais, integrando políticas estruturais e emergenciais no combate à fome e à pobreza. Novas políticas diferenciadas para a agricultura familiar são implementadas, e é construída uma legislação-base para a política nacional de segurança alimentar e nutricional. Logo, o Programa ficou sob a coordenação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, quando foi realizado um grande esforço jurídico de elaboração dos instrumentos da política de segurança alimentar. Destacam-se a criação do Programa Cartão Alimentação, para compra de alimentos pelas famílias, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com compras públicas dirigidas para a agricultura familiar (CASSEL, 2010, p. 8 e 9).

<b>Subprogramas e Comissões Temáticas do Polo sindical</b>
<p><b>1. Subprograma de Formação em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas</b> - Orientado sobretudo para a formação das lideranças das organizações dos agricultores, aborda questões das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural.</p>
<p><b>2. Subprograma de Formação em Conversão Agroecológica dos Agroecossistemas</b> - Aborda a dimensão técnica do processo de inovação e suas implicações do ponto de vista das políticas públicas específicas. É composto pelos seguintes eixos temáticos: recursos genéticos, manejo ecológico de cultivos anuais, recursos hídricos, sistemas agroflorestais, criação animal, saúde e alimentação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Comissão de Sementes:</b> Criada em 2002, esta comissão, coordena e apoia o fortalecimento da “rede de bancos de sementes comunitários”, que atende a mais de três mil famílias. Formada por agricultores experimentadores, esta comissão tem apoiado os bancos de três formas: apoio à gestão dos bancos comunitários e banco mãe; formação para a produção e armazenamento de sementes; e formulação e gestão de projetos e políticas de sementes. Foi através do trabalho realizado nos Bancos de Sementes Comunitários (BSC) que se conseguiu recuperar sementes nativas (de feijão, milho e outras sementes) que estavam correndo o risco de desaparecerem. O trabalho desta comissão também tem proporcionado a execução de distribuição de sementes de qualidade, conseguidas em parcerias com a CONAB e com a Secretária de Agricultura do Estado.</li> <li>• <b>Comissão de Recursos Hídricos:</b> A construção de cisternas de placas é o carro chefe dessa comissão temática e, nesse tempo, o trabalho já atendeu a quase duas mil famílias (vale salientar que o Pólo da Borborema faz a gestão do P1MC na região, em parceria com ONGs e associações) como também a construção de cisternas do P1+2. Além disso, outras tantas famílias estão desenvolvendo inovações de manejo integrado da água: barragens subterrâneas, mandalas, barreiros, tanques etc. As atividades desta comissão têm ajudado a aumentar o armazenamento de recursos hídricos e em consequência disso a sustentabilidade hídrica da unidade familiar.</li> <li>• <b>Comissão de saúde e alimentação:</b> Esta comissão desenvolve um trabalho de segurança alimentar, especialmente “ao redor de casa” (espaço “peri-doméstico”; entorno da casa que tem uma dinâmica própria) e tem envolvido quase mil famílias na confecção de multimistura, horticultura, alimentação alternativa, doces e sucos de frutas nativas, manejo de criação de pequenos animais, plantas medicinais, etc. Em várias comunidades a prática do mutirão para se fazer a multimistura (complemento alimentar produzido com produtos naturais cultivados pelos agricultores) que são distribuídas entre as crianças em uma parceria com a Pastoral da Criança, contribui para aumentar o relacionamento e promover a solidariedade entre os membros da comunidade como também tem diminuído o índice de crianças subnutridas. A produção das mulheres no redor de casa e o fortalecimento da agroecologia.</li> <li>• <b>Comissão de cultivos ecológicos:</b> Coordena o trabalho de produção sem uso de agrotóxico e adubos químicos, além da coordenação das feiras agroecológicas que se criaram a partir do trabalho de “conversão” da produção convencional para a agroecológica. Uma importante ação desta comissão é a produção e distribuição de mudas que visa fortalecer e ampliar os sistemas agroflorestais dos municípios. Destacamos ainda a produção de algodão agroecológico (branco e colorido).</li> <li>• <b>Comissão de criação animal:</b> Coordena uma ação mais voltada aos médios e grandes animais (ovinos, caprinos, suínos, bovinos, equinos) no sentido do manejo sustentável do rebanho: suporte forrageiro para alimentação animal, estoques de forragem, manejo de pastagens, sanidade do rebanho, etc.</li> <li>• <b>Comissão de Jovens:</b> Alternativas de desenvolvimento e trabalho para jovens do campo. Ex: fundos rotativos solidários voltados para os mais jovens.</li> <li>• <b>Comissão Acesso aos Mercados:</b> Pautada pela valorização cultural das feiras livres ainda presente na região, as feiras agroecológicas têm se constituído no canal mais rápido e consistente de escoamento dos produtos de agricultura familiar. Um ponto bastante positivo é a participação ativa das mulheres.</li> </ul>

Quadro 7 - Subprogramas e Comissões Temáticas do Polo sindical

Fonte: Elaboração própria com dados de DINIZ, 2007; BASTOS, 2010; AS-PTA, 2003; LIMA, 2017.

É importante destacar a importância dos “fundos rotativos solidários” (FRS) como forma de financiamento de várias ações nas comunidades rurais, funcionando

como um sistema de crédito (poupança comunitária<sup>54</sup>) que é gerido coletivamente e frequentemente utilizado pelos agricultores do Pólo, estimulando na comunidade, uma cultura de solidariedade. Essa prática é comumente utilizada para financiar a construção de cisternas de placas, bancos comunitários de sementes, telas de arame para cercas, equipamentos para apicultura e meliponicultura, aquisição de barracas para a feira agroecológica, entre outras (DINIZ, 2007; BASTOS 2010). A atuação do Pólo frente ao FDS:

Desde a implantação dos FRS o Pólo vem diversificando e fortalecendo o processo de inovação técnica, ao mesmo tempo em que constrói um modelo próprio de organização, com mais autonomia e poder de decisão. Com o intuito de promover e consolidar a transição agroecológica, o Pólo vem organizando vários fundos para apoiar várias iniciativas da agricultura familiar como: Banco de Sementes Comunitários (BSC); produção e armazenamento de forragem; aquisição de animais de pequeno porte e de máquinas forrageiras; captação e armazenamento de água nas propriedades (barragem subterrânea, tanques de pedra, mandalas, poços amazonas, cisternas de placas e etc.); infraestrutura para as feiras agroecológicas; materiais para instalação de apiários entre outras (BASTOS, 2010, p. 88).

Com a atuação incisiva, ocorre o crescimento em tamanho do Pólo, passando de sete (7) para dezesseis (16) STR's municipais: Solânea, Casserengue, Arara, Remígio, Esperança, Areial, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Matinhas, Massaranduba, Queimadas, Algodão de Jandaíra, Serra Redonda e Puxinanã. O Pólo também passou a articular outras organizações da agricultura familiar, como catequeses, associações, grupos informais, pastorais, entre outros, com aproximadamente 156 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, contemplando mais de 5 mil famílias agricultoras do território, logo, essas adesões levaram a mudança no nome do Polo para “Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema” (DINIZ, 2007; SILVEIRA, FREIRE e DINIZ, 2010; PETERSEN e SILVEIRA, 2007; AS-PTA, 2005). Desta forma, o “Pólo se constituiu como ator coletivo capaz de representar os AF do território e atuar ao nível dele para a implementação de políticas públicas” (PIRAUX *et al.*, 2019, p 6).

---

<sup>54</sup> A formação desta poupança é feita por meio de doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída de recursos externos destinados à comunidade. Cada família que adquire o benefício assume a responsabilidade de contribuir devolvendo o valor do bem recebido (quantia é determinada pela própria comunidade) para que outras famílias possam ser beneficiadas também (BASTOS, 2010, p. 87).

Agora com a articulação em escala regional, surgiu a necessidade da realização de um diagnóstico de agroecossistemas de abrangência regional para recobrir o conjunto altamente diverso de situações existentes nos 16 municípios, assim foi iniciado o estudo dos diferentes ambientes, que resultou na construção do mapa de molduras ambientais, detalhado mais à frente na seção 6.3 (PETERSEN e SILVEIRA, 2007).

Já a institucionalização do Pólo só veio a ocorrer em 2004, para assumir a autonomia na gestão dos projetos financeiros (BASTOS, 2010), e atualmente conta “com sede própria, serviços de secretaria e administração financeira, além da equipe técnica (PETERSEN e SILVEIRA, 2007, p. 124).

Para tanto, as ações do Pólo procedem de um,

[...] um processo de reorganização das agendas dos sindicatos, através de um amplo trabalho com a base; com a formatação de novas parcerias (Ex: AS-PTA) e rede de articulação com o mesmo objetivo (ASA-PB, ANA e etc.), com o intuito de garantir sustentação política para as suas ações, sejam elas locais ou regionais (BASTOS, 2010, p. 62).

À medida que o Pólo ganhava expressão e força política, começava a participar de vários espaços, iniciando o trabalho de forma articulada a outras redes e atuação na gestão de programas governamentais (compra antecipada e compra de sementes), se consolidando como Unidade Gestora do P1MC em 2003 (DINIZ, 2007). A conquista da gestão do P1MC “foi fundamental para que o Polo se fortalecesse como ator coletivo na região, constituindo a partir de então, um quadro técnico subordinado à sua coordenação que pudesse cumprir atribuições legais, anteriormente sob a responsabilidade da AS-PTA” (PIRAUX *et al.*, 2012, p. 16).

Diante desses processos de reflexões, reorientações metodológicas, aumento de escala geográfica e social, e conquistas políticas “o Polo Sindical da Borborema deu continuidade às experiências exitosas e desencadeou um processo de inovação e experimentação agroecológica no sentido da construção de novas práticas produtivas, ambientais e institucionais” (PIRAUX *et al.*, 2012, p. 17).

Ainda de acordo com Piraux *et al.* (2012, p. 20 e 21):

No decorrer do tempo, a institucionalização de redes horizontais de interação social articulou um crescente número de pessoas e organizações em iniciativas de promoção do desenvolvimento local. Esta institucionalização se

fez por meio de dispositivos novos no nível local, por exemplo, os agricultores-experimentadores e, no nível territorial, com a criação de um ator coletivo, o Polo Sindical da Borborema, capaz de fortalecer as dinâmicas locais e de permitir a sustentação política do programa. Os objetivos desses dispositivos são organizar a discussão, os intercâmbios, a coordenação entre diferentes atores, institucionais e locais, individuais ou coletivos, para chegar a acordos sobre objetivos comuns, gerando padrões aceitos e legitimados, traduzi-los em regras e aplicá-las. Estes dispositivos estão ancorados no território e têm como objetivo a sua governança.

No decorrer dessa caminhada, a união entre o movimento de renovação sindical e do movimento agroecológico na região da Borborema, subsidiou o fortalecimento e emergência de inúmeros processos de construção social e política no território, imbuídos na construção de um projeto alternativo. Contudo, essa construção foi embasada no protagonismo da agricultura familiar e organização da sociedade civil, assessorada e apoiada por ONGs e as demais instituições locais. Essas dinâmicas foram operacionalizadas a partir da atuação prática da rede de agricultores-experimentadores no processo de inovação agroecológica, logo, o decorrer dessa trajetória proporcionou as condições para o desenvolvimento de um território agroecológico na região (SILVEIRA, FREIRE e DINIZ, 2010).

Em 2004, conforme o número de agricultores produzindo de forma ecológica aumentava, igualmente se ampliavam as oportunidades de inserção no mercado e subsidiava a expansão das feiras, as quais foram tomando outras dimensões e ganhando mais espaço no território a partir da inauguração de algumas feiras municipais e consolidação da feira regional em Campina Grande (AS-PTA, 2005).

A trajetória do triênio (2002-2004) (figura 12; Anexo C) teve como principal desafio a promoção do aumento das escalas social e geográfica de suas influências e ações, já que durante nove anos a AS-PTA teve a sua atuação concentrada em três municípios (AS-PTA, 2004a). Durante esse período foi construído um rico acúmulo de experiências, onde houve a “geração de referências técnicas e metodológicas passíveis de serem irradiadas através de dinâmicas sociais mais amplas orientadas para promover a transição agroecológica dos sistemas produtivos da agricultura familiar no semiárido brasileiro” (AS-PTA, 2004a, p. 18).



Figura 12 - Fotografia A) Agricultores participando do Diagnóstico sobre Frutas Nativas da Região-2002; B) Curso sobre criação de abelha jandaíra em Queimadas-2003; C) Agricultoras participam do curso sobre beneficiamento de frutas-2004.

Fonte: ASPTA, 2003;2004b

O desafio estava posto, especialmente no que diz respeito à manutenção do difícil equilíbrio entre a atuação regional, com suas demandas, e a inauguração de uma estratégia voltada para escalas de abrangência mais amplas. Concernente a isso, a partir de 2002, foi iniciado um processo de articulação de novas alianças estratégicas com organizações e redes da sociedade civil, como também na mobilização da AS-PTA em apoio à constituição da ANA, onde se expandiu o leque de relações institucionais com organizações do campo agroecológico (AS-PTA, 2004a).

Nesse contexto, o papel do Pólo é fundamental nesse processo, pois fomenta dinâmicas sociais que se processam através da constituição de uma rede de agricultores-experimentadores (em âmbito comunitário, municipal e regional) que se interconectam para socialização e troca de conhecimentos técnicos e metodológicos. Como estratégia, a AS-PTA e o Pólo intensificaram as relações de intercâmbio com outras dinâmicas de inovação em outras regiões (ASA-PB) e estados do semiárido brasileiro (ASA-Brasil), e no final do triênio organizaram três Encontros Paraibanos de Agroecologia (EPAS) e um Encontro da ASA-Brasil (Enconasa). À medida que essas dinâmicas ocorreram, possibilitaram a formulação de propostas de políticas públicas focadas na disseminação das alternativas testadas e aprovadas localmente (AS-PTA, 2004a). Logo:

Com base nessa concepção de ação política, as organizações da sociedade civil vinculadas ao Pólo Sindical e à ASA-PB lograram nesse período resultados expressivos no que toca à implementação, pelo governo do estado da Paraíba, de políticas públicas inovadoras nos campos do abastecimento de sementes e de água para a agricultura familiar. Essas articulações vêm

igualmente exercendo crescente influência nas políticas implementadas pelo governo federal, notadamente em ações vinculadas ao Programa Fome Zero, como o Programa de Compra Antecipada de Alimentos, da Companhia Nacional de Abastecimento (AS-PTA, 2004a, p. 20).

O conjunto de iniciativas trabalhadas nesse triênio contribuíram de forma significativa com o fortalecimento dos processos sócio-organizativos, segurança alimentar e hídrica, padrões de renda das famílias e no acesso a mercados dos agricultores familiares do território, esses avanços estão expressos em alguns indicadores (quadro 8). Conflúido que, “a inclusão social das famílias mais pobres do agreste da Paraíba vem se dando paulatinamente na medida que passam a se envolver em atividades que trazem segurança alimentar, segurança hídrica, saúde para a família” (AS-PTA, 2005, p. 16).

O triênio (2005-2007) continuou com seu eixo de proposições distribuído em cinco linhas de atuação, as quais se desenvolveram em torno de temas mobilizadores das dinâmicas sociais de inovação técnica e sócio-organizativa, que foram se definindo nos anos anteriores e são de natureza técnica e político-metodológica (quadro 9) (AS-PTA, 2004a).

<b>Balanco dos avanços do trienal 2002-2004</b>	
<b>Âmbitos</b>	<b>Avanços</b>
<b>Sócio-organizativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprimoramento e a disseminação ao nível estadual de processos de gestão comunitária de recursos coletivos através dos bancos de sementes comunitários e dos fundos rotativos solidários.</li> <li>- A formalização legal do Pólo representou um salto de qualidade nesse sentido uma vez que permite que ele estabeleça diretamente suas parcerias com organismos governamentais, sem que para tanto continue a depender da intermediação institucional da AS-PTA ou de outra instituição juridicamente constituída. Já contando com sede e equipe técnica próprias, experimentado um processo inédito de gestão de recursos públicos na implementação de programas de desenvolvimento local.</li> </ul>
<b>Segurança alimentar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O estímulo à diversificação de cultivos (inhame, amendoim, gergelim, fruteiras diversas), a intensificação do plantio e uso de essências medicinais e a constituição/valorização de espaços próprios a seu estabelecimento nas propriedades (quintais domésticos, barragens subterrâneas, vazantes) se traduziu no enriquecimento da dieta alimentar e no aumento da oferta de alimentos e de fitoterápicos para o consumo familiar.</li> <li>- O programa saúde e alimentação (intensificação da produção alimentar e de medicinais) beneficiou 500 famílias distribuídas em 7 municípios do Pólo Sindical da Borborema.</li> <li>- A construção de cisternas de placas permitiu às famílias enfrentarem com sucesso a crônica situação de insuficiência quantitativa e qualitativa da oferta de água. As cisternas propiciam o armazenamento de água de qualidade, de forma descentralizada, em quantidade suficiente para o consumo familiar (beber e cozinhar) durante o ano. Até o ano de 2003, 230 fundos rotativos solidários para construção de cisternas foram constituídos, beneficiando 1835 famílias.</li> </ul>

	<p>- Deficiências de nutrição infantil, de mães gestantes e lactantes foram enfrentadas através da produção e distribuição de complemento alimentar (“multimistura”). O Programa estimulou anualmente a produção e uso de mais de uma tonelada do produto, beneficiando em torno de 600 crianças e gestantes.</p>
<b>Segurança hídrica</b>	<p>- As inovações promovidas têm, igualmente, fortalecido e aperfeiçoado as estratégias tradicionais de convivência com o ambiente semi-árido, conferindo aos sistemas agrícolas familiares melhores condições para atravessar o período seco anual (maior estabilidade), como também de absorver as perturbações graves produzidas periodicamente pelas secas (maior resistência):</p> <p>- A estocagem e a conservação de sementes (fortalecimento dos estoques familiares, bancos de sementes comunitários). Na área de atuação do Programa foram implantados, até 2003, 76 Bancos de Sementes, beneficiando 3.255 famílias com sementes de boa qualidade e com garantia de tê-las na hora do plantio.</p> <p>- O resgate, conservação e melhoramento de variedades de cultivos agrícolas adaptados localmente. Como exemplo: 100 diferentes variedades de feijão, fava e milho foram resgatadas e tiveram seu uso intensificado pelas famílias e 20 variedades locais de sementes foram avaliadas e multiplicadas para ampla utilização.</p> <p>- Práticas de estocagem e conservação de água para consumo humano, animal e agrícola: além da introdução das cisternas de placas, a construção e melhoramento de tanques de pedra, barragens subterrâneas, barramentos de pedra nos roçados, barreiros, etc.</p> <p>- Práticas de constituição de reservas de forragem com o cultivo de cactáceas e arbóreas nativas e exóticas e estocagem de forragem para os rebanhos (silagem, fenação); resgate e valorização de raças dos rebanhos da região; identificação de práticas de prevenção e cura de doenças dos animais. Em 2003, 100 famílias criadoras foram beneficiadas em 69 comunidades.</p> <p>- Estímulo à rearborização das propriedades familiares com o plantio de espécies que cumprem múltiplas funções nos sistemas produtivos (alimentação humana, forragem, quebra-vento, cercas vivas, lenha, etc.). Até 2003, foram produzidas e distribuídos 150 mil mudas, sendo parte significativa produzida em 36 viveiros comunitários e familiares em 7 municípios do Pólo Sindical.</p>
<b>Renda das famílias</b>	<p>- O aumento da capacidade das unidades familiares de otimizar o uso dos recursos existentes na propriedade, produzindo seus próprios insumos e diminuindo os custos com a compra de produtos externos – seja a provisão de alimentos, água, medicamentos e lenha para atender as necessidades da família, seja a produção de insumos para utilização na produção (sementes, forragem, estacas, esterco, defensivos naturais, etc.).</p> <p>- A otimização do uso dos recursos se traduz em intensificação produtiva, do que resulta maior capacidade de ocupação econômica da mão de obra familiar e dos, geralmente limitados espaços agricultáveis disponíveis nas propriedades. Uma maior e mais diversificada oferta de produtos para o mercado, repercutindo em aumento da receita monetária. Além de resultar, como já assinalado, no aumento dos níveis de produtividade e da estabilidade produtiva dos sistemas, essa maior oferta se vincula também à diversificação produtiva e à oferta de produtos com bom potencial de mercado (por exemplo, o amendoim, o inhame, as estacas de sabiá, sementes de árvores para reflorestamento etc.).</p>
<b>Acesso ao mercado</b>	<p>No triênio foram inauguradas algumas feiras municipais e uma feira regional exclusivamente dedicadas à comercialização realizada pelos produtores ecológicos vinculados a organizações do Pólo.</p>
<b>Relações com o poder político</b>	<p>As ações de desenvolvimento em curso na região ganharam a partir de 2004 um novo contexto nas relações com o poder político local. Em primeiro lugar, pela introdução de um instrumento de política do governo federal que adota a ação territorial como unidade de implementação de políticas. Em 2004, o Pólo da Borborema conseguiu visibilizar no espaço do chamado Território da Borborema, suas experiências e acúmulos, abrindo um novo canal de diálogo dos sindicatos de trabalhadores rurais com prefeituras e instituições públicas de desenvolvimento como Emater, Incra, Banco do Nordeste e outras.</p>

Quadro 8 - Balanço dos avanços do trienal 2002-2004.

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2004A; 2005.

<b>Planos para o Trienal 2005-2007</b>	
<b>PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA O TRIENAL</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer as capacidades técnicas, administrativas, metodológicas e políticas do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema para que ele se consolide como articulador de organizações formais e informais da agricultura familiar e interlocutor autônomo junto a instâncias governamentais em defesa da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentado no Agreste da Paraíba;</li> <li>- Dar continuidade ao programa de formação agroecológica e o programa de comunicação social em curso no Agreste da Paraíba;</li> <li>- Diversificar e fortalecer mecanismos de acesso ao mercado por parte das famílias de agricultores.</li> </ul>	
<b>LINHAS DE AÇÃO</b>	<p><b>a) Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 108 visitas técnicas de agricultor para agricultor sobre experiências em manejo da água, da biodiversidade, de cultivos ecológicos, de sistema agroflorestal, meliponicultura e apicultura, da criação animal, dos quintais, beneficiamento e comercialização e educação ambiental. Cada visita envolvendo 20 agricultores-experimentadores da região do Agreste da Paraíba (de âmbito comunitário, municipal ou intermunicipal).</li> <li>- 45 eventos de intercâmbio para conhecer experiências, em outras regiões e/ou outros estados, em manejo da água, da biodiversidade, de cultivos ecológicos, de sistema agroflorestal, meliponicultura e apicultura, da criação animal, dos quintais, beneficiamento e comercialização e educação ambiental.</li> <li>- Cada evento envolvendo 28 agricultores-experimentadores do Agreste da Paraíba e agricultores-experimentadores e/ou instituições de pesquisa de fora dessa região.</li> <li>- 240 Oficinas sobre práticas manejo integrado da água na agricultura familiar e gestão coletiva de recursos. Em cada evento 25 participantes agricultores-experimentadores.</li> <li>- 22 Encontros regionais sobre manejo da água, da biodiversidade, de sistemas agroflorestais, meliponicultura e apicultura, manejo da criação animal, políticas públicas e de desenvolvimento sustentável no Agreste da Borborema. Reúnem entre 25 e 50 agricultores-experimentadores e lideranças de todos os municípios da região, destinados ao aprofundamento de conhecimentos sobre temas específicos com base na análise dos resultados do processo de experimentação regional. Destinados também ao planejamento da continuidade do processo de experimentação.</li> <li>- 3 Encontros estaduais sobre os bancos de sementes comunitários, envolvendo 70 agricultores-experimentadores. Destinados a favorecer o intercâmbio de experiências entre gestores dos bancos e a planejar ações comuns no nível estadual.</li> <li>- 9 eventos comemorativos – são manifestações públicas realizadas de forma integrada às feiras agroecológicas do Pólo Sindical da Borborema que ocorrem na cidade de Campina Grande-PB (Dia do Agricultor, Dia do Meio Ambiente etc.). Nessas oportunidades são realizadas palestras e exposições de experiências sobre o tema mobilizador do evento, com participação de aproximadamente 50 agricultores e agricultoras.</li> <li>- 3 Encontros Paraibanos de Agroecologia – eventos envolvendo, em média, 250 lideranças e assessores da agricultura familiar de todo o estado, destinado a favorecer o intercâmbio de experiências e a planejar ações articuladas para a promoção da agroecologia no nível estadual.</li> <li>- 3 Eventos Estaduais no Dia Mundial da Água – São manifestações públicas envolvendo em média 1000 agricultores e agricultoras de todo o estado para debater o tema das alternativas que estão sendo desenvolvidas para o manejo ecológico dos recursos hídricos e analisar criticamente as políticas públicas específicas para o tema.</li> <li>- 3 Eventos Estaduais sobre as Sementes da Paixão. – São manifestações públicas envolvendo, em média, 1000 agricultores e agricultoras de todo o estado para debater o trabalho de resgate e conservação de sementes locais e analisar criticamente as políticas públicas específicas para o tema.</li> </ul> <p><b>b) Comunicação:</b> Dar-se-á continuidade à divulgação das experiências sistematizadas por intermédio de variados canais de comunicação.</p>

	<p><b>c) Apoio à experimentação e fomento:</b> Distribuição de insumos e execução de serviços para a experimentação, beneficiando ao todo 5.500 famílias de agricultores-experimentadores.</p> <p><b>d) Mobilização do conhecimento:</b> Envolve atividades voltadas à atualização das informações referentes ao avanço do Programa de Desenvolvimento Local nos planos técnico, metodológico e sócio-organizativo.</p> <p><b>e) Articulação em redes:</b> As atividades serão desenvolvidas com o intuito de fomentar relações horizontais de mútuo aprendizado e de articulação política entre organizações e redes atuantes na promoção da Agroecologia no semiárido paraibano, via ASA-PB, e no conjunto do semiárido brasileiro (11 estados), via ASA-Brasil.</p>
<b>NATUREZA</b>	<b>TEMAS MOBILIZADORES</b>
<b>Técnica</b>	<p><b>1- Água:</b> aborda as questões técnicas e organizativas relacionadas ao aumento da oferta descentralizada de água nas propriedades e comunidades rurais de forma que as necessidades de consumo humano (beber, cozinhar, outros usos domésticos) e agropecuário (para os animais e para a agricultura) das famílias de agricultores sejam atendidas de forma satisfatória e estável.</p> <p><b>2- Sementes:</b> abrange o trabalho na área de resgate, armazenamento, intercâmbio e pesquisa de variedades das espécies tradicionalmente cultivadas no semiárido paraibano. Tem por objetivo apoiar as organizações da agricultura familiar a expandirem e qualificarem os sistemas de segurança de sementes nas comunidades rurais.</p> <p><b>3- Cultivos ecológicos:</b> orienta-se para apoiar grupos de agricultores-experimentadores no desenvolvimento e na disseminação de inovações nos 28 sistemas de cultivos, tornando-os independentes de agroquímicos, permitindo que os custos de produção decresçam e que se melhore a qualidade biológica dos alimentos produzidos.</p> <p><b>4- Agrofloresta:</b> orientado para a rearborização das propriedades familiares com espécies de múltiplo uso (cerca viva, fontes forrageiras, lenha, estacas para construção, frutas etc.).</p> <p><b>5- Apicultura e meliponicultura:</b> destinado a apoiar famílias da região em dinâmicas de inovação técnica e sócio-organizativa voltadas para a intensificação da produção e para o beneficiamento e a comercialização de mel nas propriedades e comunidades rurais.</p> <p><b>6- Criação animal:</b> articula grupos de agricultores-experimentadores em torno às dinâmicas de inovação nos sistemas de produção de médios e grandes animais (caprinos, ovinos, bovinos, equinos).</p> <p><b>7- Saúde e alimentação das famílias agricultoras:</b> relaciona-se aos temas ligados à intensificação da produção de alimentos e fitoterápicos nas propriedades e comunidades rurais. O trabalho nesse campo temático tem grande potencial mobilizador das mulheres agricultoras.</p> <p><b>8- Comercialização e beneficiamento:</b> dedica-se à construção de estratégias técnicas e sócio-organizativas voltadas à melhoria do acesso aos mercados e à agregação de valor e conservação dos produtos da agricultura familiar.</p>
<b>Político-metodológicos</b>	<p><b>1- Desenvolvimento sustentável e políticas públicas:</b> abrange a leitura crítica sobre os rumos do desenvolvimento rural e promove reflexões sobre a formulação de um perfil alternativo de políticas públicas.</p> <p><b>2- Gênero:</b> Volta-se para o debate sobre políticas de promoção de equidade entre gêneros nos programas de desenvolvimento rural.</p>

Quadro 9 - Planos para o Trienal (2005-2007).

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2004a.

No triênio (2005-2007) (figura 13; quadro 10; anexo D) o Programa de Desenvolvimento focou na continuidade e intensificação das ações para fortalecer as estratégias de aumento das escalas social e geográfica a partir do Pólo Sindical. Para tanto, o Pólo conquistou e fortaleceu as condições jurídicas e políticas para garantir a

sua atuação enquanto ator de articulação regional das organizações da agricultura familiar (AS-PTA, 2007).



Figura 13 - Fotografia A) Encontro Paraibano de Agroecologia - 2002; B) Oficina de monitoramento econômico e gênero - 2007; C) Visita de intercâmbio – Produção alimentar e plantas medicinais, município de Solânea - 2007.

Fonte: ASPTA, 2007a; 2007b

Com intuito de direcionar a responsabilidade do tema de comercialização para outra forma de organização, é fundada uma Associação Regional de Agricultores(as) Produtores de Alimentos Ecológicos, denominada de EcoBorborema, a qual está vinculada ao Pólo. Logo, o debate regional sobre as estratégias de comercialização ganhou outra dimensão a partir da organização de um Fórum próprio para discutir as normas e procedimentos para a regulação coletiva dos diferentes mercados (AS-PTA, 2007).

<b>Balanco dos avanços do trienal 2005-2007</b>	
<b>Âmbitos</b>	<b>Avanços</b>
<b>Sócio-organizativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quatro sindicatos (Massaranduba, Queimadas, Alagoa Nova e Arara) incorporaram o método organizativo, até então, utilizado pelos três primeiros sindicatos que já atuavam no Pólo, pois suas experiências se transformaram em objeto de reflexão para os demais sindicatos. Esse método consistiu na constituição de comissões temáticas para organizar as dinâmicas de experimentação e formação agroecológica.</li> <li>- O programa local da AS-PTA manteve-se ativo no fortalecimento de redes e articulações do campo agroecológico que se estruturam para além de sua área de abrangência prioritária. As articulações se efetivaram em três escalas geográficas: no estado da Paraíba, por meio da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB), no Nordeste brasileiro, por meio da ASA-Brasil e da Rede Ater-NE, e em escala nacional, através da ANA.</li> </ul>
<b>Transição agroecológica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Irradiação dos processos comunitários de transição agroecológica, envolvendo um número crescente de famílias e de grupos em torno das formas associativas de fortalecimento das economias familiares.</li> <li>- Os fundos rotativos solidários se multiplicaram e diversificaram seus objetivos, aumentando o acesso das famílias a recursos para o investimento em infraestruturas para o desenvolvimento local.</li> </ul>
<b>Segurança hídrica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os resultados positivos dos processos de transição tornaram-se evidentes durante a seca ocorrida em 2006, em parte significativa da região abrangida pelo Pólo. Nas áreas de sua maior incidência, os contrastes existentes entre as</li> </ul>

	<p>propriedades que ingressaram e que não ingressaram em trajetórias de transição agroecológica foram nítidos. As primeiras demonstraram maior capacidade de abastecimento alimentar e de água de boa qualidade para uso doméstico, de manutenção dos rebanhos, dos estoques de sementes etc. As estratégias de estoques de recursos e outras medidas anti-risco incorporadas nessas propriedades atenuaram os efeitos desestruturadores da seca sobre os sistemas e as vidas das famílias e asseguraram melhores condições comparativas para uma mais rápida recomposição da produção no ciclo agrícola de 2007.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nos últimos anos o Programa Um Milhão de Cisternas permaneceu como um componente importante de mobilização comunitária para o abastecimento das demandas de água para o consumo doméstico.</li> <li>- Somente em 2006 foram construídas 1.000 cisternas acopladas com bombas manuais, o que elevou para 4.300 o número de famílias beneficiadas na região com essa infraestrutura, ou seja, um acréscimo de 30% no ano</li> </ul>
<b>Segurança alimentar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A rede de bancos de sementes comunitários no Pólo consolidou-se no triênio, tendo atingido em 2006 o número de 82 bancos abrangendo 3080 famílias.</li> <li>- Uma inovação verificada nos anos recentes foi a introdução de sementes de espécies forrageiras nos bancos como estratégia de fortalecimento da produção de alimentação para os animais.</li> </ul>
<b>Alimentação animal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As práticas inovadoras de produção e armazenamento de forragens, que até 2005 vinham sendo incorporadas com maior intensidade em comunidades de Solânea e Soledade, irradiaram-se a partir de 2006 para outros municípios do Pólo.</li> <li>- Em 2006, em que pese os efeitos da seca, 90 famílias em nove municípios produziram e estocaram seiscentas toneladas de forragem, na forma de fenos, farelos e silagem.</li> </ul>
<b>Beneficiamento</b>	<p>O processamento artesanal de produtos (doces, fitoterápicos etc.) tem sido, também, um item da diversificação produtiva e das fontes de renda da agricultura familiar. Esses produtos são escoados, tanto nas feiras, como por clientelas próprias das famílias e têm igualmente um efeito sobre a segurança alimentar das mesmas, na medida em que lhes garante o acesso a esses produtos ao longo do ano.</p>
<b>Gênero</b>	<p>Presença de 40 mulheres feirantes.</p>
<b>Renda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em seu conjunto, as setenta famílias feirantes escoaram 800 toneladas de 70 diferentes produtos próprios e de mais 190 famílias fornecedoras. O faturamento médio por família foi de cinco mil reais no ano.</li> <li>- Mais recentemente, sobretudo nos últimos três anos, com a alocação dos recursos dos fundos rotativos já constituídos em outras ações para além das cisternas, proporcionou alavancagem das estratégias de intensificação e diversificação produtiva dos agroecossistemas. Por exemplo: constituíram-se fundos para financiamento de telas, para a estruturação dos arredores de casa e a produção de aves, para o financiamento de infraestruturas para a apicultura, para a produção caseira de fitoterápicos, etc. Frente a essa diversificação de propósitos, o tema dos fundos rotativos passou a ser tratado no âmbito das estratégias conjuntas de promoção da agroecologia e não mais como um mecanismo específico voltado para viabilizar a construção de cisternas.</li> </ul>
<b>Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação da Eco-Borborema, assumindo o tema mercado.</li> <li>- As políticas da Conab de garantia de preço e de compra direta às famílias, asseguraram a constituição de 20 estoques de seguridade de sementes que abasteceram os bancos comunitários e favoreceram o acesso de grupos organizados de produtores ecológicos a mercados institucionais.</li> <li>- As estratégias de comercialização do grande leque de produtos presente em propriedades em transição agroecológica, se ancorou na construção ou revalorização de múltiplos canais mercantis, nos quais as famílias e grupos se inserem e tiram partido de acordo com suas estratégias econômicas.</li> <li>- Nos dois últimos anos, foram criadas três novas feiras agroecológicas, atingindo um <b>total de nove feiras na região</b>.</li> <li>- Outro circuito comercial melhor explorado nos últimos três anos foi o dos <b>mercados institucionais</b>. Além de configurarem-se como novos canais para a venda de produtos tradicionalmente comercializados pela agricultura familiar da</li> </ul>

	<p>região, esses mercados criaram a possibilidade de venda de novos produtos. Entre eles estão as sementes de variedades locais e forrageiras para a constituição de estoques dos bancos de sementes e grãos para a elaboração da multimistura.</p> <p>- Todos esses mercados institucionais foram acessados através do Programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar mantido pela Conab. Por meio desse mecanismo em 2006, cinquenta e seis famílias venderam produtos para a merenda escolar, para a confecção de multimistura e para os bancos de sementes comunitários.</p> <p>- Outra estratégia de comercialização exercitada pelo Pólo, refere-se à exploração de produtos específicos, tirando partido dos mecanismos de valorização econômica em cadeias produtivas. Esse é o caso, por exemplo, da produção de algodão orgânico que apresenta boas perspectivas de ganho de densidade e efeito de escala na região, através da articulação dessa iniciativa com outras desenvolvidas em distintos estados do Nordeste.</p>
<b>Ação sindical</b>	<p>O tema da ação sindical entrou com força na agenda do Pólo, dando lugar a processos de sistematização e intercâmbio entre as diretorias de diferentes sindicatos. Esses processos acabaram por culminar, no segundo semestre de 2006, no I Encontro do Movimento Sindical, Agricultura Familiar e Agroecologia no Pólo da Borborema.</p>

Quadro 10 - Balanço dos avanços do trienal 2005-2007.

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2007.

Atuando como instância articuladora das organizações locais “o Pólo promove a interatividade entre as dinâmicas sociais emergentes que se estruturam e se capilarizam nas comunidades e municípios da região com o objetivo de promover a transição agroecológica dos agroecossistemas regionais” (PETERSEN E SILVEIRA, 2007, p. 103).

Em toda sua trajetória evolutiva oscilante de luta e resistência a partir de um processo de construção coletiva, em articulação com outras instituições, o Pólo tem se evidenciado como um importante ator político na representação da agricultura familiar agroecológica do Território da Borborema, além de um relevante proponente de políticas públicas (BASTOS, 2010). Pois segundo Petersen e Silveira (2007, p. 104):

[...] essa trajetória evolutiva está longe de ser errante, ou seja, não se molda ao sabor das conjunturas. Ao contrário, esforços sistemáticos de monitoramento, planejamento e avaliação, realizados pela coordenação do Pólo e por suas comissões temáticas, têm permitido o contínuo amadurecimento e atualização da estratégia que orienta conceitual e metodologicamente os rumos trilhados até aqui.

O triênio (2008-2010) continuou com seu eixo de proposições distribuídas e estruturadas em cinco linhas de atuação, as quais se desenvolveram em torno de

temas mobilizadores das dinâmicas sociais de inovação técnica e sócio-organizativa (quadro 11) (AS-PTA, 2007).

<b>Planos para o Trienal 2008-2010</b>	
<b>PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA O TRIENAL</b>	
<p>- Intensificar a transição agroecológica nas propriedades e comunidades articuladas às dinâmicas de inovação promovidas pelas redes de agricultores-experimentadores no Agreste da Paraíba.</p> <p>- Apoiar a consolidação da ASA-PB, da ASA-Brasil e da Rede Ater-NE nos planos metodológico, político e organizativo.</p>	
<b>LINHAS DE AÇÃO</b>	<p><b>a) Formação:</b> As atividades voltadas principalmente para o intercâmbio de experiências de agricultor para agricultor e entre suas organizações e pautadas por dois eixos temáticos, quais sejam: as estratégias técnicas de condução dos sistemas e as estratégias político-metodológicas. <u>A formação no campo técnico</u> tem por objetivo aprofundar e disseminar os conhecimentos agroecológicos desenvolvidos nas diversas experiências dos agricultores experimentadores para apoiar técnica e metodologicamente as famílias agricultoras a conduzirem os processos de transição produtiva de seus agroecossistemas. <u>A formação político-metodológica</u> tem por objetivo: articular lideranças de agricultores para sistematizar e intercambiar experiências inovadoras em curso na região; estudar as diferentes estratégias e métodos de organização de ação política e de organização dos agricultores familiares; analisar as políticas públicas oficiais e seus impactos sobre a sustentabilidade da agricultura familiar; promover políticas que contemplem a equidade de gênero nas organizações e nas famílias agricultoras.</p> <p><b>b) Comunicação:</b> Continuidade à divulgação das experiências sistematizadas por intermédio de variados canais de comunicação.</p> <p><b>c) Apoio à experimentação e fomento:</b> Continuidade do apoio material para que as famílias incorporem um maior número de inovações em seus sistemas, evoluindo para níveis melhores de sustentabilidade, bem como, para permitir que novas famílias façam parte deste processo na região da Borborema.</p> <p><b>d) Mobilização do conhecimento:</b> envolvimento de atividades voltadas à atualização das informações referentes ao avanço do Programa de Desenvolvimento Local nos planos técnico, metodológico e sócio-organizativo.</p> <p><b>e) Articulação em redes:</b> Atividades planejadas e executadas em parceria com organizações vinculadas ao Pólo Sindical da Borborema, à ASA-PB e à ASA-Brasil. Essas organizações são entendidas neste projeto como mediadoras de redes, ou seja, como instituições que atuam no sentido de facilitar a interação entre grupos de agricultores-experimentadores de diferentes municípios, regiões e estados.</p>
<b>NATUREZA</b>	<b>TEMAS MOBILIZADORES</b>
<b>Técnica</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Água</li> <li>2- Sementes</li> <li>3- Cultivos ecológicos</li> <li>4- Agrofloresta</li> <li>5- Apicultura e meliponicultura</li> <li>6- Criação animal</li> <li>7- Saúde e alimentação das famílias agricultoras</li> <li>8- Comercialização e beneficiamento</li> </ol>
<b>Político-metodológicos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Desenvolvimento sustentável e políticas públicas</li> <li>2- Gênero</li> </ol>

Quadro 11 - Planos para o Trienal (2008-2010).

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2007.

No triênio (2008-2010) (figura 14; quadro 12; anexo E) Pólo e AS-PTA intensificaram seus esforços nos processos de transição agroecológica, além do aprimoramento da gestão individual e coletiva dos distintos circuitos de mercados

locais (AS-PTA, 2010). Já o ano de 2010 foi marcado pela ocorrência de uma seca pronunciada (precipitação 50% abaixo da média pluviométrica) no território, o que comprometeu o abastecimento das famílias até o próximo inverno, porém, as propriedades integradas ao processo de transição agroecológica conseguiram passar por este período com maior estabilidade, resistência e resiliência (AS-PTA, 2011).



Figura 14 - Fotografia A) Cultivo do algodão agroecológico em Salgado do Souza. - 2008; B) Mobilização Banco de Sementes Mãe - 2009; C) Fogões ecológicos: economia de lenha e trabalho menos penoso para as mulheres - 2010.  
Fonte: ASPTA, 2009; 2010; 2011.

Nesse período, o crescimento e fortalecimento das feiras agroecológicas proporcionou a consolidação de uma rede de feiras agroecológicas no território integrado a EcoBorborema, a qual é a principal responsável pela gestão das relações da agricultura familiar com os mercados agroecológicos. Para tanto, as feiras estão organizadas em núcleos municipais da EcoBorborema, onde os feirantes se reúnem regularmente para avaliar e planejar a gestão administrativa e econômica das feiras (AS-PTA, 2009).

<b>Balanco dos avanços do trienal 2008-2010</b>	
<b>Âmbitos</b>	<b>Avanços</b>
<b>Sócio-organizativo</b>	<p>- O adensamento das dinâmicas sociais de inovação coordenados pelo Pólo na região da Borborema vem aumentando progressivamente a sustentabilidade dos sistemas familiares de produção e, ao mesmo tempo, construindo uma bagagem nos planos metodológico e político-organizacional de grande relevo para sustentabilidade dos processos de construção da agroecologia no território. É neste contexto que o Pólo vem se afirmando na região como um ator político relevante capaz de defender e influir na promoção de um padrão de desenvolvimento alternativo centrado na ampliação e consolidação da agricultura familiar e fundado na construção da agroecologia.</p> <p>- Pôde-se identificar uma feliz coincidência entre a conjuntura local e nacional. O conjunto de políticas voltadas para a promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas estimuladas pelo Governo Federal encontrou um espaço privilegiado para sua valorização seja pelo Pólo, seja por distintas instituições que atuam no território.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ano de 2008 foi marcante para o fortalecimento institucional do Pólo, principalmente mediante a retomada do P1MC. A AS-PTA deixou de ser a Unidade Gestora Microrregional (UGM) do programa, sendo essa função assumida integralmente pelo Pólo da Borborema, permitindo melhor estruturar sua equipe técnica-administrativa e dando melhor efetividade ao funcionamento do escritório, ampliando assim, sua autonomia financeira e suas responsabilidades na gestão desse Programa.</li> <li>- Pólo e AS-PTA também se integraram ativamente nas ações em rede promovidas pela ASA PB e ASA Brasil com destaque para a retomada da implementação do P1MC, das iniciativas ligadas ao P1+2, assim como na participação ativa no debate acerca do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.</li> <li>- Em 2008 a Ecoborborema realizou um Seminário para avaliar o avanço das estratégias de acesso aos mercados da Rede de Feiras Agroecológicas da Borborema e definir estratégias para seu fortalecimento.</li> <li>- No Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, as seis redes temáticas de experimentação/inação que dão suporte político-organizativo ao Programa de Formação coordenado pela ASPTA e o Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema foram determinantes para o alcance dos resultados do ano. O programa 6 regional de formação promoveu inovações positivas para a descentralização do trabalho, fortalecendo as capacidades de planejamento e intervenção na esfera municipal. A partir da realização de 11 Jornadas Municipais de Planejamento, as direções sindicais aprimoraram a leitura sobre a problemática da agricultura em seus municípios.</li> <li>- Fortalecimento institucional da Ecoborborema, na gestão coletiva dos núcleos municipais e de sua coordenação executiva, ajustando seu funcionamento frente às exigências da nova lei de orgânicos.</li> <li>- Constituição da Rede de acesso aos mercados do Território, articulando diferentes agentes atuantes nos circuitos para construção de estratégias comuns.</li> </ul>
<p><b>Transição agroecológica</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 54.000 mudas de 70 diferentes espécies de uso múltiplo foram produzidas em viveiros comunitários e no viveiro da ASPTA e distribuídas a cerca de 1.500 famílias para rearborização de propriedades.</li> <li>- 113 novas famílias envolvidas em redes locais de inovação participaram de processos de formação sobre fabricação e uso de biofertilizantes.</li> <li>- 81 quintais domésticos de famílias dos setores mais empobrecidos foram melhorados, beneficiando-se também, da constituição de fundos rotativos para a implantação de pequenos criatórios nas propriedades.</li> <li>- Ocorreu um intenso trabalho de valorização e estímulo às práticas de consórcios desenvolvidas pelos agricultores/as na região e estímulo ao cultivo do algodão, erva-doce, agroecológico, abacaxi orgânico consorciados e ao manejo de matéria orgânica na propriedade envolvendo mais de 100 famílias de quatro municípios do Pólo.</li> <li>- A revitalização do cultivo do algodão vem se dando no bojo dos processos de intensificação produtiva com base nos princípios da agroecologia promovidos pelo Pólo da Borborema em parceria com as entidades de assessoria e pesquisa como ARRIBAÇÃ e EMBRAPA, de forma a garantir melhores níveis de produtividade econômica, ao mesmo tempo em que conservam a base física dos ecossistemas.</li> <li>- Para a região da Borborema, foram produzidas 9,4 toneladas de algodão agroecológico em rama, envolvendo 20 famílias agricultoras.</li> <li>- Forte expansão e diversificação de inovações relacionadas à reestruturação produtiva dos subsistemas do “arredor de casa”. Convergiram nessa direção a manutenção do ritmo acelerado de implementação das cisternas de placas para consumo humano (P1MC); a expansão das infraestruturas hídricas para a produção de alimentos proporcionada pelo Programa Uma Terra de Duas Águas (P1+2); o cercamento de áreas viabilizado pelos fundos rotativos de tela, propiciando condições para o reordenamento dos espaços produtivos; a diversificação produtiva estimulada pelo fundo rotativo de cabras e ovelhas, pela produção de hortaliças e medicinais nos canteiros econômicos, e diversificação do pomar.</li> </ul>

	<p>- As redes locais de inovação mantiveram-se ativas, ao mesmo tempo em que o Polo e a ASPTA alcançaram mobilizar os recursos necessários para subsidiar materialmente a ampliação da escala dos processos de transição agroecológica, o que constituiu uma das dimensões decisivas para o alcance dos resultados do período, tais como: a ampliação dos fundos rotativos de tela para cercamento, construção de fogões ecoeficientes, compra de animais e implantação de campos de palma consorciada; intensificação das estratégias de diversificação de infraestruturas hídricas para consumo humano e para a produção de alimentos; estruturação da rede regional de viveiros, com produção de mudas de espécies arbóreas de uso múltiplo visando à rearborização das propriedades. Em que pese o ano seco, a rede de máquinas motoensiladeiras itinerantes - mobilizadas com recursos da Política de Desenvolvimento Territorial do MDA – deram suporte importante para a manutenção das estratégias de armazenamento de forragem.</p>
<b>Segurança hídrica</b>	<p>- 480 novas cisternas de captação de água de chuva foram construídas, totalizando 4.800 cisternas no conjunto da região, beneficiando cerca de 24.000 pessoas com água potável e para outros usos domésticos.</p>
<b>Segurança alimentar</b>	<p>- 83 Bancos de Sementes Comunitários distribuídos em 11 municípios estiveram ativos e com procedimentos de gestão aprimorados, mantendo estoque de cerca de 10 mil quilos de sementes de 19 variedades à disposição de seus quase 4 mil associados.</p> <p>- A ampliação do trabalho com multimistura para outras comunidades e municípios tem contribuído para uma maior sensibilização das famílias da região do Pólo para o plantio e o aproveitamento das sementes utilizadas para a produção do complemento alimentar.</p>
<b>Convivência com semiárido</b>	<p>Em 2010 o ano seco e de chuva irregular colocou à prova as unidades de produção familiar integradas em processos de transição agroecológica. Em que pese os impactos negativos ocasionados pela longa estiagem, as estratégias técnicas de diversificação produtiva e constituição de estoques foram determinantes em conferir maior estabilidade, resistência e resiliência nos agroecossistemas familiares da região. O alcance social e geográfico dos processos de transição tem contribuído para que estes efeitos sejam também percebidos no âmbito das comunidades e do território.</p>
<b>Gênero</b>	<p>Como parte do processo de formação, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foram realizados 5 encontros municipais com a participação de 150 mulheres e um Seminário regional mobilizando 60 mulheres agricultoras. Esses encontros culminaram com a realização, em Remígio, da Marcha pela Vida das Mulheres e da Agroecologia com participação de 900 agricultoras, agricultores, lideranças, técnicos, professores do Território da Borborema.</p>
<b>Infância e juventude</b>	<p>- O ano de 2010 também foi especialmente importante no lançamento de uma dinâmica de formação e articulação de jovens rurais na região, com a realização do I Encontro da Juventude Camponesa do Polo da Borborema com participação de mais de 100 jovens</p> <p>- O encontro abriu caminho para a constituição de uma comissão regional de jovens que assumiu a condução de um novo espaço de formação e experimentação dirigido ao fortalecimento da juventude rural e de suas estratégias de inserção social.</p>
<b>Renda</b>	
<b>Certificação da produção</b>	<p>Na região da Borborema em torno de 8 pessoas se habilitaram para as atividades de campo de preenchimento do cadastro com as famílias, proporcionada uma boa cobertura às 20 propriedades que demandaram este serviço em 2008. Durante os meses de novembro e dezembro estas propriedades receberam visitas de inspeção do IBD para certificar as propriedades como produtoras de algodão agroecológico.</p>
<b>Mercado</b>	<p>- No tema do acesso aos mercados deu-se continuidade às três frentes estratégicas principais: o incentivo à comercialização via feiras agroecológicas, o acesso aos mercados institucionais e o incentivo à produção e venda em mercados estruturados em cadeia.</p> <p>- A Rede de Feiras Agroecológicas da Borborema manteve um ritmo intenso de comercialização de produtos em 2008. No ano foram vendidas aproximadamente 619 toneladas em sete feiras municipais e regionais: Alagoa Nova; Catolé e</p>

	<p>Museu do Algodão em Campina Grande; Esperança, Solânea, Remígio, Lagoa Seca, constituída uma média semanal de 12 toneladas de alimentos saudáveis oportunizados a um público cada vez maior de consumidores, calculado em cerca de 1.300 pessoas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No ano de 2008 deu-se continuidade aos investimentos na expansão do acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais. Vale destacar que as feiras agroecológicas municipais da região do Pólo da Borborema se constituíram em espaços organizativos importantes, assumindo responsabilidades na abertura de novos canais comerciais com destaque pelas relações estabelecidas com os mercados institucionais.</li> <li>- Como parte das estratégias de implementação das Políticas Territórios da Cidadania do Governo Federal, assistiu-se na região uma forte expansão dos contratos de PAA. Um total de 16 projetos foram contratados via CONAB num montante de recursos da ordem de 485 mil reais.</li> <li>- No ano de 2008 o esforço feito visando fortalecer a qualidade na gestão dos processos de comercialização do algodão agroecológico seja na região do Pólo, seja no Estado da Paraíba, seja no semiárido. A negociação de preço com as empresas compradoras, os processos de certificação por auditoria e o beneficiamento da produção se constituíram em pauta importante para o período.</li> <li>- Em 2008, deu-se início a valorização econômica da produção ecológica de erva-doce já existente na região. O contato com a empresa de chás orgânicos Namastê possibilitou a comercialização de 334 kg de erva-doce certificada, envolvendo 3 famílias agricultoras no município de Areial.</li> <li>- Em 2010, uma rede de 8 feiras agroecológicas envolveu 149 agricultores(as) feirantes e fornecedores, escoando 512 toneladas de alimentos diversificados e obtendo receita de 482 mil reais.</li> <li>- O acesso aos mercados por meio das compras governamentais foi ampliado e foram assinados 13 contratos com o PAA/Conab envolvendo 255 famílias que obtiveram uma receita de 924 mil reais. Um volume de 612 toneladas de alimentos foi escoado garantindo acesso a alimentos de qualidade provenientes da agricultura familiar para mais de 150 mil pessoas por meio de 105 instituições de educação e assistência social.</li> <li>- A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mobilizou as prefeituras para aquisição de alimentos da agricultura familiar, ampliando as oportunidades de acesso ao mercado institucional na região.</li> <li>- O acesso aos 14 mercados estruturados em cadeia da Rede de Algodão Agroecológico mobilizou 47 famílias agricultoras escoando 9,45 toneladas de algodão agroecológico comercializado nos mercados orgânicos.</li> </ul>
<b>Eventos</b>	<p>Em 2008, foram realizadas na Paraíba o Primeiro Dia de Beneficiamento do Algodão Agroecológico, em agosto, e a Primeira Festa da Colheita do Algodão Agroecológico, em dezembro.</p>

Quadro 12 - Balanço dos avanços do trienal 2008-2010.

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2009; 2010; 2011.

No triênio (2011-2013) (figura 15; anexo F) a AS-PTA e o Pólo deram continuidade as atividades focadas nas dimensões já estipuladas na área técnica, metodológica e política.



Figura 15 - Fotografia A) Oficina de produção de mudas em Massaranduba-2011; B) Seminário de Pesquisa e Política de Sementes do Semiárido no Banco Mãe, Lagoa Seca-2012; C) Infraestrutura hídrica para estocagem de água para uso agrícola-2013.  
Fonte: ASPTA, 2012; 2013; 2014.

O triênio (2014-2016) (figura 16; quadro 13; anexo G) foi focado no assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro; Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão sócio-produtiva; Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda; e a Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade.



Figura 16 - Fotografia A) Oficina territorial com agricultores familiares sobre seleção, produção e multiplicação de sementes -2015 2011; B) VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - Areia - 2016; C) Oficina de fenação -2016.  
Fonte: ASPTA,2016;2017

<b>Balço dos avanços do trienal 2014-2016</b>	
<b>Âmbitos</b>	<b>Avanços</b>
<b>Sócio-organizativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessoramento técnico contínuo à gestão administrativa e técnico-econômica de iniciativas de grupos comunitários.</li> <li>- Assessoria contínua na coordenação do Polo da Borborema para avaliação, monitoramento e planejamento das atividades;</li> <li>- Apoio/fomento e assessoria a pequenos empreendimentos solidários no nível comunitário.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessoria contínua a lideranças de agricultores e agricultoras participantes em espaços de controle social: formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.</li> <li>- Diagnóstico sócio-territorial participativo para assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro: a atividade visou à atualização da leitura do contexto local da agricultura familiar em 14 municípios com foco especial nas condições de ocupação econômica e geração de renda das famílias agricultoras; na situação das organizações, associações e grupos informais, com destaque para mulheres e jovens.</li> <li>- Lançamento da Campanha "Não planto transgênico para não apagar minha história", como estratégia de luta e resistência diante da ameaça que as sementes transgênicas tem se constituído para as sementes crioulas no território.</li> <li>- Foram assessoradas 53 novas lideranças locais e comunitárias de pequenos agricultores e agricultoras familiares, jovens do campo vinculados a grupos informais, associações, pequenos empreendimentos solidários no nível comunitário e com participação em espaços de governança.</li> </ul>
<b>Transição agroecológica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessoramento técnico e fomento material à inclusão socioproductiva das famílias participantes dos bancos de semente comunitários.</li> <li>- Visitas de intercâmbios a iniciativas inovadoras de sistemas agrossilvipastoris, rearborização de propriedades e sobre práticas de manejo integrado de recursos hídricos para produção alimentar, para trocas de experiências e aprendizado no semiárido paraibano.</li> <li>- Produção e socialização de conhecimentos em espaços de participação democrática através da realização de monitoramento e diagnósticos sobre rearborização das propriedades, experiências de agricultores em sementes e cultivos ecológicos de roçados e práticas de beneficiamento e armazenamento de forragens.</li> <li>- Atividades de formação sobre produção agroecológica de alimentos para jovens e atividades de formação para jovens apicultores do Polo da Borborema.</li> <li>- Intensificação dos processos de inovação em pelo menos 120 propriedades ampliando o número de inovações em cada propriedade.</li> </ul>
<b>Convivência com o Semiárido</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomento material a implantação e gestão de estruturas comunitárias para construção de cisternas para abastecimento doméstico, cisternas calçadão para produção de alimentos, barragens subterrâneas, cisternas de enxurrada, barraginhas, barreiro trincheira, bomba popular e/ou reforma de tanques de pedra.</li> <li>- Sistematização e produção de cartilhas, vídeos, boletins informativos, banners, cartazes, calendários, agendas, programas de rádio, outdoors para divulgação de experiências agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores familiares do Agreste da Borborema.</li> <li>- Atividades de formação sobre gestão de empreendimentos solidários e formação de gestores.</li> </ul>
<b>Recursos hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão familiar do uso da água e monitoramento participativo da qualidade da água: Foram constituídas comissões municipais e comunitárias cobrindo todo o território de atuação da AS-PTA para acompanhar e apoiar as famílias no correto uso da água e atender às demandas daí decorrentes. A atividade também contou com a doação de material e equipamentos para construção, pelas famílias usuárias do semiárido, de tecnologias sociais de acesso à água de qualidade para beber e para produção de alimentos.</li> </ul>
<b>Criação animal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de atividades de formação sobre manejo animal: produção, beneficiamento e armazenamento de forragem e sanidade animal.</li> </ul>
<b>Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessoramento contínuo à gestão dos canais de comercialização da região, notadamente, as feiras municipais de produtores agroecológicos da Ecoborborema.</li> <li>- Atividades de formação sobre acesso ao mercado de batatinha e erva-doce agroecológicos.</li> <li>- Diagnóstico sobre potencialidades de implantação de empreendimentos locais.</li> <li>- Fomento e assessoria à estruturação e gestão de feiras comunitárias e outros empreendimentos econômicos solidários.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessoria e estímulo à articulação das organizações dos beneficiários com poderes públicos visando o apoio à implantação dos empreendimentos e comercialização dos seus produtos, através de programas públicos locais.</li> <li>- Assessoramento aos empreendimentos solidários com reuniões de apoio técnico a associações de produtores para elaboração de projetos para mercados institucionais, através dos instrumentos de políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar.</li> <li>- Intercâmbios de aprendizado comum entre iniciativas comunitárias de comercialização de produtos agroecológicos em outras localidades do Polo da Borborema, buscando formas de enriquecimento das experiências dos beneficiários através do aprendizado com outras iniciativas similares na região.</li> <li>- Foi assessorada, também, a criação de grupos comunitários para comercialização direta de excedentes alimentares “porta a porta”.</li> <li>- Doação de materiais e equipamentos (barracas, balanças, uniformes) para a implantação e manutenção de feiras agroecológicas nos municípios da região.</li> <li>- Apoio gerencial continuado ao funcionamento de feiras municipais de venda de produtos alimentares agroecológicos.</li> <li>- Participação de 44 jovens na comercialização de produtos agroecológicos em três feiras agroecológicas e culturais da juventude.</li> <li>- Assessoramento a 20 agricultores e agricultoras na entrega de produtos da agricultura familiar para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de 60 agricultores e agricultoras na entrega de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE).</li> <li>- 50 agricultores comercializaram os produtos da agricultura familiar na modalidade porta-a-porta ou entregando para outros espaços de comercialização.</li> </ul>
<b>Gênero e Juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessoramento às atividades de organização da comemoração do Dia Internacional da Mulher.</li> <li>- Realização de evento para mobilização regional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – VI Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.</li> <li>- Sistematização de experiências sobre gênero e agricultura familiar.</li> <li>- Fomento e assessoria à estruturação de unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar para mulheres e unidades de abate de aves para jovens organizadas/os em empreendimentos econômicos solidários.</li> <li>- 40 mulheres agricultoras que passaram a se ocupar na gestão de processos produtivos e associativos no Polo da Borborema.</li> <li>- 08 novos jovens se integraram nos espaços de governança da juventude camponesa.</li> <li>- 05 novas mulheres lideranças do Polo da Borborema passaram a participar de espaços de articulação da sociedade civil e de gestão de políticas públicas.</li> </ul>

Quadro 13 - Balanço dos avanços do trienal 2014-2016

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2016; 2017

O triênio (2017-2019) (figura 17; quadro 14) foi marcado pela continuação das atividades e do diagnóstico, a partir da realização de oficinas de planejamento participativo de iniciativas para enfrentamento dos problemas e pontos críticos identificados, seguido da incorporação das famílias em situação de maiores privações aos serviços ofertados.



Figura 17 - Fotografia A) Produção de alimentos a partir da cisterna calçadão -2017; B) VIII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia - 2017; C) Reunião da Comissão Ampliada de Jovens Agricultores/as do Pólo da Borborema- 2017.

Fonte: ASPTA, 2018.

<b>Balanco dos avanços do trienal 2017-2019</b>	
<b>Âmbitos</b>	<b>Avanços</b>
<b>Sócio-organizativo</b>	<p>- Diagnóstico sócio-territorial participativo para assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro. Resultado dos pontos críticos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumento da violência no campo e a conseqüente saída das famílias para a sede dos municípios;</li> <li>2- Fechamento das escolas do campo;</li> <li>3- Ciclo de cinco anos consecutivos de seca abalando a estabilidade dos sistemas de produção e conseqüentemente, afetando a renda das famílias.</li> </ol> <p>- Estímulo ao debate sobre segurança pública no Fórum de Desenvolvimento Territorial e o apoio à criação de Comitês de Segurança Pública nos Municípios de atuação do Polo e AS-PTA.</p> <p>- Mobilização de comunidades rurais contra o fechamento das escolas do campo. Solicitação de audiências públicas junto ao Ministério Público e Prefeituras para debater sobre o tema.</p> <p>- Foi prestada assessoria político-metodológica à realização de oficinas de capacitação e à participação de lideranças sindicais e associativas em espaços públicos de formulação, controle social e gestão de políticas no âmbito territorial: Colegiado de Planejamento do Território da Cidadania da Borborema; Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselhos Municipais de Educação; Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Municipais de Saúde, de Alimentação Escolar, de Meio Ambiente; Nas atividades foram abordados temas relacionados às políticas para a convivência com o semiárido, bem como, o encaminhamento de demandas das comunidades para implementação, pelo poder público, de iniciativas no campo do fortalecimento de ferramentas de uso coletivo nas comunidades, como os bancos de sementes.</p>
<b>Convivência com o Semiárido</b>	<p>- Ampliação da quantidade de água de chuva armazenada para o consumo da família e para a produção de alimentos para as famílias do Território da Borborema, permitindo maior resistência às secas.</p> <p>- Dado seguimento aos pontos críticos levantados em conjunto com os beneficiários no ano anterior, foi priorizada a intensificação do processo de experimentação de práticas agroecológicas de forma a atenuar os efeitos da seca sobre os sistemas de produção.</p>
<b>Segurança alimentar e saúde</b>	<p>- Melhoria da quantidade e qualidade da água de beber, diminuindo os problemas de doenças na família.</p>
<b>Renda</b>	<p>- Aumento da renda da família e a qualidade da alimentação, através da venda do excedente dos produtos produzidos nos arredores de casa com água das cisternas de produção.</p>

<b>Gênero</b>	Proteção social da mulher: A atividade envolveu o acolhimento psicológico e o encaminhamento, no plano jurídico, de mulheres agricultoras vítimas de violência doméstica e estupro em municípios do Agreste da Paraíba.
---------------	---

Quadro 14 - Balanço dos avanços do trienal 2017-2019.

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2018; 2019 e 2020.

Atualmente, a rede de articulação do Pólo é formada por 14 sindicatos e associações comunitárias (pelo menos 200). A coordenação executiva é composta por 12 representantes e uma comissão ampliada de 35 representantes, que abrangem as comissões temáticas, responsáveis por dialogar sobre os temas geradores como: água, criação animal, cultivos ecológicos, saúde e alimentação, acesso aos mercados, jovens, mulheres e sementes da paixão (PIRAUX *et al.*, 2019). Ainda segundo os mesmos autores:

Atualmente, o polo vem se articulando com diferentes organizações, como forma de enfrentamento das condições impostas ao campo. Destaca-se com a capacidade de autonomia dos atores e suas novas institucionalidades, que independem do apoio do estado, passam a garantir a segurança e soberania alimentar, a reafirmação do papel das mulheres, a inclusão dos jovens, a irradiação das experiências agroecológicas, das feiras, de fortalecimento dos sindicatos e a mobilização de luta contra os prejuízos para a classe trabalhadora, como o uso de transgênicos e a liberação de uma gama de agrotóxicos (PIRAUX *et al.*, 2019, p. 8).

Esta forma de organização interna do Pólo Sindical é justificada pela descentralização do poder dentro da instituição, de modo a permitir e fortalecer a participação/envolvimento de todos os agricultores em seu processo. Como é ressaltado pela Sra. R.V.:

O que acontece, **primeiro a gente ver como importante esses espaços, que são espaços de democratização de poder que no movimento sindical a gente tem uma cultura de muita centralização de poder**, então, quando pensamos o polo, **pensamos em não ter um presidente, mas ter uma coordenação colegiada, de como a gente pode fortalecer a luta dos agricultores, mas descentralizando o poder com o conhecimento e o papel dessas famílias agricultoras**. Então, é um pouco as comissões temáticas que discutem e planejam essa ação, pensamos nisso primeiro porque a gente entende que produzir agroecologicamente e pensar agroecologia não é cada agricultor no seu lugar, a gente entende que fazer agroecologia também é organização social, porque se esses agricultores cada um fazendo agroecologia na sua propriedade, **mas cada um no seu lugar e pensando sozinho não vão muito longe dessa forma, então a gente entende que agroecologia é produzir, é pensar em um mundo camponês, menos agressivo a natureza, em uma relação muito mais forte entre o homem e a natureza, mas é também organizar socialmente as famílias para se fortalecerem na construção de um projeto maior, porque a gente também não quer construir agroecologia aqui só no nosso território, a gente quer que a agroecologia seja um desenvolvimento para o mundo. Então, além do Polo a gente está na articulação do semiárido paraibano, articulação do semiárido brasileiro,**

**articulação nacional de agroecologia. O polo participa do GT mulheres, sementes e juventude, porque nós entendemos que é somando forças, é construindo solidariedade que a gente vai enfrentar o agronegócio, cada agricultor no seu lugar produzindo, vendendo e tendo renda para nós não é a forma mais legal para pensar agroecologia** (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Nesse percurso, a AS-PTA vem atuando na prestação da assessoria técnica ao território do Pólo Sindical, onde o trabalho é organizado por temas, que funcionam em parceria com as comissões do Pólo (figura 18). Segundo os depoimentos, os temas funcionam com a assessoria de 1 ou 2 técnicos, contudo, as ações estão mais direcionadas a questão da formação da dinâmica coletiva. O Sr. E. D. ainda traz mais detalhes desse processo:

A gente faz a assessoria mais temática no campo da agroecologia, a gente acompanha os grupos, seja a Ecoborborema, seja o grupo de feiras, participamos das reuniões das feiras, estamos envolvidos com as comissões mais de redes a ASA-Paraíba, a rede de sementes, a CPORG e também a assessoria ao próprio polo, ao próprio movimento que foi construído aqui na região, que também tem seus momentos importantes como a festa da semente da paixão, a marcha das mulheres, marcha da juventude (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

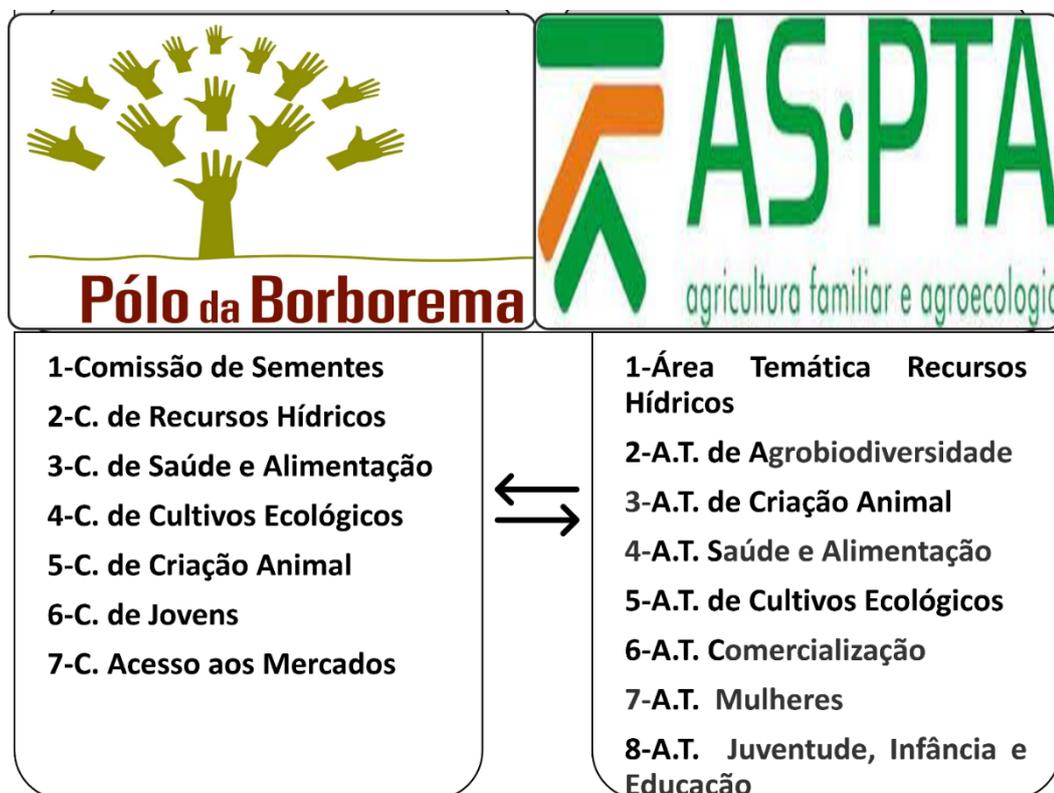


Figura 18 - Fluxograma das áreas de atuação do Pólo e AS-PTA

Fonte: Elaboração própria com dados de DINIZ, 2007; BASTOS, 2010; AS-PTA, 2003; LIMA, 2017; AS-PTA, 2010b.

De acordo com o depoimento de D. F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) atualmente, o trabalho em conjunto do Pólo Sindical e a AS-PTA no território está abrangendo cerca de cinco mil (5000) famílias que estão produzindo, entretanto, são aproximadamente mil (1.000) agricultores que atuam diretamente nas feiras, os demais atuam em outros espaços e de forma indireta nas feiras.

Como compilado anteriormente, no decorrer da trajetória da AS-PTA e do Pólo no território, ocorreu a consolidação da Rede de Feiras Agroecológicas do território da Borborema, a qual cresceu, se expandiu para outros municípios e se qualificou a partir do processo de formação, assessoramento e apoio gerencial e material da AS-PTA e Pólo, e também do protagonismo dos agricultores e da criação da EcoBorborema.

### **5.5. A Rede de Feiras Agroecológicas no Território da Borborema**

A criação da primeira feira foi gestada a partir das atividades crítico-reflexivas do Programa de Formação da Agricultura Familiar, que resultou na valorização do debate público sobre o impacto do uso do agrotóxico na saúde do trabalhador e no meio ambiente. Logo, em 2000 ocorre a primeira feira “Natal sem veneno” em Lagoa Seca, a qual foi considerada como feira mãe, onde o Sr. N. F. traz mais detalhes desse momento:

**Começamos em 2000 o Natal sem veneno**, levamos a exposição dos produtos, fizemos a divulgação, colocamos as caixas, lonas e começamos a vender esses produtos aqui em Lagoa Seca (Depoimento N. F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Nesse meio tempo, além da influência das atividades do Programa da AS-PTA, nos diagnósticos realizados foi observado que os agricultores não possuíam espaços diferenciados para comercialização, comercializando os seus produtos, diversificados e livres de insumos químicos, nas feiras livres tradicionais e para atravessadores que não proporcionavam a devida diferenciação. Deste modo, surgiu a necessidade de focar mais o olhar para a questão da comercialização, onde a AS-PTA iniciou um estudo mais aprofundado sobre o tema, resultando na criação da comissão de mercado, embora, nesse período ainda não tivessem as condições necessárias para

organizar uma feira, optaram pela estratégia de iniciar atividades comemorativas para dar visibilidade aos produtos, e uma destas atividades foi o primeiro “Natal sem veneno”. Como demonstrado na fala de E. D.:

A ASPTA, naquele tempo, realizou um estudo mais aprofundado para conversar com cada feirante, para saber se tinham interesse de mudar o espaço de comercialização, se não tinha, o que achavam de produzir para comercializar em um local diferente, que inclusive, valoriza-se mais os seus produtos, então, teve essa coisa toda. Aí nesses diálogos que foram surgindo, **começamos a visualizar que tinha muita diversidade de produtos nas comunidades, mas os produtos vinham em caixa, em carro de mão e também não tinham nenhum tipo de diferenciação de outras pessoas que estavam lá e que também não produziam sem produtos químicos, e também tinham muitos atravessadores que compravam os produtos** dos agricultores e iam vender nas feiras. Então, tinha muito disso, aí foi que inicialmente, nesses 3 municípios, começou a organizar uma **comissão de mercados** né, essa comissão vingou por muito tempo, **a comissão viu que naquele momento não tinham condições de fazer uma feira, aí foram fazer atividades comemorativas** para dar visibilidade aos produtos, então, organizamos o **primeiro Natal sem veneno**. Eu lembro que na verdade além da feira com esses 3 municípios, também vieram outros municípios organizados pela **ASA-Paraíba**, lá de Soledade-PB veio um grupo que o **PATAC** atua também, aí trouxeram produtos de origem animal (buchada, queijo, carnes e tal) (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

Contudo, a experiência com atividade comemorativa do primeiro “Natal sem veneno” se mostrou muito positiva, pois os agricultores obtiveram um impressionante sucesso de vendas, lhes trazendo uma maior confiança e fazendo refletir sobre a possibilidade da realização de uma segunda feira. então, após um mês, inauguraram as feiras semanais em Lagoa Seca. Nesse mesmo período o Pólo faz uma reorganização do seu trabalho e passa a abranger outros municípios do território, os quais também começam a participar da feira. Em um ano organizaram a segunda feira regional no Museu do Algodão em Campina Grande:

Naquele tempo não tinha nenhuma distinção, eram sempre produtos da agricultura familiar sendo comercializados né, e foi um sucesso de venda. **Foi a partir daí que o pessoal começou, por que a gente não faz uma segunda feira?** Aí avaliaram e com um mês depois começaram a organizar as feiras em Lagoa Seca, com esse mesmo grupo dos 3 municípios, só que com o tempo perceberam, que se estavam indo para Lagoa Seca que é bem pertinho de Campina Grande e os consumidores estavam reclamando que tinham que vim de Campina para Lagoa Seca. Aí, foi quando um ano depois organizaram **a feira do museu do Algodão em Campina Grande, foi quando o Polo fez uma nova reorganização do seu trabalho e outros municípios começaram a participar do Polo** né, porque era sempre o Polo e a ASPTA que articulavam as atividades, quando chegou nesse processo da feira no museu do algodão, aí outros municípios estavam presentes, como Lagoa Nova e Queimadas, porque o Polo aumentou o seu raio, sua dimensão de trabalho, e nesse processo, já com as duas feiras, as ações começaram a

deslanchar né (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

As feiras são irradiadas para outros municípios do território e o fortalecimento das ações, permeado pelo Pólo e AS-PTA, ocorreu por meio de intercâmbios para conhecer as experiências de outras localidades, processos de formação sobre o manejo ecológico, entre outros. Este processo resultou na criação da rede de feiras agroecológicas, onde o Sr. N. F. detalha que:

A **primeira experiência da feira agroecológica**, já em janeiro de 2001 pela segunda vez a gente fez e de lá pra cá não parou mais a feira, fomos produzindo, trabalhando e dissemos não, vamos ter que levar isso pra outros municípios também, vamos ter que espalhar essa ideia pra Lagoa de Roça, Esperança, Lagoa Nova e os outros municípios, esse trabalho foi viável, o Pólo foi se consolidando pela luta da previdência e a ASPTA com a experiência com os agricultores daqui foi intercambiando essas experiências e levando os cursos de biofertilizante e discutindo a questão do agrotóxico, que é possível produzir sem veneno com os agricultores de Lagoa de Roça, Massaranduba, Lagoa Nova, Esperança, Montadas, Areial, Remígio e aí **foi criando uma rede** (Depoimento N. F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

No testemunho realizado Assessoria técnica da AS-PTA (E. D. - em entrevista 2019), com o cenário político favorável, a partir da eleição de Lula, a AS-PTA e o Pólo começaram a elaborar projetos com demandas para o governo, a fim de estruturar as feiras com barracas, caixas, entre outros.

As feiras também servem como ferramenta para dar visibilidade e fortalecer alguns temas importantes para a agricultura familiar e agroecologia, onde são organizadas ações culturais e comemorativas (figura 19), “a gente tem a feira da juventude, tem o dia da alimentação e a feira regional que a gente se junta e faz uma apresentação, somos chamados também para apresentar as feiras em escolas” (Depoimento N. F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019).



Figura 19 – Fotografia da I Feira Agroecológica e Cultural da Juventude Camponesa do Pólo da Borborema em Massaranduba-PB, 2016.  
Fonte: AS-PTA, 2016.

Com o crescimento das feiras e de outras formas de mercado, consequentemente aumentaram as demandas relacionadas a comercialização. Neste contexto, a comissão de mercado acabou tomando grande proporção e o Pólo não conseguiu direcionar atenção para uma ação mais direta e necessária que a comercialização exigia, pois já era um ator com grande responsabilidade no processo de mobilização e organização, além das demais demandas. Prontamente, vista a necessidade de criar uma organização que não fosse desligada do processo de construção agroecológica e que desse conta do debate, foi criada a EcoBorborema. Esse processo é ressaltado pela Sra. R.V.:

O Polo e a ASPTA começaram a discutir a criação de uma organização que desse conta de organizar e refletir sobre a produção agroecológica no território do Polo. A princípio achávamos que o Polo dava conta disso, depois a gente viu que não, que o Polo é responsável por realizar um processo de mobilização e organização aqui, discutir os temas políticos, tudo do movimento e também do projeto da agricultura familiar agroecológica, mas a gente não tinha essa vocação de ter uma ação mais direta com a comercialização, organizar os agricultores, discutir preços, organizar as feiras e tal. Aí, a gente viu que era preciso criar uma organização que não fosse desligada do processo da construção da agroecologia no território e desse conta de fazer esse debate e aí foi quando a gente pensou em criar a EcoBorborema em 2005 (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019).

Segundo o depoimento do Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019), a AS-PTA também reorganizou o tema mercado em um núcleo de mercado composto por técnicos que auxiliaram no trabalho junto as famílias, com intuito de acompanhar de forma mais efetiva o crescimento do tema.

Com a instituição da rede de feiras do território coordenada pela EcoBorborema com assessoria do Pólo e AS-PTA a rede de feiras ficou organizada em núcleos de coordenação, com uma coordenação em cada feira (formada por 2 ou 3 agricultores) a qual organiza reuniões itinerantes mensais para discutir os avanços e desafios de forma coletiva, além de reuniões ampliadas entre as coordenações de cada feira e a coordenação executiva da EcoBorborema, para discutir as estratégias traçadas para toda rede de feiras do território.

Essas reuniões são itinerantes, porque é uma forma de cada agricultor saber o que o outro está produzindo. Então, para a certificação isso é uma peça fundamental, no final do mês todos esses coordenadores se juntam a coordenação executiva da EcoBorborema para discutir quais são as estratégias traçadas para toda a rede de feiras do território com a participação da assessoria (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

A Rede de Feiras também possui um Regimento Interno, onde são estipulados as definições, objetivos, critérios de participação, critérios de inclusão de novos feirantes e a estrutura organizacional.

Atualmente, as feiras estão distribuídas no território em 12 espaços de comercialização, conquistados em 11 municípios (quadro 15; figura 20 e 21).

<b>Distribuição da Rede de Feiras Agroecológicas no território da Borborema</b>			
<b>Municípios</b>	<b>Fundação</b>	<b>Nomes populares das feiras</b>	<b>Dia da feira</b>
Lagoa Seca	2001	Feira agroecológica de Lagoa Seca	Sábado
Campina Grande	2003	Feira agroecológica da Estação Velha e feira agroecológica do colégio CEM	Quarta
Massaranduba	2004	Feira agroecológica de Massaranduba	Sexta
Remígio	2005	Feira agroecológica de Remígio	Sexta
Solânea	2005	Feira agroecológica de Solânea	Sexta
Esperança	2005	Feira agroecológica de Esperança	Sexta
Alagoa Nova	2006	Feira agroecológica de Alagoa Nova	Sábado
Queimadas	2015	Feira agroecológica de Queimadas	Sexta
Arara	2015	Feira agroecológica de Arara	Sábado
Areial	2015	Feira agroecológica de Areial	Sexta
Casserengue	2016	Feira agroecológica de Casserengue	Quinta

Quadro 15 - Distribuição da Rede de Feiras Agroecológicas no território da Borborema.

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA e Ecoborborema, 2018. ALMEIDA, 2018; LIMA, 2017.



Figura 20- Fotografia A) Feira orgânica regional em Lagoa Seca -2002; B) Feira agroecológica em Lagoa Seca- 2003; C) Feira agroecológica regional em Campina Grande – 2004; D) Feira agroecológica em Remígio – 2013.

Fonte: ASPTA, 2002; 2003; 2004 e 2013.

É importante destacar que a Rede de Feiras utiliza a estratégia de autofinanciamento, para garantir o pagamento de alguns custos de manutenção da feira, como a organização dos bancos, manutenção dos equipamentos, entre outros, além de possibilitar o pagamento das despesas com transporte dos coordenadores para a participação nas reuniões mensais, além do pagamento do contador da EcoBorborema. O autofinanciamento ocorre a partir do fundo de feira, estipulado com a contribuição semanal. Entre os exemplos de utilização dos recursos deste fundo, a aquisição coletiva de sacolas biodegradáveis. Em exemplo aos valores arrecadados, em 2018 a contribuição conjunta de 10 feiras somou doze mil novecentos e vinte e cinco reais (12.925,00) (PÓLO; AS-PTA; ECOBORBOREMA, 2018).

# O Candeeiro

Dez/2018  
Território da Borborema



Paraíba

## Rede de feiras Agroecológicas da Borborema: Encontre a feira Agroecológica mais próxima de você!



Realização



Apoio



Figura 21 - Mapa das Feiras Agroecológicas da EcoBorborema.  
Fonte: Acervo da EcoBorborema, 2018.

## 6. O CASO DA OCS ECOBORBOREMA-PB

Esta seção foi construída a partir dos depoimentos da coordenação do Pólo Sindical, assessoria técnica da AS-PTA, coordenação da EcoBorborema e os agricultores associados.

Antes da fundação da EcoBorborema, em 2003, ocorreu um primeiro movimento na tentativa de fundar uma Associação Agroecológica Estadual por alguns agricultores, lideranças e técnicos de instituições públicas, pois, à medida que o trabalho com a agroecologia no território começou a crescer, foi chamando a atenção de outras instituições do Estado, as quais tomaram a iniciativa de fundar uma associação para canalizar esse trabalho que já vinha sendo realizado pelo Pólo e AS-PTA. Para tanto, organizaram um grupo com técnicos da Emepa, Embrapa, Emater etc. juntos com o Sebrae e convidaram o Pólo e AS-PTA para a reunião, contudo, eles questionaram criticamente as contradições desta proposta, denotando que esse não era o caminho, visto que, era uma associação fundada e centralizada por técnicos e sem a participação direta dos agricultores. De acordo com as falas do Sr. N.F:

**Como é que se funda uma associação de agricultores agroecológicos e essa associação é fundada pelos técnicos?** Nós já sabíamos da necessidade de fundar uma associação né, **então nos articulamos e dissemos não, vamos derrubar essa proposta, se eles quiserem fundar eles fundem, agora nenhum dos nossos agricultores irão fazer parte disso aí não, porque quem tem as experiências somos nós, nós que estamos fazendo o trabalho, fazendo os cursos, a associação tem que ser fundada pelos agricultores de core e domínio político sobre a nossa gerência e não técnico, o técnico pode até estar, mas como apoio né.** E como tinha um grupo de técnicos, agrônomos e tudo ligados a ASPTA e a ASA, e assim, são as pessoas que vem do movimento e que trabalharam todos esses intercâmbios, as experiências e esses cursos de formação voltado pra os movimentos sociais. Porém, o grande debate, **a grande quebra de braço na época era exatamente a questão do conhecimento do agricultor se somar com o conhecimento acadêmico e técnico**, não o contrário do que sempre foi imposto né, sempre foi o inverso né, ou seja, o conhecimento técnico era o que valia né, o agricultor era o cabeça dura, então desconsiderava e nós fomos aprendendo que não era assim que deveria acontecer, ou seja, **primeiro se conhece, se faz a leitura, os diagnósticos e busca o conhecimento empírico do trabalhador e depois é que vem a contribuição acadêmica** né, o complementar da ação técnica né. E aí, diante disso a gente foi pra esse encontro e disse não, **a gente não aceita fundar a associação porque cadê os agricultores aqui?** Só estavam

algumas lideranças, então os agricultores não estão aqui, só estão alguns agricultores liderança, **mas a gente não aceita fundar uma associação com um bocado de técnicos para comandar a gente não**, na cara deles assim, se vocês quiserem fundar, criem da parte de vocês, mas do nosso grupo, do polo sindical, do trabalho da gente, não! Aí foi lá e vem cá e teve um debate grande, aí sei que eles tiraram de fininho, abortou a criação da associação agroecológica pelos técnicos e pelas empresas né (Depoimento N.F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Com a negativa do Pólo e AS-PTA, optaram pela fundação de uma associação de forma diferenciada da proposta instituída pelas outras intuições, a partir da participação direta dos agricultores, de core e domínio público, e com a gerência na rede. Porém, esse processo não ocorreu de imediato, passou por um período de discussão, preparação dos agricultores e capacitação.

Embasada em toda a trajetória do trabalho realizado no território, em 2005, juridicamente falando, a EcoBorborema foi criada sob as prerrogativas da rede e com a participação direta dos agricultores que já vinham atuando no processo de transição agroecológica no território.

De acordo com o artigo 1º do Estatuto Social da EcoBorborema, ela é definida como uma organização da agricultura familiar, com base territorial nos municípios do compartimento da Borborema, que trabalham a produção, beneficiamento e escoamento de seus produtos. Como também no Artigo 2º - A EcoBorborema se constitui como uma organização de princípios educativos, de interação e cooperações a economia solidária. Para tanto, as instâncias deliberativas e gestora da EcoBorborema são: a Assembleia Geral; Coordenação Geral e o Conselho Fiscal e de Ética (ECOBORBOREMA, 2005).

Desta forma, a organização interna da EcoBorborema (figura 23), está estruturada em uma coordenação executiva composta por agricultores (Presidentes, secretário e tesoureiro), dois estagiários com maior designação pelas questões administrativas junto a um assessor técnico da AS-PTA, uma sala no escritório da AS-PTA (Para guardar materiais e documentações) e a sede em uma sala no escritório do Pólo Sindical. Segundo E. D. (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) anualmente ocorrem duas assembleias (Figura 24), uma no primeiro semestre (Momento de prestação de contas, de fazer um balanço financeiro,

pensar as grandes linhas de trabalho para o ano etc.) e outra no final do segundo semestre (momento mais de balanço):

Onde junta não só os agricultores que estão nas feiras, mas as outras famílias que produzem de forma agroecológica, mas não comercializam na feira. Porém, nesse período acontece várias outras atividades né, acontece as reuniões mensais das feiras, coordenação e fora as outras atividades de formação que é puxado pelo núcleo de mercado e sementes da AS-PTA que também são atividades que estão ligadas ao processo de formação da EcoBorborema. Então, são mil e uma atividades que acontecem, muitas vezes as pessoas confundem, mas são atividades da EcoBorborema, estão todas interligadas (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

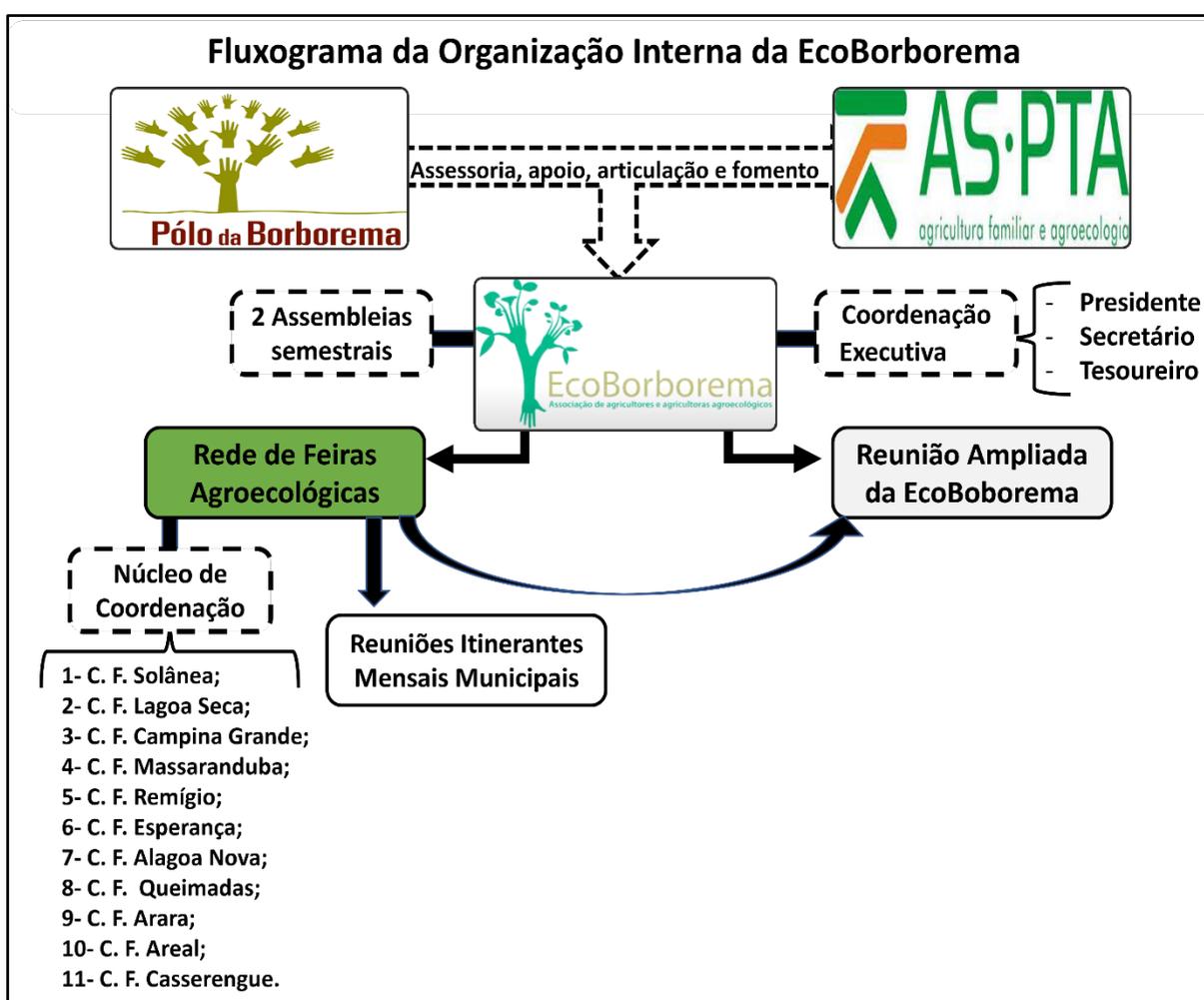


Figura 22 - Fluxograma da organização interna da EcoBorborema.

Fonte: Elaboração própria com dados da ECOBORBOREMA, 2005; Depoimentos dos grupos entrevistados.



Figura 23 – Fotografia da participação na Assembleia Geral da EcoBorborema – 2019.  
Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

A partir desse período, foi trabalhado todo o processo de formação, contudo, nesse meio tempo o governo começou a estimular a agroecologia e entre as ações, então, com o advento das modalidades de certificação orgânica, constituindo mais um dos motivos para fortalecer a EcoBorborema, pois as feiras precisavam entrar nesse processo de certificação. Para tanto, organizaram uma visita de intercâmbio para conhecer as experiências da Rede Ecovida no Rio Grande do Sul, para entender as etapas da certificação. Todavia, a grande questão era a certificação por auditoria, a qual não era desejada, mas sim a possibilidade da certificação participativa e o controle social, pois:

**A gente quer a certificação participativa pelo controle social**, a gente quer a relação direta com o consumidor, a mesma dinâmica que a gente tem de intercâmbio a gente também pode proporcionar a quem está consumindo o produto pela nossa geografia, pela aproximação que nós temos, dos municípios serem próximos a Campina, então tudo isso favorece a gente ter um trabalho. **Foi assim que a gente criou a EcoBorborema, sob o controle dos agricultores, participação das mulheres, jovens e todos nós** e aí é tudo isso que vem hoje dando certo e a gente sempre enfrentou oposições ao nosso trabalho (Depoimento N.F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Neste cenário, após a publicação das normativas do MAPA, em 2011 começa o processo de legalização da associação EcoBorborema enquanto OCS (figura 24),

pois de acordo com o inciso oito do Artigo dois do Decreto Nº 6.323 de 2007, considera-se,

Organização de Controle Social: grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade (BRASIL, 2007, p. 1).

Nesse sentido, no inciso três do artigo dois da Instrução Normativa Nº 19, de 28 de maio de 2009, que dispõe sobre os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica, o controle social é considerado um “processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas no processo de geração de credibilidade” (BRASIL, 2009a).

A partir de então, os agricultores que comercializavam nas feiras agroecológicas se cadastraram junto ao MAPA. Entre as mais de 200 famílias associadas a EcoBorborema, cerca de 119 (fora as atualizações) foram cadastradas, pois o credenciamento é priorizado para os agricultores que comercializam nesses espaços. Atualmente tem-se a CPOrg-PB que constitui um espaço de reuniões a nível estadual, nesta participam a EcoBorborema, o Pólo e a AS-PTA.

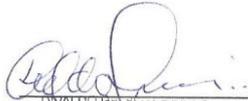
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO  
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA PARAIBA – SFA/PB  
DIVISÃO DE POLÍTICAS, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – DPDAG/SFA-PB  
COORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA PARAIBA – CPOrg/PB

  
PRODUÇÃO ORGÂNICA

Nº 06  
UF : PB

**Declaração de Cadastro de OCS**

Declaro para os devidos fins, que a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS AGROECOLÓGICOS DO COMPATIMENTO DA BORBOREMA - ECOBORBOREMA, CNPJ 07.427.145/0001-12 sediada na Rua JOSÉ GERONIMO S/N CEP 58.117-000 – centro no município de LAGOA SECA/PARAIBA encontra-se cadastrada na DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – DPDAG DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NA PARAIBA – SFA/PB, sob número 06, como Organismo de Controle Social - OCS estando autorizado a atuar no controle social na venda direta sem certificação, nos termos da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

  
DIVALDO  
FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO  
CHEFE DO SEPDA/GDT-PB

  
Hermes Ferreira Barbosa  
Superintendente da SFA/PB

  
Coordenador da CPOrg / PB

Local e data: João Pessoa, 03 de Janeiro de 2011

Figura 24 - Declaração de cadastro de OCS da EcoBorborema.  
Fonte: Acervo da EcoBorborema.

Vale salientar que, as reuniões da rede de feiras agroecológicas, coordenada pela EcoBorborema, ocorriam bimestralmente, porém em 2018 optou-se pela realização mensal e de forma itinerante, de modo a contribuir no processo de certificação devido à realização da visita em pares. Como ressaltado por D.F.:

Mensalmente eles se sentam para discutir seus avanços e desafios, essas reuniões são itinerantes, que é uma forma de cada agricultor saber o que o outro está produzindo. Então, para a certificação isso é uma peça fundamental, são chamadas de visitas de pares e aí no final do mês todos esses coordenadores se juntam a coordenação executiva da EcoBorborema para discutir quais são as estratégias traçadas para toda a rede de feiras do território, com a participação da assessoria. É uma forma de sanar, não adiantava só a assessoria saber o que ele está produzindo né, mas também os agricultores que estão no entorno precisam saber o que está sendo produzido e comercializado ali pelo seu companheiro (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

A EcoBorborema configura-se como uma organização com um papel fundamental mais definido na área da comercialização, especialmente, com relação as feiras agroecológicas, onde todos os agricultores que produzem de forma agroecológica no território, podem se associar. Contudo, nesse processo a AS-PTA e o Pólo têm o papel de apoiar, articular e de fomentar a reflexão, os quais possuem um projeto político mais amplo. Concernentemente, nesse trabalho em rede:

O tema mercado também faz parte do debate, **como que a gente pensa, relações solidárias, relações humanas e organizativas?** E a gente diz sempre para o agricultor que se ele estiver na EcoBorborema só para pensar em vender, você não precisa estar lá, você pode colocar uma barraquinha em qualquer canto da cidade e você vende o seu produto, o diferencial é que aqui a gente tem que produzir, mas construir também a força política, isso é o que nos faz está em rede, o que nos faz está no coletivo (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

A EcoBorborema foi gestada a partir da união entre o movimento agroecológico (representado principalmente pela AS-PTA) e do movimento de renovação sindical (Pólo Sindical), e das ações coletivas no trabalho de transição agroecológica, convivência com o Semiárido e fortalecimento da agricultura familiar no território da Borborema, iniciado em 1993. Portanto, a EcoBorborema nasceu como fruto desse processo coletivo no território e é filha da AS-PTA e do Pólo.

Concernentemente, a EcoBorborema representa uma ramificação deste trabalho em rede no território, pois todos os trabalhos são realizados de forma articulada ao Pólo e a AS-PTA, grande parte dos agricultores que estão associados a

EcoBorborema participam do Pólo, então, toda etapa desde o manejo dos agroecossistemas, produção, processamento até a comercialização são trabalhados em conjunto com as três instituições, pois:

Em sua grande maioria, uns 90% dos agricultores da ecoborborema participam do Polo, porque **na verdade os temas, os produtos são produzidos através das comissões, se você quer produtos ligados a produção animal, o ovo ou qualquer produto derivado vai sair da criação, como também qualquer produto industrializado ou beneficiado vai sair do grupo das mulheres, então assim, se a gente quer a variedade de sementes, feijão e até chegar no cuscuz da paixão então você vai ver que a comissão de sementes é a disseminadora** do cardápio da produção, digamos assim. E da garantia da produção agroecológica, seja o milho, feijão, a farinha, a goma, batata, macaxeira, mandioca, a questão da batata inglesa que é um esforço muito coletivo também e ecológico para garantir a produção de batata agroecológica e chegar até as feiras, e aí a gente também trabalha a **questão da sazonalidade**, porque nem sempre determinado produto é possível ter o ano todo (Depoimento N.F. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

Desta forma, o Sr. W.S. ainda traz mais detalhes desse elo da EcoBorborema com as dinâmicas criadas por esse arcabouço de trabalho dentro do território, pois:

A Ecoborborema parte desse princípio de todo trabalho que tem com a agroecologia aqui no território, as diferentes dinâmicas, nos diferentes temas (mulheres, sementes, recursos hídricos, criação animal, trabalho com infância e juventude, manejo da fertilidade do solo e mercados). Então, o conjunto desses temas norteadores, que foram temas identificados pelos diagnósticos realizados aqui pela ASPTA e pelo Polo como temas principais para trabalhar dentro do território. Mediante essa realidade trabalha-se a proposta de criar uma associação para a partir dessas experiências já consolidadas com a agroecologia, das famílias produzindo de forma agroecológica, que conservam as suas sementes, com o manejo correto da água, da propriedade como um todo, o agroecossistema como um todo. O mercado era a fase final, então, era a fase final e também precisaria trabalhar a questão da legislação, e a gente ter uma organização dessa de trabalho dentro do território e na hora de vender, como era antes, o produto agroecológico estava ao lado do produto convencional (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Nesse percurso, as demais instituições intervenientes (figura 25) que contribuíram nesse processo foram os STR's vinculados ao Pólo (responsáveis por animar o processo) e as instituições que atuaram pontualmente de forma mais colaborativa: instituições de ensino e pesquisa; UFPB-Areia (exemplo do projeto de manipulação e processamento do fubá) e UFPB-Bananeiras (exemplo do trabalho com os bancos de sementes, projeto com monitoramento das feiras), UEPB e UFCG. Tais instituições atuam no processo de formação e com trabalhos de pesquisa nas

propriedades, com projetos do CNPq, entre outros; relação com alguns pesquisadores da Embrapa Algodão, inclusive, a Embrapa tabuleiros costeiros; instituição de extensão rural, como a Emater, com relação próxima em alguns municípios; a CPOrg-PB (com as visitas de auditoria e participação nas reuniões); o MST (Famílias que são assentadas da reforma agrária e participam do processo de formação do MST).

As instituições de fomento, em sua maioria, financiam as atividades da AS-PTA e do Pólo na rede do território, as quais contribuem diretamente com a EcoBorborema, sendo estas: a Articulação do Semiárido - ASA/Associação - P1MC; Programa P1+2; Brot für die Welt <sup>55</sup>(Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento para Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento), Fundação Porticus<sup>56</sup>, Manos Unidas<sup>57</sup>, CCFD-Terre Solidaire – Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento<sup>58</sup> e o projeto da ECOFORT<sup>59</sup> (AS-PTA, 2020).

---

<sup>55</sup>A Fundação Luterana de Diaconia (FLD) é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. É herdeira do antigo Serviço de Projetos Desenvolvimento da IECLB e de sua experiência de mais de 34 anos na área de desenvolvimento comunitário. Com sede em Porto Alegre (RS), a FLD apoia grupos e projetos em todo o território brasileiro ([Nossa História - Fundação Luterana de Diaconia \(fld.com.br\)](http://Nossa_História_-_Fundação_Luterana_de_Diaconia_(fld.com.br))).

<sup>56</sup> A Porticus foi criada em 1995 para coordenar profissionalmente e desenvolver atividades filantrópicas dos empresários da família Brenninkmeijer ([About us | Porticus](http://About_us_|_Porticus)).

<sup>57</sup> Manos unidas é uma ONG espanhola que trabalha em estreita colaboração com 58 países do Sul ([ONG de la Iglesia católica | Manos Unidas](http://ONG_de_la_Iglesia_católica_|_Manos_Unidas)).

<sup>58</sup> Ator histórico de mudanças em mais de 70 países, o CCFD-Terre Solidaire atua contra todas as formas de injustiça. Por meio de ação individual e coletiva, é proposto e apoiado soluções políticas e de campo. Longe das práticas assistenciais e emergenciais, com ação solidária internacional baseada em parcerias com organizações locais ([Nous connaître - CCFD-Terre Solidaire](http://Nous_connaitre_-_CCFD-Terre_Solidaire)).

<sup>59</sup> Fundação Banco do Brasil, em conjunto com outros parceiros, assinou em outubro de 2013 o Acordo de Cooperação Técnica que instituiu o Programa Ecoforte, que integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica ([Ecoforte \(fbb.org.br\)](http://Ecoforte_(fbb.org.br))).

Instituições Intervinentes na EcoBorborema				
Instituições de Ensino/Pesquisa	Instituições de Pesquisa	Instituições de Extensão	Instituições de Fomento	Instituições/Movimentos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• UFPB-Areia-PB</li> <li>• UFPB-Bananeiras-PB</li> <li>• UEPB</li> <li>• UFCG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Embrapa Algodão</li> <li>• Embrapa tabuleiros costeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emater de alguns municípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ASA/Associação P1MC</li> <li>• Programa P1+2</li> <li>• Organização Protestante para a Diaconia</li> <li>• Fundação Porticus</li> <li>• Manos Unidas</li> <li>• CCFD-Terre Solidaire</li> <li>• Projeto ECOFORT</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• STR's vinculados ao Pólo</li> <li>• CPORG-PB</li> <li>• MST</li> <li>• ASA-PB e Brasil</li> </ul>

Figura 25 - Organograma das Instituições intervenientes na EcoBorborema.

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA, 2020; Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

É importante destacar a relevância dos OCSs no estado da Paraíba, onde, em 2019, já contava com 518 agricultores familiares inseridos no CNPO, dos quais 89% (459 agricultores) estavam vinculados aos OCSs como mecanismo de avaliação da conformidade, 6% OPAC/SPG e 5% certificação por auditoria, onde os mecanismos participativos se destacaram de forma significativa com 95% dos acessos. Destes agricultores inseridos no CNPO, grande parte está localizada no Território da Cidadania, dentre os quais em sua maioria estão presentes em áreas de assentamentos de Reforma Agrária. E nesse mesmo período, a Paraíba contava com vinte e três (23) OCSs cadastradas, um (1) OPAC/SPG (Rede Borborema de Agroecologia<sup>60</sup>) credenciado no MAPA e duas certificadoras, IBD Certificações (Instituto Biodinâmico de Certificações) e a ECOCERT BRASIL, atuando no estado (MARQUES, 2019).

<sup>60</sup> O OPAC Rede Borborema de Agroecologia funciona regularmente desde o ano de 2016, iniciou suas ações com dois grupos de produção, ambos localizados nos municípios de Juarez Távora e Remígio. Atualmente, a Rede Borborema de Agroecologia vem atuando em três municípios, são eles: Remígio, Casserengue e Prata. Possui 34 (trinta e quatro) agricultores familiares cadastrados (MARQUES, 2019, p. 78).

Dentre os 23 OCSs do Estado, a EcoBorborema se sobressai com relação a quantidade de agricultores familiares no CNPO, com um total de cento e quatorze (114) (figura 27).

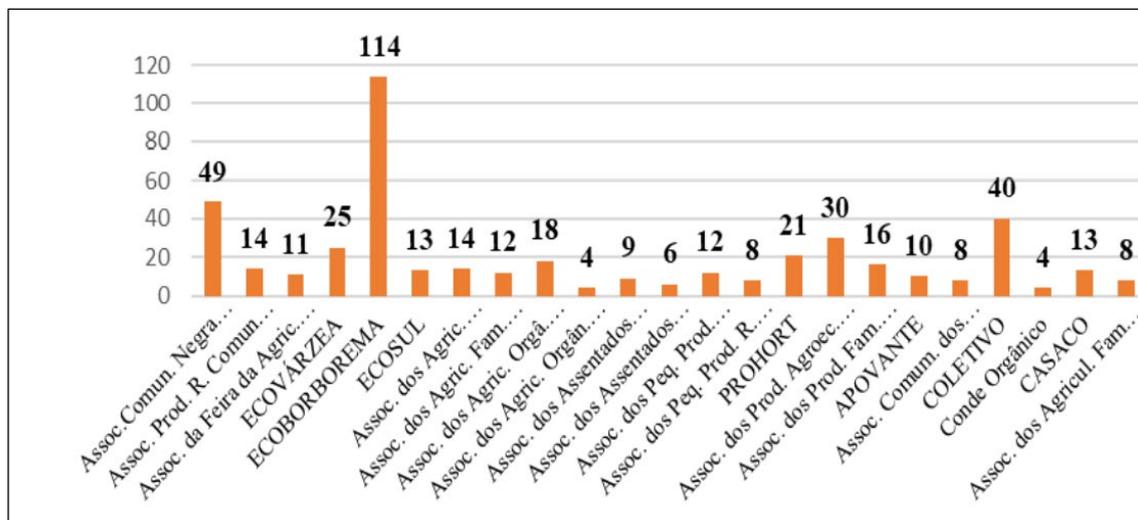


Figura 26 - Gráfico da Quantidade de Agricultores Familiares por Organismos de Controle Social na Paraíba.

Fonte: Marques (2019, p. 76).

Nessa perspectiva, a EcoBorborema apresenta um diferencial com relação as demais OSCs do estado da Paraíba, que pode ser justificado devido a alguns fatores apresentados nos depoimentos. Para tanto, de acordo com os depoimentos, como o do Sr. E.D. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) pode-se constatar que esse diferencial pode ocorrer devido a EcoBorborema ter surgido como resultado de um processo, contínuo e antigo, de desenvolvimento com enfoque multidimensional que vem sendo trabalhado de forma coletiva no território da Borborema. Em contrapartida, alguns OCSs de outros territórios do estado foram criados e estimulados por entidades, que naquele momento prestavam assistência técnica, com o principal objetivo de regulamentar a comercialização da produção, contudo, depois por motivos diversos, o período de assistência técnica cessava e os agricultores ficavam sem o devido acompanhamento e orientação.

Nesse sentido, pode-se observar que dentre as OCSs que mais se destacam no estado, quanto a questão da organização, está a EcoBoborema e a Ecovárzea, devido as suas características históricas e o fato de terem tido o acompanhamento da assessoria técnica desde o início dos trabalhos, onde a Sra. Z. R. (CPOrg-PB) afirma:

Eu acho a EcoBorborema e a Ecovárzea mais organizadas, porque já começaram a partir de um processo de formação anterior, já tinham uma história relacionada a isso, aí você consegue ter o “pé no chão”, ser mais firme e a raiz é mais profunda. Muitas OCSs foram criadas justamente em questão do PAA e ter os 30% a mais, então, isso fez com que as pessoas demorassem mais a entender o processo da história da agroecologia. Eu acho que esse é um dos entraves, muitas OCSs foram criadas nesse sentido e é por isso que não avançam tanto (Depoimento Z. R. CPOrg-PB - em entrevista 2019).

Em seu depoimento sobre a EcoBorborema, a Sra. M. A. (CPOrg-PB) ressaltou que:

Pelo número de produtores que estão ligados a EcoBorborema e pela produção que ela já coloca no mercado, é uma OCS crescente, muito organizada, o pessoal é muito comprometido nessa organização e no cumprimento das metas estabelecidas e dos resultados que eles querem chegar. E isso faz um diferencial no Estado, porque além deles mesmo descobrirem o potencial que tem, eles servem de referência para as outras OCSs (Depoimento M. A. CPOrg-PB - em entrevista 2019).

## **6.1 Desafios, avanços e perspectivas da EcoBorborema**

Na pesquisa, os entrevistados relataram quais são, atualmente, os principais desafios, avanços e perspectivas da EcoBorborema.

### **6.1.1 Desafios da EcoBorborema**

Os principais desafios relatados estão distribuídos nas dimensões da organização interna da EcoBorborema e dos agricultores, aspectos climáticos da região, certificação participativa, agricultura convencional e segurança no campo (Figura 27).

Na dimensão da organização interna da EcoBorborema e dos agricultores foram destacados quatro desafios principais:

A dificuldade dos agricultores em se adaptar a realização das anotações diárias das atividades realizadas, pois culturalmente os agricultores não tiveram essa orientação, o que atrapalha o monitoramento do trabalho, além de prejudicar o próprio aspecto gerencial dos agricultores. Então, *“isso ainda é um desafio, as pessoas terem isso de forma mais organizada e estruturada nas propriedades, porque é importante*

*e nós estamos visualizando isso no monitoramento, o que tem sido muito positivo”* (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Uma vez que, o registro diário das operações realizadas nas propriedades contribui na qualificação do gerenciamento da produção e econômico, além de serem fundamentais nas futuras renovações do Plano de Manejo Orgânico (prevista na lei).

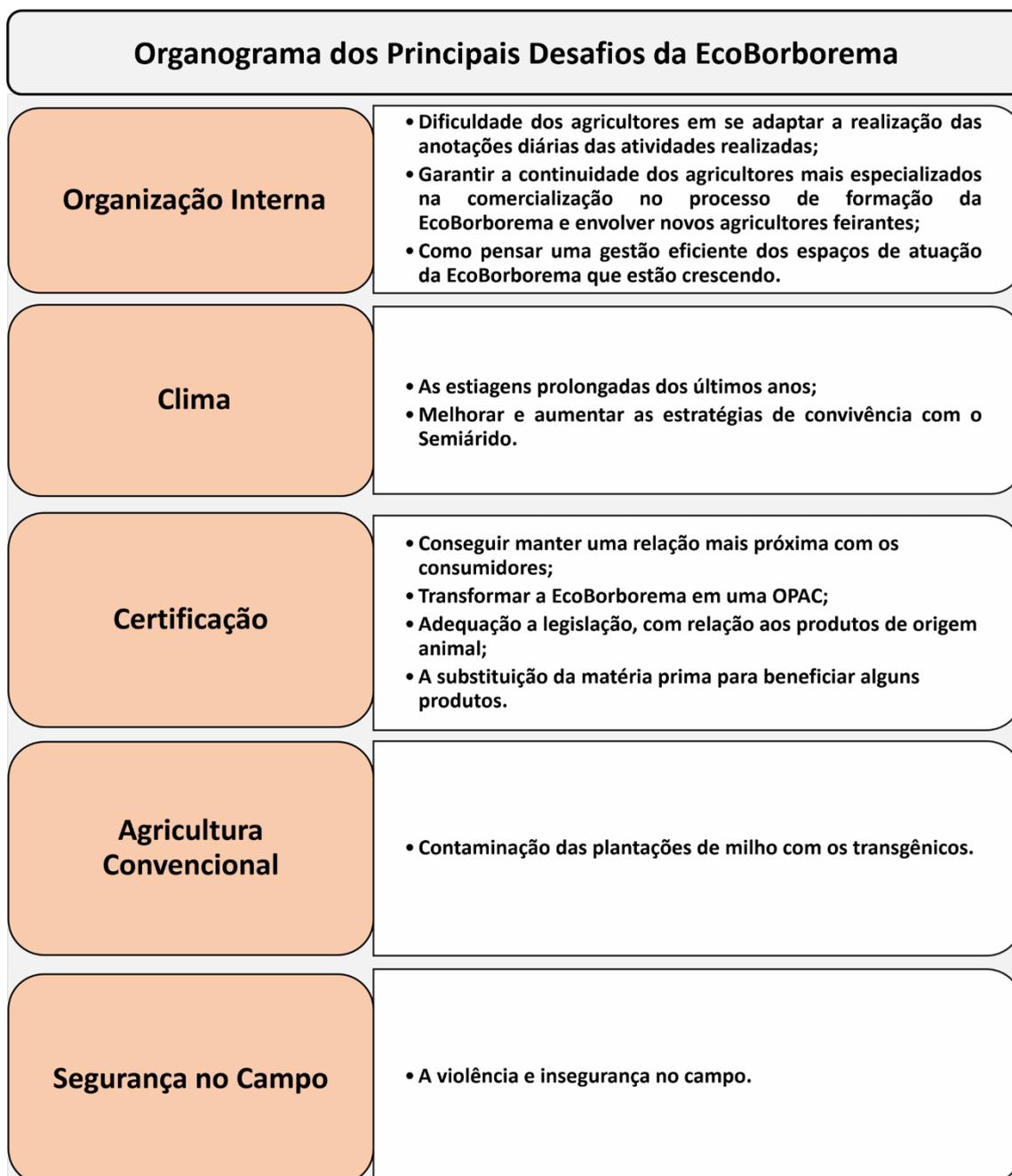


Figura 27 - Organograma dos principais desafios da EcoBorborema.

Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

A garantia da continuidade dos agricultores mais especializados na comercialização, no processo de formação da EcoBorborema e envolvimento de

novos agricultores feirantes, porque o processo de construção da produção na área da agroecologia vai muito além dos aspectos da produção e comercialização, é um processo complexo e que envolve outros fatores, por isso a formação contínua e a participação ativa são fundamentais.

Como pensar uma gestão eficiente dos espaços em crescimento que atua EcoBorborema para evitar futuros problemas de gestão e organização, sendo necessário problematizar essas questões e criar estratégias mais assertivas.

Na dimensão dos aspectos climáticos foram destacados dois desafios principais:

As estiagens prolongadas sequenciadas nos últimos anos. A falta de renovação do ciclo hídrico tem diminuído a produção e as reservas dos agricultores, aumentando as suas vulnerabilidades sociais e econômicas. O Sr. M. G. traz alguns exemplos de como estas estiagens estão afetando a vida dos agricultores do território:

Estamos no mês de fevereiro, o que está chegando na feira hoje ainda é da chuva do ano passado, porque não choveu ainda para ter uma renovação de ciclo, passou uma chuva repentina, mas essa chuva já era para ser no próximo inverno. Então, as pessoas estão nas **propriedades no limite de água, de forragem, no limite de reserva e de produtos para estarem ofertando nas feiras**. Por mais que estejamos no Semiárido que a gente sabe que tem períodos mais longos de estiagem, assim, você tem um ano ruim que é um ano de pouca chuva e você tem um ano bom, então, se acumula água, e essas pessoas estão com os estoques de água tudo baixo. Temos agricultores como no caso de Irenaldo, ele falou que o que ele tem só dá para mais um mês, daqui a um mês ele não vai conseguir plantar mais, porque a água dele já está acabando, então, são sempre desafios que acontecem (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

Como já mencionado anteriormente na seção 4.1, a região semiárida do Nordeste vem atravessando um severo ciclo de estiagem, que iniciou em 2010 e se prolongou para os anos seguintes. Nesse sentido, em sua pesquisa sobre a seca no Estado da Paraíba, Medeiros e Brito (2017) relatam as condições registradas da estiagem prolongada do período de 2012 a 2016, onde a estiagem impactou negativamente em todas as Mesorregiões do estado, causando elevados déficits de precipitação (figura 28), os quais foram gradativamente aumentados ao longo dos anos observados. Esse aumento também está relacionado a variabilidade temporal e espacial das chuvas que não permitiu que houvesse recuperação satisfatória, tanto agrícola quanto do nível dos reservatórios.

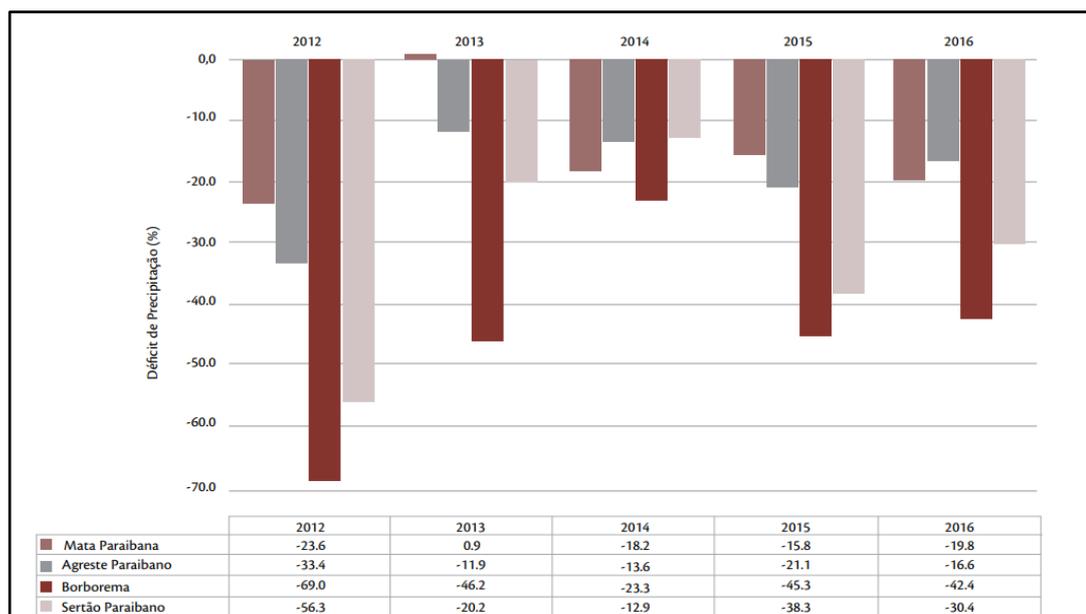


Figura 28 - Gráfico dos déficits de precipitação registrados no Estado da Paraíba, no período de 2012 a 2016.

Fonte: Medeiros e Brito (2017).

Melhorar e aumentar as estratégias de convivência com o Semiárido de modo que a estiagem não deveria ser considerada um desafio, pois é uma característica climática da região, assim buscar estratégias para fortalecer a convivência com as condições do Semiárido é fundamental. Os agricultores do território têm demonstrado uma boa resiliência, devido as estratégias de convivência com o Semiárido já implementadas pela atuação do Pólo e colaboradores, e estratégias previamente forjadas nos desafios do dia a dia dos agricultores, neste sentido o Sr. W.S. relata que:

**É incrível a capacidade que os agricultores têm de estocar água, essa capacidade dos agricultores é um trunfo na convivência com a seca,** muitos colocam que a falta de chuva é um desafio, eu digo que não! A falta de chuva motiva eles a encontrarem estratégias para conviver até sem a chuva e permanecer produzindo. Nos locais mais húmidos o pessoal está tendo um impacto muito pesado, morte das fruteiras, mas nessas regiões mais secas eles economizam água, beneficiam e fazem outros produtos, não se desanimam e estão sempre de cabeça erguida, apesar dos desafios (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifo nosso).

Na dimensão da certificação foram destacados quatro desafios principais:

A manutenção de uma relação mais próxima com os consumidores, é uma questão fundamental na OCS, como conseguir aumentar e garantir a permanência da

proximidade com os consumidores. De acordo com o depoimento do Sr. M. G. (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) nas feiras agroecológicas já foram construídas boas relações de confiança com os consumidores, entretanto, ainda é necessário viabilizar estratégias para fortalecer esses laços e aumentar a participação dos consumidores nos processos, o que também é um desafio devido a limitação de tempo dos consumidores. A EcoBorborema está pensando em criar uma comissão e um conselho de ética com envolvimento direto dos consumidores das feiras, o que é fundamental na garantia da qualidade orgânica.

A transformação da EcoBorborema em uma OPAC, é um grande desafio, que vai possibilitar “aumento da base social da EcoBorborema para além dos feirantes, garantia do acesso aos mercados que não são para venda direta e contribuir para envolvimento dos agricultores que produzem batata, algodão, entre outros” (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Nesse sentido, devido às restrições que a OCS apresenta quanto a questão comercialização ser exclusivamente para a venda direta, o desafio é transformar a EcoBorborema em um Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC<sup>61</sup>) a partir de um SPG que é composto pelo OPAC, definido na Instrução Normativa N° 19, como:

Uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), constituindo na sua estrutura organizacional uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG (BRAIL, 2009a, p. 16).

O Sr. W.S. (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) explanou sobre o desafio da adequação a legislação relacionada aos produtos de origem animal, visto que a maioria dos agricultores da EcoBorborema também criam animais e têm diversos produtos de origem animal (ovo, queijo, leite, mel, galinha, carne suína etc.) impossibilitados de comercialização nas feiras. Com a limitação nas opções de venda, são direcionados para atravessadores ou

---

<sup>61</sup> OAC: instituição que avalia, verifica e atesta que produtos ou estabelecimentos produtores ou comerciais atendem o disposto no regulamento da produção orgânica, podendo ser uma Certificadora ou Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (BRAIL, 2009a, p. 16).

comercializados nas comunidades ou através de demanda de consumidores individuais, principalmente a partir das relações de confiança. Constitui desafio laborioso a adequação dos produtos de origem animal a legislação de certificação.

Esse mesmo desafio com relação a produção animal foi também observado em outras experiências, como no caso da Rede Maniva de Agroecologia (Rema) que na formação das OCSs no estado do Amazonas-AM, constatou que essa dificuldade está diretamente relacionada a legislação, pois:

[...] os regulamentos técnicos da produção orgânica animal envolvem aspectos de grande complexidade a serem observados no que diz respeito, principalmente, à nutrição, mas também com relação ao bem-estar, à saúde, ao manejo sanitário, à reprodução, ao material de multiplicação, à evolução do plantel a partir de animais próprios e adquiridos, bem como às instalações. Os sistemas orgânicos de produção animal devem utilizar alimentação da própria unidade de produção ou de outra sob manejo orgânico (MENEZES, 2020, p. 39).

Ainda segundo o relato do Sr. W.S. (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) o outro desafio está relacionado a substituição da matéria-prima para beneficiar alguns produtos, em decorrência dos percentuais permitidos por lei para o açúcar, trigo, manteiga entre outros. Alguns dos produtos necessários não são produzidos na região, com rara disponibilidade nos mercados regionais. O custo para transportar de outra região junto ao alto valor individual desses produtos, por serem orgânicos, muitas vezes não compensam no retorno econômico do produto beneficiado. Mesmo diante desse desafio, os agricultores seguem beneficiando os produtos de acordo com as proporções permitidas por lei e buscando alternativas para superar este desafio. Ainda para o ano de 2019 a EcoBorborema vai tentar organizar uma compra coletiva de farinha de trigo e açúcar certificados de outra região.

Vale ressaltar que, ainda de acordo com o Sr. D.F. todos os produtos beneficiados que precisam de açúcar e farinha de trigo sempre seguem as proporções estipuladas por lei, além disso, os agricultores sempre procuram diminuir a proporção e substituir esses ingredientes por produtos da região, como o exemplo do bolo, onde as agricultoras dão preferência para o bolo de macaxeira, mandioca e milho.

Tendo em vista que, na Instrução Normativa Conjunta Nº 18, de 28 de maio de 2009, que dispõe sobre o regulamento técnico para o processamento,

armazenamento e transporte de produtos orgânicos, no seu artigo sete, consta que: “Os ingredientes utilizados no processamento de produtos orgânicos deverão ser provenientes de produção oriunda do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica”, porém, ainda abre uma pequena exceção no parágrafo um, onde: “Em caso de indisponibilidade de ingredientes agropecuários obtidos em sistemas orgânicos de produção, poderá ser utilizada matéria-prima de origem não-orgânica em quantidade não superior a 5% (cinco por cento) em peso” (BRASIL, 2009b, p. 15).

Na dimensão da agricultura convencional foi destacado pelo Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) um desafio principal: a contaminação das plantações de milho com os transgênicos, pois houve uma grande disseminação de transgênicos na região. Em 2018, algumas famílias que conservavam as sementes de milho há décadas, tiveram detectados em seus cultivos, milhos com traços de transgenia, condição, provavelmente ocasionada pelo cultivo de milho transgênico na vizinhança. O monitoramento da contaminação por transgênicos realizada em 2017, indicou a presença de transgênicos em 36% das amostras (FERNANDES e SILVA, 2020). De acordo com o Sr. M. G.:

A contaminação dos transgênicos, que por exemplo no caso aqui, agora estamos produzindo o fubá, xerém e mungunzá livres de transgênicos, então, a cada ano está se agravando a questão do milho transgênico, como são em pequenas propriedades. Então, isso intensifica mais ainda o problema. (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Segundo Nodari e Guerra (2015), dentre a pluralidade de ameaças à agrobiodiversidade<sup>62</sup>, estão as práticas utilizadas na agricultura industrial e a as mudanças climáticas, contudo, as “variedades transgênicas ameaçam sobremaneira a agrobiodiversidade pela contaminação por transgenes, bem como a diversidade cultural das comunidades tradicionais” (p. 183). Tendo em vista que:

Ao contrário de contribuir, os transgênicos reduzem as chances de inovações e a manutenção dos conhecimentos das comunidades locais e indígenas

---

<sup>62</sup> A agrobiodiversidade é a parcela da biodiversidade constituída por um conjunto de organismos e ecossistemas que apresentam fortes relações com os seres humanos, podendo ser domesticados, semidomesticados, cultivados ou manejados pelo homem. Agrobiodiversidade e agroecologia são concepções inseparáveis e faces da mesma moeda. A agrobiodiversidade manejada pelas populações tradicionais, principalmente aquelas direcionadas ao uso, requer um complexo sistema de manejo e um profundo entendimento das relações do ecossistema. Essas formas milenares de manejo serviram como base para as diferentes formas de agricultura ecológica existentes na atualidade (NODARI e GUERRA, 2015, p. 184-201).

limitando determinadas práticas, entre elas a troca e a seleção de sementes. Em particular, a perda do conhecimento tradicional, pela dependência da compra anual de sementes e insumos associados, poderá causar uma mudança drástica em termos de sustentabilidade e estabilidade das comunidades locais e indígenas, decorrente da insegurança alimentar (NODARI e GUERRA, 2015, p. 190).

Na dimensão da segurança no campo foi destacado um desafio principal: a violência e insegurança no campo, grave problema noticiado em várias regiões do país. Contribui para o aumento do êxodo rural, é uma questão que foge e extrapola as ações da EcoBorborema, todavia, afeta diretamente a agricultura familiar no território, muitos agricultores saíram do campo por medo, porque já passaram por alguma situação de risco, onde os agricultores mais expostos e visualizados pelos criminosos são os que vendem nas feiras, pois:

Os agricultores que mexem com dinheiro, esses são os mais cobiçados e tem muitos casos de agricultores que foram assaltados, muitos... esse é um fator muito complicado, hoje com a seca todo mundo consegue conviver, agora com a violência não! Tem caso aí de agricultores da EcoBorborema que estão com problemas psicológicos. Aqui de Remígio mesmo tem um agricultor que tem uma produção muito interessante de frutas e o cara praticamente teve que sair do sítio porque foi assaltado e a mulher dele tem um trauma, ela não vai mais ao sítio. Já imaginou o amor que a gente cria por um canto daquele e você pegar um trauma, nossa senhora, ele contando assim é triste. Esse é um dos maiores traumas que você encontra nas famílias que passam por esse tipo de coisa, porque é um trauma psicológico, porque a questão ambiental você vai superando. Tem agricultor da feira em Areial que está lá querendo vender o sítio. Tem a feira que estava sendo uma fonte econômica boa para a família, e a família, por causa do assalto, está vivendo em uma situação terrível, se você visse a tortura que eles sofreram quando foram assaltados, é uma família muito interessante, a questão do beneficiamento em uma propriedade pequena em uma região seca superando todas as adversidades, esse é um grande gargalo (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Com relação a essa grave problemática, o agricultor J. N. declara: “Mais ninguém tem coragem de investir em sítio, aí o povo diz que é por causa dos ladrões, que os bandidos estão expulsando o pessoal dos sítios, aí a maior dificuldade que eu acho hoje é a falta de segurança para os agricultores que moram no sítio” (Depoimento J. N. Agricultor F. Areial, EcoBorborema - em entrevista 2019).

### 6.1.2 Avanços da EcoBorborema

Os principais avanços relatados estão distribuídos nas dimensões da organização interna da EcoBorborema e dos agricultores, certificação participativa, agroecologia, reconhecimento, aquisição e estruturação, agricultura convencional e segurança no campo (figura 29). E que, em certa medida é corroborado pelo depoimento de um de nossos entrevistados: “Os avanços da EcoBorborema são também os avanços coletivos de uma rede, que não é dela em si, mas que é de um processo que ela também está inserida que é nesse projeto político maior que o pólo tem” (R.V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019).

Na dimensão da organização interna da EcoBorborema e dos agricultores foram destacados cinco avanços principais:

O sr. W.S. (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) destaca a capacidade de dialogar e dinamizar a organização e a adesão na participação das famílias do território na EcoBorborema, demonstra uma boa capilaridade, visto que o número de agricultores associados a EcoBorborema tem aumentado significativamente desde sua fundação, abrangendo 9 dos 14 municípios que participam do Pólo.

É denotado o fortalecimento das relações de solidariedade entre os agricultores. As relações de troca e socialização entre os agricultores do território são muito fortes, prevalecendo nas feiras e nas comunidades, segundo o Sr. E. D.:

Eu diria que é muito forte no trabalho da gente, os laços de solidariedade entre os agricultores, então, você vê muito nas feiras, mas não só nas feiras, nas propriedades também as pessoas fazem muita troca, um tem carne de porco e o outro carne de bode, então eles trocam, nas feiras mesmo um leva verdura e o outro leva banana e eles trocam no final da feira, então isso é um resultado que não tem dinheiro que pague (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

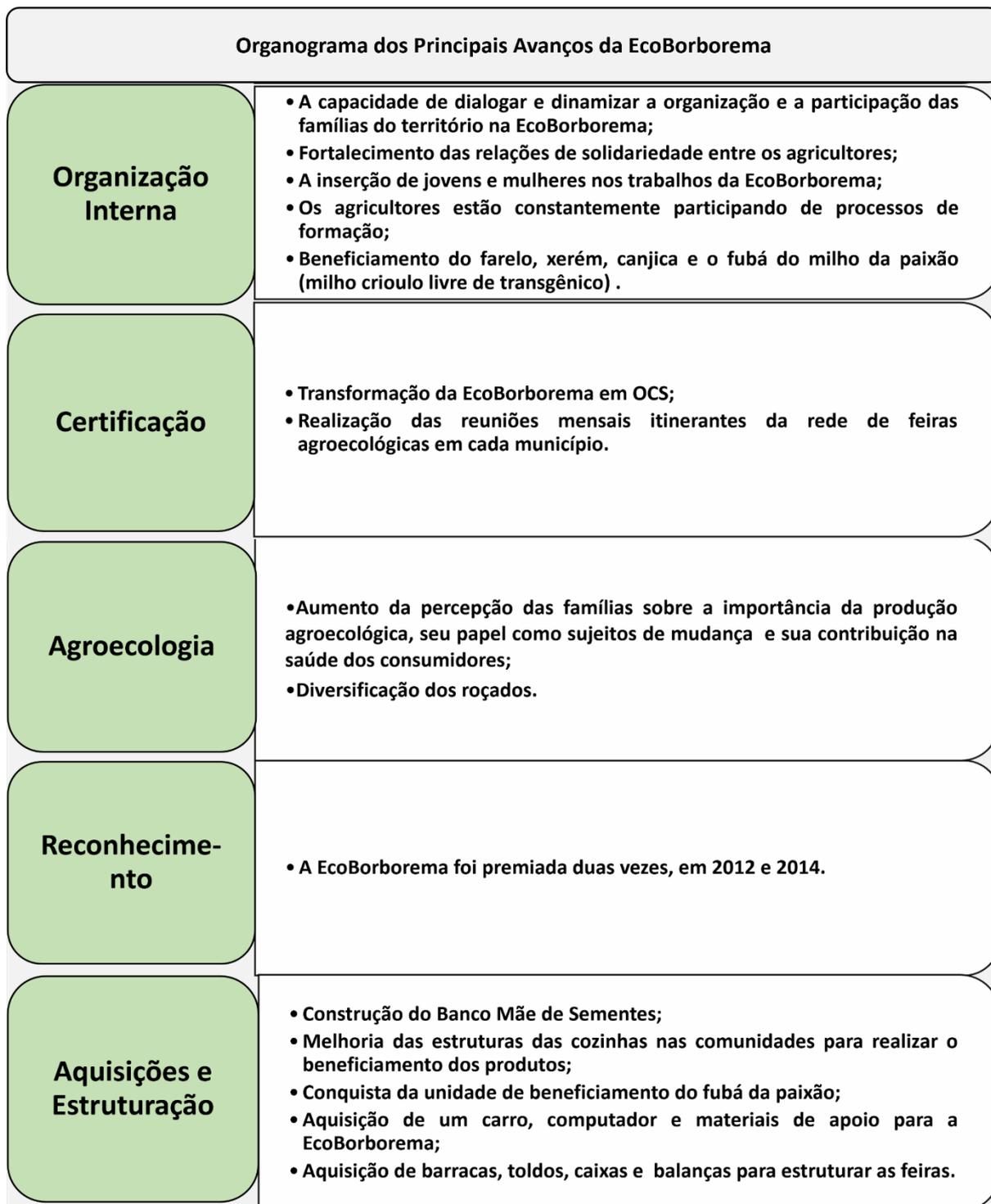


Figura 29 – Organograma dos principais avanços da EcoBorborema.

Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

A inserção de jovens e mulheres nos trabalhos da EcoBorborema, é fortalecida mediante todos os trabalhos que o Pólo e AS-PTA têm realizado no território, especialmente, nos momentos de formação nas comissões de sementes e alimentação, pois estes(as) foram motivados(as) a produzir e beneficiar os seus

produtos para comercialização nas feiras, e reflexão sobre a importância do seu papel na agricultura e para o bem-estar da sociedade. O Sr. M. G. ressalta que:

**Isso tem uma associação muito forte ao trabalho do polo de reconhecimento e valorização das mulheres, mas também o Programa P1+2 né, da segunda água. A água para a produção favoreceu muitas mulheres que estavam ali na invisibilidade**, a partir da cisterna calçada passou a produzir no seu quintal e produzir primeiro para a alimentação da família, mas gerava um excedente que possibilitava levar para a feira (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

Esse processo é confirmado na pesquisa: “Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero” de Serrano (2014), a qual identificou que o trabalho do Pólo da Borborema, através da agroecologia, tem contribuído no fortalecimento das mulheres camponesas:

Podemos dizer que o Polo da Borborema, através da Agroecologia, vem reacender a chama da luta das mulheres rurais na Paraíba. É através de um projeto de desenvolvimento do campo baseado nos princípios da Agroecologia, construído com a participação de mulheres e homens do campo, que essas mulheres começaram a perceber o seu valor como mulher e como agricultora. Trocando experiências de produção, histórias de vida, partilhando seus saberes, saindo de casa e ampliando o convívio social que elas identificaram situações comuns de opressão e se uniram para superá-las. A partir da comissão de Saúde e Alimentação, se torna visível o trabalho da mulher no roçado, no planejamento da produção, como guardiãs das sementes, nos quintais produtivos, na criação animal, no saber sobre as ervas medicinais, mostrando a todos que têm papel central na garantia da segurança alimentar e na autonomia e manutenção das famílias no campo. Para que todo esse processo tomasse corpo, é necessário destacar o papel da assistência técnica diferenciada prestada pelo Polo da Borborema e pela AS-PTA, que, contrastando com a assistência governamental, se coloca politicamente ao lado das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo na busca por seus direitos e sua autonomia (SERRANO, 2014, p. 110).

Os agricultores estão constantemente participando de processos de formação. O Pólo, AS-PTA e EcoBorborema buscam sempre proporcionar momentos de formação dos agricultores a partir de eventos, intercâmbios, cursos, reuniões, entre outros.

Segundo o Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) outra conquista muito positiva foi o beneficiamento do farelo, xerém, canjica e o fubá do milho da paixão (milho crioulo livre de transgênico). Essa ideia surgiu dentro do trabalho com os bancos de sementes comunitários, tendo em vista que a predominância de fubá transgênico no mercado, ocasionou pouquíssimas

opções de fubá orgânico/agroecológico, representando uma oportunidade de inserção para o produto. Para tanto, a comissão de sementes se uniu ao núcleo de mercado para criar a estratégia de produzir o próprio fubá da paixão do território, onde foram realizadas várias experiências até conseguir uma máquina que produzisse o fubá seco, com uma validade de 6 meses. Além disso, no final de cada colheita é realizado o teste de transgenia, mais uma forma de garantir a qualidade da produção.

Nesse processo, foi construído um modelo para o sistema agroindustrial do Fubá da Paixão produzido pelo Pólo (a partir da cooperação técnica realizada entre o Laboratório de Tecnologia de Produtos Agropecuários – LTPA da UFPB e a AS-PTA) (figura 30) (SILVA, 2018).

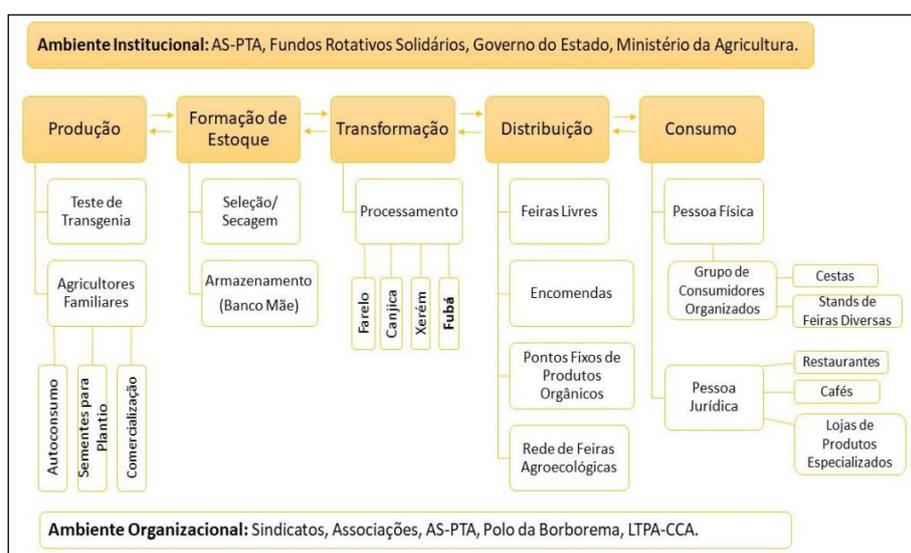


Figura 30 - Proposta de Modelo do Sistema Agroindustrial do Milho Crioulo Livre de Transgênicos. Fonte: SILVA (2018, p. 37).

Na dimensão da certificação foram destacados dois avanços principais:

A transformação da EcoBorborema em OCS, representou mais uma forma de garantir a qualidade orgânica dos produtos e fortaleceu a relação de confiança com os consumidores.

A consolidação da estratégia de realização das reuniões mensais itinerantes da rede de feiras agroecológicas em cada município (figura 31). As reuniões itinerantes representam uma ferramenta importante na garantia da conformidade orgânica, como destacado pelo Sr. M. G.:

Hoje todas as feiras estão se reunindo mensalmente e o que evoluiu também foi que as **reuniões das feiras que eram muito na sede e no sindicato e passaram a ser itinerantes**, então, cada reunião que tem hoje acontece em uma propriedade, é uma reunião que também possibilita a **visita de pares**, ou seja, na reunião todos os feirantes daquela feira visitam uma família da feira. Então, vai lá e ver como é que ela está plantando, ver se aquela coisa que ela vende, de fato produz, isso **fortalece o processo de certificação participativa**, acho que isso é básico e dá uma motivação a mais as famílias, porque elas estão, também recebendo as visitas, elas estão visitando e de olho se alguma coisa errada, mas também é um incentivo você poder mostrar o seu trabalho, você vende o produto lá, mas o consumidor não tem tempo de visitar, então assim eu acho que esse foi um dos grandes avanços (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).



Figura 31 – Fotografia A) Participação na reunião itinerante da feira agroecológica de Campina Grande-PB-2019; B) Participação na reunião itinerante da feira agroecológica de Esperança - 2019.

Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

Tendo em vista que o controle social da OCS também pode ser realizado por meio das reuniões em grupo e Visitas de Pares, a qual é definida na legislação: “quando pessoas que integram o mesmo SPG avaliam, por meio de visitas, o cumprimento de critérios e práticas de produção” (BRASIL 2009a, p. 20). Nesse sentido, a Visita de Pares representa um importante instrumento utilizado pelos agricultores e outros membros da OCS, com intuito de fortalecer a troca de conhecimentos e práticas, a qual deve ser uma atividade dinâmica, com momentos de observação de campo e reflexões, como também serve para a OCS verificar os cumprimentos dos regulamentos técnicos da produção (MACHADO, R. M. et al., 2016). À medida que, o controle social para a garantia qualidade dos alimentos orgânicos aos consumidores, por meio do SPG e da OCS, ocorre a partir dos monitoramentos, verificações entre os próprios agricultores, consumidores, técnicos e outros atores (FONSECA, LEITE e ALMEIDA, 2020).

Na dimensão da agroecologia foram destacados três avanços principais:

Aumento da percepção das famílias sobre a importância da produção agroecológica, seu papel como sujeitos de mudança e sua contribuição na saúde dos consumidores, *“isso é uma coisa muito positiva, porque você produzir e não só produzir para ganhar dinheiro, mas você tem que pensar também no que você tá produzindo, para quem e como está produzindo”* (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Diversificação dos roçados, a produção dos agricultores do território não está concentrada em um tipo de produto, como ocorre em outras realidades que trabalham especificamente com uma cadeia produtiva. Segundo o Sr. W. S.:

Foi contabilizado no monitoramento uma diversidade grande de produtos, a diversidade que conseguimos e essa diversidade também é por tipo e ainda não conseguimos categorizar a diversidade dentro das variedades. Por exemplo: temos uma grande diversidade de frutas, mais de 30 tipos de frutas e isso não tem a variedade ainda, aí vem os beneficiados, os produtos de origem animal, isso é um avanço! (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Na dimensão do reconhecimento foram destacados dois avanços principais:

O Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) relatou que a EcoBorborema foi premiada duas vezes, em 2012 e 2014, o que demonstra um importante reconhecimento do trabalho realizado no território. Por vários anos, a EcoBorborema acessou e geriu o PAA e em 2012 a CONAB lançou o edital do concurso do PAA na Tela<sup>63</sup> para organizações que haviam acessado o PAA contarem sua história. A EcoBorborema concorreu com vídeo<sup>64</sup> de 5 min. (contando sua experiência de gestão e organização do PAA) intitulado “PAA nas feiras agroecológicas da Borborema-PB”. O curta foi premiado e a EcoBorborema recebeu o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil), que foram convertidos para um fundo rotativo para os agricultores sócios acessarem e investirem na área de produção.

---

<sup>63</sup> O concurso, lançado em 2012 pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) premiou os 20 melhores filmes que retratam as experiências de associações, cooperativas e entidades beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) em todo o país. O prêmio, no valor de R\$ 5 mil. Dentre os vídeos selecionados a maioria foi do Nordeste: 14 da categoria PAA Doação, três de PAA Estoque e três de PGPM Extrativismo ([Conab - Saiu o resultado do concurso PAA na Tela](#)).

<sup>64</sup> Vídeo disponível em: [PAA nas Feiras Agroecológicas da Borborema - PB - YouTube](#).

A segunda premiação da EcoBorborema foi em 2014, a partir do edital do BNDS-CONAB<sup>65</sup> que foi direcionado para as organizações que atuavam com o PAA. A EcoBorborema ganhou o prêmio de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para investimentos.

Na dimensão de Aquisições e Estruturação foram destacados cinco avanços principais:

A construção do Banco Mãe de Sementes, foi uma estrutura proposta pelo Pólo Sindical dentro da política territorial de fortalecimentos dos bancos comunitários de sementes. Para tanto, a Coordenadora do Pólo Sindical Roselita Vitor detalha que:

A construção do Banco Mãe foi proposta pelo Polo da Borborema, em assembleia durante os debates em torno do Programa de Desenvolvimento Territorial do Governo Lula, como um espaço para fortalecer a rede de BSCs, as trocas de sementes e as dinâmicas de todo o território em torno das políticas públicas que estavam se construindo junto com a Rede de Sementes e a ASA-PB. É um espaço dedicado ao armazenamento de sementes, com uma quadra para secá-las, uma cozinha e uma sala para os agricultores poderem trocar informações e receber pessoas de outros municípios e estados (SANTOS *et al.*, 2012, p. 38).

Em 2004 a construção do Banco Mãe e um Centro de Atividades foram colocadas como prioridade do Território da Cidadania, contudo, o Banco foi somente inaugurado (figura 32) em 2011, com as obras inconcluídas e sob protestos do Pólo Sindical (AS-PTA, 2011). Entretanto, em 2017 as obras foram concluídas e neste mesmo período ocorreu a segunda inauguração popular do Banco Mãe de Sementes. O Banco exerce múltiplas funções:

Papel na conservação da diversidade de sementes do território; na regulação dos estoques da Rede de Bancos de Sementes Comunitários; nas práticas de beneficiamento e comercialização das sementes crioulas; no acesso aos programas públicos de sementes. O Banco Mãe de Sementes ainda cumpre papel importante como Centro de Atividades e de Formação de agricultoras e agricultores-experimentadores; ainda será estruturada uma cozinha-escola para fortalecer as estratégias de beneficiamento dos produtos da agricultura

---

<sup>65</sup> O edital de chamada pública nº 001/2013 BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) - CONAB teve como objetivo apoiar projetos que contribuam para o fortalecimento social e econômico de organizações produtivas rurais de base familiar fornecedoras de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também puderam participar organizações que operavam a Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Foram liberados R\$ 5 milhões para investimentos em infraestrutura, incluindo a compra de equipamentos, itens de armazenagem, veículos, estruturação, entre outros. Cada associação obteve apoio não reembolsável de até R\$ 50 mil ([Conab - Conab SP formaliza instrumento de colaboração com associação de mulheres assentadas](#)).

familiar, dando relevo ao trabalho e favorecendo o empoderamento e a geração de renda das mulheres agricultoras (AS-PTA, 2017).



Figura 32 - Fotografia A) Inauguração do Banco Mãe de Sementes - 2011; B) Inauguração Popular do Banco Mãe de Sementes - 2017.

Fonte: AS-PTA, 2011; 2017.

De acordo com o depoimento do Sr. M. G. (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) posteriormente foi observado que o Banco Mãe não demandaria uma estrutura grande, sendo submetido a mudanças na estrutura em relação a conformação inicial. Atualmente, o Banco mãe está sendo transformado em uma unidade de beneficiamento do fubá e por conseguinte do floção de milho, além de continuar com as demais funções citadas anteriormente, como a cozinha-escola.

Os Senhores D.F. e E.D. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019; Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) explanaram sobre a melhoria das estruturas das cozinhas nas comunidades para realização do beneficiamento dos produtos, ação coordenada pela comissão de saúde e alimentação, onde a instituição financiadora, Mãos Unidas, tem apoiado os projetos de construção das cozinhas das agricultoras. Foram construídas diversas cozinhas nas comunidades para beneficiar os doces, polpas, geleias, bolos, entre outros.

A conquista da unidade de beneficiamento do fubá da paixão e a estruturação das unidades de beneficiamento no Banco Mãe, são importantes avanços para ampliação das possibilidades de comercialização.

O Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) relatou que a aquisição de um carro, computador e materiais de apoio para a EcoBorborema, ocorreram a partir do prêmio de R\$ 50.000,00 que a instituição ganhou para investimentos. O carro é utilizado para transporte dos integrantes da EcoBorborema para a realização das visitas de acompanhamento nas áreas de produção e de atividades de coordenação em apoio ao trabalho em desenvolvimento nesse território.

Aquisição de barracas, toldos, caixas e balanças para estruturar as feiras, além de melhora na apresentação dos produtos.

### 6.1.3 Perspectivas da EcoBorborema

As principais perspectivas relatadas estão distribuídas nas dimensões da organização interna da EcoBorborema e dos agricultores e da certificação participativa (figura 33).

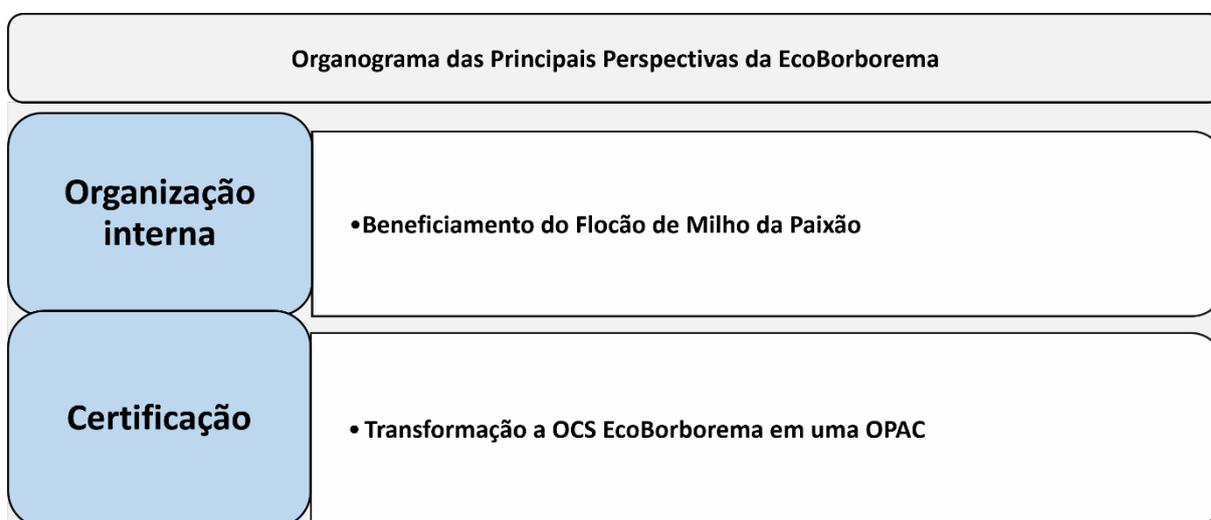


Figura 33 – Organograma das principais Perspectivas da EcoBorborema.  
Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

Na dimensão da organização interna da EcoBorborema e dos agricultores foi destacada uma perspectiva principal:

Beneficiamento do Flocão de milho da Paixão, como já ocorre a produção do fubá, o objetivo é agregar mais esse produto com enorme potencial de mercado. Para isto, é necessário comprar o maquinário para fabricação do flocão.

Na dimensão da certificação foi destacada uma perspectiva principal:

Transformação da OCS EcoBorborema em uma OPAC. Como já foi mencionado anteriormente, o objetivo dessa transformação é possibilitar a certificação de produtos que não são para a venda direta, para possibilitar a comercialização em outros espaços.

Segundo o depoimento do Sr. E.D. (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) a necessidade dessa transformação decorre, principalmente, do crescimento da EcoBorborema, onde as demandas pelos produtos estão superando os espaços de oferta das feiras, porquanto que já foram observadas em supermercados, lojas de produtos naturais, deliveries, entre outros. Inclusive, já são comercializados alguns produtos fora do território, a exemplo da capital do estado João Pessoa-PB. O principal gargalo é a adequação a demanda de pontos fixos de comercialização, nos quais são exigidas notas fiscais e o selo de produto orgânico. Na perspectiva de atender a esta determinação, AS-PTA, o Pólo e a EcoBorborema já viabilizaram recurso para contribuir nesse processo, no qual o foco inicial será a formação dos agricultores sobre o tema. Para isto, existe a proposta para convidar um profissional referência nessa área e que atua com a Rede Ecovida de Agroecologia. Entretanto, essa transformação só vai acontecer quando o conjunto da EcoBorborema achar que realmente é o tempo certo e tiver passado por todo esse processo de formação com os agricultores, pois:

A gente vem refletindo com as famílias essa possibilidade, mas é uma coisa que a gente pensa para o futuro, inclusive conseguimos o apoio de um projeto para mobilizar essa discussão com as famílias. São caminhos a serem construídos com as famílias, porque não adianta a gente discutir a transformação de uma associação em uma OPAC sem antes isso está claro para os agricultores (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Em seu relato, o sr. E.D. (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) trata a preocupação quanto a conjuntura política atual, que traz inúmeras dúvidas quanto ao fortalecimento das modalidades de certificação orgânica e a agricultura familiar, o que pode interferir na transformação da EcoBorborema em

OPAC. “Caso o cenário seja negativo, a OCS não vai morrer, porém, naturalmente a EcoBorborema vai constituir novos mecanismos para continuar com o seu trabalho”.

## **6.2 Significados da EcoBorborema para o Território da Borborema**

O grupo de agricultores relatou o que a EcoBorborema significa/representa para eles e suas famílias. No organograma a seguir (figura 34) constam os 24 principais significados destacados pelos agricultores e agricultoras. Vale destacar, que esses significados vão para além da EcoBorborema e representam todo o trabalho realizado no território desde 1993, portanto, falar da EcoBorborema é também falar do que o Pólo e AS-PTA representam.



Figura 34 – Organograma dos Significados/representações da EcoBorborema para os agricultores.  
Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

Nesse momento da entrevista alguns agricultores e agricultoras se emocionaram ao tratar desse tema, principalmente, devido as mudanças positivas que a EcoBorborema e todo o trabalho em conjunto com o Pólo e a AS-PTA proporcionou na vida destes sujeitos e suas famílias. A agricultora M. T. ressalta:

**Eu acho que a EcoBorborema é muito importante** né, todos os projetos que a gente tem são importantes e eles estão fazendo o que podem né, com todos que participam e incentivando os outros que não estão dentro do projeto, mas na verdade eles estão fazendo o que podem, estão dando muito

apoio, mas aí depende também de Deus e do governo que a gente ver por aí. **Eu só tenho muito que agradecer, porque se não fosse eles também eu acho que só Deus sabia da situação**, porque a EcoBorborema está dando muita força, **são muitos projetos e cada um é de um jeito diferente** (Depoimento M. T. Agricultora F. Areial, EcoBorborema - em entrevista 2019, grifos nosso).

No que tange ao significado “Valorização da identidade dos agricultores” todo o trabalho realizado no território sempre foi focado na valorização da identidade e dos conhecimentos dos agricultores em todos os processos, a exemplo disso, a rede de agricultores-experimentadores. No tocante a este tema, o agricultor M. A. enfatizou que a EcoBorborema:

**Mudou tudo! E de se valorizar né, que hoje o agricultor pode chegar em qualquer canto e dizer: Eu sou agricultor! E antes se você chegasse em um canto na rua e fosse dizer que era agricultor, dizia com vergonha, que o povo ficava mangando [rindo] da pessoa e hoje nós diz com ORGULHO, nós somos agricultores! Que é uma coisa que a gente sabe que produz uma coisa pura e a gente sempre tá dando o melhor**, passou que a gente é sim uma pessoa como outra qualquer e a gente tem futuro né. **Eu chego até a me emocionar**, porque **antigamente o agricultor era um matuto do sítio que não produzia nada, assim produzia, mas pra eles era mesmo que nada, mas nós tem futuro né** (Depoimento M. A. Agricultor F. Areial, EcoBorborema - em entrevista 2019, grifos nosso).

No tocante ao significado “Aumenta a renda das famílias”, os agricultores relacionaram a inserção nos mercados, possibilitada pela EcoBorborema através das feiras agroecológicas e dos mercados institucionais, que garantiram a comercialização diferenciada e a valorização de seus produtos, proporcionando importante contribuição para a segurança financeira da família. Concernente a este aspecto, a agricultora M. B. apresenta um breve relato de como a EcoBoreborema tem influenciado na vida dela:

**Mudou muito a minha vida!** Depois que eu comecei a participar, **através da associação coloquei produtos para o PAA e PNAE**, mudou muito porque a gente **financeiramente não tinha aquela renda né**, e quando a gente começa a participar aí vai **melhorando mais a vida da gente**, a gente vai tendo mais uma rendinha, vai melhorando. Agradeço muito a essa associação, porque **ela incentiva a gente**, cada vez **que a gente vai para uma reunião que começa a debater, as vezes a gente se emociona que é muito importante a gente produzir as coisas naturais** (Depoimento M. A. Agricultora F. Remígio, EcoBorborema - em entrevista 2019, grifos nosso).

O significado “Incentiva a produção agroecológica” está relacionado a todo o processo de formação e estímulo à produção agroecológica pelo qual os agricultores

da EcoBorborema passam. Nesse sentido, o agricultor M. A. afirmou que: “Na produção também mudou bastante coisa, eu pensava que agricultura era feijão, milho e fava, porque meus pais aprenderam assim e eu aprendi assim também, se eu fosse plantar uma árvore que não desse fruto eu não plantava” (Depoimento M. A. Agricultor F. Areial, EcoBorborema - em entrevista 2019). Já a agricultora M. P. destaca:

Eu acho que a gente estava precisando disso, de ter uma associação que valorize o produto, principalmente, o agroecológico, que não é a questão de valorizar o produto em si, mas trabalhar com agroecologia, com o conhecimento do agricultor e agricultora, mas trabalhando essa questão do defensivo natural, da saúde e da vida primeiramente né. Primeiro você alimenta a família e o excedente você leva pra fora, primeiro você tem que se alimentar do que você produziu, se sobrou então você leva para a venda né (Depoimento M. P. Agricultora F. Lagoa Seca, EcoBorborema - em entrevista 2019).

Na perspectiva do significado “Melhora a autoestima das mulheres” esse resultado advém do trabalho inclusivo realizado, especialmente, pela comissão saúde e alimentação do Pólo, o qual a agricultora M. A. retrata em seu depoimento que:

**Antes eu era uma pessoa como se diz só uma dona de casa bem... deprimida**, só tomando conta de casa, de marido e filho, era uma rotina só do dia a dia e **depois que eu comecei a conhecer né, o pessoal do sindicato e a AS-PTA e comecei a participar e ter mais conhecimento**, aí mudou mesmo a minha vida e hoje eu sou outra pessoa! **Se você chegasse aqui há 10 anos atrás eu não estaria aqui conversando com você, era toda tímida, quem saía era o homem**, eu ficava lá por trás, aquela coisinha acolá, e hoje não, **eu vou para as feiras, hoje eu vendo, hoje eu faço de tudo**, graças a Deus, **hoje eu sei o meu valor e muito...** assim, pra vista do que eu vivia aqui escondida. É porque assim, eu fiz muitas amizades com as meninas da ASPTA, vieram aqui gravaram dois filmes que faz parte da marcha das mulheres, recebi gente de fora do Brasil, vi gente lá de fora que a gente nem sabe onde fica né, vim pra casa da pessoa ali e reunir um monte de gente aqui, então, a gente fica realizada né, é muito importante mesmo pra nós mulheres (Depoimento M. A. Agricultora F. Remígio, EcoBorborema - em entrevista 2019, grifos nosso).

Ainda na questão de gênero, o significado “Valoriza muito o trabalho das mulheres”, decorre do trabalho voltado para a valorização e fortalecimento das mulheres no território, de forma a contribuir significativamente com o empoderamento socioeconômico das mulheres agricultoras da EcoBorborema, onde a agricultora M. P. revelou que:

A ecoborborema é uma associação **que valoriza muito o trabalho, principalmente, das mulheres**, ela não só valoriza os homens, mas as mulheres que estão inseridas ali, e a partir disso **deu muita autonomia para**

**a mulher**, muita... muita autonomia, porque eu digo a você que **a gente perdeu o medo de ter o nosso próprio dinheirinho, de cultivar o nosso produto, de levar para as feiras, de estar ali com os nossos produtos que a gente não valorizava**. Se vendia por qualquer preço a qualquer pessoa que chegava, você não tinha esse valor, essa autonomia de dizer assim, é meu produto e eu estou vendendo o meu produto e não é dele, é meu e fui eu que plantei, que cultivei, que criei, isso pra gente é muito importante e a gente está colocando um dinheirinho no bolso, do produto que a gente cultivou (Depoimento M. P. Agricultora F. Lagoa Seca, EcoBorborema - em entrevista 2019, grifos nosso).

O processo de valorização do trabalho da mulher e outros aspectos relacionados foram temas trabalhados estrategicamente pela rede do Pólo, para tanto, Serrano ainda afirma que:

A estratégia do Polo foi dar visibilidade a esse trabalho e romper o isolamento que muitas mulheres ainda vivem, tirando as agricultoras de casa para intercâmbios, oficinas, eventos, colocando histórias de superação para animar outras mulheres. Ao estudar a realidade se descobriu, por exemplo, que quanto menor é a terra disponível para a família, mais disputado é o espaço dos arredores de casa, onde tradicionalmente as mulheres conseguem desenvolver suas experimentações de forma conjunta ao trabalho doméstico que está, em geral, sob sua responsabilidade. Os debates para entender melhor as opressões vividas pelas agricultoras, bem como o contexto social no qual elas se reproduzem, foram colocados em pauta permanente, uma vez que se acredita que para se construir um projeto de Agroecologia é necessário desconstruir essas desigualdades (SERRANO, 2014, p. 66).

Essa representação positiva da EcoBorborema para os agricultores está enraizada no trabalho realizado no território desde 1993, que está causando importantes transformações para a agricultura familiar local. Sobreira (2019, p. 9) detalha um pouco desse processo:

A região da Borborema, na Paraíba, vem assistindo uma verdadeira revolução nas maneiras de produzir, de lidar com a terra, de manejar criações, de reivindicar políticas públicas e lutar por igualdade. Revoluções micro-estruturais que começaram na década de 1990 com a criação do Polo da Borborema e início de um processo sistemático de experimentações e inovações pelas famílias agricultoras.

Na visão da assessoria técnica da AS-PTA a Ecoborborema representa para os agricultores um espaço que garante, principalmente: Confiança, credibilidade, acesso as feiras, transformação de vida, transforma os agricultores em militantes da agroecologia e mudança de renda. O Sr. M. G. frisa ainda *“Eu acho que as pessoas*

*estão satisfeitas, reconhecem a EcoBorborema e se veem representadas nela”* Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

### **6.3. Unidade de produção dos Agricultores da EcoBorborema**

#### **6.3.1 Caracterização da heterogeneidade climática das unidades de produção**

A Mesorregião do Agreste Paraibano é caracterizada como uma área transitória entre a zona da floresta úmida do litoral (Zona da Mata) e o Sertão, menos úmido, apresenta grande diversidade de recursos naturais, mas também sujeita a uma forte variabilidade climática (PIRAUX *et al.*, 2012). Essas características da região possibilitam ao Território da Borborema, que embora pequeno, contemple uma grande diversidade (CANIELLO, PIRAUX, BASTOS, 2014).

Para tanto, Piraux e Bonnal (2008) destacam três principais fatores de diferenciação espacial que se destacam e influenciam as dinâmicas territoriais, dos quais: o primeiro de origem natural; o segundo no plano social e o terceiro é a localização dos polos urbanos e das vias de comunicação.

No fator de origem natural/geográfico, estão: as variações de precipitações pluviométricas anuais, relevo (o volume e a frequência da chuva são fortemente influenciados pelo relevo) e de solos, e por padrões definidos de ocupação e uso do espaço agrícola (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002; PIRAUX, M.; BONNAL, 2008).

Do processo sistêmico de pesquisa/diagnóstico desprendido pela AS-PTA, desde o início da sua atuação no território, com intuito de caracterizar as lógicas de composição e de funcionamento dos agroecossistemas tradicionais estabelecidos na região, teve como um dos resultados a elaboração do zoneamento agroambiental (descrevendo os padrões de uso e manejo nos diferentes estratos ambientais). Nesse zoneamento foram identificados três grandes estratos/regiões ecológicas no primeiro nível hierárquico (Brejo, Agreste e Curimataú), onde cada nível possui diversas “molduras ambientais” (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002). A partir do zoneamento e outras pesquisas que foram realizadas a posteriori, inserindo uma área de maior abrangência, o Território da Borborema, foi definido com quatro regiões

ecológicas distintas: Brejo, Agreste, Curimataú e Cariri agrestado (figura 35; quadro 16).

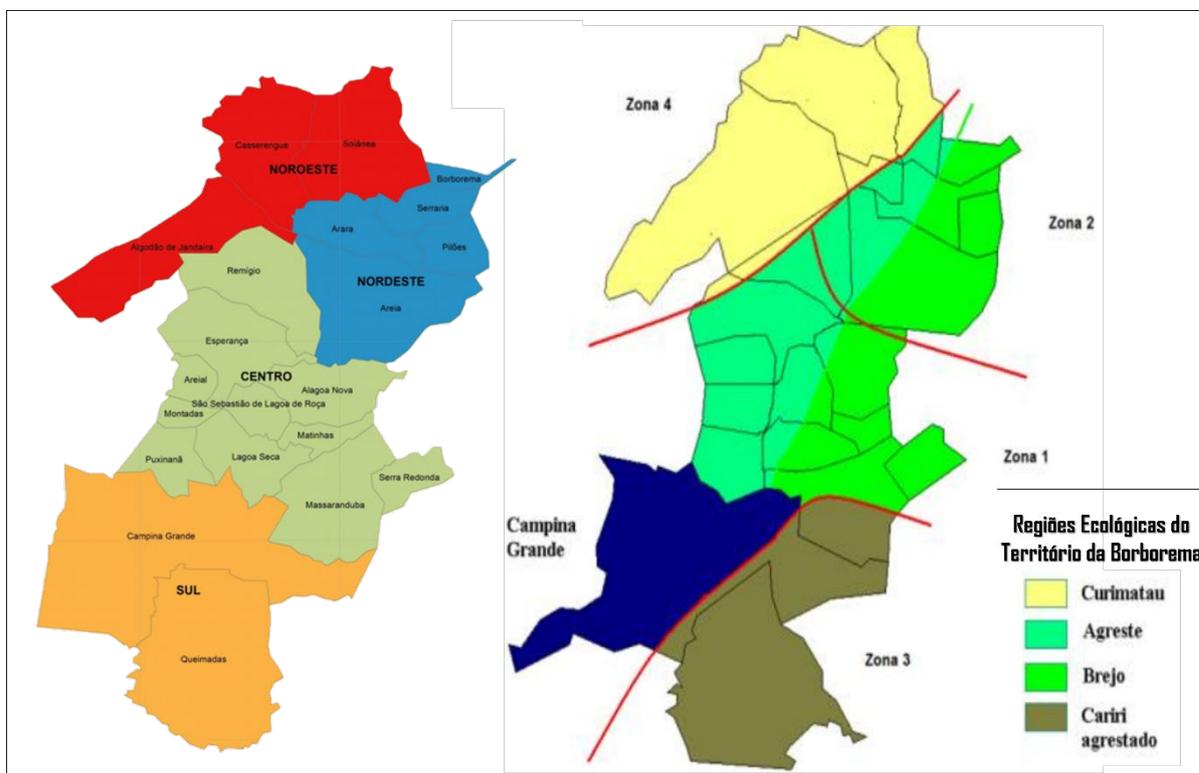


Figura 35 – Mapa da divisão do Território em regiões ecológicas e as zonas de dinâmicas territoriais. Fonte: Adaptação da autora com os mapas de Caniello (2014 p. 26); Caniello, Piraux, Bastos (2014 p. 36).

Caracterização das Quatro Regiões Ecológicas				
Regiões Ecológicas	Características	Municípios	Precipitação média	Bacia Hidrográfica
<b>Brejo</b>	Zona predominantemente baixa e úmida localizada na parte nordeste da região. Na escarpa leste do planalto, as águas da bacia do Rio Mamanguape percorrem um relevo fortemente acidentado. É a área mais chuvosa,	1.Alagoa Nova 2.Lagoa Seca, 3.Matinhas 4.Massaranduba 10. Arara 11.São S. de Lagoa de Roça, 12.Massaranduba 13.Solânea 14.Remígio	800mm a 1.200 mm	Rio Mamanguape
<b>Agreste</b>	Zona alta e úmida conformando o centro da região.	1.Solânea 2.Areia 3.Alagoa Nova 4.Remígio 5.Esperança 6.Arara 7.São S. de Lagoa de Roça 8.Lagoa Seca 9.Areial 10.Montadas	600mm a 800mm ao ano	Rio Paraíba
<b>Curimataú</b>	A porção noroeste do território é marcada pela depressão do Rio Curimataú, uma área de sombra de chuva, conhecida por ser a zona mais seca e pelas formações de caatinga.	1.Solânea 2.Casserengue 3.Algodão de Jandaíra 4.Remígio 5.Esperança 6.Arara 7.Lagoa Seca	<b>Curimat. Ocidental</b> (região mais seca) pouco mais de 600 mm/ano; <b>Micr. Esperança</b> (670 mm/ano) e <b>Curimat. Oriental</b> (770 mm/ano).	Rio Curimataú
<b>Cariri Agrestado</b>	Zona mais baixas e seca, o Cariri, constituindo a parte sudoeste da região e uma zona baixa muito seca.	1.Massaranduba 2.Queimadas 3.Campina Grande	400mm ao ano	Rio Paraíba

Quadro 16 - Caracterização das Quatro Regiões Ecológicas

Fonte: Elaboração própria com dados de SILVEIRA, FREIRE E DINIZ (2010); PIRAUX e BONNAL (2008); CANIELLO, PIRAUX e BASTOS (2014).

O segundo fator está no plano social, a partir da atuação de duas dinâmicas socioeconômicas importantes na região: o Pólo Sindical em parceria com outras instituições voltadas para a promoção do desenvolvimento rural, na região central e

centro-oeste; e a mais nordeste, o movimento de reforma agrária que culminou na criação do Fórum dos Assentados<sup>66</sup> (PIRAUX, M.; BONNAL, 2008).

O terceiro fator é a localização dos pólos urbanos (Campina Grande e Guarabira que influenciam as atividades econômicas da região) e as vias de comunicação (rodovia de direção Norte-Sul que liga Campina Grande aos povoados mais importantes da região atuando como um eixo polarizante e onde se concentra a população do Território) (CANIELLO *et al.*, 2014).

### **6.3.2 Agricultura Familiar no Território da Borborema**

Piroux e Miranda (2010) descrevem uma análise do processo de campesinização-descampesinização-recampesinização da agricultura familiar da Mesorregião do Agreste paraibano, onde correlacionam a influência das formas de intervenção do Estado no setor agrícola e meio rural a evolução da agricultura familiar na região, a partir de um recorte temporal focado em três períodos: período pré-ditadura militar, durante a ditadura militar e pós-ditadura militar.

Esse recorte temporal foi marcado por três intervalos de diferentes formas de intervenção do Estado no mundo rural, com a primeira fase de incentivo ao mercado internacional (1889-1970), segunda fase de modernização (1970-1990) e a última fase de agricultura alternativa (1990-2003), atreladas as atividades agropecuárias predominantes correspondentes a cada fase (figura 36).

Nesse sentido, pode-se observar que a ao longo do tempo, à medida que ocorria a predominância de cada ciclo produtivo (algodão, café, cana de açúcar, sisal, batatinha, fumo e laranja) e a pecuarização na região, com suas transformações produtivas e socioeconômicas, devido as exigências por extensões de terra/ou mão de obra, sucediam mudanças/interferências diretas nos padrões de campesinização, descampesinização e recampesinização dos agricultores familiares na região. Esses processos de enfraquecimento (retração) e fortalecimento (expansão) da agricultura

---

<sup>66</sup> Este fórum é uma herança do movimento social formado pelos antigos trabalhadores de usinas açucareiras localizadas nos arredores de Guarabira que encerraram suas atividades no final dos anos 1980. O movimento de luta pela terra desembocou na criação de 14 assentamentos. A criação do Fórum dos Assentados e sua posterior integração ao território ligado à política da SDT (PIRAUX, BONNAL, 2008, p. 268).

familiar, ocorridos nesses intervalos, também estão correlacionados ao surgimento - fortalecimento - enfraquecimento dos movimentos e organizações sociais e do apoio do Estado.

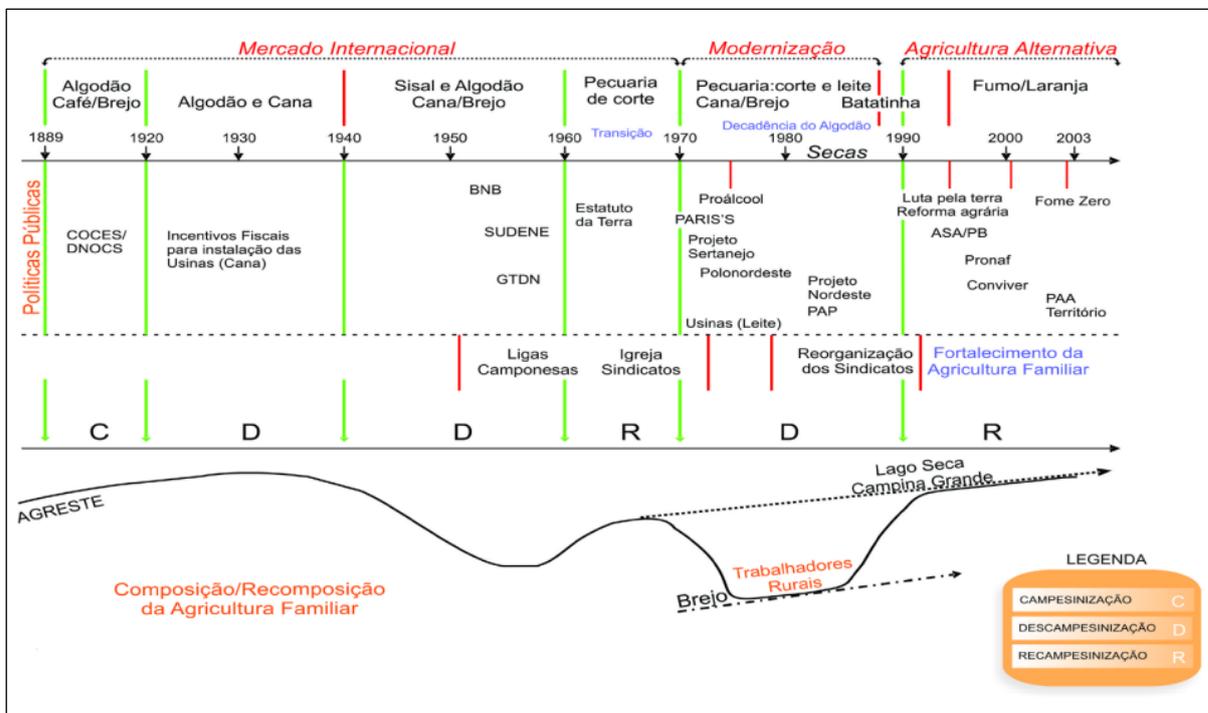


Figura 36 - Fluxograma das principais atividades agropecuárias do Agreste paraibano (1889-2010).  
Fonte: PIRAUX e MIRANDA (2010, p. 57).

Logo, o final da década de 1980 e início de 1990, é marcado pelo princípio do processo de recampesinização (expansão) da agricultura familiar no território, em consonância, também, com o surgimento do movimento de renovação sindical na região, onde Piroux e Miranda (2010, p. 63) afirmam que:

Nesta época, o fortalecimento da agricultura familiar passou primeiramente pela reestruturação dos sindicatos e criação de novas instituições que realizassem a mediação entre o agricultor e o poder público. De fato, a redemocratização do país, o fim dos subsídios aos grandes produtores, a formação de movimentos sociais no campo e a atuação da Igreja e ONGs contribuíram para a articulação dos pequenos produtores e para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

Os padrões definidos de ocupação agrícola e uso do espaço também estão inseridos entre os fatores de diferenciação espaciais no território, os quais são diretamente influenciados pelo fator regiões ecológicas com suas homogeneidades intermunicipais e heterogeneidades intramunicipais (figura 37).

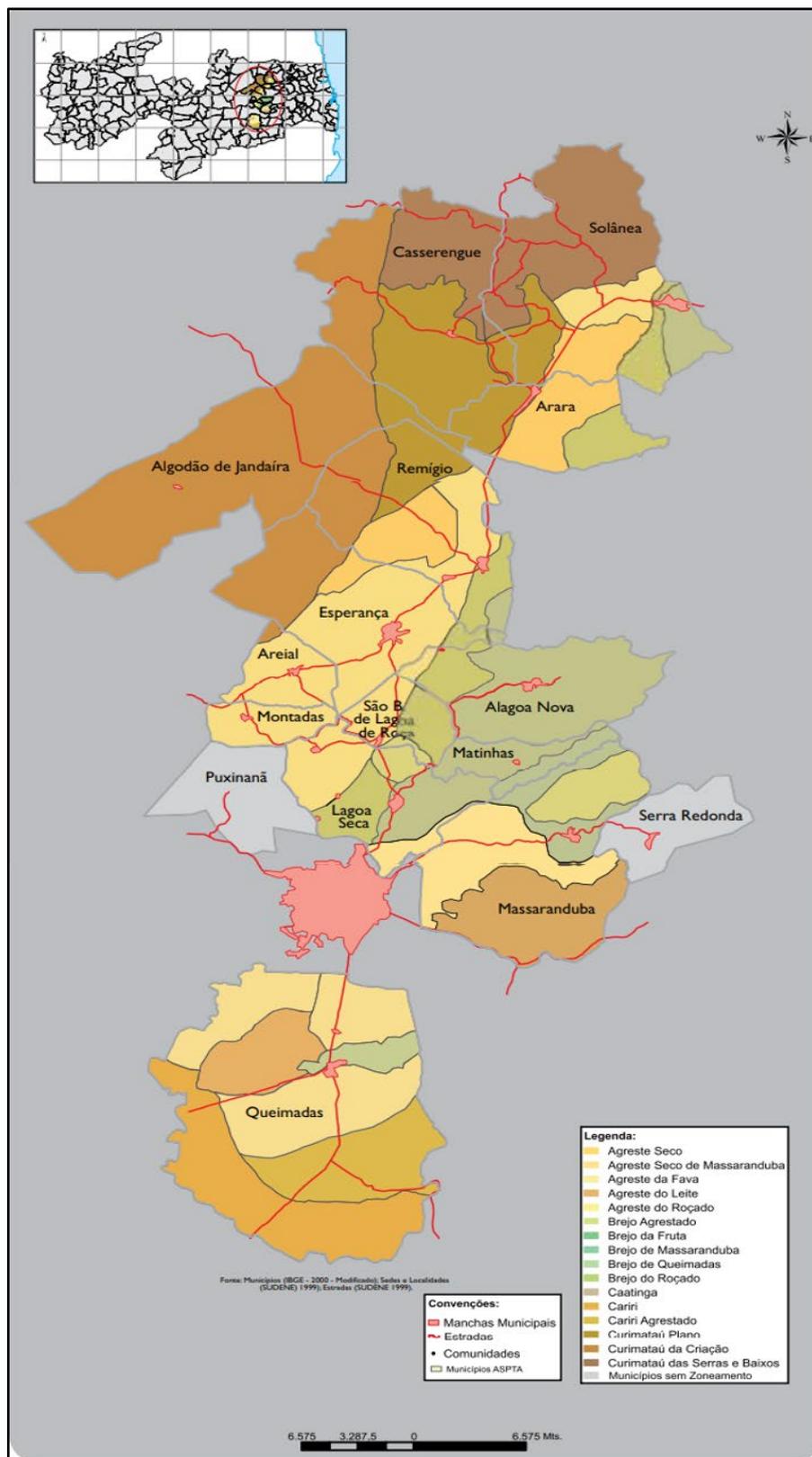


Figura 37- Mapa do território produzido a partir de zoneamento participativo  
 Fonte: Silveira, Freire e Diniz, 2010.

No mapa de zoneamento ambiental é possível visualizar:

[...] que, do ponto de vista regional, as comissões temáticas devem considerar as continuidades e descontinuidades geográficas no planejamento da experimentação – um mesmo tipo de ambiente atravessa vários municípios. Já do ponto de vista municipal, os sindicatos devem levar em conta a existência de diferentes situações ambientais, não podendo, portanto, organizar suas estratégias para a transição agroecológica como se o município fosse um todo homogêneo (PETERSEN E SILVEIRA, 2007, p. 123).

Portanto, essa heterogeneidade de condições ecológicas no território resulta, também, em uma “diversidade de produções agropecuárias e o desigual nível de risco agrícola entre os agricultores da região” (quadro 17) (PIRAUX, M.; BONNAL, 2008, p. 267).

O quadro 17 nos possibilita observar, de forma mais categórica, os principais fatores de estruturação e diferenciação do Território da Borborema, onde pode-se constatar a grande diversidade das dinâmicas espaciais e sociais internas, proporcionadas a partir das condições ecológicas e de trajetórias específicas de cada zona (CANIELLO E PIRAUX, BASTOS, 2014). Para tanto, o mesmo autor ainda conclui que:

Esse zoneamento demonstra que há uma diversidade interna no Território da Cidadania da Borborema e apresenta uma tipologia de dinâmicas territoriais que evidencia uma situação mais favorável para a agricultura familiar na Zona Central, seguida pelas Zonas Nordeste, Sul e, por fim, Noroeste (CANIELLO e PIRAUX, BASTOS, 2014, p. 38).

Divisão geoeconômica e agropecuária entre os municípios e as zonas de dinâmicas territoriais da região do Pólo Sindical					
Regiões Ecológicas	Sub-regiões	Caracterização	Solo	Municípios	Zonas (Mapa 35)
Brejo	Brejo das Frutas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O relevo apresenta formas bem acidentadas e bastante movimentadas, com altitudes variando entre 300 e 1.000 metros.</li> <li>▪ É subdividido em <u>Brejo da Banana</u> (predominante) e <u>Brejo da Laranja</u> (em Matinhas, Lagoa Seca e Alagoa Nova).</li> <li>▪ Além da banana e da laranja, há uma grande diversidade de frutas, a exemplo da jaca, manga, caju, macaíba, acerola, coco,</li> </ul>	Predominância de Planossolos e ainda Podzólicos. São solos profundos e ricos em húmus.	1. Alagoa Nova 2. Lagoa Seca 3. Matinhas 4. Massaranduba 5. Solânea 6. Remígio	<b>Zona 1- AGRESTE E BREJO (Central)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Caracterizada pela forte densidade populacional e presença de uma agricultura familiar bem estruturada.</li> <li>▪ Dominada pelos pequenos estabelecimentos familiares com sistemas de cultivos diversificados.</li> <li>▪ Evidencia-se a existência de uma subzona de concentração</li> </ul>

		jabuticaba, cajá, entre outras.			dedicada à produção frutícola (o Brejo). <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades são influenciadas pela proximidade com Campina Grande e povoados secundários, tanto para a venda dos produtos agropecuários quanto para a realização das atividades não agrícolas.</li> <li>Esta zona é o <b>espaço privilegiado da intervenção do Polo Sindical</b>.</li> <li>Pode-se dizer que a Zona Central é o “cinturão verde” da segunda maior cidade do Estado.</li> <li><b>11 municípios:</b> Alagoa Nova, Areial, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Puxinanã, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça e Serra Redonda.</li> </ul>
	<b>Brejo do Roçado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O relevo é bastante acidentado, mas bem menos que na região das frutas.</li> <li>Maior área desmatada em relação ao Brejo das Frutas.</li> <li>Área de agricultura diversificada: cultivados roçados com feijão, milho, mandioca, macaxeira, jerimum, melancia, batata inglesa, amendoim e batata-doce, além da produção de frutas, a exemplo da manga, banana, laranja, jabuticaba, coco, entre outros.</li> <li>Produção familiar de hortaliças.</li> </ul> <p>Criação animal: Gado, cabras, ovelhas, galinhas e outras aves, suínos na corda ou no chiqueiro/curral.</p>	Os solos são mais arenosos e rasos, e apresenta m pouca matéria orgânica.	<ol style="list-style-type: none"> <li>Alagoa Nova</li> <li>São S. de Lagoa de Roça</li> <li>Matinhas</li> <li>Massaranduba</li> <li>Solânea</li> <li>Remígio</li> <li>Arara</li> </ol>	
<b>Agreste</b>	<b>Agreste Seco</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O relevo é ondulado a suave ondulado, com altitude próxima de 700m.</li> <li>Há um processo de erosão muito forte nessa região.</li> <li>Região ainda ocupada por fazendas e/ou mata formada por faxeiro, amorosa, jurema, marmeleiro, mororó, aroeira, imburana, ubaia, maniçoba, e uma pequena quantidade de umbu. Nas encostas encontra-se campo de palma, pastagem nativa.</li> <li>As áreas de topo e altos do agreste seco é forte a presença da pastagem nativa, área semelhante a do curimataú.</li> </ul>	Os solos são rasos e engomados e com presença de pedregulho, conforme o relevo. Nas áreas de chãs as terras são de massame, com presença de lajedos. Nas encostas, o terreno é mais raso.	<ol style="list-style-type: none"> <li>Arara</li> <li>Remígio</li> <li>Solânea</li> </ol>	<p><b>Zona 2- AGRESTE E BREJO (Nordeste)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Predominância da influência do Fórum dos Assentados.</li> <li>Grandes propriedades voltadas para a produção pecuária de corte estão igualmente presentes.</li> <li>Ela se beneficia de boas condições climáticas.</li> <li>Predominam os sistemas de cultivos diversificados, na direção da agroecologia.</li> <li>Esta zona, como a anterior, é caracterizada por uma agricultura periurbana com uma densidade populacional relativamente elevada.</li> <li>Distingue-se a concentração e luta pela</li> </ul>

	<b>Agreste dos Roçados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na chã e nos baixios estão presentes os roçados de milho, feijão macassar, e fava. Nas áreas de baixios ainda se encontram algumas frutas como banana e coco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nos vales as terras são mais escuras e areiusca e com água salobra.</li> <li>Nos baixios apresenta solos mais profundos com terras de massame arenoso e escuras.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Alagoa Nova</li> <li>São S. de Lagoa de Roça</li> <li>Lagoa Seca</li> <li>Remígio</li> <li>Solânea</li> <li>Areial</li> <li>Montadas</li> <li>Queimadas</li> </ol>	<p>terra, além de contar com a defesa de um modelo agroecológico por parte de uma organização social forte (o Fórum).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>É a principal zona agroindustrial do território.</li> <li><b>5 municípios:</b> Areia, Arara, Borborema, Pilões e Serraria.</li> </ul>
Curimataú	<b>Curim. Plano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Região mais produtiva, cultivam-se todos os tipos de feijão e milho. Já nas áreas de barro, é cultivada a palma forrageira.</li> <li>O índice de precipitação é mais elevado, devido à proximidade com a região do Agreste.</li> <li>No município de Arara a precipitação é menor, quando comparada com os outros municípios da microrregião.</li> <li>A palma forrageira é cultivada em todos os municípios do curimataú.</li> </ul>	<p>O solo é predominantemente arenoso e algumas exceções apresenta-se um solo argiloso e presenças de rochas graníticas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Solânea</li> <li>Casserengue</li> <li>Algodão de Jandaíra</li> <li>Remígio</li> <li>Arara</li> </ol>	<p><b>Zona 4- CURIMATAÚ (noroeste)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Zona bastante seca, com densidade demográfica muito baixa.</li> <li>Dominam as atividades de pecuária, principalmente ovino e caprinocultura de corte, cuja tendência é de crescimento.</li> <li>Nesta zona, as dinâmicas sociais em torno de projetos coletivos são fracas, uma vez que dominam as relações salariais entre grandes produtores e trabalhadores rurais.</li> <li>Um movimento recente de reforma agrária ganha força num contexto climático desfavorável, onde a seca torna possível somente atividades de pecuária.</li> <li>Composto por 3 municípios (Algodão de Jandaíra, Casserengue e Solânea).</li> </ul>
	<b>Curim. das Serras e Baixios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>É uma região formada pelas baixadas e encostas, apresentando menor proporção nas áreas de baixadas.</li> <li>A precipitação é menor.</li> <li>Destaca-se a criação de animais e a exploração de lenha.</li> <li>Nas baixadas são cultivados feijão de arranque, macaça, fava, milho além da palma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas baixadas o solo é mais profundo e mais fértil, arenoso e com áreas de barro.</li> <li>Nas áreas das encostas o solo apresenta-se mais raso com capoeiras semi-abertas e vegetação ativa.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Solânea</li> <li>Casserengue</li> </ol>	
Cariri Agrestado	<b>Cariri Agrestado</b>			<ol style="list-style-type: none"> <li>Massaranduba</li> <li>Queimadas</li> </ol>	<p><b>Zona 3- CARIRI AGRESTADO (Sul)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>É uma zona seca dedicada principalmente às atividades de pecuária</li> </ul>

				bovina (corte) e à produção leiteira voltada geralmente ao abastecimento da cidade de Campina Grande. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Parte das grandes fazendas que se dedicam a estas atividades são objetos de conflitos agrários.</li> <li>▪ É uma zona que concentra praticamente todo o parque industrial do território.</li> <li>▪ É composto pelos municípios de Campina Grande e Queimadas.</li> </ul>
--	--	--	--	--

Quadro 17 - Divisão geoeconômica e agropecuária entre os municípios e as zonas de dinâmicas territoriais da região do Pólo Sindical

Fonte: Elaboração própria com dados de Piraux e Bonnal (2008); Caniello e Piraux, Bastos (2014); BRASIL (2010).

A exemplo da diversidade das regiões ecológicas em um mesmo município afeta diretamente os sistemas agrícolas, o Sr. E. D. afirma que:

Quando você pega Solânea você vê a diferença, tem o lado do brejo bem úmido e você vai em uma propriedade, é totalmente diferente de outra propriedade que você vai no mesmo município de Solânea na região mais do Curimataú. Essa é uma condição natural, mas essa condição limita a forma de organização (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

### 6.3.2.1 Agroecossistemas tradicionais de produção no Agreste Paraibano

De acordo com Petersen, Silveira e Almeida (2002), mesmo as produções de renda estando mais propensas as condições de cada região ecológica, geralmente, os sistemas de produção familiar dos agricultores de toda a região estão estruturados em policultivos (cultivos alimentares, comerciais e forrageiros) e na pecuária, os quais estão parciais ou totalmente integrados ao mercado. Esses sistemas de produção estão distribuídos em seis subsistemas: cultura anuais (roçados), culturas permanentes (fruteiras), criação animal (principalmente bovinos), quintais, pequena irrigação (pouco frequente) e extrativismo (também de pouca relevância). Contudo, os roçados de culturas anuais, pastagens e fruteiras são os mais preponderantes na paisagem.

Devido as condições ambientais do território, a agricultura é praticada tradicionalmente em regime de sequeiro. Nas regiões com maior disponibilidade hídrica estão estabelecidas algumas comunidades de olericultores (PETERSEN, SILVEIRA E ALMEIDA, 2002).

Ainda de acordo com os mesmos autores, nos agroecossistemas tradicionais da região são trabalhados três princípios de manejo, universalmente adotados como estratégia para subsidiar a convivência com as flutuações e irregularidades do meio natural, os quais estão destalhados no quadro 18.

<b>Princípios de manejo universalmente utilizado nos agroecossistemas tradicionais</b>	
<b>Princípios</b>	<b>Processos técnicos empregados tradicionalmente</b>
<p><b>1- A manutenção da alta biodiversidade funcional</b> A valorização produtiva dos recursos abióticos básicos (água, nutrientes e radiação) disponíveis nos agroecossistemas. Analogicamente, nos agroecossistemas tradicionais, as espécies (incluídas as nativas) são combinadas no tempo e no espaço por meio de práticas de manejo que são deliberadamente orientadas para otimizar a eficiência produtiva do conjunto do sistema.</p>	<p><b>1)Policultivos e Rotações de culturas</b> - Essas práticas foram revalorizadas por meio da realização de experimentos de rotações e consórcios inovadores trabalhados pela AS-PTA.</p>
	<p><b>2)Manejo e conservação da variabilidade genética de espécies cultivadas</b> - Os sistemas tradicionais no Agreste comportam grande diversidade de espécies cultivadas e, para muitas delas, significativo número de variedades. Por meio do processo de seleção massal, esse patrimônio genético foi desenvolvido em coevolução com os próprios agroecossistemas, em estreita sintonia com as condições ambientais da região e atendendo às múltiplas necessidades das famílias agricultoras.</p>
	<p><b>3)Biodiversidade e manejo alimentar dos rebanhos</b> - Apesar do reduzido plantel de animais nos rebanhos das unidades familiares da região, o volume forrageiro demandado é respeitável se considerarmos o também reduzido tamanho das propriedades e a alta imprevisibilidade climática do ecossistema. Para manter o subsistema pecuário, os agricultores adotam uma sofisticada estratégia de manejo alimentar que responde pelo desafio de otimizar o aproveitamento do conjunto de recursos vegetais com potencial forrageiro disponível, cultivo de espécies forrageiras, práticas de deslocamento dos rebanhos de forma a explorar a oferta forrageira de todos os espaços disponíveis e nos roçados.</p>
	<p><b>4)Biodiversidade e saúde da família</b> O Agreste é uma região naturalmente rica em plantas com potencial terapêutico. Muito embora faça parte de uma tradição antiga, proveniente do legado cultural indígena na região. Foram realizadas várias iniciativas de revalorização das práticas sociais de fitoterapia, tendo os grupos das mulheres agricultoras assumido papel destacado nesse processo.</p>
	<p><b>5)Biodiversidade e valorização produtiva de espaços residuais</b> - Vários espaços residuais nas propriedades são valorizados pelo plantio de extensa gama de espécies vegetais.</p>

<p><b>2- A constituição e o manejo de estoques de recursos</b></p> <p>– Os sistemas técnicos tradicionais do agreste paraibano combinam uma série de práticas de estocagem de recursos que favorecem tanto a manutenção da capacidade produtiva nos anos normais (estabilidade) quanto a atenuação das perturbações sofridas pelo agroecossistema em anos de seca (resiliência).</p>	<b>1)Estoque e segurança hídrica</b>
	<b>2)Estoque e seguridade de sementes</b>
	<b>3)Estoques de forragens</b>
	<b>4)Pecuária como sistema de poupança familiar</b>
<p><b>3- A valorização produtiva de espaços limitados com alto potencial de produtividade biológica</b> - manifestam-se nas propriedades, dispendo as famílias agricultoras de distintos ambientes para executar suas atividades produtivas. Ainda que em geral representem pequena proporção do espaço total das propriedades, as áreas com alto potencial de produtividade biológica são utilizadas intensivamente pelas famílias da região e respondem por significativa proporção de suas rendas, destacando-se os baixios e as várzeas.</p>	

Quadro 18 - Princípios de manejo universalmente utilizado nos agroecossistemas tradicionais  
 Fonte: Elaboração própria com dados de Petersen, Silveira e Almeida (2002).

Segundo o relato do Sr. E. D. (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) pode-se constatar que os agricultores que estão associados a EcoBorborema possuem um perfil diversificado, no entanto, pode-se observar duas categorias principais: os agricultores que são da agricultura familiar agroecológica desde muito tempo, nunca utilizaram agrotóxico e sempre tiveram a produção diversificada. E casos de agricultores que passaram pela transição do sistema convencional para o agroecológico, os quais trabalhavam com a agricultura convencional, mesmos em pequenas propriedades, com a prática da monocultura, utilização de agrotóxico etc. Dentro deste grupo também estão os agricultores que produzem fumo.

### **6.3.3 Desafios e avanços dos Agroecossistemas familiares**

#### **6.3.3.1 Principais desafios dos Agroecossistemas familiares**

Os principais desafios relatados estão distribuídos nas dimensões agroecologia e organizacional das unidades de produção (figura 38).

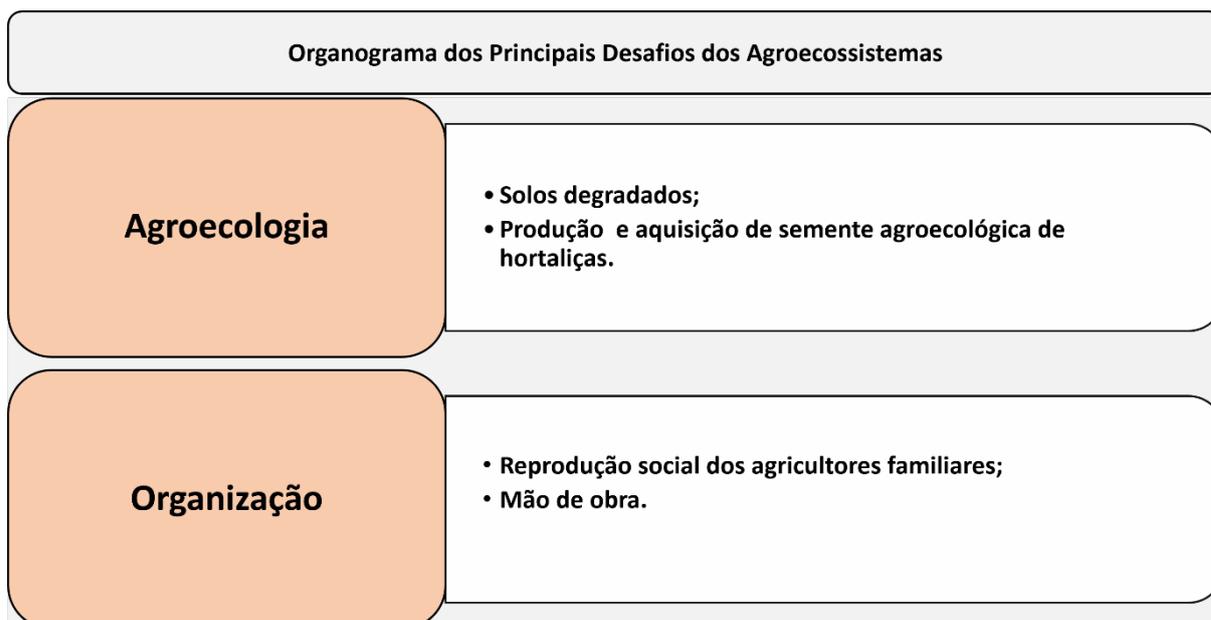


Figura 38 - Organograma dos principais desafios dos agroecossistemas familiares.  
Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

Na dimensão da agroecologia foram destacados dois desafios principais:

De acordo com os depoimentos, a degradação dos solos nos agroecossistemas ocorre, principalmente, devido ao tamanho reduzido da maioria das áreas de produção, que são geralmente pequenas, resultando no uso mais intensivo do solo, porém a AS-PTA junto com o trabalho em rede, vem atuando na linha de frente desta temática, buscando trabalhar com os agricultores, as estratégias para a recuperação dos solos. Outro desafio nessa temática é a questão da baixa fertilidade natural dos solos em algumas regiões, as quais precisam de trabalho mais intensivo, tanto na questão da recuperação quanto nas estratégias de adubação. A exemplo: no município de Areial os agricultores fazem o fundo rotativo de esterco para tentar subsidiar as demandas dos agroecossistemas locais, já que a quantidade produzida na propriedade é reduzida. Esses desafios precisam de uma atenção mais especial.

O Sr. E.D. (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) relatou que a produção de sementes agroecológicas de hortaliças surge como um importante desafio, pois representa um aspecto primordial na garantia da autonomia dos agricultores frente as grandes empresas e na garantia da qualidade agroecológica das sementes. Entretanto, a produção de sementes de algumas hortaliças é dificultada devido as condições climáticas da região, contudo, os agricultores já trabalharam algumas capacitações nessa temática, mas até o

momento, só foi viabilizada a produção de sementes de coentro, tomate, cebola, vagem e pimentão. Porém, as sementes de cenoura, rúcula, entre outras, que estão entre as principais demandas de hortaliças dos consumidores das feiras, são inviabilizadas na produção regional.

Denotando que, a produção de sementes de hortaliças é muito dependente das condições climáticas, onde vai depender das exigências em relação à temperatura, umidade e fotoperíodo (horas de luz por dia) de cada espécie/variedade cultivada (LONDRES, 2014) a exemplo destas exigências:

Em algumas espécies, por exemplo, são necessárias temperaturas baixas para a indução do florescimento. Em outras ocorre justamente o contrário. Há plantas que só florescem na ocorrência de dias curtos, e outras que necessitam de dias longos para atingir o florescimento. Há espécies que são neutras em relação à luminosidade, sendo, porém, regidas por termoperíodos. Existem ainda plantas que só florescem mediante uma interação específica entre fotoperíodo e temperatura (LONDRES, 2014, p. 15).

A aquisição de sementes agroecológicas de hortaliças também é considerada um gargalo, pois são de difícil disponibilidade no mercado e em regiões distantes, deixando os agricultores à mercê das casas agropecuárias e utilizando sementes convencionais. Na tentativa de superar este desafio a EcoBorborema já testou sementes agroecológicas de hortaliças da Bionatur<sup>67</sup> (produzidas no Sul), porém não se adaptaram as condições climáticas da região. Esse desafio se torna maior, pois:

Se os agricultores só levassem essas hortaliças que são fáceis de produzir, mesmo chegando lá para vender a consumidores conscientes, as pessoas demandariam as outras hortaliças, então, eles são meio que obrigados a estarem comprando essas sementes para estarem produzindo (Depoimento E. D. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

Na dimensão organizacional das propriedades familiares foram destacados dois desafios principais:

---

<sup>67</sup> A Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur é uma cooperativa de agricultores e agricultoras assentados pela Reforma Agrária, produtores de sementes de diversas espécies de hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de produção de base agroecológica. A opção pela Agroecologia tornou a BioNatur uma experiência pioneira no Brasil e na América Latina. Esta experiência iniciada por 12 famílias assentadas nos municípios de Candiota e Hulha Negra, no Estado do Rio Grande do Sul, hoje envolve mais de 350 famílias, nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais ([Bionatur Sementes Agroecológicas](#)).

A reprodução social da agricultura familiar é uma questão que preocupa os agricultores, pois, por mais que o trabalho no Território tenha o diferencial de envolver e fortalecer a participação dos jovens na agricultura, existem outras problemáticas que vão além, configurando-se em uma problemática nacional. Segundo a agricultora M. A:

Eu tenho 3 filhos e o caçula gosta muito do sítio, aí eu já fiz essa proposta pra ele se envolver no sítio, mas eu não vejo muito interesse dele não, ele diz: mãe eu trabalho com a carteira assinada e tenho os meus direitos, eu gosto muito do sítio, mas para viver aqui dentro eu não sei... Pra cuidar do sítio só tem eu mesma, aí no futuro eu tenho essa preocupação, eu digo a eles isso (Depoimento M. A. Agricultora F. Remígio, EcoBorborema - em entrevista 2019).

A disponibilidade de mão de obra para atuar junto aos agricultores nos períodos mais críticos da produção, representa um desafio, pois não é um serviço muito atrativo, principalmente por ser um trabalho de considerável esforço físico, além do impacto da alta insolação na região.

### 6.3.3.2 Principais avanços dos Agroecossistemas familiares

Os principais avanços relatados estão distribuídos nas dimensões dos aspectos climáticos, agroecologia e gênero (figura 39).

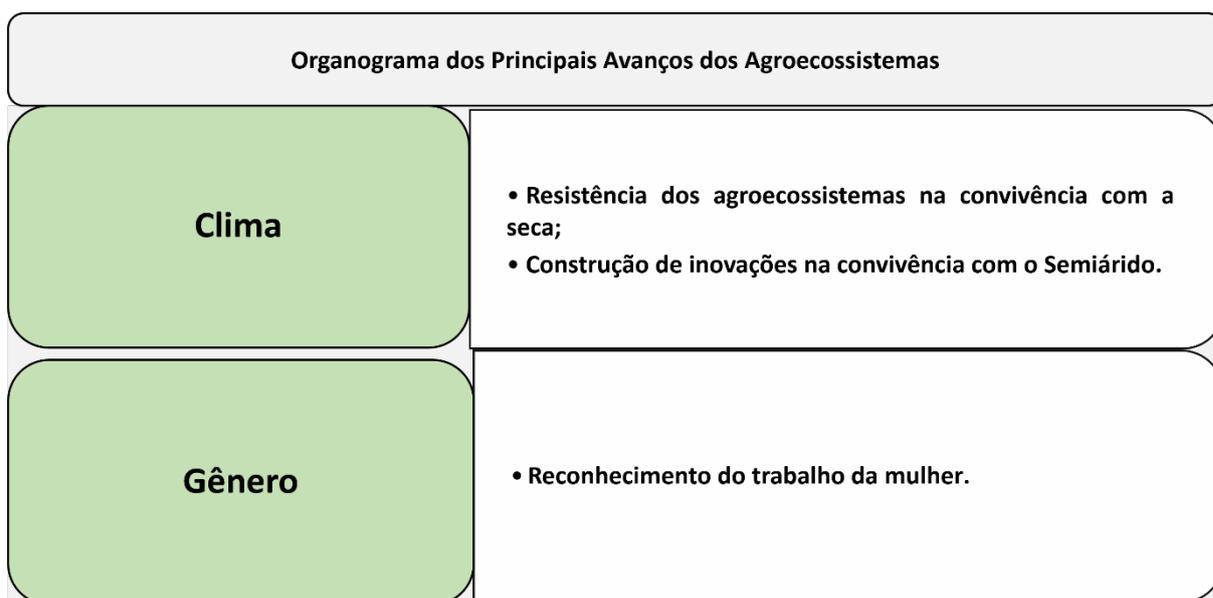


Figura 39 - Organograma dos principais avanços dos agroecossistemas familiares.  
Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

Na dimensão dos aspectos climáticos foram destacados dois avanços principais:

O Sr. M.G. (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) explanou sobre a resistência dos agroecossistemas na convivência com a seca, onde apesar das dificuldades impostas pelo cenário severo de 7 anos de estiagem prolongada na região, as famílias demonstraram uma grande capacidade de resistência em lidar com essas condições de adversidades climáticas. Essa maior capacidade de resistência subsidiada pelo trabalho que o Pólo e AS-PTA realizam no território desde 1996, principalmente, na área temática de recursos hídricos, com a construção, sistematização, experimentação, fortalecimento, divulgação e distribuição de um leque de inovações tecnológicas/tecnologias sociais (figura 40) pensadas para aprimorar a convivência com o Semiárido atreladas as estratégias de estocagem.



Figura 40 - Fotografia das estratégias utilizadas para a captação e armazenamento da água (cisternas calçada, enxurrada e de placa) nos agroecossistemas da EcoBorborema.  
Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

Construção de inovações na convivência com o Semiárido, a utilização das estratégias como a estocagem de alimentos, valorização dos espaços nas propriedades (como os quintais produtivos), banco de sementes, entre outras inovações. O Sr. M. G. detalha um pouco desse processo:

Eu visitei famílias em Lagoa Seca e me surpreendi, porque estavam investindo nisso, estavam comprando um freezer para estocar polpa e tinha uma família que estocava carne, eles matavam o animal, porco e tal, congelava e iam consumindo ao longo do ano. Então, uma série de estratégias de estocagem, a lógica é exatamente essa, vamos estocar. E essa coisa também de valorizar os espaços na propriedades, você tem os espaços para uma tecnologia, **uma barragem subterrânea, ou um quintal** que é um espaço menor que facilita mais para trabalhar a fertilidade, mobilizar alguma água ali, até a água servida né, então, eu acho que **esse conjunto de inovações que foram se ampliando no Pólo**, como os bancos de sementes também, para ter as sementes de qualidade, porque um efeito

drástico da seca é esse, você perder suas sementes e no outro ano chega o inverno e você não tem as sementes, tem que ir pra o mercado comprar uma semente. O investimento também nessa estratégia de estocagem de sementes das variedades crioulas, **eu acho que esse conjunto tem favorecido com que as famílias consigam**, por mais que a gente olhe assim, poxa foram 7 anos severos de estiagem, **eu digo que o impacto desses 7 anos foi muito menor do que os outros ciclos de seca no passado, porque hoje as famílias estão mais preparadas, seja porque foram estruturando pouco a pouco sua propriedade ou pelas diversas estratégias, de fato de convivência com o semiárido** (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

Na dimensão de gênero foi destacado um avanço principal:

Doravante a participação dos agricultores nos processos de formação possibilitou uma maior sensibilização, principalmente, dos homens quanto ao reconhecimento do trabalho da mulher e a respeito e valorização dos espaços, saberes e lutas das mulheres agricultoras. Para tanto, a Sra. M. P. afirma:

Outro avanço é o reconhecimento do próprio marido do **trabalho da mulher** né, porque anteriormente não tinha isso né, é meu e o que é meu não é teu, hoje em dia não, a gente trabalha junto, então a gente combina e ele mudou depois que começou a participar das reuniões, quando eu saía para as reuniões ele achava ruim, ficava reclamando porque ia comer comida fria. Quando eu o levei e ele começou a participar, ele já mudou a visão dele e isso é bom pra gente né, hoje ele já participa das feiras, já se preocupa em fazer as coisas junto, então isso pra mim foi um avanço (Depoimento M. P. Agricultora F. Lagoa Seca, EcoBorborema - em entrevista 2019).

### 6.3.3.3 Produção animal e vegetal predominante

Segundo o Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) o sistema de produção dos agricultores da EcoBorborema, geralmente estão estruturados com a produção de olerícolas, fruticultura, plantas medicinais, roçados (principalmente com as variedades de milho e feijão), plantas forrageiras e com a criação de animais de pequeno porte, especialmente, galináceas. Entretanto, a predominância da produção vegetal vai depender das regiões ecológicas e do tamanho das terras.

Na produção de hortaliças (figura 41) existe uma grande diversidade: Abobrinha, acelga, agrião, alface, alho poró, beterraba, batatinha, beterraba, berinjela, brócolis, cebola, cebolinha, cenoura, chuchu, coentro, couve, espinafre, hortelã,

jerimum, jiló, maxixe, nabo, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsinha e tomate (AS-PTA e ECOBORBOREMA, 2018).



Figura 41 - Fotografia da produção de hortaliças nos agroecossistemas da EcoBorborema.  
Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

Entre a diversidade de frutíferas (figura 42) tem-se: abacate, acerola, amora, banana, cajá, caju, carambola, coco, fruta de palma, fruta pão, goiaba, graviola, jaca, jaboticaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, melão, pinha, pitomba, umbu, jatobá e seriguela, além de várias variedades de algumas frutas (AS-PTA e ECOBORBOREMA, 2018).



Figura 42 - Fotografia da produção de frutas nos agroecossistemas da EcoBorborema.  
Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

Nos roçados são predominantes os cultivos de cereais (milho), Leguminosas (Milho seco, feijões secos, favas secas, amendoim etc.), raízes (batata doce, macaxeira, inhame e cará) e plantas forrageiras (palma) (figura 43) (AS-PTA e ECOBORBOREMA, 2018).



Figura 43 - Fotografia da produção inhame, mandioca e palma forrageira nos agroecossistemas da EcoBorborema.

Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

Geralmente, todas as famílias criam animais de pequeno porte, onde os mais predominantes são a criação de galinha capoeira, porco, ovinos, caprinos e poucas cabeças de bovinos (figura 44).



Figura 44- Fotografia da criação animal nos agroecossistemas da EcoBorborema.

Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

Em algumas unidades de produção tem a casa de farinha e os bancos de sementes comunitários (figura 45).

Os agricultores da EcoBorborema beneficiam 29 tipos de produtos (figura 46), entre eles estão: o açafraão, beijus, bolos, buchada, café, caldo de cana, canjica, castanha, cocadas, doces, farinha de mandioca, fubá de milho, goma, granola, iogurte natural, licores, manteiga, massa de mandioca, molheira de pimenta, mungunzá, óleo de coco, pamonha, picado, polpa de fruta, queijo, suco de fruta, tapioca e xerém.



Figura 45 – Fotografia A) Casa de farinha e banco de sementes na propriedade de Dona Maricê, em Alagoa Nova -2019; B) Banco de Sementes na propriedade do Sr. José Nivaldo, em Areial – 2019. Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.



Figura 46 - Fotografia do beneficiamento dos produtos dos agricultores da EcoBorborema. Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

O Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) relatou que com relação ao beneficiamento dos produtos, a EcoBorborema está em processo de legalização das cozinhas individuais das mulheres (figura 47) e no cadastro da cozinha do banco mãe (cozinha escola) para servir como suporte no beneficiamento e na etapa de embalagem dos produtos.



Figura 47 - Fotografia da cozinha de beneficiamento individual da agricultora Cida no município de Remígio. Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

## 6.4. Comercialização na EcoBorborema

### 6.4.1 Canais de comercialização

Na EcoBorborema são construídos socialmente novos mercados e é proporcionada a participação em vários canais curtos de comercialização no território, dentre os principais canais utilizados pelos agricultores estão: a rede de feiras agroecológicas, feiras livres, mercados institucionais, mercados informais (mercado de vizinhança), cestas em domicílio, circulação dos produtos entre as feiras, circulação dos produtos não perecíveis (grãos e cereais) para outros territórios, comercialização para eventos (marcha da mulher, marcha da juventude e outros) da AS-PTA e Pólo e para o restaurante interno da AS-PTA. Sobre os mercados, a Sra. R. V. afirmou:

A nossa estratégia é apostar em vários espaços, mesmo quando o PAA estava forte, nós não queríamos estar só com o PAA, **nós também queremos estar nas feiras agroecológicas, também achamos os espaços das feiras livres extremamente importantes e os culturais**, porque apostar em apenas um espaço de mercado é um risco de falência, porque você está só ali naquele espaço. **Mas se você tem vários circuitos, vários espaços, quando um está ruim o outro está melhorzinho, é garantir que as famílias vendam e valorizem os seus produtos, e continuem no processo de organização** (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

A rede de feiras agroecológicas representa uma conquista importante para a EcoBorborema, que possui uma organização interna bem estruturada, como já foi detalhada nos tópicos anteriores. As feiras não são apenas um espaço de

comercialização, mas configuram-se em um espaço de interações, trocas de saberes e sabores e reencontros tanto entre os agricultores e consumidores quanto entre os próprios agricultores. Representa também o ponto de encontro e diálogo com a cidade, o agricultor constrói uma relação de confiança, amizade e compromisso com os consumidores, nesse sentido, a Sra. R.V. traz o exemplo destes casos que ocorrem nas feiras: *“se aquele agricultor não foi hoje, eles perguntam: por que fulano não foi hoje? O que que aconteceu? Criou uma relação não só de compra, mas de amizade e histórias”* (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019). O agricultor R.C. relata a importância das feiras agroecológicas na diminuição da participação do atravessador:

Cansei de vender caixa de laranja de 8, 9 a 10,00 reais, gente pelo amor de Deus era de graça, limão por 5,00 reais, teve safra ai de limão que perdeu quase toda porque era 5 a 3,00 reais e não compensa, porque você vender saco de batata doce de 9 a 10 reais, vendi muito... Ai depois quando apareceram essas feiras eu passei a plantar um pouquinho menos e ganhar um pouquinho mais, porque eu vendia direto para o cliente né, aí dá uma margem melhor pra gente né, e essas feiras foram muito boas pra gente, falar a verdade uma benção, porque antes eu só fazia a feira livre no sábado e durante a semana se perdia muita coisa, fruta amadurece todos os dias e tendo as feiras durante a semana é legal demais (Depoimento R. C. Agricultor F. Alagoa Nova, EcoBorborema - em entrevista 2019).

Relacionando as Feiras livres, grande parte dos agricultores da EcoBorborema ainda comercializam nesse espaço, pois as feiras agroecológicas não garantem o escoamento de toda a produção.

Os mercados institucionais (PAA e PNAE), contribuíram de forma significativa no aumento de renda das famílias, principalmente o PAA, nesse sentido, R.V. afirma:

Quando o governo lança esse programa os agricultores pensam: poxa vida, agora eu tenho condições de produzir e agora tendo clareza de que em período tal eu vou produzir, colher e eu tenho uma renda certa, e é valorizado. **Então, nós temos experiências de famílias que conseguiram comprar carro, moto, estruturar a sua propriedade, fazer projetos para estruturar cerca, espaços de armazenamento, equipamentos e tal, tudo pelo PAA porque eles tinham certeza de que estavam investindo e que eles iriam produzir e vender o seu produto, isso era uma coisa certa.** Quando isso aconteceu, eu nunca vi tanta satisfação dos agricultores nessa política, eu acho que foi uma das mais importantes, que contribuíram na mudança das condições de vida dessas famílias, mudaram muito, muito, muito. **Esses agricultores passaram a ter qualidade de vida como qualquer cidadão tem esse direito,** mas eles nunca tiveram, porque não tinham acesso a uma política pública que valorizasse o seu trabalho, que tivesse uma venda garantida e tudo mais (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019, grifos nosso).

De acordo com os depoimentos do Sr. D.F. e a Sra. R.V. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019; Depoimento R. V. Coordenação do Pólo - em entrevista 2019) no território o PNAE não teve tanta representatividade quanto o PAA, pois é muito dependente da política municipal, depende muito da consciência e articulação da gestão municipal e se esta tem uma atenção voltada para a agricultura familiar, caso contrário irá dar preferência aos atravessadores que compram os produtos na Ceasa. No território tem alguns exemplos mais positivos, como o caso do PNAE de Remígio, onde a prefeitura comprou mais do que os 30% estipulado para a agricultura familiar. Outros casos positivos também foram verificados em outros municípios que foram sensibilizados a partir do debate do Pólo e AS-PTA.

Contudo, existem muitos desafios, restrições e incertezas quanto a continuidade desses mercados institucionais, o que trouxe prejuízo para os agricultores, segundo o relatório do Programa de mercado da EcoBorborema e AS-PTA:

Nos últimos dois anos houve redução no volume de recursos aportados nessas políticas públicas, culminando no aumento da oferta de produtos, queda nos preços e consequentes reflexos na vida dessas famílias, dessa maneira as famílias estão buscando novos circuitos mercantis (AS-PTA e ECOBORBOREMA, 2018, p. 6).

Tudo isso tem fortalecido e desafiado a corrida da EcoBorborema em investir na consolidação dos espaços coletivos de comercialização e na construção de novos mercados.

Os mercados informais (mercado de vizinhança), representam um potencial e ao mesmo tempo um desafio, devido à dificuldade em sistematizar e monitorar esse mercado para compreender melhor o seu funcionamento e potencializá-lo. Esse mercado consiste na comercialização realizada na vizinhança, na comunidade, por encomenda, entre outras formas.

Nos relatos foi destaque a comercialização para o restaurante interno da AS-PTA, já faz alguns anos que a AS-PTA compra os produtos dos agricultores para o seu serviço de restaurante. Vale ressaltar que em 2018 foi comprado em torno de 30.000 (trinta mil reais) de produtos dos agricultores da EcoBorborema.

Já na circulação dos produtos entre as feiras, o intuito é o de garantir uma maior diversidade de produtos entre as feiras. Esse processo está esquematizado da seguinte forma:

Produtos que são característicos de alguns municípios a exemplo da batatinha, inhame, tomate, goma, fubá, xerém e mungunzá fazem parte desse processo de circulação dos produtos. Em cada feira agroecológica existem pessoas responsáveis pelo recebimento, comercialização e prestação de contas dos produtos recebidos. Para facilitar a operacionalização dessa circulação, foi definido um grupo formado por representantes da EcoBorborema, Feira Agroecológica e ASPTA, onde são definidos os preços e também a logística de entrega (dia e hora). As famílias agricultoras trazem seus produtos até a sede do Sindicato do seu município, representantes da ECOBorborema e os estagiários do núcleo de sementes & mercados recolhem os produtos no carro da ECOBorborema e deixam com os feirantes na sede dos municípios que estão recebendo os produtos para comercialização (AS-PTA e ECOBORBOREMA, 2018, p. 6).

#### 6.4.2 Produtos comercializados

Os mercados que os agricultores da EcoBorborema acessam para comercializar os seus produtos estão distribuídos no quadro 19.

<b>Produtos comercializados por tipos de mercados</b>	
<b>Mercados</b>	<b>Produtos comercializados</b>
Feiras Agroecológicas	Cereais, leguminosas, frutas, hortaliças, plantas medicinais, ornamentais, raízes e produtos processados.
Circulação dos produtos entre as feiras	Batatinha, cenoura, goma de mandioca, inhame, tomate, fubá, xerém e mungunzá, cereais, leguminosas e sementes.
Feiras livres	Cereais, leguminosas, frutas, hortaliças, plantas medicinais, ornamentais, raízes e produtos processados.
Mercados Informais	Produtos de origem animal: queijo, ovo, carne bovina, caprina, suína, galinha e ovelha.
Circulação dos produtos para outros territórios	Xerém, mungunzá, fubá, sementes e erva doce
Restaurante da AS-PTA	Frutas, hortaliças, farinhas, polpas, carnes e grãos.
Eventos	Frutas, hortaliças, farinhas, polpas, carnes e grãos.

Quadro 19 - Produtos comercializados por tipos de mercados.

Fonte: Elaboração própria com dados da AS-PTA e ECOBORBOREMA (2018) e os Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

O Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) destacou que os agricultores, geralmente, comercializam os produtos de origem animal nos mercados mais informais (vizinhança e por encomenda) embasados nas relações de confiança que foram construídas com os consumidores.

Na diversidade de produtos comercializados nas feiras em 2018, estão os cereais, leguminosas, frutas, hortaliças, plantas medicinais, ornamentais, raízes e produtos processados (quadro 20).

Diversidade Comercializada nas feiras agroecológicas no Território da Borborema		
Produtos	Tipos	Diversidade Comercializada
Cereais e Leguminosas	7	Milho seco, feijões secos ( <i>vignas, phaseulos e guandú</i> ), favas secas, amendoim, sementes de coentro seco.
Frutas	27	Abacate, acerola, amora, banana, cajá, caju, carambola, coco, fruta de palma, fruta pão, goiaba, graviola, jaca, jaboticaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, melão, pinha, pitomba, umbu, jatobá e seriguela
Hortaliças	31	Abobrinha, acelga, agrião, alface, alho poró, beterraba, batatinha, beterraba, berinjela, brócolis, cebola, cebolinha, cenoura, chuchu, coentro, couve, espinafre, hortelã, jerimum, jiló, maxixe, nabo, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsinha e tomate.
Medicinais	10	Capim santo, cidreira, endro, erva doce, hortelã, manjeriço, mastruz, none, romã e sabugueiro.
Plantas ornamentais	8	Alecrim, arruda, malva rosa, margarida, morango, violeta, suculentas e cactáceas.
Raízes	4	Batata doce, macaxeira, inhame e cará.
Processados	29	Açafrão, beijus, bolos, buchada, café, caldo de cana, canjica, castanha, cocadas, doces, farinha de mandioca, fubá de milho, goma, granola, logurte natural, licores, manteiga, massa de mandioca, molheira de pimenta, mungunzá, óleo de coco, pamonha, picado, polpa de fruta, queijo, suco de fruta, tapioca e xerém.
<b>Total</b>	<b>132</b>	

Quadro 20 - Diversidade Comercializada nas feiras agroecológicas no Território da Borborema.  
Fonte: PÓLO; AS-PTA; ECOBORBOREMA, 2018.

### 6.4.3 Desafios, avanços, e perspectivas do mercado na EcoBorborema

#### 6.4.3.1 Principais desafios do mercado na EcoBorborema

Os principais desafios relatados estão distribuídos nas dimensões das políticas públicas, comercialização e nos aspectos climáticos (figura 48).

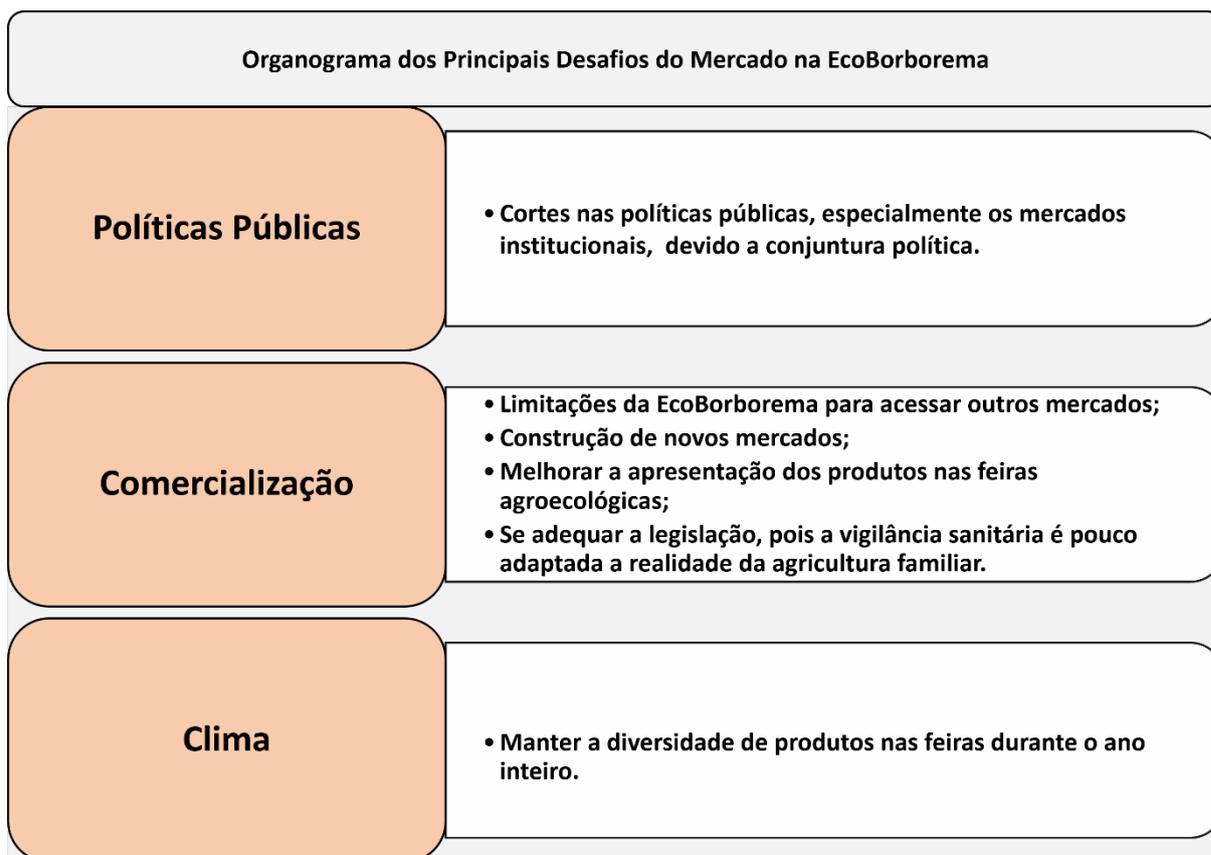


Figura 48 - Organograma dos principais desafios do mercado na EcoBorborema.  
 Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

Na dimensão das políticas públicas foi destacado um desafio principal:

Sobre os cortes nas políticas públicas, especialmente nos mercados institucionais devido a conjuntura política, o Sr. M.G. e a Sra. A.B. (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019; Depoimento A. B. Coordenação da EcoBorborema - em entrevista 2019) relataram que estes cortes estão causando um grande impacto na agricultura familiar, pois estes programas representavam uma importante opção de comercialização. Depois de um bom período de acesso as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, onde os agricultores tinham a garantia da comercialização dos produtos excedentes, pois as feiras não conseguem escoar toda produção, ocorre a drástica redução dos programas, deixando os agricultores em um cenário preocupante e com poucas garantias. Segundo o Sr. D. F.:

Vivenciamos enquanto assessoria e EcoBorborema, momentos bons do trabalho de mobilizar as famílias para produzir e comercializar, e a gente sabe que só **as feiras não são suficientes para que os agricultores possam escoar** toda sua produção, então, além das feiras, **tínhamos os projetos que eram uma política pública**, que eram os projetos vinculados a CONAB, que eram recursos do MDS, que as famílias tinham uma garantia de venda,

então elas produziam para os espaços de feira, mas o excedente elas vendiam para o programa, que iria atender um outro número maior de famílias que não tinham condições e viviam em condição de insegurança alimentar e nutricional e tudo mais. **Então, hoje isso a gente perdeu** né, perdemos, conseguimos por muitos anos trabalhar com o programa do PAA, nesses anos, essas famílias conseguiam produzir e já tinham a sua venda garantida, e hoje não tem mais e aí a **precisamos criar novos caminhos para que essas famílias** possam continuar motivadas a produzir (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

Na dimensão da comercialização foram destacados quatro desafios principais:

Limitações da EcoBorborema para acessar outros mercados. Enquanto associação, a EcoBorborema possui limitações para garantir algumas demandas exigidas pelo mercado.

Diante dos desafios impostos pela redução das políticas públicas e as poucas opções de mercado para a agricultura familiar, com concentração nas feiras, fica a necessidade e urgência da construção e fortalecimentos de novos mercados, que possibilitem uma maior estabilidade e autonomia dos agricultores frente aos possíveis cenários de mudanças políticas e socioeconômicas. Visto que, *“só as feiras não dão conta, então, temos que pensar outras estratégias, nesse momento isso é ao mesmo tempo oportuno e muito desafiador, para todos nós, a EcoBorborema, Pólo e a AS-PTA”* (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

O Sr. W. S. Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) destacou a necessidade de melhorar a apresentação dos produtos nas feiras agroecológicas, pois na maioria dos casos os agricultores nunca foram preparados para trabalhar a apresentação dos produtos, no entanto, estão passando por formações e orientações para trabalhar essa questão, inclusive, com a utilização da marca e outros aspectos.

Para o Sr. M.G. (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) a adequação a legislação é outro grande desafio, já que a vigilância sanitária é pouco adaptada a realidade da agricultura familiar, contudo, a EcoBorborema, Pólo e a AS-PTA estão se esforçando e tentando realizar as reformas necessárias, com acompanhamento do engenheiro, na unidade de produção do fubá e também nas cozinhas individuais das mulheres nas propriedades

Na dimensão dos aspectos climáticos foi destacado um desafio principal:

Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) relatou sobre a manutenção da diversidade de produtos nas feiras durante o ano inteiro, onde devido a diversidade de regiões ecológicas no território, geralmente, nas regiões mais secas os agricultores só conseguem produzir no período de inverno, já em outras áreas a produção é mais frequente. Os agricultores que estão localizados na região ou mais próximos do Brejo trabalham predominantemente com a produção de hortaliças e os agricultores da região ou mais próximos do curimataú trabalham com safras e entressafras. Logo, garantir a oferta de uma diversidade de produtos nas feiras durante o ano inteiro é um desafio, principalmente por causa da demanda dos consumidores, além da oferta semanal ser necessária para manter a freguesia. É necessário garantir uma certa produtividade e diversidade semanal de produtos. Segundo o Sr. M.G.:

Isso é um desafio né, você tem uma região que chove 4 meses no ano, de 8 a 7 não chove, as feiras sentem esse impacto, ainda tem muitas feiras Remígio, Solânea e principalmente o pessoal do Curimataú, muitas vezes no pico da seca deixam de levar os produtos, mas politicamente vão as feiras até sem nada (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

#### **6.4.3.2 Principais avanços do mercado na EcoBorborema**

Os principais avanços relatados estão distribuídos nas dimensões da comercialização, organização interna e certificação (figura 49).

Na dimensão da comercialização foram destacados quatro avanços principais:

A construção da rede de feiras agroecológicas (figura 50) é um importante avanço, considerando que, na região do território da Borborema tem uma forte tradição de feiras livres, são feiras grandes e com muita presença da agricultura familiar e de produtos da Ceasa, entretanto, não tinha um espaço que valorizasse os produtos agroecológicos. Logo, a criação da rede de feiras agroecológicas representou um importante avanço para o acesso a mercados diferenciados e para demarcar que existe produção agroecológica no território, além de estimular os agricultores a avançarem na produção agroecológica, considerado que o trabalho se consolida na comercialização.

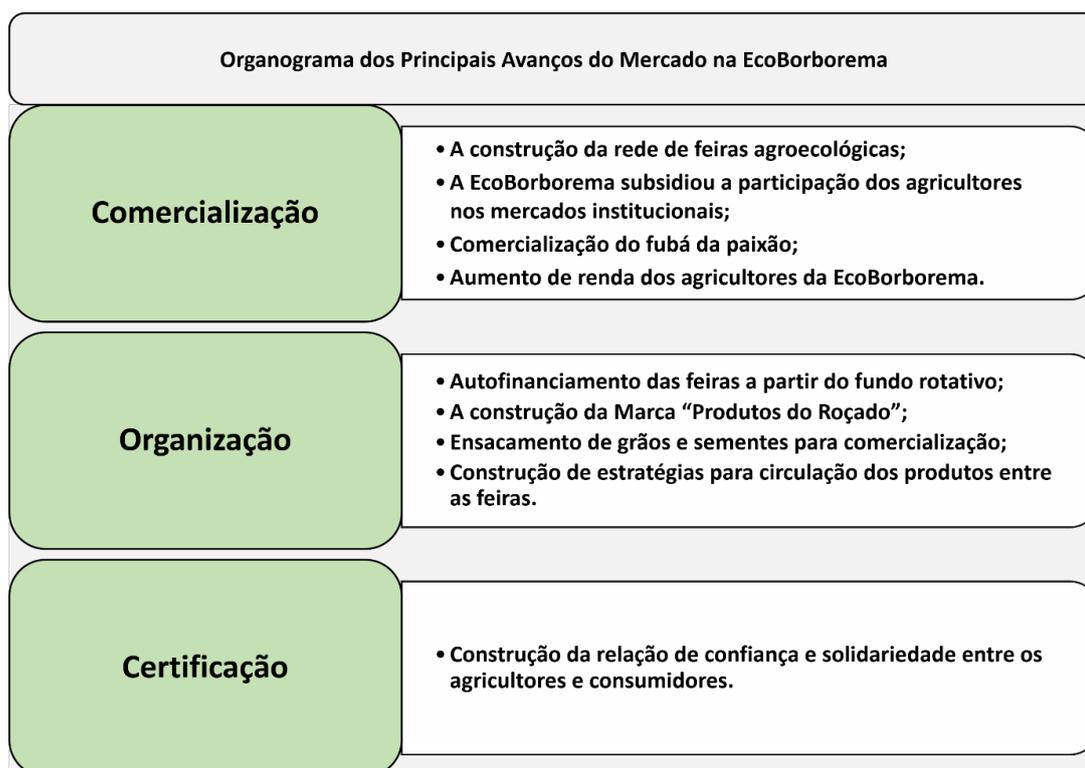


Figura 49 - Organograma dos principais avanços do mercado na EcoBorborema.  
 Fonte: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.



Figura 50 – Fotografia A) Feira agroecológica em Esperança-PB -2019; B) Feira agroecológica em Areial - 2019.

Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

O Sr. J.B. (Depoimento J. B. Coordenação da EcoBorborema - em entrevista 2019) explanou que além da rede de feiras, a EcoBorborema subsidiou a participação dos agricultores nos mercados institucionais, a partir do suporte jurídico, certificados, DAP jurídica<sup>68</sup> e todos os processos de formação e apoio que a EcoBorborema, Pólo

<sup>68</sup> De acordo com a Portaria Nº 523, de 24 de agosto de 2018, a DAP Jurídica é utilizada para identificar e qualificar as Formas Associativas da Agricultura Familiar organizadas em pessoas jurídicas.

e AS-PTA prestam aos agricultores do território, possibilitando uma maior facilidade para acessar as políticas públicas. Portanto:

O acesso das famílias as políticas públicas a partir da organização dos espaços que eles estão inseridos, é fundamental. Muitos só conseguiram porque estavam organizados nessa dinâmica, e isso faz com que eles tenham a capacidade de cobrar, cria um senso crítico que extrapola o que a gente trabalha enquanto assessoria. Todos os agricultores da EcoBorborema que acessam ao PNAE, não há envolvimento da assessoria para a elaboração desses PNAEs, são eles mesmo que se organizam, isso é autonomia, só o PAA que foi organizado com e pela EcoBorborema, que aí exigiu uma coisa mais estrutural pela assessoria junto a EcoBorborema (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019).

A comercialização do fubá da paixão, além do xerém, mungunzá (figura 51) e sementes representam uma importante inovação no mercado da EcoBorborema. Atualmente, estão sendo comercializados nas 12 feiras e em outros pontos de comercialização.



Figura 51 - Fotografia do mungunzá, xerém e fubá, embalados e comercializados na EcoBorborema. Fonte: Acervo próprio, Pesquisa de Campo.

O aumento de renda dos agricultores da EcoBorborema, a partir do momento que os agricultores tiveram acesso a rede de feiras e aos mercados institucionais obtiveram uma melhoria significativa na renda familiar, o que diminuiu ou retirou totalmente a comercialização para o atravessador. A agricultora D. P. relatou:

Essas feiras melhoraram muito a parte financeira, a gente trabalhava só na feira livre no sábado, num sítio que tem uma variedade dessa, perdia muita... coisa e vendia muita mercadoria pra fora, saia aqui caminhão de laranja toda semana porque a gente só vendia em uma feira e depois que começou a vender nessas agroecológicas melhorou muito... a parte financeira, porque nem se compara você vender direto ao consumidor mesmo sendo um preço

acessível do que vender para atravessador (Depoimento D. P. Agricultora F. Alagoa Nova, EcoBorborema - em entrevista 2019).

Na dimensão da organização foram destacados quatro avanços principais:

O autofinanciamento das feiras a partir do fundo de feira, como já foi mencionado anteriormente, é um importante avanço na questão do gerenciamento das feiras, pois garante mais autonomia a rede de feiras.

Os senhores W.S. e D.F. (Depoimento W. S. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019; Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019). destacaram que a construção da Marca “Produtos do Roçado” (figura 52) ocorreu com intuito de fortalecer a identidade e distinguir os produtos dos agricultores que atuam na dinâmica do território dos demais nas feiras. O nome da marca foi sugerido por um agricultor e é acompanhado pelo nome da localidade e família produtora, para facilitar o rastreabilidade dos produtos, além de melhorar a apresentação dos produtos.



Figura 52 - Fotografia da Marca "Produtos do Roçado".  
Fonte: Acervo da EcoBorborema.

O Sr. D.F. (Depoimento D. F. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) sublinha que em complementariedade, o ensacamento de grãos e sementes para comercialização em sacolas e embalagens personalizadas, obtidas a partir de alguns projetos pela EcoBorborema, conferiu maior identidade a estes produtos. Atualmente as embalagens são custeadas por um fundo rotativo. A EcoBorborema tem o objetivo de substituir as sacolas plásticas, enquanto não consegue, são utilizadas sacolas biodegradáveis. Para o fechamento das embalagens, alguns agricultores estão utilizando as seladoras dos bancos de sementes, enquanto outros adquiriram.

O Sr. D.F. ainda relata que para melhorar a diversidade e manutenção da oferta nas feiras, foram constituídas as estratégias para circulação dos produtos entre as feiras, onde em 2017 a AS-PTA e a EcoBorborema iniciaram um ensaio de intercâmbio de produtos entre as feiras. Em 2018, esse processo foi fortalecido, conseguindo intercambiar muitos produtos, movimentando aproximadamente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Entre os produtos intercambiados, está a goma de mandioca (figura 53), que é um produto quase extinto nas propriedades, pois o número de casas de farinha diminuiu significativamente na região. Ademais, ainda é um produto que tem muita demanda. Para viabilizar este processo, a AS-PTA contribui com o transporte na circulação de produtos entre as feiras, além de incentivar os agricultores com maior diversidade a participarem das feiras nos municípios que não têm produção significativa o ano inteiro, principalmente, produção de hortaliças. Segundo o Sr. M.G.:

**Essa é uma inovação que precisa ser aprimorada ainda, a circulação de produtos entre feiras**, isso é fantástico! Exatamente minimiza isso, se em uma feira tem mais pessoas do curimataú, no período da seca ela tem uma queda, mas essa queda é amenizada com a oferta dos produtos do brejo né, e então a feira se mantém o ano todo. A ideia é assim, para ver como a rede de feiras se organiza melhor para garantir que todas as feiras **mantenham a oferta regular de produtos durante o ano todo** (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

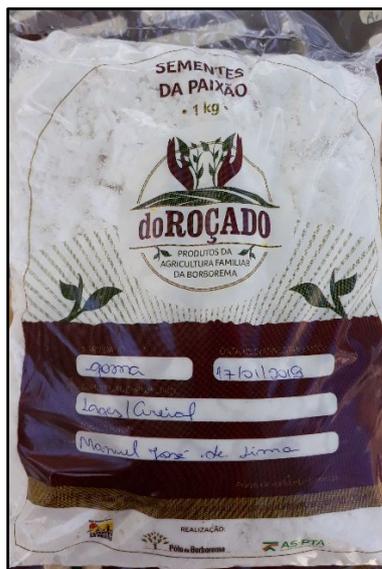


Figura 53 – Fotografia da goma de mandioca comercializada na rede de feiras agroecológicas.  
Fonte: Acervo da próprio, Pesquisa de Campo.

Na dimensão da certificação foi destacado um avanço principal:

A Construção da relação de confiança e solidariedade entre os agricultores e consumidores, onde muitos agricultores relataram que não enxergam os consumidores apenas como clientes, mas que conseguiram estabelecer uma relação que vai além, uma relação de amizade, pois historicamente as feiras representam um espaço com muitos significados, trocas, diálogos, um ponto de encontro, entre outros, sobre o qual a agricultora G.S. declarou:

Pra mim a feira não é só um lugar de comercialização, a feira hoje pra mim é como se fosse minha casa, é minha família né, a feira é um lugar muito bom, onde você também está levando o alimento saudável pra lá, você tem aquele laço de amizade e tal... então é muito legal. Hoje tem consumidor lá na feira que eu digo que ele não é só um cliente meu, eu digo que ele é um pai, um amigo, irmão, avó, meus meninos têm chamado até um de vovô, quando ele chega é tanto abraço, no dia que a gente não vai ele fica preocupado, no dia que ele não vai a gente fica preocupado e é assim (Depoimento M. A. Agricultora F. Massaranduba, EcoBorborema - em entrevista 2019).

#### 6.4.3.3 Principais perspectivas do mercado na EcoBorborema

As principais perspectivas relatadas estão distribuídas na dimensão da comercialização (figura 54).

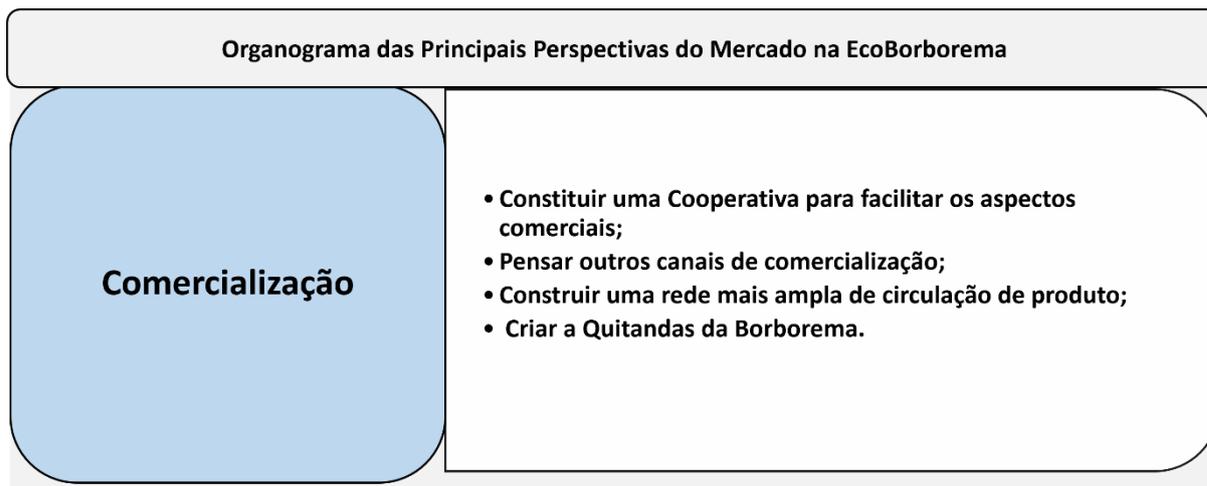


Figura 54 - Organograma das principais perspectivas do mercado na EcoBorborema.  
Fone: Elaboração própria com dados dos Depoimentos dos Grupos Entrevistados.

Foram destacadas quatro perspectivas principais:

Na maioria dos depoimentos foi evidenciada a perspectiva da constituição de uma Cooperativa para facilitar os aspectos comerciais, a partir da perspectiva de que é necessário dar passos mais ousados no mercado, pois a EcoBorborema está ficando pequena para o papel que está cumprindo e para o debate da comercialização. Entendendo que no mercado uma cooperativa tem mais poder e capacidade de cumprimento as normas exigidas, a exemplo da nota fiscal, então, o objetivo é direcionar o papel comercial para a cooperativa, enquanto a EcoBorborema estaria mais focada na rede de feiras e ao processo de certificação. No que concerne a estas assertivas, na EcoBorborema os *“agricultores têm suas notas eletrônicas, mas entendemos que hoje precisamos ter uma cooperativa que organize melhor essa parte, que tenha condição de emitir uma nota fiscal, que possa extrapolar um pouco o nosso território”* (Depoimento R. V. Coordenação do Pólo- em entrevista 2019). Desta forma, além de outras funções, a criação da cooperativa é estratégica para:

Atuar no mercado, porque tem outros mercados, **a EcoBorborema já evoluiu bastante**, hoje tem uma coordenação muito boa né, mas assim, são feirantes e agricultores, você não pode, tem que respeitar o limite que eles têm. Pensar em uma **cooperativa, é pensar um outro ator, porque está havendo uma demanda de outros mercados**, João Pessoa-PB, Recife-PE, agora mesmo estamos indo para o encontro dos pontos fixos do sabiá em Juazeiro-BA, algumas entidades já têm trabalhado com o ponto fixo, MST, Armazém do Campo, Sabiá com agroecológico e o IRPA assessora (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019, grifos nosso).

No depoimento do Sr. M.G. (Depoimento M. G. Assessoria técnica da AS-PTA - em entrevista 2019) foi enfatizado que além dos pontos já colocados, é necessário pensar outros canais de comercialização, considerando ainda que, depois do corte nas políticas públicas, as opções de comercialização dos agricultores ficaram mais limitadas as feiras, onde não conseguem escoar toda a produção, além disso a projeção é de que ocorra aumento no número de famílias produzindo de forma agroecológica. Para tanto, é fundamental construir e ocupar novos espaços de comercialização que possam, também, garantir mais autonomia para os agricultores.

Também é necessário construir uma rede mais ampla de circulação de produtos. Essa perspectiva surgiu para atender as demandas de outros territórios, a exemplo do cariri e sertão.

A criação das Quitandas da Borborema foi frisada na maioria dos relatos, esse projeto que já contempla aprovação em 2019 no Programa Ecoforte da Fundação do Banco do Brasil, para executar, inicialmente, a construção de três quitandas, fixas e móveis, devido a necessidade de ampliação de mercado para escoar os produtos dos agricultores. O objetivo é ter um espaço com comercialização diária de todos os produtos disponíveis nas feiras, considerando que estas só funcionam uma vez por semana.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A OCS EcoBorborema é uma modalidade de rede alimentar fundada na agricultura familiar, com os sistemas agroalimentares embasados na agroecologia, enraizada em valores e princípios éticos, socioculturais e na construção social de novos mercados.

A EcoBorborema é fruto da junção do movimento agroecológico e de renovação sindical, a partir do trabalho realizado no território da Borborema, desde 1993, pela AS-PTA e Pólo Sindical da Borborema. Esse processo está imbuído de inovações sócio-organizativas, tecnológicas e construção de novos mercados, que resultaram na construção do território agroecológico.

O campo de atuação desses atores coletivos tem sido fundamentado em três dimensões principais que se retroalimentam e possuem estreitas relações: a ciência da agroecologia, a renovação sindical e a convivência com o Semiárido paraibano.

É uma região com um importante reconhecimento estadual e nacional com representação de um território agroecológico e uma forte atuação em rede com um notável e singular protagonismo institucional da sociedade civil, focada nos processos de formação e construção do conhecimento agroecológico. Além do crescente número de famílias que passam a integrar a produção agroecológica e que estão em processo de transição.

No campo social, a EcoBorborema tem trabalhado em uma dinâmica em rede que está focada nas principais temáticas que vulnerabilizam e fortalecem os agricultores, sendo: os recursos hídricos, agrobiodiversidade, criação animal, saúde e alimentação, cultivos ecológicos, comercialização, mulheres, juventude, infância e educação, e políticas públicas. Assim, representando um importante protagonista no território.

A atuação em rede tem contribuído de forma significativa com a diminuição das vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais dos agricultores do território, a

partir da utilização de estratégias mitigadoras, contribuindo com a segurança e soberania alimentar, segurança hídrica e econômica dos agricultores.

No campo político, a atuação em rede da EcoBorborema, Pólo e AS-PTA no território, especialmente, o Pólo Sindical tem se configurado em um importante ator político regional, com capacidade de articular, influenciar e coordenar políticas públicas e na formação política dos agricultores.

Nas dinâmicas organizativas de manejo dos sistemas de produção dos agricultores familiares, a EcoBorborema, Pólo e AS-PTA atuam, principalmente, a partir dos processos de inovações sócio-organizativas, formação dos agricultores, experimentação, intercâmbio e sistematização de práticas agroecológicas, e tecnologias de inovação voltadas para a convivência com o semiárido, conservação e multiplicação das sementes da paixão e organização dos quintais produtivos.

A EcoBorborema está sempre inovando na construção de novos mercados, como a rede de feiras agroecológicas, entrega de cestas em domicílio, circulação dos produtos entre as feiras, circulação dos produtos não perecíveis para outros territórios, comercialização para os eventos do território (marcha da mulher, marcha da juventude e tal) e para o restaurante interno da AS-PTA. Os mercados institucionais contribuíram de forma significativa com o fortalecimento dos agricultores da EcoBorborema, porém, frente aos desafios impostos pelo cenário político, imbuído de incertezas, e a necessidade de fortalecer o mercado local, a EcoBorborema, Pólo e AS-PTA já estão com um projeto para construir um novo mercado social: as quitandas da Borborema e criação de uma cooperativa para facilitar, fortalecer e trazer mais autonomia para o processo de comercialização dos agricultores da EcoBorborema.

Dentre os principais desafios impostos pela modalidade OCS, está a questão da limitação quanto ao acesso a outros mercados, que não estão inseridos nos circuitos curtos de comercialização pela venda direta, o que restringe a comercialização da EcoBorborema. Uma vez que, os agricultores da EcoBorborema têm muita produção e os canais curtos de comercialização acessados não garantem o escoamento de todos os produtos. Essa limitação tem subsidiado a busca por alternativas, como a criação de uma cooperativa para o grupo de agricultores que querem acessar outros mercados, além dos circuitos curtos de comercialização.

Outra limitante é para utilização de sementes certificadas, visto que, existe uma grande dificuldade em produzir e acessar a maioria das sementes de hortaliças, estando mais acessíveis as sementes de milho e leguminosas, as quais têm uma trajetória forte de conservação e recuperação das sementes crioulas no território, denominadas de sementes da paixão.

A produção animal e seus derivados também apresenta restrições para os agricultores, pois a legislação não está bem adaptada a realidade da agricultura familiar, como não conseguem se adequar a legislação no aspecto do beneficiamento e certificação de produtos de origem animal, não conseguem comercializar esses produtos nas feiras e em outros circuitos, o que prejudica os agricultores.

A constituição da OCS EcoBorborema com a possibilidade do cadastro dos agricultores junto ao MAPA e obtenção do certificado (Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS) representaram uma forma de reconhecimento e validação do trabalho realizado pelos agricultores agroecológicos no território. O certificado valorizou e ressaltou a qualidade ambiental e social das feiras agroecológicas e principalmente, fortaleceu a credibilidade que os agricultores já vinham construindo com os consumidores, reforçando os laços de confiança entre os agricultores e consumidores.

A criação da Eco-Borborema está diretamente ligada ao tema de mercado, com intuito de dinamizar o processo de organização e fortalecimento do acesso a novos mercados pelos agricultores. Com edificação baseada nos preceitos da agroecologia, fortalecimento da agricultura familiar, diálogo, convivência com o semiárido, luta por acesso aos mercados, soberania e segurança alimentar, educação do campo, empoderamento da mulher e autonomia.

Atualmente, a Eco-Borborema vem demonstrando um grande potencial organizativo, visto que, é uma das OCSs do estado da Paraíba que abrange o maior número de municípios (10) e agricultores (114) inseridos no CNPO de 2018, conta com uma rede de 12 feiras agroecológicas e mais uma série de atividades que englobam a produção, beneficiamento dos produtos e a comercialização. Nesse sentido, a EcoBorborema tem servido como referência para as outras OCSs do estado da Paraíba.

A Eco-Borborema é uma rede agroalimentar alternativa que possui uma diversidade de características, que a coloca na condição de uma organização inovadora de grande relevância socioeconômica e ambiental para à agricultura familiar e o fortalecimento da agroecologia no território da Borborema.

## REFERÊNCIAS

- ABONG. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. **ONGs no Brasil: perfil e catálogo das associadas à ABONG 2002**. São Paulo: Abong, 2002. 288p. (Série Desenvolvimento Institucional). Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>
- ABONG. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. **Estatuto Social**. 2019. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>.
- ABONG. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS. **Um Novo Marco Legal para as ONGs no Brasil - fortalecendo a cidadania e a participação democrática**. 2007. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>.
- ABRAMOVAY, R. O saco de batatas. In: ABRAMOVAY R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: HUCITEC/Edunicamp/Anpocs. (Estudos Rurais), 2007.
- AESA. Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba. **PERH-PB: plano estadual de recursos hídricos: resumo executivo & atlas**. Governo do Estado da Paraíba; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, SECTMA. Brasília, DF, 2006. 112p. Disponível em: <[PERHmiolo\\_MONT.indd, page 1-68 @ Normalize \( PERHmiolo\\_MONT.indd \) \(aes.pb.gov.br\)](#)>.
- ALMEIDA, M. F. **Relatório de Monitoramento geral das Feiras Agroecológicas do Território da Borborema**. 2018.
- ALMEIDA, M.W.B. Redescobrimo a família rural. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n°1, 1986. p. 66-83.
- ALTEMBURG, S. G.; CALDAS, N. V.; GRISA, C. Hábitos alimentares e representações sociais sobrea comida entre alunos de escolas públicas do Sul do Brasil. In: ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V, (Org.). **A construção social da qualidade na produção agroalimentar**. LibertArts, São Paulo, 2014.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. 3.ed.rev.ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012, p. 400.
- ALVES, J. M. M. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- ALVES, L. A. **Transformações no espaço agrário paraibano: práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das Guardiãs das Sementes da Paixão do Polo da Borborema**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Semiárido**. Catálogo de metadados da ANA, 2017. Disponível em: <[Semiárido \(snirh.gov.br\)](http://snirh.gov.br)>.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. e SIVINI, S. A agricultura familiar no Brasil: caminhos da inovação, espaços de afirmação. **Agroalimentaria**. Vol. 22, Nº 43, 2016, p. 119-134. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199251019008>>.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Ventos do Sul Movem Moinhos: a experiência brasileira no combate à fome na última década. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 16, n. 1, p. 215 - 230, 2017.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal – 1999- 2001**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. 49p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal – 2005- 2007**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004a. 72p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 1988**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2000a. 40p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 1999**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2000b.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2000**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001a.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2001**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001b.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2003**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004a. 66p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2004**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2005. 48p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2006**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2007a. 51p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2007**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2007b. 57p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2002**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003. 66p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2008**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 82p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2009**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2010a. 45p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2010**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011a. 50p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2011**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. 46p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2012**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2013. 33p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2013**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. 33p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2015**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2016. 27p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2016**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017a. 36p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2017**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2018a. 27p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2018**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2019. 18p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório de atividades - 2019**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2020. 18p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Estatuto de 1993**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993. 8p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal – 2002- 2004**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001c. 65p.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Jovens reafirmam identidade camponesa e tradições culturais durante a I Feira Agroecológica e Cultural da Juventude Camponesa do Polo da Borborema**. 2016. Disponível em:< [AS-PTA » Jovens reafirmam identidade camponesa e tradições culturais durante a I Feira Agroecológica e Cultural da Juventude Camponesa do Polo da Borborema \(aspta.org.br\)](http://aspta.org.br)>.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Inauguração Popular do Banco Mãe de Sementes será realizada com a participação do Governador Ricardo Coutinho**. 2017b. Disponível em:< [AS-PTA » Inauguração Popular do Banco Mãe de Sementes será realizada com a participação do Governador Ricardo Coutinho \(aspta.org.br\)](http://aspta.org.br)>.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Agricultores da Borborema comemoram inauguração de Banco Mãe de Sementes**. 2011b. Disponível em:< [AS-PTA » Agricultores da Borborema comemoram inauguração de Banco Mãe de Sementes \(aspta.org.br\)](http://aspta.org.br)>.

AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Programa Paraíba. 2010b**. Disponível em:< [AS-PTA » Programa Paraíba \(aspta.org.br\)](http://aspta.org.br)>.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. A qualidade para além do produto: a dinâmica de mercados institucionais no Rio Grande do Sul e na Andaluzia. In: ANJOS, F. S. CALDAS, N. V. (Orgs.). **A construção Social da qualidade na produção agroalimentar**. São Paulo: LiberArs, 2014.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010, 264 p.

BRANDÃO, C. R. A Pesquisa Participante e a Participação da Pesquisa. In: BRANDÃO, C. R. STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006. 259-276 p.

BRASIL, **Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1420215617.pdf>>.

BRASIL, **Instrução Normativa Conjunta Nº 18, de 28 de maio de 2009b**. Dispõe sobre o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. Disponível em < [Página 15 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 101, de 29/05/2009 - Imprensa Nacional](#)>.

BRASIL, **Instrução Normativa Nº 19, de 28 de maio de 2009a**. Dispõe sobre os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em < [Página 16 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 101, de 29/05/2009 - Imprensa Nacional](#)>.

BRASIL, **Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm)>.

CALDAS, N. V. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 2011. 208f. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Agricultura familiar e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia no sul do Brasil. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 12(3): 167-175, 2017.

CANIELLO, M. *et al.* **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)**. Projeto de Pesquisa para o Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009. Campina Grande, GEPAD/UFPG, 2010.

CANIELLO, M. *et al.* **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)**. RELATÓRIO

ANALÍTICO PARCIAL. EDITAL MDA/SDT/CNPQ – GESTÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS Nº. 05/2009. Campina Grande, p. 189, 2011.

CANIELLO, M.; PIRAUX, M. BASTOS, V. V. S. Identidade e diversidade no Território da cidadania da borborema (PB). **Raízes**, v.34, n.1, 2014. Disponível em: <[\\*Artigo\\_327.pdf \(cirad.fr\)](#)>.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F. R. (org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. – Brasília. p. 111, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (Orgs.) **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004b. v.1. 166 p. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf)>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a, p. 24. Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincípios.pdf>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (Orgs.) **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004c. v.1. 166 p. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf)>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **3rd Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Florianópolis, Brazil, Anais: CBA. 2006.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. AGRICULTURA CAMPONESA. In: CALDART, R. S. *et al.*, (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. p. 26-34, 2012.

CASSEL, G. Apresentação. In: SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C.G. (Orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. 7-11 p.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: NOVAS REDES E ATORES. **Lua Nova**, São Paulo, 95: 143-177, 2015.

CASSOL, A.; SALVATE, N.; SCHNEIDER, S. Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Nº 33, 2016.

CAVALCANTI, Â. M. L. **O suor que perco todo dia, não vale nada? (Estudo sobre a comercialização da produção familiar em Lagoa Seca-PB)**. 1997. 154f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande – PB, 1997.

CENTRAC, Centro de Ação Cultural. **História**. Disponível em: <https://centrac.org.br/quem-somos/historia/>. Acesso em:

COLETTI, C. OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS. **Revista de Direitos Fundamentais**, ISSN 2675-0074, v. 1, n. 2, jul./dez. 2019, p. 129-149.

CONDEL. CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. RESOLUÇÃO Nº 115, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017. **Nova delimitação do semiárido**. 2017.

CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **CONTAG 40 anos**. Trajetória política da Contag – As primeiras lutas. Revista comemorativa dos 40 anos da entidade. Brasília: Contag, 2004. Disponível em: <http://www.Contag.org.br/enfoc/web/arquivos/documento/43/Trajectoria-politica-daContag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-Contag.pdf>

CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

CORRÊA, É. G. **Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil: aproximações e disputas nas primeiras décadas do século XXI**. 2018. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2018.

CORREIA, S. C. C. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do agros paraibano**. 2018. 403f. Tese (Doutorado em Geografia). UFPB. João Pessoa, 2018.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (Orgs.) **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. v.1. 166 p. Disponível em: [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf).

CPT. Comissão Pastoral da Terra - **HISTÓRICO**. Disponível em: < [cptnacional.org.br](http://cptnacional.org.br)>. 2010.

DAROLT, M. R. *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XIX, n. 2, p. 1-22, 2016. Disponível em < [http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt\\_1809-4422-asoc-19-02-00001.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00001.pdf)>.

DAVID, P. História Oral: Metodologia do Diálogo. **Unesp**, v. 9, n. 1, São Paulo-SP, p.157-170, 2013.

DELGADO, N. G. Sociedade Civil, Estado e Protagonismo Institucional no Desenvolvimento Territorial. **Raízes**, Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública (Marc Piraux, Márcio Caniello – Orgs.). Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 41–51, 2010

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. **IICA-OPPA/CPDA**. Rio de Janeiro, p. 72, 2007. Disponível em: <[\\*Microsoft Word - Des.territorial - articulação de pol. públicas e atores sociais.doc \(oppa.net.br\)](#)>.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004. 207f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2004.

DINIZ, P. C. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”. Trajetória de relações entre Estado e sociedade civil: experiência no semiárido**. 2007. 241f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande - PB, 2007

DOURADOS, A. M. Caminhos e encontros com o território. *In*: VARGAS, M.A.M.; DOURADOS, A. M.; SANTOS, R, H. (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracajú: EDISE, 2015, p. 25-66.

DUQUE, J. G. **Perspectivas Nordestinas**. 2a ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004. 424 p.

ECOBORBOREMA. **Estatuto Social da EcoBorborema**. Lagoa Seca, 2005, 7p.

ECOBORBOREMA; AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Relatório Anual: 2018 Acesso aos Mercados – Território da Borborema**. 2018. 12p.

EDWARDS, F. Alternative Food Networks. *In*: Thompson P., Kaplan D. (eds) Encyclopedia of Food and Agricultural Ethics. **Springer, Dordrecht**, 2016. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-6167-4\\_513-1](https://doi.org/10.1007/978-94-007-6167-4_513-1).

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de um Novo Paradigma**. São Paulo: Livro da Terra. 1996.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Marco referencial em agroecologia**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, 70 p. 2006.

FAERMAM, L. A. A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **Revista Ciências Humanas** – Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil v. 7, n. 1, 2014.

FARIA, Andréa Alice da Cunha. **A educação que constrói a agroecologia no Brasil: trajetórias de um vínculo histórico**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Histórico**. Disponível em: <fase.org.br>.

FAVARETO, A. AGRICULTORES, TRABALHADORES Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **RBCS**, Vol. 21 nº. 62, 2006, p. 27-44.

FERNANDES, G. B.; SILVA, E. D. Do milho transgênico ao “Fubá da Paixão”: estratégias de conservação de sementes crioulas da Rede de Bancos de Sementes Comunitários do Território da Borborema, Paraíba. **Cadernos de Agroecologia**. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

FERREIRA, A. P. R. S. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural**. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA EM PELOTAS/RS. CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 280-311, 2011.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (2): 199-217, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a12v20n2.pdf>>.

FONSECA, M. F. A. C.; LEITE, R. M.; ALMEIDA, L. H. M. A regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil: memórias do Grupo de Agricultura Orgânica e do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia. In: Hirata, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.) **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. 226 p.

FRANCIS, C. et al. Agroecology: The ecology of food systems. **Journal of sustainable agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.

GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal. In: GLIESSMAN, S. R. (Ed.). **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. New York: Springer-Verlag, 1990. p.366-399.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. ed. Porto Alegre-RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 653.

GODOY, W. I. As feiras-livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização. 2005. 284 f. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2005.

GONDIM, J. *et al.* A seca atual no Semiárido nordestino – Impactos sobre os recursos hídricos. **Parc. Estrat.** Brasília-DF, v. 22, n. 44, p. 277-300, 2017.

GOODMAN, D; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. **Alternative Food Networks: knowledge, practice and politics**. Londres: Routledge, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

HERNÁNDEZ, J. L. S. Redes Alimentarias Alternativas: concepto, tipología y adecuación a la realidad española. **Boletín de la A.G.E.** N.º 49 - p. 185-207, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade**. 2020. Disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil**. 2017. Disponíveis em: <[Divisões Regionais do Brasil | IBGE](#)>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraíba**. 2010. Disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Semiárido Brasileiro**. 2018. Disponíveis em: <[Semiárido Brasileiro | IBGE](#)>.

IDEME. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual. **Anuário Estatístico da Paraíba** 2014. João Pessoa, v. 1, 2014. Disponíveis em: <[Ideme Anuário 2014.pdf](#)>.

IDEME. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual. **Anuário Estatístico da Paraíba** 2013. João Pessoa, v. 1, 2013. Disponíveis em: <[Ideme Anuário 2013.pdf](#)>.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou recriação da economia moderna. **Cadernos de sociologia**. v. 6. Porto Alegre. 1994.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: editora da Unicamp, 1993. P. 13-33.

LANDIM, L.; COTRIM, L. L. **ONGs: UM PERFIL CADASTRO DAS FILIADAS À AS SOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS (ABONG)**. ABONG ISER. São Paulo, 1996. 239p. Disponível em: [abong.org.br](http://abong.org.br).

LIMA, A. B. **Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba**. 2017. 413f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parc. Estrat.** Brasília-DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, 2018.

LIMA, S. A. M. **Revisitando o campo: Lutas, organização, contradições - Pernambuco -1962-1987**. 2003. 262 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

LISBOA, A. M. A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. **Otra Economía** - Volumen II - N° 3 - 2º, 2008, p. 7-26.

LONDRES, F. **A Associação Biodinâmica e o desafio da produção de sementes de hortaliças**. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2014. 51 p.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2007.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MACHADO, R. M. *et al.* **Organização de controle social: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG. Pouso Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, (Caderno PROAPO, n.2). p. 21, 2016.

MAGALHÃES, A.R. Vida e seca no Brasil. In: DE NYS, E.; ENGLE, N.L.; MAGALHÃES, A.R. (Orgs). **Secas no Brasil: política e gestão proativas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE; Banco Mundial, 2016. 20-35 p.

MARENGO, J. A. *et al.* **Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. Instituto Nacional do Semiárido- INSA, Campina Grande – PB, 2011, 40 p.

MARQUES, M. A. S. **Autonomia ou submissão? Uma análise sobre os mecanismos de certificação orgânica adotados pelos agricultores familiares do estado da Paraíba**. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2019.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, p. 424-438, 2000.

MARSDEN, T. K.; ARCE, A. Constructing Quality: Emerging Food Networks in the Rural Transition. **Environment and Planning A**, 27, (8), 1261-1279, 1995.

MARTIL, G. C. D. **Redes Agroalimentares Alternativas e Consumo Político: o caso das feiras ecológicas de Porto Alegre, RS**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas-RS. 2016.

MATIAS, T. L. **ATORES EM REDE NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA: um estudo das feiras agroecológicas da Microrregião de Campina Grande-PB**. 2016. 228 f. Mestrado (Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba. 2016.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, 2011, p.95-108.

- MATTOS, L. C.; MAY, P. Duas secas climaticamente análogas no semiárido nordestino com impactos sociais distintos. **Desenvolv. Meio Ambiente**. Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens Vol. 55, p. 28-53, 2020.
- MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 36, nº 1, p. 139 – 169, 2009.
- MEDEIROS, A. M. T.; BRITO, A. C. A seca no Estado da Paraíba – Impactos e ações de resiliência. **Parc. Estrat.** Brasília-DF, v. 22, n. 44, p. 139-154, 2017.
- MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, p. 215, 1989.
- MENEZES, M. A. O. *et al.* **Guia prático de organizações de controle social (OCS)**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/AECS, p. 65, 2020.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, S. F. *et al.* (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes, Petrópolis-RJ, 1994, 9-31p.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NIEDERLE, P. A. A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. CSOnline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Ano 2, V. 5, 2008.
- NIEDERLE, P. A. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Rev. Agriculturas**. v. 10, n. 2, 2013, p. 4-7.
- NIEDERLE, P. A. DELIMITANDO AS FRONTEIRAS ENTRE MERCADOS CONVENCIONAIS E ALTERNATIVOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, nº 18, 2009.
- NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados** 29 (83), p. 183-207, 2015.
- NUNES, M. G. P.; SILVA, C. N. M. da. NORDESTE BRASILEIRO: UM OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO E A CONVIVÊNCIA COM A SECA. **GEOTemas**, Pau dos Ferros-RN, v. 10, n. 3, p. 148-160, 2020.
- OLIVEIRA, K. S. C. **Segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares da associação dos produtores e produtoras orgânicas de Ceará Mirim/RN**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.
- PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.
- PAULUS G. (Orgs). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. – Brasília. 2009, 9-46 p.

PAULUS, G. **DO PADRÃO MODERNO À AGRICULTURA ALTERNATIVA: POSSIBILIDADES DE TRANSIÇÃO**. 1999. 185 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina. FLORIANÓPOLIS-SC. 1999.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. 3.ed.rev.ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012, p. 7-15.

PETERSEN, P. Prefácio. In: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Marco referencial em agroecologia**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, 15-20 p. 2006.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema. In: II Encontro Nacional de Agroecologia. **Caderno do II ENA**. 2007. 28p.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico: reflexões a partir da experiência da AS-PTA no Agreste da Paraíba. In: SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do agreste de Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 356 p.

PICOLOTTO, E. L. **A emergência da categoria “agricultor familiar como sujeito de direitos na trajetória do sindicalismo rural**. XLVI Congresso da SOBER, Rio Branco – Acre. 2008.

PINHEIRO, G. S. R. **AGRICULTOR FAMILIAR E PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA**. 2004. Dissertação (Curso de Pós- Graduação em Sociologia das Organizações). Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR. 2004.

PIRAUX, M. *et al.* **Como fortalecer a transição agroecológica nos territórios amazônicos?**. Oficina de Intercâmbio com a experiência do polo sindical e das associações da agricultura familiar da Borborema (Paraíba).2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8154/2/arquivototal.pdf%20>>.

PIRAUX, M. *et al.* Transição agroecológica e inovação socioterritorial. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, p. 5-29, 2012.

PIRAUX, M.; BONNAL, P. Projetos coletivos de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar: um estudo sobre o entorno de Campina Grande, PB. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, p. 262-292, 2008. Disponível em: <[\\*acabral,+Gerente+da+revista,+200810-262-292.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8154/2/arquivototal.pdf%20)>.

PIRAUX, M.; MIRANDA, R. S. A Longa Emergência da Agricultura Familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do Estado no Agreste paraibano. **Raízes**, v. 30, n.2, 2010.

PLOEG, D. V.; JINGZHONG Y.; SCHNEIDER. Desenvolvimento rural através da construção de novos mercados aninhados: perspectivas comparativas da China, do Brasil e da União Européia. **The Journal of Peasant Studies** Vol. 39, No. 1, 2012, 133–173.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, 2011, p. 114-140.

PLOEG, J. D. V. D.; YE, J.; SCHNEIDER, S. Rural development: Actors and practices. In: **Constructing a new framework for rural development**. Emerald Group Publishing Limited, p. 17-31, 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Ria de Janeiro: Compus, 2000.

PÓLO; AS-PTA; ECOBORBOREMA. **Relatório Anual: 2018 Acesso aos Mercados – Território da Borborema**. 2018.

PRA, M.; SABOURIN, E.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba. 2016. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n. 1, p. 5-27.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. Á. N.; RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*. Brasília-DF, 2011, p. 20.

QUARESMA, V. B. S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, 2005.

QUEIROZ, S. S.; GRANDI, A. M.; PLEIN, C. Estrutura intelectual da produção científica sobre mercados de agricultores e sistemas agroalimentares. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, 29(1) p. 113-141, 2021.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short supply chains in rural development. **Environment and Planning**, 35(3), p. 393-411, 2003.

RICCI, R. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 321-338 p.

SABOURIN, E.; LAZZARETTI, M. Â. CONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NOS SINDICATOS RURAIS BRASILEIROS: ASPECTOS COMPARATIVOS. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 72-80, 2002.

SABOURIN. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **Rev. PPG em Sociologia UFS, n° VII**, 2004.

SANTOS, A. S. *et al.* **Pesquisa e política de sementes no semiárido paraibano: relatório**. Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju-SE, 2012. 60 p. Disponível em: <[Doc 179 capa.cdr \(embrapa.br\)](http://doc179.capa.cdr.embrapa.br)>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. Tradução Mouzar Benedito.- São Paulo: Boitempo. 2007, 1280 p.

SANTOS, C. O. **(Re)configurações territoriais da produção orgânica do Agreste Central de Sergipe à luz das potencialidades ambientais**. 2016. 180 f. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, L. C. R. **Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil**. Relatório Técnico CNPq. 2005.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Rev. GEOgrafia**, 1, n°1, 1999.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDE, S. As Cadeias Agroalimentares CURTAS E Desenvolvimento Local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**. Volume 14 – Número 19, 2012 - p. 101-130. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/scarabelot-m-schneider-s-as-cadeias-agroalimentares-curtas-e-desenvolvimento-local-um-estudo-de-caso-no-municipio-de-nova-veneza-sc-faz-ciencia-unioeste-impresso-v-14-p-101-130-2012>>.

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, p. 180-219, 2011.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n° 3 (119), p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 9-24 p.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. REGIMES AGROALIMENTARES E O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR – UMA APRESENTAÇÃO AO DEBATE. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, 2016.

SCOFANO, J. E. **Avaliação da Conformidade Orgânica: Cenário, entraves e Perspectivas no Estado do Rio de Janeiro**. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SERRANO, J. S. **Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero**. UFPB, 35 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias (Agroecologia). Universidade Federal da Paraíba. 2014.

SILVA JUNIOR, E. T. História Oral e as Ciências Humanas. **Cadernos UniFOA**, n.3, 2007, p. 16.

SILVA, P. C. G. et al., Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In: SA, I. B.; SILVA, P. C. G. da. (Ed.). **Semiárido brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 18-48, 2010.

SILVA, P. V. B. **SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO MILHO CRIOULO LIVRE DE TRANSGÊNICO NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA**. 54 f. 2018 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Agronomia). Universidade Federal da Paraíba. 2018.

SILVA, T. M.; SILVA, L. X. Mercados convencionais e/ou novos mercados – haveria um dilema nas estratégias produtivas dos agricultores familiares? O caso de Praia Grande (SC). **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, 2015: 31-61.

SILVEIRA, L.; VICTOR, R.; ANACLETO, N. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. **Revista Agriculturas**. v. 4 – nº 2, 2007.

SILVEIRA, L.M.; FREIRE, A.G.; DINIZ, P.C. Pólo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Revista Agriculturas**, v. 7 - n. 1. p. 7, 2010.

SOBREIRA, D. **A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NA PARAÍBA E O SINDICALISMO DO POLO DA BORBOREMA**. Anais I CONIMAS e III CONIDIS. 2019. Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/63076>.

STRECK, D. R. Pesquisar é Pronunciar o Mundo: Nota sobre métodos e metodologia. In: BRANDÃO. C. R. STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006. 259-276.

SUDENE. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DIRETORIA DE PLANEJAMENTO. **Nova delimitação do semiárido**. p. 63, 2017. Disponíveis em: <[\\*](http://relao-de-municipios-semirido-pdf (www.gov.br))>.

TOSI, G. **Terra e Salário para quem trabalha: Um estudo de caso sobre os conflitos sociais no brejo paraibano**. 1988. 276 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande - PB, 1988.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Orgs.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.23-56.

WEID, J. M. V. der. **30 anos da AS-PTA: uma visão pessoal parte I- uma gênese do Projeto de Tecnologias Alternativas**. AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. 2013. Disponível em:

<<https://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>>.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001, 19-201.

ZAINAL, Z. Case study as a research method. **Jurnal Kemanusiaan** bil.9, p. 16, 2007. Disponível em:<[http://psyking.net/htmlobj3837/case\\_study\\_as\\_a\\_research\\_method.pdf](http://psyking.net/htmlobj3837/case_study_as_a_research_method.pdf)>.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A- Roteiro grupo 1

#### Coordenação OCS

##### I. OCS EcoBorBorema

1. Histórico/Trajectoria
2. Caracterização e organização
3. Instituições intervenientes
4. Assessoria técnica
5. Avanços, desafios e perspectivas da EcoBorBorema
6. O que a EcoBorBorema representa para os agricultores associados

##### II. Unidade de produção

7. Como estão estruturadas as unidades de produção dos agricultores
8. Avanços e desafios na produção
9. Produção animal e vegetal predominante

##### III. Comercialização na EcoBorBorema

10. Como os canais de comercialização estão estruturados
11. Produtos comercializados
12. Avanços e desafios na comercialização

### APÊNDICE B- Roteiro grupo 2

#### Assessoria Técnica: ASPTA

##### I. OCS EcoBorBorema

1. Histórico/Trajectoria
2. Caracterização e organização
3. Instituições intervenientes
4. Assessoria técnica
5. Avanços, desafios e perspectivas da EcoBorBorema
6. O que a EcoBorBorema representa para os agricultores associados

##### II. Unidade de produção

7. Como estão estruturadas as unidades de produção dos agricultores
8. Avanços e desafios na produção
9. Produção animal e vegetal predominante

##### III. Comercialização na EcoBorBorema

10. Como os canais de comercialização estão estruturados
11. Produtos comercializados
12. Avanços e desafios da comercialização

**APÊNDICE C- Roteiro grupo 3****Instituições Intervinentes****I. OCS EcoBorborema**

1. Como a instituição atuou e atua junto a EcoBorborema
2. Como a instituição enxerga a EcoBorborema
3. Qual o significado da EcoBorborema para a agricultura familiar e agroecologia no Estado
4. Quais desafios, avanços e perspectivas da EcoBorborema podem ser evidenciados

**II. Comercialização**

5. Qual significado dos mercados institucionais e feiras agroecológicas para a agricultura familiar do Estado da Paraíba

**APÊNDICE D- Roteiro grupo 4****Agricultores****I. Família e Unidade de Produção**

1. Trajetória da família
2. Como está organizada a produção
3. Perspectivas para o futuro

**II. EcoBorborema**

4. Quando e por que se associaram a EcoBorborema
5. Como funciona a EcoBorborema
6. Como a família participa das atividades da EcoBorborema
7. O que a EcoBorborema representa para a família
8. Assessoria técnica

**III. Comercialização**

9. Canais de comercialização
10. Canais preferenciais
11. Produtos comercializados

**APÊNDICE E- Roteiro grupo 5****CPOrg-PB****I. OCS's no Estado da Paraíba e EcoBorborema**

1. Como estão estruturadas as OCS's no estado da Paraíba
2. Quais os desafios, avanços e perspectivas das OCS's do Estado da Paraíba

**I. Legislação de Orgânicos e Controle Social**

3. Avanços e desafios na aplicação/adequação da legislação de orgânicos
4. Avanços e desafios para garantia da qualidade orgânica a partir do Controle Social

**II. Agroecologia no Estado da Paraíba**

5. O que a EcoBorborema representa para agroecologia no Estado e território

# ANEXOS

## ANEXO A – Mobilização do Pólo para acessar a Empresa

### Sindicatos rurais acionam Empresa em Curadorias

Representantes de seis Sindicatos de Trabalhadores Rurais de diferentes Associações de Produtores Agrícolas entraram ontem com uma representação nas Curadorias do Patrimônio Público e do Consumidor contra a Empresa- Empresa Paranaíba de Abastecimento e Serviços Agrícolas. Eles protestam contra a construção de uma cerca na área do Mercado da Produtores, impedindo-os de comercializarem.

De acordo com o produtor rural Pedro Pereira da Silva, que reside no Sítio Lagoa de Gravata, município de Lagoa Seca, "os produtores rurais afirmam que a ação de curadorias faz com que os preços dos produtos agrícolas continuem, em alta, já que eles compram um documento já foi elaborado e enviado ao secretário de Agricultura do Estado, Marcondes Guedes", salientando que "a cerca no Mercado da Produtores seja retirada e que sejam construídos galpões para aumentar o espaço físico destinado à comercialização. O secretário disse que ainda estão a ser construídos os galpões. Quanto a cerca, nenhuma decisão foi tomada até agora".

Os produtores rurais afirmam que a ação de curadorias faz com que os preços dos produtos agrícolas continuem, em alta, já que eles compram um documento já foi elaborado e enviado ao secretário de Agricultura do Estado, Marcondes Guedes", salientando que "a cerca no Mercado da Produtores seja retirada e que sejam construídos galpões para aumentar o espaço físico destinado à comercialização. O secretário disse que ainda estão a ser construídos os galpões. Quanto a cerca, nenhuma decisão foi tomada até agora".

Os produtores rurais afirmam que a ação de curadorias faz com que os preços dos produtos agrícolas continuem, em alta, já que eles compram um documento já foi elaborado e enviado ao secretário de Agricultura do Estado, Marcondes Guedes", salientando que "a cerca no Mercado da Produtores seja retirada e que sejam construídos galpões para aumentar o espaço físico destinado à comercialização. O secretário disse que ainda estão a ser construídos os galpões. Quanto a cerca, nenhuma decisão foi tomada até agora".

### Produtores rurais entram com Representação contra Empresa

A situação dos pequenos produtores rurais do Departamento de Horticultura (hortaliças e frutas), que desde o final do ano passado estão prejudicados com a colocação de cercas divididas em espaços públicos (mercado produtor) na Empresa- Empresa Paranaíba de Abastecimento e Serviços Agrícolas, ex-Ceasa, pode se agravar a qualquer momento caso o Governo do Estado não tome novas providências.

Ontem, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, Lagoa de Roca, Lagoa Nova, Maracanduba, Boqueirão, Areal, Esperança e Campina Grande, Associações de Produtores Rurais do Sítio Almeida, Sítio Cívico e Lagoa de Gravata, entraram nas Curadorias do Consumidor e do Patrimônio Público com uma representação contra a Empresa que permitiu, segundo eles, a ocupação dos espaços antes destinados ao pequeno produtor.

Bastante revoltados, os produtores exigem do Secretário de Agricultura do Estado as medidas que se comprometem a tomar, neste caso com a retirada das cercas ali instaladas há mais de cinco meses por "atravessadores" que estão ocupando todo o espaço público do galpão da Empresa. Segundo informaram, os produtores Pedro Pereira da Silva e Manoel da Costa Lima, a categoria teme que a situação se agrave a qualquer momento, caso não sejam tomadas providências para evitar a privatização do espaço público.

Os produtores rurais afirmam que a ação de curadorias faz com que os preços dos produtos agrícolas continuem, em alta, já que eles compram um documento já foi elaborado e enviado ao secretário de Agricultura do Estado, Marcondes Guedes", salientando que "a cerca no Mercado da Produtores seja retirada e que sejam construídos galpões para aumentar o espaço físico destinado à comercialização. O secretário disse que ainda estão a ser construídos os galpões. Quanto a cerca, nenhuma decisão foi tomada até agora".

### Produtores ameaçam agir com violência caso a Empresa não construa novo galpão

Os pequenos produtores rurais do Departamento de Horticultura (hortaliças e frutas) foram enfáticos durante a audiência realizada na manhã de ontem, junto ao promotor Noel Cristiano, curador do Consumidor, e direção da Empresa- Empresa Paranaíba de Abastecimento e Serviços Agrícolas, ex-Ceasa, advertindo que se um prazo de 60 dias (conforme ficou estabelecido em audiência) a empresa não tiver construído um galpão unicamente destinado à categoria, os produtores apelarão para a violência, objetivando garantir um espaço para comercializar seus produtos.

Os produtores temem que o espaço criado com os comerciantes que colocaram cercas divididas em espaços públicos permaneça, vez que a partir do mês de junho está previsto o desmontar da safra de batatinha e os produtores não terão onde estocá-la, principalmente porque se trata de produto perecível e neste caso poderá haver grande prejuízo para a categoria.

Durante a audiência, os representantes da Empresa garantiram que um prazo de 60 dias um galpão será construído (o local do já existente) mediante aprovação, quanto a sua ocupação, a direção da Empresa está aplicando critérios que o seu funcionamento que será exclusivamente destinado ao pequeno produtor.

CASTRAMENTO: Apesar de hoje, a Empresa dará início ao processo de cadastramento de todos os produtores que comercializam naquele mercado, visando desta forma ter um controle para evitar a utilização do espaço por parte dos comerciantes ou "atravessadores".

Os pequenos produtores rurais não se mostraram favoráveis à construção do galpão, pois não acreditam que se destinará unicamente à categoria e temem informações prestadas por membros do Sindicato dos Produtores Rurais de Lagoa Seca, a categoria está bastante revoltada, uma vez que exigiu do Secretário de Agricultura do Estado as medidas que se comprometem a tomar, neste caso com a retirada das cercas ali instaladas há mais de cinco meses por "atravessadores".

"Nós pagamos taxa de ocupação do espaço e não o utilizamos, além disso usamos com mais 17 por cento referente ao ICMS estadual, para não termos um espaço para nossas mercadorias", denunciaram.

Fonte: CAVALCANTI (1997).

## ANEXO B – Registros fotográficos das atividades realizadas no Trienal (1999-2001) AS-PTA



Fonte: AS-PTA, 2000; 2001; 2001b.

## ANEXO C – Registros fotográficos das atividades realizadas no Trienal (2002-2004) AS-PTA



Fonte: AS-PTA, 2003; 2004a; 2005

## ANEXO D – Registros fotográficos das atividades realizadas no Trienal (2005-2007) AS-PTA



Fonte: AS-PTA, 2007a; 2007b.

## ANEXO E – Registros fotográficos das atividades realizadas no Trienal (2008-2010) AS-PTA



Fonte: AS-PTA, 2009; 2010; 2011

## ANEXO F – Registros fotográficos das atividades realizadas no Trienal (2011-2013) AS-PTA



Fonte: AS-PTA, 2012; 2013; 2014.

**ANEXO G** – Registros fotográficos das atividades realizadas no Biênio (2015-2016)  
AS-PTA



Fonte: AS-PTA, 2016; 2017